

Gilvan Veiga Dockhorn
João Paulo Avelãs Nunes
Diorge Alceno Konrad
(Cóords.)

BRASIL E PORTUGAL

DITADURAS E TRANSIÇÕES PARA A DEMOCRACIA



GILVAN VEIGA DOCKHORN é Professor da UFSM. Doutor em História das Sociedades Ibero Americanas pela PUC-RS e Pós-Doutorado em História Contemporânea Comparada pela UC, é Investigador do CEIS20/UC e membro da REFAT. Tem estudado o regime civil-militar brasileiro, transição da ditadura para a democracia, violência política e de Estado, pertencimento e identidade, cultura de massas e cinema, cineclubismo e democratização do acesso à cultura.

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES é Professor da UC. Doutor em História Contemporânea pela UC, é Investigador do CEIS20/UC e membro da REFAT. Tem estudado história e teoria da memória histórica e da historiografia, história do século XX e história das relações internacionais contemporâneas, história das políticas econômicas e sociais contemporâneas, divulgação da historiografia e didática da História, arqueologia e industrial e cultura organizacional, história e teoria do patrimônio cultural e da museologia.

DIORGE ALCENO KONRAD é Professor da UFSM. Mestre em História do Brasil pela PUC-RS e Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP, é membro do GT Mundos do Trabalho da ANPUH-RS. Tem promovido a cooperação entre Universidades brasileiras, argentinas e uruguaias. Tem estudado o regime civil-militar brasileiro, transição da ditadura para a democracia, violência política e de Estado, história dos trabalhadores e dos movimentos sociopolíticos.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Editora UFSM

Email: contato@editoraufsm.com.br
URL: <https://editoraufsm.com.br/>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Aline Britto Fialho

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRÉ-IMPRESSÃO

Jorge Neves

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-1714-5 (IUC)
978-65-5716-019-0 (UFSM)

ISBN DIGITAL

978-989-26-1717-6

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1717-6>

Gilvan Veiga Dockhorn
João Paulo Avelãs Nunes
Diorge Alceno Konrad
(Coords.)

BRASIL E PORTUGAL

DITADURAS E TRANSIÇÕES PARA A
DEMOCRACIA

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Introdução	7
A transição no Brasil como redefinição do Estado Autoritário	11
GILVAN VEIGA DOCKHORN	
Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX.	47
JOÃO PAULO AVELÁS NUNES	
Ditadura brasileira: reflexões e polêmicas no cinquentenário do golpe de Estado (em perspectiva conesulense)	73
ENRIQUE SERRA PADRÓS	
Quem comanda? O Conselho da Revolução e o papel das Forças Armadas na revolução portuguesa.	97
MARIA INÁCIA REZOLA	
Estado Novo no Rio Grande do Sul (1937-1945): sociedade vigiada, sociedade censurada.	119
GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD	
Transición y memoria del franquismo	137
ÁNGEL RODRÍGUEZ GALLARDO	
Resistência e “Distensão”: a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1979) . . .	169
DIORGE ALCENO KONRAD	

A guerra e o colonial: posições, oposições, legados.	179
MIGUEL CARDINA	
As imagens dos indígenas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil: prepetrando o colonialismo cultural	197
JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS	
A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências	241
BRUNO SENA MARTINS	
Cenários da utopia: teatro, resistência política e experiência histórica no Brasil dos anos 60.	263
ATÍLIO ALENCAR DE MOURA CORRÊA	
Os desafios do jornalismo entre liberdade e responsabilidade.	289
CARLOS CAMPONEZ	
Movimentos e rupturas: as vozes do <i>Hip Hop</i>	313
TATIANA APARECIDA MOREIRA	
União Europeia e democracia: vicissitudes e desafios.	335
ANTÓNIO MARTINS DA SILVA	
Conclusão	365

INTRODUÇÃO

Vive-se presentemente, no Brasil, em Portugal e em muitos outros países, uma etapa particularmente desafiante quer em termos cívicos quer no plano do contributo das humanidades, das ciências sociais e das tecnologias sociais para a reconstituição do passado recente através da análise e da intervenção nos fenómenos político-institucionais e sócio-culturais. Procurando corresponder a um tal conjunto de oportunidades e de ameaças, a presente obra resulta da colaboração de investigadores brasileiros e portugueses, uruguaio e espanhóis ligados à historiografia e à sociologia, à ciência política e aos estudos europeus, aos estudos da comunicação e aos estudos artísticos.

Efectivamente, no Brasil, em Portugal e em diversos outros países – centrais, semi-periféricos e periféricos – coincidem hoje tendências contraditórias. Salientamos a presença de mais regimes democráticos (ou demoliberais abertos) e a crise ou o questionamento de muitas dessas mesmas modalidades de organização sócio-política, a redução dos níveis de ingerência das grandes potências democráticas na situação interna de países pouco poderosos e o aumento tanto do número de Nações com regimes mais ou menos explicitamente ditatoriais como do grau de intervenção externa dos Estados autoritários e/ou totalitários, o reforço da produção e da divulgação científica e tecnológica e a multiplicação de situações de afirmação de discursos ideológicos e de práticas políticas irracionalistas, o intensificar do debate deontológico-epistemológico e teórico-metodológico em simultâneo com a crescente instrumentalização política das ciências e das tecnologias sociais.

Considerou-se, assim, ser relevante agregar no presente livro um conjunto de catorze textos sobre as ditaduras e as transições para a democracia em Portugal e em Espanha, no Brasil e noutros Estados do Sul da América. Analisam-

-se comparativamente, quer ditaduras estruturadas na ao logo do século XX, quer mudanças e permanências políticas verificadas por via revolucionária ou através de transições negociadas; evoluções ocorridas em países de desenvolvimento intermédio e em países subdesenvolvidos; estratégias transicionais e políticas de memória muito ou pouco presentes ou ausentes, objectivantes ou ideológicas, inclusivas ou fracturantes.

Deparamos, também, com ditaduras de direita – o Estado Novo português e, em parte, o *Nuevo Estado* espanhol – que se prolongaram da “Época do Fascismo” para o período da “Guerra Fria”, chefiadas por individualidades e apoiadas por organizações e sectores sociais que, no essencial, recusaram adoptar novas concepções e aceitar a transição para a democracia. Em sentido inverso, o Brasil assistiu ao fim negociado do seu Estado Novo no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e à reinvenção de Getúlio Vargas como figura nuclear do regime democrático (ou demoliberal aberto) vigente entre 1945 e 1964. Golpeada a ainda frágil estrutura democrática brasileira em 1964, através de um ampla e heterogêna coalizão militar-civil, o Brasil adentrou em um regime ditatorial que assumiu nuances diferenciadas ao longo dos seus 21 anos de existência até a transição negociada entre as elites a qual instaurou a chamada “Nova República” com a posse de José Sarney em 1985.

Resultante também de um Golpe de Estado – militar e civil – e de uma Guerra Civil amplamente internacionalizada contra um regime democrático, o franquismo conheceu nos seus primeiros anos de existência graus de explicitude fascizante e níveis de violência política muito elevados. Interrompendo regimes demoliberaes, o salazarismo e o getulismo foram soluções ditatoriais menos explicitamente totalitárias e que impuseram formas de violência mais limitadas. Fruto de um Golpe de Estado – militar e civil – ocorrido num país subdesenvolvido com um regime democrático (ou demoliberal avançado), a Ditadura Militar-Civil brasileira optou por tentar ao mesmo tempo ocultar a sua natureza de ditadura de direita tendencialmente totalitária – seria, apenas, quer uma reacção defensiva face à “ameaça do totalitarismo comunista”, quer um projeto modernizante/conservador – e por alardear modalidades oficiais/oficiosas de violência política extrema.

Para além dos equilíbrios endógenos, antes de mais de âmbito nacional, as características nucleares e a evolução das ditaduras em apreço derivaram,

igualmente, dos respectivos contextos externos. Destacamos, nomeadamente, as especificidades da “Época do Fascismo” e da “Guerra Fria”, a integração na “zona de influência” britânica (depois norte-americana) e o estatuto de “potência colonial” no que concerne a Portugal. Em relação a Espanha, para além das diferenças entre a “Época do Fascismo” e o período da “Guerra Fria”, verificou-se a pertença a uma “zona de influência” primeiramente disputada entre o Reino Unido e a Alemanha e só depois hegemónizada pelos EUA. Quanto ao Brasil – e a outros Estados do Sul da América –, se por um lado o Estado Novo decorreu da “Época do Fascismo” e a Ditadura Militar-Civil da “Guerra Fria” (pautada pela Doutrina de Segurança Nacional), por outro tratou-se de uma “zona de influência” tutelada pelos EUA mas disputada com a Alemanha e o Japão e, depois, com a URSS.

Observará, ainda, o leitor que os autores dos diversos capítulos deste *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia* adoptam pressupostos deontológicos e epistemológicos (paradigmas moderno, pós-moderno e neo-moderno), conceitos teóricos e metodologias diferentes. O livro pretendeu, desta forma, ilustrar pelo menos parte da pluralidade de abordagens disciplinares e científico-ideológicas actualmente existentes. Excluídas as leituras negacionistas – encaradas como essencialmente não científicas e não-históricas –, constata-se, igualmente, um predomínio de propostas de reconstituição e análise mais influenciadas por valores ideológicos de esquerda. Trata-se de uma limitação que assumimos à partida.

Uma vez que parte substancial dos textos constitutivos desta obra resultaram da adaptação de intervenções realizadas no Colóquio Internacional “Brasil/Portugal: ditaduras, transições e democracias” (realizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, entre 6 e 10 de Abril de 2015), não podemos deixar de agradecer o apoio então assegurado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através de sua Reitoria e de sua Pró-Reitoria de Extensão da UFSM. Também foi fundamental a estrutura e apoio do Curso e Departamento de História da UFSM, do Departamento de Turismo da UFSM, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFSM, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSM), Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH/UFSM), do Centro de Processamentos de Dados (CPD/UFSM). Por parte de Portugal, o Colóquio Internacional “Brasil/Portugal: ditaduras, transi-

ções e democracias” foi viabilizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC) e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC); pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); pelo Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (DHEEAA/FLUC).

Coimbra, julho de 2019

Gilvan Veiga Dockhorn
João Paulo Avelãs Nunes
Diorge Alceno Konrad

A TRANSIÇÃO NO BRASIL COMO REDEFINIÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO

O golpe que destituiu o presidente João Goulart em 1964 seguiu a trajetória de intervenções ao longo do século XX no sistema político protagonizadas pela instituição militar com apoio de setores expressivos da sociedade. Contudo, teve características que o singularizavam das soluções ditatoriais e experiências autoritárias anteriores, sendo a principal, a manutenção da oficialidade militar nos centros decisórios de poder para além das tarefas iniciais definidas pela coalizão golpista e a estruturação do regime civil militar.

A campanha midiática que instabilizou o governo Goulart, criando um cenário de acolhimento à sua destituição, instou a intervenção da oficialidade militar a assumir seu suposto poder “moderador” já que, segundo o discurso predominante entre os setores conservadores (e entre os que defendiam uma solução imediata à instabilidade), a interrupção do mandato do presidente seria legal e moralmente justificável dado o cenário de caos administrativo, imprevisibilidade política, crise econômica e agitação social.¹

Posição sustentada por consideráveis setores sociais como demonstraram as marchas conservadoras nas grandes cidades do país conduzidas pelas camadas médias, a pública posição da Igreja Católica alertando acerca do risco de uma invasão comunista, a pressão do grande empresariado e de latifundiários. Para estes, o governo Goulart teria perdido legitimidade em razão

¹ Sobre o “padrão moderador” das relações entre civis e militares e as disputas políticas na instituição militar ver: STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Trad. Italo Tronca. Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A., 1975. MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura, 1964-1969*. São Carlos: Editora da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, 1995.

da mobilização para implantação de políticas públicas de cunho reformista que, segundo o discurso predominante, conduziriam o país a uma crise generalizada abrindo espaços para o avanço comunista.

Este foi o argumento central do movimento "salvacionista" de 1964 que já estava sendo gestado havia muito tempo.² Para setores expressivos da sociedade brasileira, a estrutura política implantada após o Estado Novo seria um obstáculo à estabilidade política, econômica e à afirmação da democracia. Logo, havia um projeto de Estado a ser contemplado (o qual havia sido sistematicamente derrotado nas eleições presidenciais anteriores).

A intervenção, transitória a princípio superaria a paralisia decisória em que o sistema político estava inserido e colocaria termo à radicalização polarizada da sociedade. A inevitabilidade do golpe foi argumento usado posteriormente na relativização da necessidade da ação da oficialidade militar e dos abusos e violações cometidos pelo e em nome do regime. Tal posição é coerente com a vertente mais irracional do paradigma pós moderno, elemento da instrumentalização político-ideológica da História e argumento do apagamento da conflitualidade das relações sociais, muito em voga, ou seja, a ideologia determinando as leituras sobre a realidade, as quais geraram análises e teorias que responsabilizaram Goulart e seu governo pelo golpe, negam os abusos e a violência do regime (e conseqüentemente a violação de direitos humanos) e afirmam uma ideologia de reconciliação (pautada por políticas de "desmemória" e imposição do esquecimento e silêncio como forma de lidar com o passado recente).³

Para os articuladores do projeto a ser implementado após a queda de Goulart a substituição do governo era insuficiente. As estruturas do Estado deveriam ser reorganizadas a fim de garantir, ao mesmo tempo, o exercício do poder decisório e a própria estrutura de autoridade, sendo assim possível

² As articulações que resultaram no golpe de 1964 são analisadas detalhadamente na obra referencial: DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5.^a Edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

³ Um exemplo da inevitabilidade do golpe em função da conduta de Goulart pode ser observado em: VILLA, Marco Antonio. *Jango – Um Perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.

aplicar políticas que conduziriam o país a um renovado e equilibrado modelo de expansão econômica e a uma efetiva fase de experimento democrático.

Essa compreensão agregava os golpistas de maneira insuficiente, face à diversidade e os interesses conflitantes a longo prazo. A coalizão golpista, aglutinada pela generalidade das oposições ao governo de Goulart, garantia viabilidade e eficácia da ação (destituição), mas não a necessária estabilidade do governo que se seguiu (construção do regime).⁴

Desta maneira devem ser compreendidas as ações do primeiro governo que se seguiu ao golpe. No início da gestão Castelo Branco, com as decisões centradas no executivo, foi criado um cenário otimista de expectativas que posteriormente não foram correspondidas à altura. Sem anteparos, a fragmentação daqueles que compunham o pacto de dominação foi conseqüência óbvia.

O apoio ao governo Castelo Branco se dava pela retórica fundadora do regime (“revolucionária”). Exaurida essa, o bloco dirigente utilizou-se de artifícios econômicos e de segurança interna como forma de angariar apoio. Superado este primeiro estágio “cirúrgico” de salvação nacional, mas mantida a intervenção, afirmava-se uma dualidade de ordenamentos, expressa na disputa entre a consolidação e institucionalização do regime autoritário e, em outro extremo, a restauração dos padrões democráticos com o sistema político “depurado” de elementos vinculados ao governo deposto.

Entre 1964 e 1968, o regime implementou um conjunto de ações que garantiram a estruturação de uma base política, social e econômica, gerando uma previsibilidade política a qual garantiria a efetivação do projeto modernizante-conservador defendido pelo bloco dominante. O regime civil-militar desdobrou-se em contínuas e descontínuas construções e reconstruções, definições e redefinições políticas, táticas e estratégicas. Assumiu forma transitória e, depois, explicitamente autoritária com a edição do Ato Institucional n.º 5, momento da afirmação da militarização dos centros decisórios de poder.

⁴ Os governos militares que assumiram o poder dirigente no Brasil foram: general Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967); marechal Artur Costa e Silva (1967-1969); general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); general Ernesto Geisel (1974-1979); general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Este processo seria o refinamento do Estado: a adoção de procedimentos, conceitos, estruturas e agentes militares em questões essencialmente civis.

Esta é a peculiaridade do regime autoritário brasileiro na medida em que não criou instâncias compatíveis com o propalado caráter “revolucionário”. Manteve o parlamento, mas descaracterizou suas atribuições e prerrogativas; garantiu a continuidade do poder Judiciário, mas restringiu sua abrangência; manteve processos eleitorais, respeitando calendários e resultados, mas desequilibrou as disputas com a prática da depuração do sistema via expurgos e cassações; manteve o sistema de partidos, porém, impôs normas de reorganização partidária que resultaram na construção assimétrica de agremiações mesmo com a possibilidade de criação de um partido de oposição. Manteve uma série de formalidades do Estado de Direito. Mas, restringiu o “mundo do político” em sua nuance básica: a imprevisibilidade.

A continuidade do processo intervencionista condicionou o bloco dirigente a manter elementos do ordenamento anterior. A conjuntura era desfavorável na criação de uma estrutura de “exceção” condizente com o propagado caráter de ruptura do golpe. Na implementação do projeto de desenvolvimento o primeiro obstáculo foi interno, uma série de dissonâncias “domésticas”. Assim, houve um período de negociação onde (até 1968) o regime mais adequou do que rompeu. Em virtude disso houve quem não reconhecesse uma quebra no processo democrático.

A manutenção da ordem institucional anterior por um governo que se estabeleceu por um golpe instaurou a dualidade de ordenamentos ou a situação autoritária em contradição. Tal dualidade atendia à necessidade de encaminhar os interesses discordantes e os desacordos na ampla coalizão golpista. Porém, impôs a prática das “engenharias políticas” (alterava-se a legislação conforme as necessidades do regime).

Reordenado o espaço da política foi possível estruturar as bases do projeto hegemônico – sintetizado no binômio “segurança e desenvolvimento”. A dualidade de ordenamentos, a alimentação do “inimigo interno” e a possibilidade de circulação de poder decisório garantiram a sustentação do regime e dos componentes da coalizão nesta fase de estruturação.

A edição do Ato Institucional n.º 5 superou esta questão. A opção por um processo de intervenção permanente solapou os desejos quanto à circulação

do poder em um curto espaço de tempo. Após esta definição, tomou corpo o **refinamento do Estado**, pautado na transformação de todas as questões políticas, econômicas e sociais como tributárias da segurança nacional, essa foi a **militarização dos centros decisórios de poder**.⁵ Ou seja, esvaziou a esfera política.

O regime avançava na execução do projeto de desenvolvimento modernizante-conservador, tendo como necessidade de estabilidade política, ou seja, restrição da imprevisibilidade. As estruturas do Estado foram deslocadas de forma a garantir a supressão do dissenso e conflitos que pudessem causar qualquer tipo de instabilidade.⁶

Todavia, o “fechamento do poder” não atendeu única e exclusivamente aos interesses da caserna.⁷ Estes setores da oficialidade militar garantiram a preservação de uma correlação de forças políticas adequadas ao projeto a ser aplicado, a saber, a promoção do desenvolvimento (modernização) pela garantia da segurança. Quando a instituição militar assumiu explicitamente a condução política, internalizou os conflitos na corporação, tanto que a solução das tensões no âmbito do governo dava-se pela unidade da caserna, ora apelando aos anteparos corporativistas (disciplina e hierarquia), ora no deslocamento das questões para o inimigo interno (a subversão).

O processo de refinamento do Estado através do fechamento do poder pós 68 foi precipitado pela incompatibilidade da estrutura política herdada do ordenamento anterior e a necessidade de definição do papel do Estado no projeto de desenvolvimento do país.

⁵ Para uma análise da atuação dos serviços de informação e repressão ver: FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A História do Serviço Secreto Brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005. FICO, Carlos. *Como Eles Agiam: Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁶ Período muito bem caracterizado em: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar Sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

⁷ A análise habitual erroneamente estabelece a hegemonia de uma corrente da oficialidade militar como a responsável pelo fechamento de poder, quando este foi uma decorrência do próprio projeto veiculado pelo regime. Entre tantos autores que defendem a primeira posição ver: DROSDOFF, Daniel. *Linha-Dura no Brasil: O Governo Médici 1969-1974*. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Global, 1986. A questão do “fechamento do poder” foi analisada por: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976

No governo Médici (1969-1974) os órgãos ligados à segurança interna e ao sistema de informações assumiram o protagonismo nas ações do governo, o que acabou por instaurar outro paradoxo: quanto maior a força utilizada na repressão e neutralização da oposição, maiores eram as possibilidades de imprevisibilidade política. Isso acarretou um novo problema: os pontos de tensão não expressos no parlamento, deslocavam-se para o sindicato, para as ruas, para a clandestinidade...

A militarização permitiu a execução do projeto do regime mas acionou contradições que alimentaram a crise do Estado. Crise identificada no colapso de suas estruturas políticas, na decomposição da base de sustentação do regime, na emergência de novos sujeitos políticos e na negação das instâncias políticas formais.

O fechamento do poder somente poderia ser sustentado com a intensificação do próprio arbítrio. Enquanto o regime conseguiu reverter a centralização do poder em benefícios para setores estratégicos, a militarização se manteve. Contudo, os choques entre interesses divergentes na sustentação do regime e a autonomização dos aparelhos de Estado ligados à informação e segurança, definiram as resistências por parte de estratos fundamentais na composição política.

Os evidentes sintomas de inviabilidade do projeto de desenvolvimento proposto somados aos privilégios dados a determinadas frações do bloco dominante, legaram inevitáveis dissidências, “ilhas de interesses” constituídas no regime, divergentes da política oficial reivindicaram espaços maiores nos processos decisórios e na alocação dos recursos. Ao desconsiderar as alianças que viabilizaram o golpe, ou não ter condições de atender aos desejos destas, o bloco dirigente possibilitou rachaduras na base de sustentação do regime, cujas tensões até então haviam sido encobertas artificialmente. Enquanto prevalecia a convicção de que o regime autoritário viabilizou um radical crescimento da economia brasileira – o “milagre econômico” – o país foi apontado como modelo de prosperidade a ser seguido entre seus pares latino-americanos. Prosperidade contestada no artigo de Soares e Silva ao relativizar a influência dos tipos de regime nos processos econômicos, essencialmente em comparações de longo prazo: *a taxa de crescimento da economia sob o*

*regime autoritário não foi mais alta de que durante o período democrático precedente. Ou seja, o “milagre” não existiu.*⁸

A ressaca do “milagre” expôs contrastes históricos ao bloquear projetos de frações de classe e alimentar cisões na antiga coalizão intervencionista, fundando assim, novos opositores. Para Abranches este seria o aspecto determinante na progressiva erosão do regime e na desconstrução da própria coalizão que o sustentava.⁹ A falência do padrão de desenvolvimento perseguido há muito revelou uma crise estrutural acelerada pelo “choque do petróleo” nos anos 70.

O quadro ficou agravado pois com o fechamento do poder ficaram inviabilizados os canais de manifestação do dissenso. Logo, a insatisfação para com o governo, para além de gerar a fragmentação de sua base de sustentação, foi transformada em votos oposicionistas e em mobilizações políticas não institucionais.

Neste ponto se identificou uma crise de funcionamento do Estado, um colapso na organização da dominação de classe.

Crise da e na instituição eclesiástica, escandalizada com os abusos dos órgãos repressivos e envolvida nos embates internos fomentados pelos próceres da Teologia da Libertação. Crise da e na instituição militar, dada a acentuada cizânia provocada por lutas fratricidas, principalmente as disputas pela sucessão presidencial e tensões que refletiam as discussões acerca da manutenção do regime.¹⁰

⁸ SOARES, Gláucio Ary Dillon & SILVA, Nelson do Valle. *Regime político e Crescimento Econômico no Brasil, 1945-1984*. In.: Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Vértice. Vol. 32, n.º 1, 1989, pp. 125-139. A substituição da revolução burguesa pelo capitalismo associado na forma do “milagre” está na obra referencial de: SOBRINHO, Barbosa Lima. *Japão: O Capital se Faz em Casa*. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁹ ABRANCHES, Sérgio Henrique. Op. Cit., p. 312.

¹⁰ Em relação aos movimentos da Igreja Católica neste processo de dupla fuga ver: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986. Referente à questão da unidade militar e as disputas sucessórias no contexto da dupla fuga ver, entre outros: BITTENCOURT, Getúlio. *A Quinta Estrela: Como Se Tenta Fazer um Presidente no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. CHAGAS, Carlos. *A Guerra das Estrelas (1964/1984): Os Bastidores das Sucessões Presidenciais*. 3.ª Edição. Porto Alegre: L&PM, 1985. GÓES, Walder de; CAMARGO, Aspácia. *O Drama da Sucessão e a Crise do Regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

A instituição militar tornava-se cada vez mais vulnerável na medida em que se apresentava como gestor do aparelho de Estado e ao mesmo tempo a expressão concreta e visível das alianças que constituíam o bloco dominante. Virou alvo de crítica de segmentos outrora fundamentais na coalizão golpista em 1964.

A crise foi potencializada pela obstrução dos interesses das corporações empresariais. Enquanto a economia ostentava índices positivos de crescimento, o empresariado manteve-se fiel ao regime, mesmo estando em curso o processo de militarização e gradativa centralização do poder. Para Stepan, este seria um dos “momentos brumários”, períodos onde frações de classes fundamentais no projeto dominante abdicavam, por motivos variados, do direito de governar – abrindo mão dos centros decisórios de poder – em troca da garantia de manutenção de certa hierarquia social, política e econômica.¹¹

A elite econômica oscilava seu apoio ao regime de exceção conforme ganhos materiais. A inconstância do ciclo de expansão econômica, aliada ao quadro de retração interna e externa, impôs uma série de limitações aos interesses e objetivos imediatos de parcela do bloco dominante. Com o modelo econômico em cheque e interesses não contemplados, o descontentamento assumiu uma conotação política oposicionista e a antes coesa aliança entre o regime e a elite empresarial se esgotou. Não que representassem uma efetiva ruptura, apenas a forma do regime não era a mais adequada para este setor.

A crítica de empresários à política econômica transformou-se em crítica ao governo, engrossando o coro por um novo ordenamento político. Posteriormente, a mobilização dos trabalhadores urbanos conteve a identificação dos empresários com a oposição ao regime.¹²

¹¹ A referência a “momentos brumários” parte da descrição formulada por Karl Marx em *O Dezoito do Brumário de Luís Bonaparte*, a respeito deste tipo de relação de proteção em troca da abdicação e transferência de poder. STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17.

¹² Cardoso apontou que: *A crítica consistiu numa espécie de aceitação genérica dos pontos de vista oposicionistas no que se refere às ‘distorções’ sociais e econômicas do ‘modelo de desenvolvimento’ prevalecente; na ênfase à necessidade de controle da ação estatal direta na economia; na pregação em favor da participação dos empresários no processo de decisão; na reiteração da importância da democracia e no contraponto diante de medidas propostas pelo governo*. CARDOSO, Fernando Henrique. *O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro*. In.: Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário

Mas seria incorreto imaginar que aqueles que outrora apoiaram, não apenas politicamente, mas também através de fundos privados a programas governamentais de combate à oposição (como a Operação Bandeirante – OBAN), tenham se tornando então, artífices da nova construção democrática.

Da mesma forma, segundo análise dos quadros das organizações clandestinas de oposição ao governo, as camadas médias passam a ser alvos das políticas repressivas altamente violentas e vítimas dos crimes e abusos em nome do Estado (principalmente os atentados, a tortura e o assassinato).¹³

Nesse momento de crise generalizada, novos sujeitos, com movimentos não-uniformes, desvinculados de estratégia ou tática de partidos, renovaram a prática do “fazer político” para além das instâncias formais. Este foi o processo de **fuga da subordinação** ou **insubordinação**, ou seja, a fuga das relações estabelecidas no refinamento do Estado. Ao mesmo tempo ocorreu a fuga da insubordinação por parte de setores do bloco dominante, um verdadeiro racha no poder. A crise do Estado fez com que o regime deixasse de ser funcional. O sistema político falhava ao não responder a demandas da coalizão golpista. Os “desgarrados” do bloco dominante logo se fariam reconhecer, seus movimentos viriam a compor a fuga da insubordinação ou a denúncia da insuficiência da subordinação que representa a exaustão da ideia de indispensabilidade do regime por parte de setores historicamente identificados com as elites econômicas e políticas do país. A **dupla fuga** assumia a cena política como recusa mútua ao regime.¹⁴

de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Vol. 26, n.º 1, 1983, pp. 9-27. Ver ainda: DINIZ, Eli. *Empresariado, Regime Autoritário e Modernização Capitalista: 1964-1985*. In.: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 198-231.

¹³ RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Brasília: CNV, 2014. COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL (1964-1985)/IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. 2.ª Edição. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial, 2009. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. 41.ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

¹⁴ A definição **dupla fuga** (**fuga da subordinação** e **fuga da insubordinação**) tem por base os apontamentos propostos por Holloway, mesmo que a conotação dada pelo autor se referisse à outro tema de análise. HOLLOWAY, John. *El Capital se Mueve*. In.: CECENÁ, Ana Esther (coord.). *La Internacionalización del Capital y sus Fronteras Tecnológicas*. México: El Caballito, 1995, pp. 15-29.

A fuga da insubordinação e, conseqüentemente, o impulso à redefinição do Estado, também respondiam à perda de capacidade do setor público em se manter como agente propulsor do crescimento econômico, papel historicamente desempenhado por aquele.

Com a recusa mútua do regime de exceção, a dupla fuga (fuga da subordinação e fuga da insubordinação), impôs a redefinição do Estado e a alteração na dinâmica das relações de poder o que indiretamente traria o aprimoramento do regime como mecanismo para a superação da crise do Estado. Contudo, a negação do ordenamento de exceção não guardava relação com a construção de um regime democrático propriamente dito. A “transição” implicou na descaracterização das relações de dominação através de um processo de “reestatização”.

Por isso foi reforçada a oposição institucional ao governo, sendo confundida em determinados momentos como uma refutação ao regime. Nesse momento, o partido de oposição oficial, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi reconhecido como alternativa político-eleitoral viável e não mais como uma negação simbólica ao governo.

Mesmo como centro de poder, o Estão não possuía pleno controle da relação de fuga e dependência, a não ser artificialmente, daí a dissonância entre, de um lado, os objetivos do regime, veiculados no projeto oficial de abertura e, de outro, o processo ampliado de descentralização.

O governo usou o tradicional recurso da antecipação das demandas sociais deslocando o antagonismo das ruas para o parlamento. A insubordinação impôs a renovação da lógica de controle e criação de uma nova identidade coletiva pela construção da ideia democrática rejeitando aspectos do autoritarismo.

Essa identidade “genérica” pela democracia uniu setores do empresariado, trabalhadores dos grandes centros urbanos, políticos moderados e progressistas, intelectuais de variados matizes ideológicos, movimentos sociais e parte da oficialidade militar. Revelou-se suficientemente ampla a fim de construir um bloco de oposição ao regime militar (vide a campanha pelas eleições diretas). Por outro lado, esta mesma disparidade obstaculizou a construção de um projeto alternativo efetivamente democrático. Reproduzia-se o dilema

da instauração do regime: a coalizão que o viabilizara tornara-se insuficiente para mantê-lo.

Por este motivo, as instâncias de representação política não preconizaram a **superação** do regime, mas sim, seu **aprimoramento**. Esta concepção de redemocratização auxiliou na intensificação da disciplina social, dado que a ênfase do discurso oficial previa duas únicas possibilidades: a afirmação do tempo oficial de distensão ou o caos com o risco de retrocesso autoritário descontrolado.

Para garantir continuidade, o regime teve de ser reorganizado e isso ocorreu no governo Geisel findando o processo de refinamento do Estado, desconstituindo a estrutura militarizada de poder decisório.

A **redefinição do Estado** através da flexibilização das relações político-institucionais, visou a recomposição do regime de exceção. Daí a proposta da “abertura”. Porém, o trânsito de ordenamentos vivido no país foi fruto da relação dialética entre projeto e processo de estabilização conservadora.

A redução da imprevisibilidade política e social (impulso criador dos regimes de exceção) proporcionada pelo Estado de Segurança Nacional teve dois resultados imediatos, os quais definiram a impossibilidade da manutenção da militarização dos centros decisórios. Um primeiro, o esvaziamento de sentido comum àquilo que antes era tido como público. O outro, a elevação do nível de incerteza quanto aos mecanismos de ação e critérios de decisão do governo.

Em sua trajetória o regime não conseguiu equilibrar diminuição da imprevisibilidade política, com crescimento econômico, contenção social e neutralização de crises, inclusive internas. São estas as razões dos avanços e retrocessos, de medidas progressistas e conservadoras. Essa dualidade não foi exclusividade da fase final do regime de exceção, mas a marca de todo o ordenamento político-social implantado em 1964.

A flexibilização das relações políticas estabelecia-se como mecanismo de preservação do regime. Este seria o projeto possível, independentemente do grupo que assumisse o poder.

A decantada “liberalização” – a flexibilização – não fora estabelecida como antítese ou negação do processo de centralização política desenvolvido sobretudo no governo Médici, mas justamente o contrário, a aplicação de medidas

de flexibilização somente foi possível em virtude da exitosa etapa de militarização dos centros decisórios, a qual adaptou a estrutura do Estado.

A administração de Ernesto Geisel estabeleceu o aprimoramento do regime como mecanismo de contenção através da proposta de flexibilização das relações políticas identificada como o projeto de “distensão”.

O regime desfigurava-se pela sua perpetuação no tempo. Na sua forma original o regime era inviável, sua continuidade dependeria de mudanças. Estas por sua vez alterariam profundamente sua própria condição. A partir deste ponto dois projetos entraram em disputa: o incremento do arbítrio e a aplicação de medidas de flexibilização.

Daí o objetivo imediato do governo Geisel: o equilíbrio entre diminuição da imprevisibilidade política, índices satisfatórios de crescimento econômico, recomposição de uma base de apoio, contenção social (da insubordinação) e neutralização de crises domésticas (na caserna essencialmente). O que levou a imprimir um projeto de aprimoramento do regime visando sua institucionalização, revigorando as instâncias de representação apresentando-as novamente como canais adequados no processamento do dissenso.

A redefinição do Estado viabilizou um regime capaz de conter a dupla fuga por outros instrumentos que não a utilização da força e a exclusão das instâncias de representação política. E ainda respondia à imprevisibilidade manifestada nas fissuras no bloco dominante – como a construção da Frente Nacional Pela Redemocratização, a dissidência dos empresários e o deslocamento político das camadas médias. Neste momento, agregava-se mais uma “onda” dos movimentos de insubordinação com a explosão da atividade sindical e o acirramento das relações capital *versus* trabalho pela organização dos trabalhadores.

A descompressão política era urgente.

Resguardada por medidas prévias e por novas “engenharias políticas” a transição entre a “legalidade revolucionária” e elementos do Estado de Direito se efetivou.

O projeto de institucionalização da excepcionalidade superou a dualidade de ordenamentos agregando um caráter de estabilidade até então não desfrutado pelo regime.

A redefinição do Estado permitiu metamorfosear a potência da insubordinação em demandas parlamentares. O processo e os projetos em jogo, repletos de contradições, não alteraram substancialmente a estrutura do Estado, tendo o Brasil uma saída de regime autoritário peculiar entre os pares latino-americanos, o que não pode ser analisado como uma transição “inventada”, consoante se observam pontos de coincidência entre os processos políticos que ocorreram e o projeto elaborado pelo bloco dirigente.¹⁵

A reestatização das relações diz respeito à consolidação do Estado e de suas instâncias político-representativas como os locais únicos de exercício do poder. O impulso de insubordinação e de rechaço generalizado ao governo, ao regime e ao Estado, foi convertido em elemento positivo (a reconstrução das instituições e a refundação do poder) ou passível de instrumentalização (a reconciliação nacional como forma de superar a crise econômica). A redefinição do Estado tomava corpo com a reestatização das relações políticas. Controlou a dupla fuga em dois momentos distintos e interdependentes. No primeiro, a flexibilização das relações durante o governo Geisel, a qual instituiu mudanças como forma de impedir a desconstituição do Estado e no segundo, a estabilização conservadora proposta na gestão Figueiredo. Neste sentido, cinco eventos são ilustrativos do processo de redefinição do Estado os quais definiram os parâmetros da transição: o projeto de Anistia, o pluripartidarismo, o controle das resistências domésticas, as eleições gerais de 1982 e a conciliação pela transição com a definição das eleições indiretas para presidente.

A Redefinição do Estado Autoritário

A adoção da “repatriação política” e a anulação dos crimes “de natureza política” através da Lei da Anistia foram mecanismos que definiram o disciplinamento do dissenso

¹⁵ Como conclui a obra de REZENDE, Maria José. *A Transição Como Forma de Dominação – O Brasil na Era da Abertura (1980-1984)*. Londrina: Editora da UEL, 1996. Original e pertinente em muitos aspectos, as lacunas desta análise, possivelmente estejam relacionadas ao fato da autora observar a transição apenas em sua fase final, ignorando que tal processo foi desenvolvido ao longo de mais de uma década.

*A anistia de 1979 refere-se aos punidos por delitos políticos e “conexos” com fundamento nos Atos Institucionais e Atos Complementares, cometidos no período compreendido entre 2 de setembro de 1964 (crise político-militar da renúncia do presidente Jânio Quadros) e 15 de agosto de 1979, excluídos os condenados por terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. No caso dos funcionários públicos, o retorno e a reversão ao serviço ativo não constituíram procedimentos automáticos, visto que foram condicionados às exigências profissionais da Administração civil e das Forças Armadas. Estes direitos não se aplicariam automaticamente, pois seu cumprimento dependeria da existência de vagas e do interesse da Administração, confirmados por comissões especiais, excluídos os punidos por improbidade administrativa.*¹⁶

Com a Lei da Anistia, o governo fragilizado, assumia os excessos cometidos por frações do regime mas, responsabilizava setores que agiram “autonomamente”. Era o primeiro sintoma de sacrifício de parcelas do bloco dirigente em nome da preservação do bloco dominante. Ônus assumido na área política pela “linha-dura” das Forças Armadas e na área econômica pela tecnoburocracia.

A anistia reivindicada durante praticamente toda a década de 70, somente foi aceita por setores do bloco dominante quando esta não representava um elemento de desequilíbrio na estrutura política. De imediato se estabelecia que a imunidade militar era inegociável. Portanto, não fez parte de um projeto de redemocratização, muito menos de uma efetiva justiça de transição. Ao não imputar culpa ou responsabilização individual por arbitrariedades, ilegalidades, mortes, torturas, estupros e desaparecimentos, a anistia se revelou um verdadeiro escudo de segurança jurídica de impunidade, injustiça e imposição de uma dada memória oficial que resultou na imposição de memórias predominantes e na hegemonia da narrativa do passado recente.

Estrategicamente a adoção do projeto de Anistia comprometeu setores da oposição com o programa da gradual “abertura” – base da rearticulação do

¹⁶ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papyrus, 1994, p. 180. A anistia foi estabelecida pela Lei nº6.683 de 28 de agosto de 1979 e regulamentada pelo Decreto n.º 84.413 de 31 de outubro de 1979. Como especificado no corpo daquela lei, considerava-se “conexos” os crimes de qualquer natureza relacionados aos crimes políticos ou praticados por motivação política.

processo político mediado por interlocutores forjados pelo próprio regime, caso de Tancredo Neves.

Acochado pelo movimento por mudanças e sem alternativas para a crise econômica, o governo acelerou a estratégia de estabilização conservadora. O projeto de anistia sintetizou a base da transição, ou seja, o passado era intocável. Com a anistia e o regresso de exilados, uma reforma partidária se impôs.¹⁷

A inviabilidade de soluções a curto prazo para a crise econômica e a reduzida margem de manobra no campo social acabou por resultar em uma crise de representação, mesmo não havendo uma negação do político em si, mas sim, uma aversão à forma como o sistema político, eleitoral e parlamentar apresentava-se à sociedade, e isso gerava instabilidade ao processo político. As exigências de governabilidade também respondiam às imposições da “volta aos quartéis”.

Nesta conjuntura, o parlamento definiu que o revanchismo poderia a ser o maior obstáculo na transição. A Lei da Anistia e o retorno dos exilados políticos teriam necessariamente de ser complementados com uma reforma partidária. Não era adequado ao governo inserir indivíduos que invariavelmente não seriam cooptados por nenhuma política oficial que não significasse o próprio final do regime. Seria incoerente permitir o retorno de Leonel Brizola tendo como alternativas políticas organizações na clandestinidade ou o ingresso no MDB. Da mesma maneira, a entrada do novo movimento sindical em bloco no único partido de oposição desestabilizaria o processo político.

A reforma partidária não apenas fragmentou as oposições em um cenário de eleições plebiscitárias, de radicalização e de polarização partidária (inviabilizando as estratégias de conciliação), mas rearticulou o bloco dominante fragilizado pelos inúmeros interesses não contemplados. A projeção do governo era de que a desagregação progressiva da base de sustentação do regime poderia ser neutralizada quando as demandas fossem encaminhadas por partidos conservadores alternativos, já que para grande parte do bloco dominante a ARENA não garantia unidade aos seus interesses.

¹⁷ O texto do Projeto de Lei que versava sobre a Reforma Partidária foi sancionado pelo presidente Figueiredo em 16 de dezembro como Lei n.º 6.767.

A urgência da Reforma Partidária acarretou em uma nova engenharia política. Alegando o exíguo espaço de tempo entre a extinção dos partidos e a organização de novos partidos, o governo transferia para 1982 as eleições municipais antes programadas para 1980, transformando-as em eleições gerais. A medida permitiria ao novo partido do governo tempo de popularização e dava aos prefeitos oficialistas (eleitos em 1976 pela antiga ARENA) a possibilidade de utilizar a máquina pública nas campanhas eleitorais.

O Partido Democrático Social reuniu a base parlamentar do governo. Teve registro concedido pelo TSE praticamente um mês após o final do bipartidarismo pois já detinha um programa pronto, sem nenhum método de construção que envolvesse representantes de setores sociais além daqueles já sensibilizados pelo discurso ou pelas benesses advindas da ARENA. O Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, apoiado por considerável parcela do empresariado (sendo sintomática a presença do empresário e banqueiro Olavo Setúbal), expressava o reagrupamento de grupos dissidentes que não se encaixavam no PDS e que pretendiam um trânsito moderado de ordenamentos ocupando o espaço de bloco alternativo de sustentação ao regime.

A passagem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) à Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) não acabou com suas contradições, as quais foram potencializadas com a incorporação do PP. Membros do PP migraram para o PDS por não considerarem o PMDB uma alternativa confiável em razão de suas inúmeras correntes internas, radicais para os padrões daqueles setores.

Leonel Brizola não conseguiu reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pois perdeu a disputa jurídica pelos direitos de utilização da sigla definida em favor de Ivete Vargas. Brizola articulou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), filiado à Internacional Socialista de Willy Brandt. Com Brizola à frente, o PDT teve restrita margem de manobra política e assim assumiu a única posição possível: a oposição radical. Mas o datado discurso identificado ao getulismo encontrou dificuldades em se postar como alternativa eleitoral. Em um contexto onde a estrutura, a estratificação de classes e a dinâmica social exigiam formas renovadas de organização, arremetimento, concepções

teóricas e estratégicas, o PMDB assumiu o posto de partido opositor com possibilidades de alçar o governo.

Até 1983, o Partido dos Trabalhadores (PT), com limitada estrutura e sem viabilidade eleitoral, não teve função parlamentar decisiva. Garantido pelo processo de dupla fuga, pautando-se pela contradição capital *versus* trabalho, o PT se construiu à margem do Estado, com identidade classista autônoma e um programa que propunha um projeto político alternativo.¹⁸

A intenção e a formalização de um partido como o PT (quase simultaneamente foi estruturada a Central Única dos Trabalhadores), mesmo inviável eleitoralmente, significava uma ruptura com os compromissos tanto dos partidos sociais democratas ou liberais quanto daqueles que se pautavam pelas experiências de organização política do leste europeu. O partido representou um inconveniente não apenas ao bloco dirigente, mas à totalidade dos partidos que se formavam.¹⁹

O governo alcançou três objetivos de curto prazo com a reforma partidária: extinguiu a ARENA, desacreditada perante a opinião pública e inoperante em suas tarefas definidas pelo bloco dirigente, com o que havia se transformado em um obstáculo para o governo; impediu que o MDB ampliasse sua força como pólo que concentrava a recusa ao regime.; garantiu o adiamento das eleições com a alegação de que os novos partidos não teriam tempo e condições de organização para a disputa.

Os novos partidos atuaram como instrumentos fundamentais no projeto de estabilização, institucionalizando os conflitos sociais. A migração do papel difuso de resistência ao regime para a multiplicidade de partidos facilitou as negociações de cúpula. A transição não ampliou o espaço político, mas a

¹⁸ Sobre o Partido dos Trabalhadores ver, entre tantos: CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso, Transverso: O PT e a Democracia no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1995. KECK, Margaret E. *PT: A Lógica da Diferença – O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Ática, 1991. PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: CHED Editorial, 1980.

¹⁹ Nas palavras de Figueiredo e Cheibub: *os atores políticos tradicionais na situação ou na oposição, aprenderam a lidar e conviver com o brizolismo, janismo, chaguismo, getulismo e outros ismos. Não sendo porém o PT apenas um lulismo, isto fez dele, pelo menos no início, uma ameaça política para todos*. FIGUEIREDO, Marcus Faria; CHEIBUB, José Antônio Borges. *A Abertura Política de 1973 a 1981: Quem Disse o Quê, Quando – Inventário de um Debate*. Op. Cit., p. 37.

ampliou a representação política e o estabelecimento de normas de transferência de poder.²⁰

As medidas de estabilização conservadora implicaram em um conjunto de tensões domésticas. Estas envolviam os *militares como instituição* e os *militares como governo*. A oficialidade militar observava a queda de seu prestígio junto à opinião pública pois era inevitável a associação da instituição com o governo e este ostentava altos índices de rejeição, dada a crise econômica e as denúncias de corrupção nos altos escalões da administração pública.

Da mesma maneira que a dissidência de parcela do empresariado causou impacto no bloco dirigente, setores da oficialidade militar, contrariados com a progressiva retirada dos centros decisórios e ante a possibilidade de responsabilização por ações repressivas, passaram a manifestar esta insatisfação com formas mais contundentes.

Durante o ano de 1981 dois eventos interligados definiram a necessidade de recomposição política: o episódio do atentado no Riocentro em 30 de abril e a posterior demissão do ideólogo do regime, Golbery do Couto e Silva, em 6 de agosto.

Às vésperas das eleições gerais e o definitivo acolhimento da imprevisibilidade política, o país presenciava uma escalada das ações de extrema-direita.²¹

A explosão de um artefato no interior de um automóvel no estacionamento do Centro de Convenções do Rio de Janeiro, o Riocentro na Barra da Tijuca, em 30 de abril de 1981, durante espetáculo em homenagem ao dia do Trabalhador que reuniu uma platéia de 20 mil pessoas, sintetizou as contradições de um ordenamento em processo de falência, cujas forças domésticas digladiavam-se frente a perspectiva de saída do poder. Para a oposição parla-

²⁰ Uma magnífica análise acerca do caráter de “negociação de cúpula” que envolveu a questão da aprovação da emenda constitucional que garantiria eleições diretas para a presidência da República e as articulações que se seguiram com vistas à eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral está em: HERTZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. 14.^a Edição. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1991.

²¹ Entre 1979 e 1981 houve o registro de cerca de 52 ações atribuídas a organizações clandestinas de direita. Entre tantas: Agressão ao senador Franco Montoro; a explosão do automóvel do deputado do PMDB carioca Marcelo Cerqueira; seqüestro do jurista Dalmo Dallari; coações aos estabelecimentos que vendiam jornais “alternativos”; incêndios criminosos na sede dos jornais “Hora do Povo” e “Em Tempo”, etc.

mentar, simbolizou o marco definitivo da impossibilidade de reprodução do regime pautado pelo arbítrio.²²

Se até então havia uma especulação sobre a autoria das ações que instabilizavam o processo político, o desfecho desastrado do atentado do Riocentro impôs ao bloco dirigente responder por uma ação diretamente vinculada à instituição militar.

O episódio acelerou a decomposição da base de sustentação do regime e a estrutura por excelência do arbítrio, o aparelho de segurança e informação, passou a ser explicitamente atacada. O bloco dirigente deparou-se com um dilema, por um lado, admitir a autonomia deste organismo e reconhecer que o aparelho de Estado havia se tornado incontrolável levando as últimas consequências o inquérito que apuraria a ação, criando embates na própria caserna por outro lado, negar a relação da instituição militar com o episódio, lançando suspeitas em grupos de esquerda ou alegando que a ação fora de motivação particular.

O desgaste do exercício do poder atingia níveis não assimiláveis pela hierarquia e disciplina corporativa da instituição militar. A pressão da insubordinação e da ação de setores da caserna fez com que o regime estreitasse vínculos com interlocutores da oposição moderada, base da posterior campanha pela conciliação nacional.

O episódio do Riocentro (e demais ações extremistas) desempenhou certa funcionalidade ao bloco dirigente pois materializava as ameaças de rompimento da transição e, pior ainda, a reconversão autoritária do regime. Alimentou assim, a idéia de que grupos procuravam desestabilizar o processo de abertura com ações patrocinadas por setores radicais autônomos *que contidos mas não desbaratados pelo governo anterior, conservaram o controle da comunidade de segurança e suas conexões com o aparelho de Estado.*²³

²² A explosão feriu fatalmente o sargento Guilherme Pereira do Rosário e deixando em estado grave o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações e Informações do I Exército.

²³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Golbery Revisitado: Da Abertura Controlada à Democracia Tutelada*. In.: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 213. A questão do Riocentro está detalhada na obra de Costa Couto, onde autor transcreve na íntegra, carta de Golbery ao presidente Figueiredo em 4 de julho de 1981 onde lê-se: *ou a existência*

Posteriormente, devido à decisão da Justiça Militar em arquivar o processo, Golbery do Couto e Silva retirava-se do governo assumindo em seu lugar o professor Leitão de Abreu.

O desenlace do episódio do Riocentro acabou por definir a retirada da oficialidade militar dos centros decisórios e impossibilitou a continuação do regime nas condições em que estava. De certa maneira, o atentado auxiliou o bloco dirigente, amarrando as “ações” políticas da oposição institucional em nome da estabilidade do processo e, por outro lado, aglutinou a caserna.

O estrangulamento que se estabelecia não estava mais na questão do regime garantir ou impedir a “abertura política”, mas em quais condições seria encaminhado o final definitivo da militarização dos centros decisórios de poder sem ampliar a crise institucional.

O afastamento temporário do presidente Figueiredo, em razão de problemas de saúde, e a garantia do vice civil, Aureliano Chaves, em assumir o cargo em 19 de setembro de 1981 foi o grande teste da flexibilização política. Em situação idêntica, Pedro Aleixo, o vice civil de Costa e Silva fora impedido de assumir a presidência em 1969 pela cúpula do bloco dirigente. Aureliano substituiu Figueiredo durante 49 dias, com pleno apoio do núcleo do poder, coordenado pelo ministro Octávio Medeiros do SNI, sem que tal exercício tenha ampliado o cenário de incertezas e instabilidades.

A questão crucial na transição esteve na divulgação do projeto de reforma eleitoral, em 25 de novembro de 1981 (sendo aprovado por decurso de prazo em 19 de janeiro de 1982 sob a Lei n.º 6.978). Com o projeto, o governo procurou controlar o processo com artifícios que desequilibravam a eleição em favor do partido do governo, ampliando o voto vinculado para todos os níveis, decisão que aniquilou as pretensões dos partidos em fase de estruturação e que não estavam no campo de alianças do governo (PDT e PT). Um

alarmante de um núcleo de governo paralelo, agindo com êxito que só lhe crescerá, dia a dia, a arrogância do poder – o que prenuncia, para o futuro, quase certamente, coisas ainda mais graves, no mesmo quadro de ações extremistas e irresponsáveis, inclusive terrorismo – ou, o que seria até mais grave, estariam sendo postas em dúvida as incisivas declarações do próprio presidente quanto à sinceridade e honestidade com que impressionaram e confortaram a nação toda, quando ditas e reditas. COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura- Brasil: 1964-1985*. Op. Cit., pp. 283-303.

dos efeitos não previstos foi a inviabilização do partido alternativo de apoio ao governo, o PP.

No mesmo movimento, a proibição das coligações inevitavelmente conduziu a oposição a disputar as mesmas bases.²⁴

As medidas do governo foram complementadas com um renovado projeto, a Emenda Constitucional n.º 22 de 29 de junho de 1982, onde o governo caiu no casuísmo explícito: reabriu as filiações partidárias, permitindo que 10 deputados do extinto PP ingressassem no PDS e que, 10 peemedebistas deixassem a sigla migrando para o PTB. O PMDB, mesmo com a fusão com o PP, encolhia sua representação parlamentar (188 para 168) e o PDS restabelecia uma maioria mais “segura” (visto que durante o afastamento de Figueiredo, a oposição, com 10 votos do PDS, derrotara uma parte do pacote que estabelecia a sublegenda também para as eleições diretas para governador em 82).

O governo postergou a adoção de critérios para a legalização dos partidos até 1986 (pelo menos 5% dos votos em nível nacional, 3% dos votos em pelo menos 9 dos 23 estados), beneficiando PDT, PTB e PT que à época não atendiam àquelas determinações, com isso, impediu a fusão destes partidos com o PMDB. Também aumentou o número de cadeiras da Câmara dos Deputados (420 para 479); criou o estado de Rondônia; ampliou os mandatos dos prefeitos para seis anos (alterando as eleições para 1988); elevou o quórum para aprovação de mudanças constitucionais (este havia sido reduzido à maioria absoluta pelo “Pacote de Abril” em 1977); adiou a eleição indireta para presidente (de outubro de 1984 para 15 de janeiro de 1985) e, por fim, alterou o Colégio Eleitoral, sendo aquele integrado a partir de então por 686 membros (479 deputados federais, 69 senadores incluindo os 22 “biônicos” eleitos em

²⁴ O voto vinculado exigia que o eleitor escolhesse os candidatos do mesmo partido em todos os níveis em disputa, do contrário o voto seria considerado inválido. Disso depreendia-se uma consequência imediata: os partidos teriam de apresentar candidatos em todos os cargos disputados, ou seja, apresentarem-se com “chapa completa”. No que toca esta questão, Couto lembrou o *dispositivo pelo qual um candidato somente poderia renunciar à candidatura se o seu partido desistisse da eleição. O propósito, claro, foi o de impedir desistências para apoiar outros candidatos, driblando a vinculação de votos.* COUTO, Ronaldo Costa. Op. Cit., p. 308.

1978 e 138 delegados escolhidos nas 23 Assembléias Legislativas, entre os deputados estaduais do partido majoritário).²⁵

A Emenda n.º 22 utilizava dois mecanismos a fim de recompor distorções percebidas em pleitos anteriores: a proibição do voto na legenda (invariavelmente canalizado ao partido de oposição) e a confecção de uma cédula eleitoral que exigia que o eleitor escrevesse o nome ou número dos candidatos ao cargo em disputa (em um país com considerável número de analfabetos funcionais).

O regime renovou-se ao custo da revalorização do processo político (eleitoral, partidário, parlamentar e de redução das restrições de manifestação e mobilização). Estas medidas evitaram o colapso do sistema. A história política recente havia demonstrado que invariavelmente, os processos de ruptura foram precedidos de uma radical polarização.

A flexibilização das relações políticas avançava conforme o regime (re) construía sua capacidade de assimilação de índices elevados de indeterminação política. Em razão disso, o bloco dirigente passou a admitir a introdução no sistema político de pequenas faixas de imprevisibilidade, pautado em um critério de minimização daqueles riscos.²⁶

Não sendo restritos à recomposição dos sujeitos das instâncias políticas, os processos eleitorais, para além de seus resultados mais visíveis, podem decodificar as relações entre as frações que disputam e se movimentam nos meandros da estrutura de poder e as próprias representações do mundo “político”.

As estatísticas dos processos eleitorais no Rio Grande do Sul revelam a eficácia da estratégia oficial na nova estatização das relações sociais. Nas eleições de 1982, as abstenções caíram drasticamente em relação ao pleito anterior. Os votos inválidos (nulos), com todas as dificuldades impostas pela cédula de votação, sofreram uma sensível redução e aumentaram os votos em branco.

²⁵ Dados retirados de FLEISCHER, David. *Governabilidade e Abertura Política: As Desventuras da Engenbaria Política no Brasil, 1964/84*. In.: Revista de Ciência Política – Revista Trimestral do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Rio De Janeiro: vol. 29, n.º 1, jan-mar. de 1986, pp. 13-39. COUTO, Ronaldo Costa. Op. Cit., pp. 308-309.

²⁶ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Estratégias de Descompressão Política*. In.: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder & Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, pp. 153-154.

Os votos brancos e os invalidados possuem variadas significações e permitem distintas leituras que não apenas a negação do sistema político. Sendo assim, a proposição da desconstituição do Estado e de suas instâncias não pode se pautar exclusivamente nestes dados sob o risco de se adentrar em um esquematismo insustentável. Os votos desta categoria (brancos e nulos) podem ser interpretados como indiferença ao processo político partidário de forma generalizada, o que não representa o endosso a outros mecanismos de participação política. A análise da participação eleitoral seria mais eficaz caso o voto fosse facultativo.²⁷

Os números finais das eleições de 1982 indicam que o pleito no RS foi definido pelo índice incomum de votos brancos. A diferença entre o candidato vitorioso, Jair Soares/PDS e o segundo colocado, Pedro Simon/PMDB, ficou em 22.634 votos (0,60%). Por sua vez, a soma dos votos nulos e brancos alcançou 405.473 ou 10,66%.²⁸

Se relacionada à última experiência de eleições diretas para governador (realizada 20 anos antes), a incidência de votos brancos triplicou (em 1962 fora de 3,08% e em 1982, 8,80%), ao passo que, os índices de votos nulos reproduziram a tendência verificada nas eleições democráticas do início dos anos 60 (tendo decaído em um ponto percentual, 2,91% em 62 e 1,86% em 82).²⁹

Por fim, a vitória de candidatos de oposição nos principais estados (Franco Montoro em São Paulo, Leonel Brizola no Rio de Janeiro e Tancredo Neves em Minas Gerais) adicionou mais elementos que permitiam supor que a transição estava em curso, mesmo que coexistindo, como aponta Linz, duas bases de legitimidade do poder executivo inseridas no mesmo regime.³⁰

²⁷ Dados retirados de: NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hélió (coord.). *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995, pp. 185-251.

²⁸ A candidatura opositorista alternativa de Alceu Collares/PDT, recebeu 775.546 votos, perfazendo 20,42% das preferências. Sobre as eleições de 1982 ver: BAQUERO, Marcello (org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral – Nas Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1984. Também: SOUZA, Maria do Carmo Campello de; KUGELMAS, Eduardo. *Eleições 82*. In.: Novos Estudos CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo: v. 2, n.º 1, abril de 1983, pp. 2-7.

²⁹ NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hélió (coord.). Op. Cit., p. 128/p. 229.

³⁰ Linz apontou que, não apenas a vitória, mas a garantia e efetivação da posse dos governadores opositoristas em 1982 transformaram o sistema político em uma *diarquia*, ou seja, o poder executivo com diferentes pretensões à legitimidade. LINZ, Juan. *The Transi-*

A crise econômica vivida no país nos anos 80 teve como consequência a negação de posições políticas singulares. O anseio generalizado da mudança de regime encobriu diferenças forjadas durante toda a experiência autoritária, sem o que provavelmente não haveria possibilidade do pacto nacional que garantiu o final a transição.

A simultaneidade de crises também respondia pelos embates entre o bloco dirigente e a oposição institucional; entre a oposição moderada (conciliadora) e oposição efetiva (pregava a ruptura); entre setores do regime que defendiam a necessidade da adoção de uma pauta de mudanças e segmentos do regime resistentes à flexibilização das relações políticas.

Neste contexto, temas como um governo de conciliação, um Legislativo mais atuante, reformulação constitucional, convocação de Assembléia Constituinte e mudança na forma de governo (proposta de adoção do parlamentarismo defendida pelo PP) acirraram os impasses no bloco dominante.

Logo, a defesa pela convocação de uma Assembléia Constituinte foi deslocada para uma posição secundária, não era adequado aos partidos majoritários o enfrentamento com o regime e com setores ortodoxos da caserna. Sem outra alternativa que não a transformação das eleições diretas em centro tático, os partidos pautaram suas ações na construção da alternativa de poder pois todos apresentavam potenciais presidenciaíveis.

Com os resultados eleitorais de 1982 e a aproximação da substituição de Figueiredo, a cúpula do PMDB constatou que a escolha indireta – defendida quando o partido vislumbrava a possibilidade de assumir os centros decisórios – naquele momento ampliava os riscos de continuidade do governo dado as engenharias eleitorais em curso. Esta leitura conduziu a base oposicionista a encampar a proposta de alteração nas normas de acesso ao poder.

Com a possibilidade de que, a partir das pressões sociais, as alterações no governo (e não mais no regime propriamente) pudessem criar condições de circulação do poder, a oposição representada pelo PMDB lançou ao debate

tion From an Authoritarian Regime to Democracy in Spain: Some Thoughts for Brazilians. Palestra proferida na Conferência Sobre o Brasil em democratização, na Universidade de Yale em 2 de março de 1983, citado por: STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. 4.^a Edição. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 73-80.

público a possibilidade de eleições diretas para a presidência da República como mecanismo último de resolução dos impasses institucionais e recomposição da unidade das oposições. Em processo paralelo eram constituídos interlocutores confiáveis ao regime, encaminhando a conciliação como mecanismo de preservação da estrutura do Estado e garantia da circulação de poder.

Estas questões se somavam à efervescência política provocada pela insubordinação (neste mesmo período a Central Única dos Trabalhadores, ainda em estruturação, criava possibilidade de um laço organizativo nas reivindicações difusas).

Encampa-se a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, construída como referencial de “salvação nacional”, saída para a crise, centro tático e eixo de luta, não representou alternativa ao regime.³¹

De Minas Gerais, o governador Tancredo Neves empreendeu campanha pela conciliação nacional abrindo amplas negociações para garantir a efetivação da transição ao poder civil.

A campanha pelas eleições diretas para presidente garantiu ao PMDB a restauração de sua posição como instrumento da transição, em detrimento ao PDT (que, tributário do personalismo mantinha posições confusas até mesmo para sua base, como a proposta de mandato-tampão e postergação da sucessão presidencial) e PT (proponente original da campanha) que apresentava um discurso de enfrentamento com o regime.

O parlamento firmava convicção de que o retorno à caserna seria pressuposto para a superação da crise institucional. Apostava-se na democracia sem a criação prévia de condições institucionais para tal. A campanha pelas eleições diretas assumia faces distintas: ao propor o aumento da demanda de participação da sociedade, representava um avanço em relação à rigidez do regime de exceção, mas, preservando a estrutura do Estado, mostrava-se conservadora.

³¹ Pelo fato de deslocar os pontos centrais de oposição ao regime, como por exemplo, a desconstituição da Lei de Segurança Nacional, da CLT, a transferência dos temas pertinentes à segurança interna das mãos da oficialidade militar para mãos civis, restrição aos poderes do poder executivo, garantia de uma legislação de greve adequada à organização dos trabalhadores.

Com a nova estatização das relações sociais, o PT enfrentou uma grande crise (a primeira de muitas), pois ao conjugar uma prática reformista (caso do novo sindicalismo cujo sucesso esteve justamente na capacidade de mobilizar, organizar e atuar pela negociação e acordos) com um discurso revolucionário. Nesta indefinição, acabou por divorciar sua mensagem dos meios possíveis para executá-la.³²

O PDT em nenhum momento conseguiu reunir em torno de si uma base operária ou de trabalhadores em geral. As camadas médias que emergiram durante o regime de exceção e o novo sindicalismo impediram o PDT de estabelecer laços à feição do populismo.³³ O caminho que se abria para PDT e PT era o de tensionar o processo e mobilizar o maior número possível de setores pelas eleições diretas. Enquanto isso, o PDS estabelecia como discurso a defesa de um cronograma para a implantação do sufrágio universal para todos os níveis.

De janeiro a abril de 1984, a campanha pelas diretas tomou proporções gigantescas. Até as grandes empresas de comunicação abraçaram a campanha; não havia escamotear um movimento daquela magnitude e com apoiadores em praticamente todos os segmentos sociais.³⁴

A aprovação da proposta de Emenda Constitucional n.º 5, a emenda Dante de Oliveira, necessitava de 2/3 do quorum na Câmara dos Deputados (320 votos em um universo de 479). Porém, a base de apoio ao governo, detinha 235 deputados. Por isso, nos primeiros meses daquele ano, concomitante à verdadeira “catarse” coletiva das manifestações, uma série de conversações foram propostas entre os dissidentes do governo e a oposição com a finali-

³² A posição do Partido dos Trabalhadores foi assim resumida por Pont: *devemos lutar para que os trabalhadores conquistem não a troca de Figueiredo por um Andreazza, Maluf, Aureliano ou até mesmo Tancredo. Mas sim eleições diretas precedidas do fim da LSN e demais leis repressivas do regime, dos órgãos de repressão política, do fim da legislação sindical corporativa, da legislação partidária restritiva e arbitrária, denunciando o jogo de cartas marcadas do colégio eleitoral. Queremos o fim do regime militar.* PONT. Raul Anglada. *Da Crítica ao Populismo à Construção do PT*. Porto Alegre: Seriem, 1985, pp. 152-153.

³³ À exceção da região metropolitana do Rio de Janeiro onde houve maior facilidade em uma “releitura” populista – mesmo não havendo base operária expressiva, a cidade detinha um caráter terciário, o que somado a abrupta pauperização e a primazia dos movimentos sociais muito ligados à máquina estatal, conduziram Leonel Brizola à vitória.

³⁴ Em 16 de abril de 1984, manifestação pró-diretas reuniu mais de um milhão de pessoas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

dade de formação de uma grande frente política. Se aprovada na Câmara, a emenda ainda teria de passar pelo crivo do Senado Federal, onde as articulações entre oposição e situação eram ainda mais complexas.

O governo enviou proposta alternativa ao Congresso Nacional em 16 de abril, propondo eleições diretas para presidente em 1988, o que praticamente definiu a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, pois retirava dos deputados do PDS a desconfortável situação de votar contra tamanha mobilização popular.

A partir de então, o discurso unívoco da bancada governista esteve na coerência constitucional, ou seja, a Constituição determinava para a sucessão de Figueiredo a escolha pelo Colégio Eleitoral, pautavam na legalidade seu voto contrário à proposição de Dante de Oliveira.

Por fim, a redefinição do Estado tomava forma definitiva: a emenda Dante de Oliveira era derrotada por apenas 22 votos.³⁵ A demanda democrática não havia sido suficiente para abarcar a participação popular. A vontade generalizada de eleição direta para presidente da República transmutou-se em poder de alguns, o Colégio Eleitoral com a possibilidade de veto militar.

A possibilidade de esvaziamento do Colégio Eleitoral pelas oposições foi sepultada com a decisão do PMDB de participar do processo com a justificativa de impedir que a ala mais conservadora do bloco dominante assumisse o governo.

A concentração das conquistas eleitorais do PDS nas regiões mais carentes do país (a ponto do então governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves, nominar o PDS de “partido dos nordestinos”) criou nichos de poder entre as áreas urbano/industriais do sudeste e as áreas rurais do nordeste. Os conflitos se revelaram na convenção do partido.

Inconformado com a vitória de Paulo Maluf nas prévias, antevendo a inevitável derrota, José Sarney renunciou à presidência do partido e filiou-se ao PMDB. Traição inaceitável para a oficialidade militar. Também o acompanharam Aureliano Chaves e Marco Maciel (que acabariam por criar a Frente Liberal, a qual, junto ao PMDB, PTB e PDT, formaria a Aliança Democrática,

³⁵ Obteve 298 votos quando necessitava de 320. Do total, os dissidentes de PDS colaboraram com 55 votos, registraram-se mais 65 contrários e 115 ausências.

lançando Tancredo e Sarney à presidência).³⁶ As forças mobilizadas no apoio à pré candidatura do ministro Andreazza do PDS à presidência da República acabaram por compor com a Frente Liberal e não com o candidato vencedor das prévias.³⁷

Posição semelhante foi assumida por representantes de setores identificados ao campo liberal (entre outros, Abílio Diniz e Antônio Ermírio de Moraes) que percebendo a ausência de um nome aglutinador não adotaram a candidatura oficial e se movimentaram para impedir tanto a ascensão de movimentos sociais quanto de grupos ligados diretamente ao governo.

Tancredo Neves era o candidato de confiança do bloco dominante pois assegurava um conjunto de garantias, inclusive o rechaço ao revanchismo. Paulo Maluf, candidato do governo estampava um futuro de polarizações radicalizadas indesejadas. Tancredo encarnou o consenso, o único capaz de simbolizar um pacto pelo interesse nacional, superando a crise de governabilidade. Não à-toa Tancredo Neves carregava a alcunha de “pacificador da nação”.³⁸ Mesmo para o bloco dirigente, tornou-se tarefa complexa sustentar a candidatura do PDS.

Para que tais articulações fossem viáveis, o PMDB assumiu a posição de *partido-síntese das classes médias* e de mediador das reivindicações populares difusas.³⁹ Acentuou seu caráter de centralidade conforme avançava a transição, com um postura ambígua. Os agrupamentos de esquerda no interior do PMDB estavam submetidos às decisões da cúpula e os grupos clandestinos

³⁶ José Sarney, procurando aglutinar o partido, propôs a realização de consulta prévia às bases estaduais para a construção de um nome de consenso (até então, três nomes despontavam, o vice-presidente Aureliano Chaves, o Ministro do Interior, o gaúcho Mário Andreazza e o deputado federal, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf). A proposta foi rechaçada por Maluf que não tinha bases consolidadas na maioria das regiões do país e poucos acertos com as lideranças regionais. A disputa no Colégio Eleitoral definia-se pela implosão do PDS. Ver: DIMENSTEIN, Gilberto [Et. All.]. *O Complô Que Elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Edições JB, 1985.

³⁷ Nenhum dos nove governadores do PDS da região nordeste, encampou a candidatura de Paulo Maluf. FLEISCHER, David. *Governabilidade e Abertura Política: As Desventuras da Engenharia Política no Brasil, 1964-84*. Op. Cit., p. 37.

³⁸ Sobre a ascensão de Tancredo Neves à presidência da república ver: SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição – As Armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³⁹ OLIVEIRA, Francisco. *Além da Transição, Aquém da Imaginação*. Op. Cit., p. 13.

que se abrigaram na sigla, trabalhando apenas no plano da tática, não conseguiram levar adiante nenhuma alternativa concreta.

O Colégio Eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, escolheria entre Tancredo Neves (e seu o vice de ocasião José Sarney) e Paulo Salim Maluf (que tinha como candidato à vice Flávio Márcílio, figura importante da ARENA e presidente da Câmara dos Deputados em 1974 quando sugeriu que o AI-5 fosse incorporado à Constituição). Como esperado, Tancredo Neves teve vitória incontestável.⁴⁰

Em sua fase final, o governo sinalizava com a tendência de substituir a política pela gestão, sinônimo de administração técnica.

Considerações Finais

A lógica de mudança no e do regime autoritário brasileiro parte da matéria-prima com a qual fora estruturado, a dualidade de ordenamentos ou, a situação autoritária em contradição. Elemento de permanente instabilidade política, garantiu a perpetuação do regime para além de suas tarefas inaugurais e fomentou conflitos que destruíram sua base de sustentação, aspecto fundamental na incapacidade de manutenção ao final dos anos 70.

A dualidade de ordenamentos garantiu a funcionalidade do parlamento e, de forma indireta, impôs obstáculos a ações do governo. Assim, durante o regime as instituições de representação políticas não foram meramente decorativas como se poderia deduzir em análises apressadas, pelo contrário, cumpriram função primordial na recomposição da estrutura de dominação política.

À época de Geisel na presidência, o regime e suas estruturas sofriam com a exaustão do processo de refinamento do Estado. Daí a proposta da “abertura”, como flexibilização das relações político-institucionais, visando a recompo-

⁴⁰ Tancredo Neves teve 480 votos contra 180 de Maluf, com 17 abstenções e 9 ausências. Do total de votos da Aliança Democrática, 231 são do PMDB, 113 do PFL, 65 do PDS, 27 do PDT, 11 do PTB e 3 do PT (por não cumprirem decisão da direção, que denunciou a conciliação conservadora do Colégio Eleitoral, Airton Soares, Beth Mendes e José Eudes foram expulsos do partido). Dados disponíveis em: COUTO, Ronaldo Costa. Op. Cit., pp. 398-399.

sição do regime de exceção o que gerou a redefinição do Estado. Porém, o trânsito de ordenamentos vivido no país foi fruto da relação dialética entre projeto e processo de estabilização conservadora.

A redução da imprevisibilidade política e social (impulso criador dos regimes de exceção) proporcionada pelo Estado de Segurança Nacional teve dois resultados imediatos, os quais definiram a impossibilidade da manutenção da militarização dos centros decisórios. Um primeiro, o esvaziamento de sentido comum àquilo que antes era tido como público. O outro, a elevação do nível de incerteza quanto aos mecanismos de ação e critérios de decisão do governo.

Em sua trajetória o regime não conseguiu equilibrar diminuição da imprevisibilidade política, com crescimento econômico, contenção social e neutralização de crises, inclusive internas. São estas as razões dos avanços e retrocessos, de medidas progressistas e conservadoras. Essa dualidade não foi exclusividade da fase final do regime de exceção, mas a marca de todo o ordenamento político-social implantado em 1964.

Por isso, a flexibilização das relações políticas estabelecia-se como mecanismo de preservação do regime. Este seria o projeto possível, independentemente do grupo que assumisse o poder. A “liberalização” – a flexibilização – não fora estabelecida como antítese ou negação do processo de centralização política desenvolvido sobretudo no governo Médici, mas justamente o contrário, a aplicação de medidas de flexibilização somente foi possível em virtude da exitosa etapa de militarização dos centros decisórios, a qual adaptou a estrutura do Estado.

A fuga das relações de subordinação impostas pelo Estado se materializava em sujeitos novos, em novos locais e com inovadoras práticas políticas. A resposta esteve em outra fuga a qual guardava relação com a fuga da insuficiência do Estado, protagonizada por frações do bloco dominante. Este segundo movimento desfigurou a base de sustentação do bloco dirigente.

No cerne da fuga da insubordinação, frações dissidentes do bloco dirigente, encamparam a rejeição a elementos do regime de exceção, menos pela aspiração democrática e mais pela possibilidade de concretização de um projeto compatível com seus interesses. Este processo, uma dupla fuga, impôs ao bloco dominante o “sacrifício” do bloco dirigente, não sem antes este último

procurar, através de vários artifícios, preservar sua posição nos centros decisórios (acarretando uma série de embates domésticos).

A recusa mútua da forma de encaminhamento do político, onde a crise na política mediada pela excepcionalidade inaugurou a crise da política, balizou a lógica da flexibilização e da transição. Nesse sentido, as instâncias de representação política cumpriram os esforços de “trazer para dentro” todos os movimentos que desconstituísem o regime. O processo de transição de um ordenamento autoritário a uma situação democrática, através de estratégias de negociação, pacto e compromisso, disse menos sobre a crise do regime e mais sobre a limitação da experiência democrática no país.

Assim, as políticas implementadas nos governos Geisel e Figueiredo procuraram superar as contradições do regime e não superar o regime em si, ao corrigir e deslocar as seqüelas da perpetuação do regime ao longo de duas décadas, garantiu uma nova estatização das relações políticas e o disciplinamento do dissenso.

Referências bibliográficas

- ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- AVELÂS NUNES, João Paulo. *Tipologias dos Regimes Políticos. Para Uma Leitura Neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado*. In.: *População e Sociedade*, n.º 8, 2002, pp. 73-101.
- AVELÂS NUNES, João Paulo & FREIRE, Américo (coord.). *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BALOYRA, Enrique A. *Os Vários Momentos da Transição Política no Brasil, 1977-1981*. In.: SELCHER, Wayne A. (org.). *A Abertura Política no Brasil: Dinâmica, Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Convívio, 1988, pp. 35-89.
- BAQUERO, Marcello (org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral – Nas Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- COMBLIN, P.^a Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*. 2.^a Edição. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3.^a Edição. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- _____. *A Institucionalização do Sistema Democrático*. In.: DIGESTO ECONÔMICO. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, n.º 275, nov./dez., 1980, pp. 3-20.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *A Volta aos Quartéis: A Memória Militar Sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DINIZ, Eli. *A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura*. In.: Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro: Vol. 28, n.º 3, 1985. pp. 329-346.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Saudades do Futuro: 1974 – 1985*. Santa Maria: FACOS Editora, 2015.
- _____. *A Guerra Fria e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil*. Revista Portuguesa de História. Tomo XLV. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 457-480.
- _____. *Quando a Ordem é Progresso e a Segurança Desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FLEISCHER, David V. (org.). *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco. *As Historiografias Brasileira e Portuguesa e o Problema da Transição Para a Democracia*. In.: AVELAS NUNES, João Paulo & FREIRE, Américo (coord.). *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Rio de Janeiro: FGV, 2013, pp., 203-237.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Hacia Una Nueva Era Política – Estudio Sobre Las Democratizaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- GÓES, Eda Maria. *Limites da Transição Política no Brasil dos Anos 70 e 80, Ou Como os Pobres Continuaram Perigosos*. In.: Revista História. Volume 19. São Paulo: UNESP, 2000, pp. 257-279.
- HERMET, Guy. *As Transições Democráticas no Século XX: Comparação Entre América Latina e Leste Europeu*. In.: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Transição em Fragmentos*

- tos: *Desafios da Democracia no Final do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- HOLLOWAY, John. *El Capital se Mueve*. In.: CECEÑA, Ana Esther (coord.). *La Internacionalización del Capital y sus Fronteras Tecnológicas*. México: El Caballito, 1995, pp. 15-29.
- KECK, Margaret E. *PT: A Lógica da Diferença – O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.
- KLEIN, Lúcia & FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Legitimidade e Coação no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.
- LINZ, Juan. *Um Regime Autoritário: Espanha*. In.: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). *Política e Sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, pp. 318-334.
- LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe; SOUTELO, Luciana. (coord.). *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 2014.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Paulo: EDUFSCar, 1995.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: O Projeto Militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro. *Brasil, A Transição Sem Ruptura*. In.: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papyrus, 1987, pp. 29-38.
- _____. *Nova República: Ambigüidade Como Forma de Controle*. In.: KANDIR, Antonio; SADER, Eder; COMPARATO, Fábio [Et. Al.]. *Constituinte, Economia e Política da Nova República*. São Paulo: Cortez Editora: EDUC, 1986, pp. 105-123.
- MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J.A. (orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3.^a Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernización y Autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- _____. *Contrapuntos: Ensayos Escogidos Sobre Autoritarismo y Democratización*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 1997.

- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (orgs.). *Transições do Regime Autoritário – América Latina*. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- PARAMIO, Ludolfo. *Agonia e Morte de Duas Ditaduras: Espanha e Brasil*. In.: MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J.A. (orgs.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 49-68.
- QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *História e Memória das Ditaduras do Século XX – Volume 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- RIDENTI, Marcelo. *Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura: Armadilhas Para Pesquisadores*. In.: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 53-65.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (orgs.). *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- REZENDE, Maria José de. *A Transição Como Forma de Dominação Política: O Brasil na Era da Abertura 1980-1984*. Londrina: Editora UEL, 1996.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 3v.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição: As Armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SELCHER, Wayne A. (org.). *A Abertura Política no Brasil: Dinâmica, Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Convívio, 1988.

- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle. *Regime Político e Crescimento Econômico no Brasil, 1945-1984*. In.: Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Vol. 32, n.º 1, 1989, pp. 125-139.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.
- SORJ, Bernard; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- _____. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Tradução de Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O Que Resta da Ditadura: A Exceção Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- VELASCO e CRUZ, Sebastião C.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da “Abertura”*. In.: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

(*FLUC e CEIS20 da UC*)

**SOBRE A UTILIDADE DA TEORIA
NA HISTORIOGRAFIA: O EXEMPLO DA HISTÓRIA
DOS REGIMES POLÍTICOS NO SÉCULO XX**

Introdução¹

Pelo menos em Portugal, a historiografia é, talvez, a ciência social na qual menos relevância se atribui às questões teóricas. Ao contrário da economia e da geografia, da sociologia e da antropologia, da psicologia e da linguística, das relações internacionais e da ciência política, a história procuraria abarcar a totalidade da experiência humana no espaço e no tempo; privilegiaria as transformações em alternativa às permanências, as sequelas das intervenções individuais em alternativa às implicações das ações coletivas. Daí resultaria a inutilidade de aplicar modelos globalizantes, de procurar encontrar continuidades universais numa realidade tida como intrinsecamente fracionada, decorrente de mudanças tantas vezes aleatórias.

Muitos historiadores consideram, mesmo, que um aparato teórico é, quase sempre, um obstáculo ao estabelecimento de relações deontologicamente corretas entre sujeito e objeto de estudo; uma forma encapotada de subordinar a atividade de produção, divulgação e aplicação de conhecimento a uma determinada agenda ideológica. Para serem objetivos e operatórios, os investigadores, professores e outros técnicos com formação

¹ Cfr., nomeadamente, G. Bourd , 1990; F. Catroga, 2001; *Fazer história* [...], 1977-1987; M. Ferro, 1985; A.S. Nunes, 1970; *Revista de História* [...], 1995; L.R. Torgal, 1989; E. Traverso, 2012.

em história deveriam focalizar-se, quer nos aspetos metodológicos, quer na reconstituição e análise de dados empíricos; deveriam deixar-se surpreender pelas especificidades diferenciadoras de cada vetor e de cada etapa da realidade em observação.

Face, quer à extrema complexidade das temáticas abordadas pela historiografia, quer ao inultrapassável correlacionamento entre os atores históricos e os investigadores, quaisquer tentativas de interpretar e comparar sociedades humanas partindo de conceitos teóricos tendencialmente universais e intemporais teria resultado e continuaria a implicar a elaboração de discursos sobretudo ideológicos. Ideológicos porque apriorísticos e generalistas ou vagos, ignorando muita da pluralidade e das contradições próprias das sociedades humanas. Ideológicos porque antes de mais empenhados em utilizar vestígios avulso da realidade para legitimar certas leituras acerca da e determinadas propostas de intervenção na mesma.

Hegemónicas durante o longo período de predomínio do “paradigma moderno” – consubstanciado em correntes historiográficas como as ‘escolas’ metódica, historicista ou romântica, positivista, marxista, irracionalista providencialista, historicista neo-metódica –, questionadas pelos proponentes do “paradigma neo-moderno” – idealistas críticos e marxistas críticos, protagonistas da história institucional e política clássica, da história económica e social clássica, da história nova, da história estruturalista – e uma vez mais assumidas pelos cultores do “paradigma pós-moderno” – nova história económica, historiografia neo-narrativista –, as ideias em causa mantiveram uma influência ainda maior nos âmbitos do ensino e da divulgação da história, do património cultural e da museologia, das memórias históricas e das identidades histórico-culturais.

Viso, assim, neste capítulo, dar um pequeno contributo para o contrariar das conceções antes sintetizadas, de alguma forma predominantes em Portugal. Adoto, para o efeito, tanto os fundamentos do “paradigma neo-moderno”, como os pressupostos deontológicos e epistemológicos da história nova. Defendo que, à semelhança de todas as outras ciências, a historiografia pode gerar conhecimento objetivante acerca das temáticas que circunscreve. Deve-se, para o efeito, limitar e/ou mobilizar os compo-

nentes ideológicos em presença recorrendo a pressupostos deontológicos e epistemológicos, a conceitos e a metodologias operatórios; concretizando tarefas de reconstituição de dados empíricos e de interpretação. Para além dos historiadores, também os outros cientistas e as sociedades em geral são responsáveis por gerar um ambiente de debate científico, cultural e cívico que promova, em cada momento, o aprofundamento do “máximo de consciência possível”.

Dada a importância dos fenómenos político-institucionais, tendo em conta a natureza simultaneamente nacional e global da regionalidade em causa, perante as respetivas implicações ideológicas nos nossos dias, assumo que a história dos regimes políticos no século XX é uma amostra pertinente quando se pretende argumentar acerca das virtualidades da ligação entre reflexão teórica e atividade historiográfica. Focalizo a atenção nos casos português e brasileiro, Estados semiperiféricos ou periféricos marcados pela presença de soluções demoliberais e democráticas, mas, também, de figurinos ditatoriais (autoritários e/ou totalitários) e de processos de transição.

Conceitos teóricos e paradigmas epistemológicos²

Parto do princípio de que, ao longo da época contemporânea e até ao momento, as sociedades ocidentais e ocidentalizadas geraram três modalidades nucleares de produção, caracterização e valoração da cultura erudita: o “paradigma moderno”, o “paradigma pós-moderno” e o “paradigma neo-moderno”. Estruturado ainda no Antigo Regime (entre o Renascimento e os séculos XVII/XVIII) mas tendo atingido a hegemonia nos séculos XIX e XX, o “paradigma moderno” proclamou a especificidade, autonomia e superioridade do conhecimento científico e tecnológico, adjetivado como objetivo neutro e equivalente à realidade porque baseado numa permanente aferição teórica e metodológica. Afirmou,

² Cfr., entre outros, M.F. Bonifácio, 1993; F. Catroga, 2002; A.M. Hespanha, 1986; F. Jameson, 1991; B.S. Santos, 1989; G. Vattimo, 1987.

ainda, a capacidade da ciência e da tecnologia para, no médio prazo, encontrar formas de resolver o essencial dos problemas decorrentes do relacionamento entre os seres humanos e a natureza; as vantagens de pautar a governação das comunidades humanas pela “aplicação das descobertas da ciência”.

Lembro, a este último propósito, que a generalidade das grandes mundividências e correntes ideológicas da época contemporânea se apresentaram como cientismos, ou seja, enquanto propósitos universalmente válidos e verdades indiscutíveis por derivarem diretamente de “conclusões científicas”. Associando maiores ou menores graus de intolerância, detetam-se as citadas características, por exemplo, no darwinismo social, no nacionalismo e no internacionalismo; no liberalismo, no positivismo, no socialismo, na democracia cristã e no fascismo. As derivas autoritárias e totalitárias de muitos destes cientismos, os problemas sociais e ambientais entretanto agravados, as potencialidades reafirmadas por outros saberes contribuíram, precisamente, para a crise do “paradigma moderno” e para o eclodir da “ruptura pós-moderna”.

Emergente na segunda metade da década de 1960, o “paradigma pós-moderno” surge, pois, enquanto reação aos bloqueios e insucessos do “paradigma moderno”: insuficiente complexidade epistemológica, arrogância e isolamento face a outros saberes, disponibilidade para a instrumentalização político-ideológica. Seria, aparentemente, uma crítica radical às funções desempenhadas pela cultura erudita no âmbito da economia-mundo capitalista. Estar-se-á, no entanto, provavelmente, face a um fenómeno mais complexo. Quer a vertente mais subjetivista ou irracionalista, quer a componente neo-empirista da pós-modernidade acabam por assumir a inviabilidade ou a ilegitimidade de qualquer tentativa de interpretação e de transformação estrutural da realidade social, o que redundará no aceitar da reprodução do atual equilíbrio civilizacional (predomínio da cultura de massas, do capitalismo pós-keynesiano globalizado, de um sistema de relações internacionais multipolar mas mais unilateral do que multilateral).

Menos facilmente identificável, o esforço de apresentação do “paradigma neo-moderno” (anos 1990) pretendeu contestar os aspetos encarados

como negativos no “paradigma moderno” e, em simultâneo, recusar os excessos subjetivistas e empiristas do “paradigma pós-moderno”. Tem-se pugnado pelo reconhecimento da importância do debate deontológico e epistemológico, teórico e metodológico, cultural e cívico; das potencialidades e das limitações do conhecimento científico e tecnológico, apenas capaz de esforços de objetivação e operatividade temporária e parcialmente válidos; das identidades próprias e da utilidade social dos outros saberes; das implicações sociais negativas ou dramáticas de muitos dos cientismos; das sequelas mistificadoras, quer do niilismo subjetivista, quer da pretensa neutralidade/objetividade do neo-empirismo.

No que concerne à historiografia, a respetiva periodização difere, em parte, daquela que é proposta, em termos globais, para os paradigmas epistemológicos. Se, por um lado, se verifica uma coincidência temporal quanto ao “paradigma moderno” – o qual esteve na base das correntes metódica, historicista ou romântica, positivista, marxista, irracionalista providencialista e historicista neo-metódica –, o mesmo não aconteceu com a pós-modernidade e com a neo-modernidade. Decorrentes do que viria a ser “paradigma neo-moderno”, o idealismo crítico, o marxismo crítico, a história institucional e política clássica, a história económica e social clássica, a história nova e a história estruturalista surgem a partir da década de 1930. Contestam aspetos nucleares das “historiografias modernas” antes mesmo da “ruptura pós-moderna”. Por sua vez, a nova história económica e a historiografia neo-narrativista, tributárias do “paradigma pós-moderno”, opõem-se mais às “historiografias neo-modernas” do que às derivações do “paradigma moderno”.

Complementarmente, parte substancial das ‘escolas’ historiográficas associadas aos vários paradigmas epistemológicos desvalorizou, mais do que nas outras ciências (da natureza e sociais), a importância dos conceitos teóricos no esforço de produção de discursos objetivantes e operatórios sobre a realidade. Exceção feita ao positivismo, essa mesma tendência é, por definição, bastante marcada nas correntes associadas ao “paradigma moderno” e ao “paradigma pós-moderno”. Mesmo as “historiografias neo-modernas” (salvo as correntes marxista crítica e estruturalista) acabaram por negligenciar a relevância do debate teórico. Salientam-se os

exemplos da historiografia marxista – na qual, muitas vezes, a reflexão teórica foi substituída por exercícios retóricos de cariz ideológico – e da história nova, quase sempre timorata ou sincrética no que diz respeito à utilização de modelos abstratos de âmbito geral.

Ciência, ideologia e interesses sociais³

Adotando-se os pressupostos do “paradigma neo-moderno”, o correlacionamento entre ciência e ideologia – na terminologia dos outros paradigmas epistemológicos, o correlacionamento entre “conhecimento objectivo e neutro” e interesses (individuais, grupais, organizacionais, nacionais, etc.) – deixaria de ser encarado como um mal absoluto a limitar tanto quanto possível (“paradigma moderno”) ou, na perspetiva do “paradigma pós-moderno”, enquanto inevitabilidade a aceitar de forma não valorativa e apenas atenuável para determinadas vertentes da realidade, empiricamente acessíveis ou reconstituíveis através de modelos matemáticos. Algo de semelhante se aplicaria às características das e às ligações entre ciências e tecnologias, abandonando-se as perspetivas de que estas últimas seriam saberes indiscutíveis de aplicação necessária ou, em alternativa, instrumentos de controlo geradores de violência, nomeadamente quando baseados em modelos teóricos globalizantes e de matriz qualitativa.

Defendo, assim, que, por um lado, em termos abstratos, ciência e ideologia são categorias diferentes e quase incompatíveis. Enquanto a primeira visa produzir e divulgar conhecimento acerca da realidade, a segunda pretende conseguir apoio para uma determinada leitura sobre a mesma. Se para a ciência a aproximação ao objeto de estudo é essencial, na perspetiva da ideologia o fundamental está na competência para adquirir e manter apoios. Por outro lado, em todas as áreas científicas,

³ Cfr., nomeadamente, J.P.A. Nunes, 1989; J.P.A. Nunes, 1990-1993; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 1996/1997; J.P.A. Nunes, 1999; J.P.A. Nunes, 2006; J.P.A. Nunes, 2007a; J.P.A. Nunes, 2007b; J.P.A. Nunes, 2013a; J.P.A. Nunes, 2013b; J.P.A. Nunes, 2015; M. Roberts, 2004; L.R. Torgal, 1996.

qualquer sujeito de conhecimento só pode atuar se partir da sua visão idiossincrática, ou seja, do somatório das suas experiências, valores e conhecimentos. Reconhece-se, também, que, inúmeras vezes, não só os vetores ideológicos não impedem o conhecimento da realidade como estão na origem de avanços significativos em várias áreas de saber.

Perante um tal acréscimo dos graus de indefinição e de exigência inerentes ao universo da ciência, torna-se decisivo apostar no aprofundar da reflexão deontológica e epistemológica, teórica e metodológica, cultural e cívica, condição necessária para o reforço da capacidade de fazer, em cada momento e para cada problemática, as escolhas mais operatórias. Trata-se de gerar conhecimento o mais objetivante possível, temporariamente válido e adequado para a estruturação de soluções tecnológicas eficazes, fruto da combinação coerente de elementos culturais e ideológicos, de pressupostos deontológicos e epistemológicos, de conceitos e de métodos de investigação com origens mais ou menos diferentes. Implica uma abordagem interdisciplinar e não sistémica nem empirista, socialmente empenhada mas não sectária. Decorre de um acrescido esforço para produzir aproximações à realidade numa etapa marcada pela implosão da generalidade das certezas herdadas do “paradigma moderno”.

Relativamente às tecnologias de base científica, começo por salientar que podem ser geradas tanto a partir das ciências da natureza como das ciências sociais. Recuso, em seguida, as tentações cientistas, ou seja, quaisquer possibilidades de apresentação de hipóteses de solução para problemas sociais como caminhos únicos e inevitáveis porque baseados em conclusões científicas (absolutas e definitivas, neutras e benignas). Se, mau grado todas as limitações reconhecias e cautelas introduzidas, as ciências continuam a procurar conhecer a realidade, as tecnologias visam transformar o existente em algo diferente. Lidam, pois, intrinsecamente, quer com conhecimento científico estabilizado, quer com opções cívico-ideológicas (conceções, necessidades, interesses, avaliações de custo/benefício).

Evoco, a título ilustrativo, exemplos de tecnologias associadas ou relacionáveis com a historiografia, nomeadamente a didática e a divulgação da história, o património cultural e a museologia, o planeamento do ter-

ritório e a gestão urbanística, a cultura organizacional e a publicidade/*marketing*, o turismo e a animação culturais. Em todos estes âmbitos de análise e de intervenção, deparamos com a presença, tanto de resultados da atividade de várias comunidades científicas, tecnológicas e de outros saberes (historiografia, psicologia, ciências da educação, sociologia, antropologia, ciência política, ciência da informação, ciências da comunicação, geografia, economia e gestão, engenharias, arquitetura, turismo, etc.), como de formas diferentes ou alternativas de encarar, nomeadamente, os indivíduos e as sociedades, os sistemas de ensino e o ensino da História, as memórias históricas e as identidades culturais, o património cultural e os museus, a utilização do território e a evolução dos espaços urbanos, as instituições públicas e as organizações privadas.

Em termos gerais e, de forma acrescida, à luz dos princípios do “paradigma neo-moderno”, penso que a historiografia e as tecnologias derivadas dependem, para ampliar os respetivos níveis de objetivação e de operatividade, do reforço do debate teórico, isto é, da explicitação de procedimentos de utilização de conceitos e do considerar da relevância de um determinado conjunto de categorias para a análise de cada objeto de estudo. Assumo, finalmente, que um conceito é um instrumento teórico que tem por objetivos ajudar a reconstituir, entender e comparar objetos de estudo complexos – as problemáticas delimitadas e os respetivos enquadramentos –, não uma listagem exaustiva de características empíricas de presença supostamente obrigatória.

Tipologia de regimes políticos⁴

Correndo, embora, o risco de simplificar, adoto a proposta de periodização segundo a qual a época contemporânea teve início, antes de mais por influência da Holanda, da Inglaterra, dos EUA e de França, na segunda metade do século XVIII. Ocorreram, então, transformações

⁴ Cfr., entre outros, M. Blinkhorn, 1990; B. Fausto, 2005; J. Ferreira, 2003; A.M. Hespanha, 2003; J.P.A. Nunes, 2002; R. Rémond, 1994.

profundas nos planos político, cultural, social e económico: emergência do liberalismo, do nacionalismo e do colonialismo; consolidação do domínio do iluminismo e dos cientismos no âmbito da cultura erudita; estruturação de sociedades de classes, de burguesias e classes médias, operariados e campesinatos; industrialização, urbanização e afirmação da economia-mundo capitalista (com centros, semi-periferias e periferias).

Desde o século XVIII até aos nossos dias, face a condicionalismos nacionais e tendo em conta modalidades de integração em sistemas de relações internacionais, é possível identificar um grande número de situações diferentes no que à história política diz respeito. A tipologia de regimes políticos com a qual concordo viabiliza, precisamente, o agrupamento da enorme variedade inicial de realidades concretas num número limitado de categorias; a comparação dialética, não apenas funcional, entre objetos de estudo oriundos de vários espaços nacionais e conjunturas epocais; a elucidação do correlacionamento entre sistemas políticos e interesses sociais, entre equilíbrios nacionais e contextos internacionais.

Partindo dos figurinos políticos existentes nos séculos XV a XVIII, referem-se as monarquias absolutas de direito divino e carácter corporativo, os parlamentarismos plutocráticos e os despotismos esclarecidos. Enquanto o primeiro modelo enquadra a maioria das soluções vigentes durante a época moderna na Europa e na Ásia, o segundo corresponde às primeiras alternativas de cariz proto liberal, verificadas em países como a Holanda e a Inglaterra. Por sua vez, o terceiro conceito corresponde a tentativas de modernização parcelar e de reforço da eficácia dos aparelhos político-administrativos das monarquias absolutas sem alteração das suas próprias fontes de legitimidade e dos equilíbrios essenciais das sociedades de Antigo Regime.

Já em plena época contemporânea, inicialmente para a Europa e para a América, depois, à medida que ocorreram processos de autodeterminação e de independência, também para a Ásia e para África, propõem-se as categorias de liberalismo conservador, monarquia autocrática, demoliberalismo, autoritarismo, democracia e totalitarismo. A quase totalidade dos conceitos em apreço poderá ser cruzada com os modelos de “regime segregacionista” – o qual começou por ser designado como “regime de

independência branca” por ter surgido associado ao estudo da República da África do Sul e da República da Rodésia – ou de “regime não segregacionista”. Estas últimas duas categorias permitem considerar as situações em que os direitos de participação política efetiva são, ou não, (informal ou formal, parcial ou integralmente) negados tendo em conta argumentos de natureza étnica e/ou religiosa.

Numa abordagem superficial, dir-se-ia que, por terem origem nos revolucionários princípios liberais, os regimes liberais conservadores, demoliberais e democráticos seriam quase idênticos. Em sentido inverso, a ligação aos valores antiliberais tornaria semelhantes as monarquias autocráticas, os autoritarismos e os totalitarismos. Apesar de operatórios, os raciocínios em causa não devem levar a que se ignorem, quer vetores de diferenciação, quer outros elementos de caracterização, como a competição entre países, correntes e soluções políticas; a radicalização gerada por conflitos militares e por mudanças políticas violentas; as sequelas de crises económicas e sociais e da rivalidade entre grupos nacionais, étnicos e religiosos.

Fruto da aplicação e, ao mesmo tempo, da derrogação de muitos dos valores liberais, os regimes liberais conservadores implicaram, nomeadamente, a separação entre “cidadãos ativos”, “cidadãos passivos” – mulheres, pobres, analfabetos – e “não cidadãos” (escravos e/ou outros seres humanos considerados “inferiores” segundo critérios “rácicos”, “civilizacionais”, médicos ou judiciais); o não reconhecimento de direitos políticos formais à maioria da população de cada país. Acarretaram, igualmente, a tendencial limitação dos Estados às funções de soberania e de regulação jurídica preventiva ou coerciva; o agravamento dos níveis de precariedade que marcavam a vida dos indivíduos; a ilegalização e a repressão de grande parte das formas de organização sociolaboral das classes populares.

Decorrentes, por um lado, da argumentação e da combatividade dos excluídos pelos regimes liberais conservadores ou por soluções políticas antiliberais; por outro, das cedências negociadas por quem monopolizava o acesso formal ao poder político, os demoliberalismos e as democracias acarretam progressivos alargamentos de direitos, responsabilidades,

mecanismos de enquadramento e modalidades de controlo. Ampliou-se ou universalizou-se e viabilizou-se a participação política formal; explicitaram-se direitos de cariz económico, social e cultural; reforçaram-se as competências dos Estados e a dimensão das respetivas estruturas administrativas; reabilitaram-se as “sociedades-providência, evoluindo-se depois no sentido da estruturação de “Estados-Providência” e de “Estados-Providência”; legalizaram-se e integraram-se os sindicatos, no seguimento do que já acontecia com as organizações empresariais/patronais e com as associações de profissionais liberais.

À semelhança dos despotismos esclarecidos, o conceito de monarquia autocrática ajuda a compreender estratégias de transformação social global que, partindo de monarquias absolutas, procuram estruturar Estados-Nação com capacidade de competir com as novas soluções políticas (liberais conservadoras, demoliberais ou democráticas). Nessas etapas, a adoção de modelos político-administrativos contemporâneos – “sociedades civis” e Parlamentos; Governos e Forças Armadas; sistemas judiciais e forças policiais; sistemas fiscais e aduaneiros; políticas económico-sociais e, por vezes, administrações coloniais; sistemas de investigação/ensino e políticas de memória/identidade (discursos historiográficos e comemorações histórico-patrióticas, monumentos e museus, estatuária e toponímia, etc.) – coexiste com a legitimação divina da soberania do monarca, com ausência de separação e de limitação constitucional do exercício dos poderes legislativo, executivo e judicial.

Uma vez que assumem uma natureza ditatorial, os regimes autoritários – conservadores ou modernizadores; de direita, centro ou esquerda – pressupõem, explícita e formalmente, a privação de direitos político-jurídicos. Visam promover o regresso à “normalidade”, interrompendo para o efeito situações tidas como massivamente disfuncionais; pretendem garantir a construção de novos equilíbrios, superando resistências encaradas como generalizadas. Impõem, pois, de forma temporária e parcial, tanto a reserva da capacidade de formulação de alternativas e de decisão para determinadas elites ou para segmentos mais amplos das populações dos países em causa, como a utilização de antigas e de novas modalidades de repressão (sobretudo punitiva) e de enquadramento.

Diferentemente, as ditaduras totalitárias – tradicionalistas, conservadoras e/ou modernizadoras; de extrema direita ou de extrema esquerda – implicam um diagnóstico prévio de ameaça total e continuada à sobrevivência das comunidades políticas em causa; a diabolização das concepções e práticas alternativas, apresentadas como sendo de origem estrangeira e maligna mas contando com apoios internos; a certeza quanto à validade absoluta do ideário proclamado, garantida pela ciência, pela filosofia, pela religião e/ou pelo senso comum. Prometem a “regeneração integral” dos Estados em apreço, a alcançar através da recuperação de soluções que no passado já teriam assegurado harmonia e grandeza (“utopias regressivas”) e/ou da antecipação do concretizar de futuros pré-determinados.

Surgem, pois, os totalitarismos como respostas permanentes e definitivas – porque decorrentes da suposta identidade e das necessidades estruturais dos agregados humanos envolvidos (países e/ou nações, grupos étnicos e/ou religiosos, grupos sociais, etc.) – aos fatores de degradação (desagregação, subordinação, implosão) e/ou às potencialidades de realização plena (nos planos do sistema de relações internacionais, das relações interétnicas e inter-religiosas, das relações sociais, etc.) que teriam acompanhado os processos de construção da contemporaneidade. A justificação para o ampliar, qualitativo e quantitativo, dos níveis de enquadramento – neutralizador ou mobilizador – e de repressão – preventiva e punitiva – decorreria dos graus de violência impostos pelos inimigos internos e externos, do carácter patológico das outras correntes ideológicas e das respetivas consequências, da obrigação e da urgência de fazer evoluir as sociedades no sentido supostamente demonstrado pelos vários saberes invocados.

Reconhecendo-se que as características dos regimes de matriz liberal e das ditaduras são substancialmente diferentes e, muitas vezes, opostas, será eficaz reconhecer as virtualidades de uma abordagem autónoma dos processos de transição e/ou de mudança revolucionária entre soluções políticas associadas a cada um dos referidos subuniversos. No que concerne à mutação de soluções de origem liberal para ditaduras, o conceito de transição deverá integrar, entre outras, variáveis como a cooptação por parte das elites tradicionais ou a intervenção militar; as estratégias

de transformação explícitas e rápidas ou subliminares e lentas; a incorporação simultânea de propostas e de modalidades de intervenção de direita, centro e esquerda. Quanto às evoluções em sentido contrário, interessará considerar questões como a memória da violência e a “justiça transicional”; o grau de desmantelamento das estruturas ditatoriais e a sua substituição por figurinos liberais conservadores, demoliberais ou democráticos; a capacidade de os novos regimes se legitimarem e de ampliarem as respetivas bases sociais de apoio.

Os casos português e brasileiro⁵

No último quartel do século XIX e ao longo do século XX, Portugal e o Brasil conheceram sucessivas modalidades de configuração político-institucional, decorrentes dos respetivos equilíbrios sociais e tradições ideológico-organizacionais; das interações com outras Nações, nomeadamente com os Estados preponderantes no sistema de relações internacionais e com países vizinhos; das sequelas dos grandes conflitos militares (Primeira Grande Guerra, Guerra Civil de Espanha e Segunda Guerra Mundial, “Guerra Fria”). As permanências e as transformações verificadas em Portugal, na regionalidade em apreço, decorreram, ainda, do facto de, enquanto “metrópole” com “ilhas adjacentes”, tutelar “territórios não autónomos” (“colónias” e “protectorados” ou “províncias ultramarinas”).

Podendo merecer a classificação de país semiperiférico ou de desenvolvimento intermédio, Portugal foi, no período em apreço, antes de mais influenciado por Espanha, pela Grã-Bretanha/Reino Unido e pela França, pela Alemanha e pelos EUA, pela Itália e pela Rússia/URSS.

⁵ Cfr., nomeadamente, M.G.A. Almeida, 2001; F. Catroga, 2011; M.B. Cruz, 1988; R. Griffin, 1996; R. Griffin, 2007; E. Hobsbawm, 1996; S.J Lee, 1996; J.J. Linz, 2000; M. Loff, 2000; M. Loff, 2008; J. Madeira, 2007; D.C. Mateus, 2004; J.P.A. Nunes, 2007c; J.P.A. Nunes, 2012; J.P.A. Nunes, 2014; R. Overy, 2005; S.G. Payne, 1980; S.G. Payne, 1983; S.G. Payne, 1993; I.F. Pimentel, 2007; A.C. Pinto, 1992; A.C. Pinto, 1994; A.C. Pinto, 2000a; A.C. Pinto, 2000b; A.C. Pinto, 2010; A.C. Pinto, 2012; D.L. Raby, 1990; R. Ramos, 1994; M.C. Ribeiro, 1995; F. Rosas, 1994; F. Rosas, 2001; F. Rosas, 2009; F. Rosas, 2012; H. Rousso, 1999; A.J. Telo, 2000; L.R. Torgal, 2009.

A Grã-Bretanha/Reino Unido (até 1939) e os EUA (a partir de 1945) desempenharam a função de potência dominante do sistema de relações internacionais e, nomeadamente, das zonas do globo relevantes para Lisboa. Com algumas exceções, Londres e Washington condicionaram e apoiaram as opções externas lusas sem interferir explicitamente nas respetivas escolhas político-institucionais internas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha pretendeu substituir o Reino Unido e o Estado Novo de António de Oliveira Salazar procurou adaptar-se a essa possibilidade e/ou ameaça.

Enquanto país vizinho de maior dimensão, Espanha continuou a ser, até à integração de ambos os Estados na CEE/UE, um misto de parceiro cuja estabilidade interessava apoiar – por razões económico-financeiras mas, essencialmente, para evitar que servisse de espaço de sustentação a organizações políticas portuguesas oposicionistas – e de ameaça de anexação ou de subordinação geoestratégica. A Alemanha (de 1871 a 1939), a Itália (de 1922 a 1943) e a Rússia/URSS (a partir de 1917) foram encarados como exemplos a seguir parcialmente em termos de organização política interna (Alemanha e Itália) ou como arquétipo de regime maligno (Rússia/URSS). Aparentando, embora, constituir a principal referência ideológica e política para as elites portuguesas, dada a sua posição secundária ao lado da Grã-Bretanha/Reino Unido e dos EUA (“potências marítimas”), face ao seu perfil de “potência continental”, a França adotou sempre um registo de complementaridade.

Após a “Crise de 1890/1891”, no seguimento de décadas de vigência de um regime liberal conservador (depois de 1820, 1834 ou 1850/1851), será operatório considerar que Portugal passou a ter uma monarquia demoliberal com elementos de autoritarismo. As personalidades de D. Carlos I, João Franco e Mouzinho de Albuquerque, o Regicídio de 1908 e a tentativa de criar um partido político monárquico de massas simbolizariam esse esforço de aumento de direitos de participação política formal, de mecanismos de regulação económica, de responsabilidades sociais do Estado, de possibilidades de organização sociolaboral. Acarretaram, por outro lado, a ampliação de modalidades administrativo-policiais e judiciais de controlo e repressão, a hostilização sistemática dos sectores

republicanos e das correntes socialistas radicais, a recusa da evolução no sentido de um sistema político democrático.

Mau grado os indícios imediatos de modificação profunda – substituição da configuração monárquica pela republicana por intermédio da Revolução de 5 de outubro de 1910, laicismo e anticatolicismo, retórica política e produção legislativa de cariz democratizante –, a Primeira República (1910-1926) manteve os traços fundamentais que justificam a utilização da categoria de regime demoliberal com vetores de autoritarismo. Assistiu-se, no essencial, ao prolongar de significativas limitações dos direitos de intervenção política formal; de mecanismos públicos e privados de controlo e repressão; de segregação dos sectores monárquicos e das correntes socialistas radicais; de consolidação de aspirações, organizações e experiências autoritárias ou proto-totalitárias, com destaque para a radicalização à direita dos projetos de restauração monárquica (1910-1919), para o Integralismo Lusitano, para o “interregno sidonista” (1917-1919), para o emergir de um frentismo de direita e de extrema-direita na primeira metade da década de 1920.

Suspensa a Primeira República através do Golpe Militar de 28 de maio de 1926, foi anunciada a adoção de uma solução ditatorial temporária e parcelar. O figurino autoritário, marcado pela instabilidade decorrente dos conflitos no interior da “situação” e com as oposições, visaria, apenas, aperfeiçoar o regime anterior: desmantelando a hegemonia da “facção democrática” e promovendo o reforço da posição de sectores conservadores, disciplinando o movimento sindical e normalizando as relações com a Igreja Católica, baixando os níveis da despesa pública e renegociando a dívida externa. Não pretenderia acusar a República demoliberal com traços de autoritarismo de violentar o essencial da “identidade nacional” nem substituí-la por um sistema político alternativo.

Fragilizados pela incapacidade, tanto de alcançar os objetivos financeiros delimitados, como de impedir a eclosão de sublevações reviralthistas, os líderes da Ditadura Militar oriundos da “direita republicana” foram ultrapassados por António de Oliveira Salazar (Ministro das Finanças desde 1928, Presidente do Conselho a partir de 1932). Defensor de um projeto de ditadura permanente e integral, apresentado como regenera-

dor de um Estado-Nação em profunda decadência devido à influência de concepções e de práticas tidas como malignas, patológicas e/ou estrangeiradas, contou com o apoio – ativo ou passivo – de muitos dos oficiais das Forças Armadas e das forças policiais, da Igreja e da “ação católica”, das organizações empresariais e das associações de profissionais liberais, do funcionalismo público e do campesinato do centro e norte de Portugal continental, dos Açores e da Madeira.

Estruturado a partir de 1930, institucionalizado em 1933, o Estado Novo pode, assim, ser caracterizado como regime de tipo fascista, tendencialmente totalitário. Apesar dos relativamente baixos níveis de explicitação ideológica e jurídico-política, de violência policial e de irredentismo militar – explicáveis pelas características e escolhas dos chefes da ditadura, pela inexistência prévia de um partido político de massas de extrema-direita, pelos baixos níveis de mobilização política de grande parte da população portuguesa, pelo estatuto de pequeno país com desenvolvimento intermédio, pela integração na “zona de influência” do Reino Unido/França e, depois, dos EUA –, o salazarismo (antes e depois de 1945) e, mesmo, o marcelismo foram projetos sistémicos de controlo, repressão e reorganização do país – da “Metrópole”, das “Colónias” e “Protectorados” ou “Províncias Ultramarinas”; dos “colonos”, dos “nativos”, dos “assimilados” e dos “indígenas” – a partir do Estado e da “sociedade civil”.

Salientam-se, a este propósito, a centralidade da figura do “Chefe” fundador do Estado Novo – António de Oliveira Salazar – e a natureza sobretudo cenográfica da Constituição de 1933. Destaca-se a importância das Forças Armadas, das forças policiais e do sistema de “justiça política”, o qual incluiu a polícia política e os tribunais especiais, prisões especiais e locais de deportação, arbitrariedade e, depois, formalização jurídica da repressão preventiva e punitiva. Evoca-se a abrangência das estruturas envolvidas no esforço de enquadramento material e ideológico da população, antes de mais, os organismos de propaganda e de censura, a “educação nacional” e o património cultural, as obras públicas e a “organização corporativa”. Refere-se a ampliação do grau de fusão entre o Estado e as instituições oficiosas do regime (Câmara Corporativa e União Nacional, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa/Mocidade Portuguesa Feminina,

etc.), a Igreja e a Ação Católica Portuguesa – implicando a extinção do partido democrata-cristão e dos sindicatos católicos, a perseguição dos “católicos progressistas” –, a generalidade das organizações da “sociedade civil” (socioprofissionais e assistenciais, culturais e desportivas, etc.).

Lembra-se, também, a prolongada recusa do regime português em aceitar elementos nucleares da evolução das sociedades centrais e semi-periféricas desde a Segunda Guerra Mundial (desde o início do fim da “época do fascismo”). Elencam-se, entre outros, o objetivo de derrotar o Terceiro Reich nacional-socialista e a emergência dos EUA enquanto potência liderante do “Mundo Ocidental”, a promoção do desenvolvimento integrado nos moldes de um capitalismo regulado por “Estados-Providência” e contando com o apoio da OEEC/do “Plano Marshall”, o reforço dos níveis de integração da Europa Ocidental e as virtualidades de regimes demoliberais ou democráticos, o reconhecimento do direito à autodeterminação das populações dos “territórios não autónomos” e a negociação dos respetivos processos de independência.

Crescentemente fragilizado pelas más condições de vida nas zonas rurais e por uma emigração massiva, por contestação estudantil e sindical organizada a partir de Associações de Estudantes e de Sindicatos Nacionais até pouco antes mais ou menos coercivamente apoiantes da ditadura, pelas guerras coloniais e pelo reforço das oposições, o marcelismo acabou por ser derrubado pelo Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, o qual se transformou numa Revolução. Assumindo a forma de mudança revolucionária, mas, também, de transição, superada uma fase de radicalização político-ideológica e socioeconómica à esquerda e à direita – o PREC –, a referida etapa culminou na implantação de um regime democrático e na aceitação da independência das ex-colónias, na reprodução de um capitalismo semiperiférico e na ampliação de um “Estado-Providência”, na opção de permanecer na NATO e de aderir à CEE.

Relativamente ao Brasil, Estado independente desde 1822, será operatório afirmar que continua a tratar-se de uma nação periférica ou sub-desenvolvida, mau grado a evolução verificada nas últimas décadas e o facto de ter passado, quer a ser referenciado como “país emergente”, quer a ocupar uma posição mais relevante no âmbito do sistema de relações

internacionais do pós-“Guerra Fria”. Dependeu, ao longo da centúria em causa, sobretudo da Grã-Bretanha (até à Primeira Grande Guerra) e dos EUA (a partir da Segunda Guerra Mundial). Na segunda metade da década de 1930, o Terceiro Reich nacional-socialista reivindicou o direito de substituir ou de partilhar com o Reino Unido e com os EUA a função de liderança à escala global, tendo o Estado Novo de Getúlio Vargas encarado essa possibilidade como uma oportunidade de consolidação interna e de reposicionamento externo. A Argentina e o Chile assumiram o estatuto de rivais e/ou de principais parceiros no contexto imediato da América do Sul.

Depois das mais de seis décadas de regime liberal conservador monárquico conciliável com a manutenção da escravatura, partindo do Golpe Militar de 15 de novembro de 1889, foi instaurada uma república demoliberal com traços de autoritarismo e de segregação étnica. Sob a liderança de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945 o Brasil adotou soluções ditatoriais de direita de cariz autoritário e/ou totalitário. Na terminologia da época, muitas vezes adotada pela historiografia, a “República Velha” foi substituída pela “República Nova” e, nesta, pelo auto-designado Estado Novo. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, em 1945 verificou-se a adoção de um regime demoliberal próximo da democracia. Após o inter-regno resultante da Presidência de Eurico Gaspar Dutra, o mesmo Getúlio Vargas e os seus continuadores tardios (João Goulart e, potencialmente, Leonel Brizola) ou outros Chefes de Estado – Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros – simbolizaram a concretização de programas políticos de centro-esquerda, muitas vezes catalogados como “desenvolvimentistas” e “trabalhistas” ou “populistas”.

Ampliados pela lógica da “Guerra Fria”, as dificuldades económico-financeiras e os conflitos de interesses acumulados resultaram, com o apoio e a intervenção direta dos EUA e de outros Estados do “Mundo Livre”, no eclodir do Golpe Militar de 1964 e na consolidação de uma semi-assumida ditadura militar de direita de natureza autoritária e/ou totalitária. Considero, assim, ser operatório comparar a ideologia e outras características dos movimentos e dos regimes de tipo fascista – muitas vezes encarados como existentes apenas na Europa e nas décadas de 1920

a 1940 – com as concretizações imateriais e institucionais ou organizacionais, em países periféricos ou, mesmo, semiperiféricos (americanos, asiáticos, africanos, do Sul da Europa), da norte-americana “Doutrina de Segurança Nacional”.

Culminando um multifacetado e contraditório processo de transição desencadeado em 1974, em 1985 o Brasil configurou um regime democrático que vigora até hoje. Discordo dos estudiosos que põem em causa a natureza no essencial democrática do atual figurino político brasileiro face à reprodução de elevados níveis de desigualdade social e de violência, de corrupção e de nepotismo. Considero que a explicação para tais bloqueios resulta mais de fatores não político-institucionais – os desequilíbrios socioeconômicos internos e a posição relativa na economia-mundo capitalista, o abstentismo cívico e o radicalismo ideológico, etc. – do que da impossibilidade substancial de fazer dos sistemas político e judicial instrumentos auto-limitados e aperfeiçoáveis de representação proporcional e regulada dos vários interesses sociais e das diversas mundividências.

Diferentemente do sucedido na Europa Ocidental, os projetos de cooperação regional da América do Sul – da América Latina ou do conjunto do continente americano em geral – quase não ultrapassaram, ainda, o nível da retórica política. O predomínio de concepções nacionalistas e, em simultâneo, culpabilizadoras de um “outro” dominador, explorador e gerador de disfunções estruturais (Portugal ou Espanha, Grã-Bretanha, EUA), limitam, pois, a capacidade de o Brasil e outros países latino-americanos contribuírem, tanto para novas configurações do sistema de relações internacionais – tornando-o mais multipolar e com uma governação acrescidamente multilateral –, como para o reforço de regimes políticos democráticos e de estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável.

Conclusão

Penso ter argumentado com coerência em favor da hipótese segundo a qual a análise da história da historiografia e das outras ciências

sociais, partindo das categorias de “paradigma moderno”, “paradigma pós-moderno” e “paradigma neo-moderno”, permite um acréscimo significativo de operatividade no que concerne à compreensão, quer dos processos de evolução endógena dessas áreas de saber, quer do seu correlacionamento com os respectivos contextos sociais globais. Algo de semelhante terá sido feito no que diz respeito à forma como, em ciências e em tecnologias sociais, encaramos os dilemas decorrentes da relação entre ciência e ideologia, entre objetividade e objetivação, entre conhecer e transformar a realidade.

Defendi, igualmente, por um lado, as vantagens para a historiografia de uma utilização operatória dos conceitos teóricos; por outro, a pertinência de uma determinada tipologia de regimes políticos, aplicável ao estudo da época contemporânea. Esbocei, para terminar, uma tentativa de considerar a evolução política de Portugal e do Brasil, ao longo dos séculos XIX a XXI, à luz dos referidos modelos. Mais do que salientar excecionalidades e aleatoriedades – quase sempre parcelares e temporárias –, deveríamos, partindo de instrumentos teóricos de utilização universal, estabelecer comparações que viabilizam destacar semelhanças e diferenças, permanências e alterações, condicionalismos estruturais e fatores transitórios.

Tanto acerca da história contemporânea de Portugal como do Brasil, continuam, pois, a ser pertinentes projetos de investigação e de transferência de saber, estratégias de ensino e de divulgação, debates culturais e cívicos, abordagens disciplinares e interdisciplinares, leituras monográficas e comparativas que contribuam para um melhor conhecimento destes e de outros fenómenos. Destaco, nomeadamente, a presença de modalidades institucionais e informais de discriminação por critérios de ordem étnica; os condicionalismos explicativos do insucesso de experiências políticas demoliberais e democráticas; a natureza do Estado Novo português, do Estado Novo brasileiro e da Ditadura Militar brasileira; o âmbito e as implicações de processos de transição entre figurinos ditatoriais e soluções que garantem amplos direitos de participação política; as características diferenciadoras de regimes democráticos face a modelos demoliberais.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de – *A construção da verdade autoritária (1937- 1945)*. São Paulo: USP/Humanidades, 2001.
- BLINKHORN, Martin (ed.) – *Fascists and conservatives*. Londres: Unwin Hyman, 1990.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – “O abençoado retorno da velha história”, *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 122, 1993 (3.º). p. 623-630.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *As escolas históricas* (trad. do francês). Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990.
- CATROGA, Fernando – *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CATROGA, Fernando – “Caminhos do fim da história”, *Revista de História das Ideias*, vol. 23, 2002. p. 131-234.
- CATROGA, Fernando – “Transição e ditadura em Portugal nos primórdios do século XX”, MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: IUC, 2011. p. 31-95.
- CRUZ, Manuel Braga da – *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. – *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2005, 2.ª edição.
- Fazer história* (trad. do francês), 3 volumes, Amadora, Livraria Bertrand, 1977-1987.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) – *O Brasil republicano*, 4 volumes. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- FERRO, Marc – *L’histoire sous surveillance. Science et conscience de l’histoire*, Paris : Calman-Lévy, 1985.
- GRIFFIN, Roger – *The nature of fascism*. Londres: Routledge, 1996, 3.ª edição.
- GRIFFIN, Roger – *Modernism and fascismo*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.
- HESPANHA, António Manuel – “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, n.º 9, 1986. p. 65-84.
- HESPANHA, António Manuel – “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, vol. XXXVII, no 165, Inverno de 2003. p. 1285-1302.
- HOBBSBAWM, Eric – *A era dos extremos. História breve do século XX (1914-1991)* (trad. do inglês). Lisboa: Editorial Presença, 1996.

- JAMESON, Frederic – *Posmodernism or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press, 1991.
- LEE, Stephen J. – *The european dictatorships (1918-1945)*. Londres: Routledge, 1996, 9ª edição.
- LINZ, Juan J. – *Totalitarian and authoritarian regimes*. Londres: Lynne Rienner, 2000.
- LOFF, Manuel – “Los regímenes autoritarios”, *Ayer*, no 37, 2000. p. 125-162.
- LOFF, Manuel – “O novo século é fascista!”. *O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.
- MADEIRA, João *et al.* – *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- MATEUS, Dalila Cabrita – *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.
- NUNES, Adérito Sedas – “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, vol. VIII, n.º 30/31, 1970. p. 201-298.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Ensino da história: que conhecimento e que memória(s)?”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989. p. 641-680 – em colaboração.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Uma leitura católica conservadora da história: o CADC de Coimbra e a revista *Estudos* entre 1922/1923 e 1934”, *O Estudo da História*, II Série, n.º 12-15, 1990-1993, vol. I. p. 259-281.
- NUNES, João Paulo Avelãs – *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Lisboa: IIE, 1995.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo (1934-1949)”, *Anais/História* [UAL], 1996/1997. p. 235-275.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Ensino da história e exercício da cidadania. O exemplo da Revolução de 25 de Abril de 1974”, *O Ensino da História*, III Série, n.º 15, Outubro de 1999. p. 13-19.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *População e Sociedade*, no 8, 2002. p. 73-101.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Deontologia, desempenho profissional e utilidade social”, *O Ensino da História*, III Série, n.º 32, julho de 2006. p. 21-23.

- NUNES, João Paulo Avelãs – “A Didáctica da História e o perfil do professor de História”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007^a. p. 87-105 – em colaboração.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “A “boa propaganda”, a “má propaganda” e o ensino da História”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007b. p. 165-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Funções da legislação no Estado Novo português (1926-1974)”, *Estado, direito e ética. Ensaios sobre questões da nossa época*, BORGES FILHO, Nilson e FILGUEIRAS, Fernando (org.), Juiz de Fora: Granbery Edições, 2007c. p. 31-50.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Progresso, ordem, crise e regeneração: do Ultimato à Ditadura Militar”, *Biblos*, 2.^a Série, vol. X, 2012. p. 117-130.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”, NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra: IUC, 2013a. p. 53-79.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia”, PIMENTEL, Irene Flunser e REZOLA, Maria Inácia (coord.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa: Edições tinta-da-china, 2013b. p. 363-384.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “A Primeira Grande Guerra, a emergência das massas e a (in)adaptação dos sistemas políticos”, *Revista Portuguesa de História*, t. 45, 2014. p. 39-52.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Investigação historiográfica e ensino da História. Reflexões em didáctica da História a propósito das Metas Curriculares”, *Revista Portuguesa de História*, t. 46, 2015. p. 487-507.
- OVERY, Richard – *Os ditadores. A Alemanha de Hitler e a Rússia de Estaline* (trad. do inglês). Venda Nova: Bertrand Editora, 2005.
- PAYNE, Stanley G. – *Fascism: comparison and definition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.
- PAYNE, Stanley G. – “Fascism” or “Bureaucratic authoritarianism?”, *Estudos de homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, vol. II. p. 523-531.
- PAYNE, Stanley G. – “Fascismo, modernismo, modernização”, *Penélope*, no 11, 1993. p. 85-102.

- PIMENTEL, Irene Flunser – *A história da PIDE*. Lisboa: Temas & Debates, 2007.
- PINTO, António Costa – *O salazarismo e o fascismo*. Lisboa: Editorial estampa, 1992.
- PINTO, António Costa – *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editorial estampa, 1994.
- PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) – *A Primeira República entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000a.
- PINTO, António Costa (dir.) – *Portugal contemporâneo* (trad. do inglês). Madrid: Edições Sequitur, 2000b.
- PINTO, António Costa (coord.) – *Rethinking the nature of fascism: comparative perspectives*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.
- PINTO, António Costa (org.) – *Governar em ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*. Lisboa: ICS, 2012.
- RABY, Dawn Linda – *Resistência antifascista em Portugal (1941-1974)* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Salamandra, 1990.
- RAMOS, Rui – *A segunda fundação (1890-1926)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 6.
- RÉMOND, René – *Introdução à história do nosso tempo* (trad. do francês). Lisboa: Gradiva, 1994.
- Revista de História Jerónimo Zurita*, n.º 71, 1995, p. 4-345 (“La historiografía en el horizonte del año 2000”).
- RIBEIRO, Maria da Conceição – *A polícia política do Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- ROBERTS, Martin (ed.) – *After de wall. History teaching in Europe (1989-2003)*. Hamburgo: Koerber Foundation, 2004.
- ROSAS, Fernando (coord.) – *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando – “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, n.º 157, 2001. p. 1031-1054.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Editora Tinta-da- China, 2012.
- ROUSSO, Henry (dir.) – *Stalinisme et nazisme. Histoire et mémoire comparées*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1999.

- SANTOS, Boaventura Sousa – *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1989.
- TELO, António José; TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *Portugal e a Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- TORGAL, Luís Reis – *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis *et al.* – *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- TORGAL, Luís Reis – *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*, 2 volumes. Coimbra: IUC, 2009.
- TRAVERSO, Enzo – *O passado, modos de usar* (trad. do francês). Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- VATTIMO, Gianni – *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

(Página deixada propositadamente em branco)

ENRIQUE SERRA PADRÓS

*Professor de História Contemporânea do Departamento de História
e do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. E-mail: lola@adufrgs.ufrgs.br.*

**DITADURA BRASILEIRA: REFLEXÕES E POLÊMICAS
NO CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE ESTADO
(EM PERSPECTIVA CONESULENSE)¹**

Introdução

O seguinte artigo apresenta um conjunto de reflexões centradas na ditadura brasileira de segurança nacional, mas dialoga com aspectos das experiências dos países vizinhos do Cone Sul da América Latina. Consideramos que, para além das especificidades nacionais (presença e hierarquia de fatores, ritmos conjunturais diferenciados, combinações particulares das relações de força, entre outras determinações), os vínculos existentes e a presença de características projetadas sobre a matriz comum, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), dentro do mesmo arco histórico (os anos 60 a 80), possibilitam aprofundar perspectivas comparativas, de contraste e conectivas. Para além dessas possibilidades, uma das marcas dessas experiências repressivas foi a integração das suas estruturas de inteligência e segurança na luta contra aqueles que foram identificados como “terroristas”, “subversivos”, “sediciosos” ou simplesmente “comunistas”; quer dizer, a existência de um elo vinculador que se expressou na montagem de uma complexa e aprofundada estrutura regional de conexão e colaboração repressiva coordenada (contra um “inimigo interno” comum) e que foi essencial na atuação securitista conjunta.

¹ O seguinte texto é uma adaptação da apresentação realizada na Mesa Redonda “As Oposições às Ditaduras”, no *Congresso Internacional Brasil/Portugal: Ditaduras, Transições e Democracias*, ocorrido em Santa Maria-RS, em 2015, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade de Coimbra.

Golpe: em nome do quê?

Ao avaliar a ditadura brasileira contrastando-a com as ditaduras vizinhas, uma primeira diferença a destacar relaciona-se com o *leitmotiv* contra o governo democrático apresentado no plano discursivo. No Brasil o golpe de Estado foi promovido com o argumento explícito de que se estava defendendo a democracia; ou seja, utilizou-se um jogo semântico diversionista, escondendo que o governo legal, constitucional e, portanto legítimo de João Goulart (*Jango*), acabou sendo derrubado com a justificativa de que se pretendia “proteger a democracia”. Complementando a lógica discursiva, os mentores dessa ação se apresentaram como representantes das liberdades e das instituições. Em seu nome agiram contra o que entenderam ser subversão, comunismo, autoritarismo e intenções e tendências ditatoriais do governo Goulart – ou gestadas com o seu aval –, fatores que, dentro dessa lógica, estavam conspurcando a sociedade nacional. Nesse sentido, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), os militares constitucionalistas e os movimentos sociais, principalmente os vinculados à luta pela terra (Master e Ligas Camponesas) foram identificados como instrumentos do comunismo internacional e, como tal, viraram alvos prioritários da ação saneadora das forças intervencionistas.

O grande paradoxo está no fato de que, a direita autoritária, ao identificar no governo Jango e seu entorno focos antidemocráticos, impôs, em nome da defesa da democracia, uma ditadura que perdurou, pelo menos, 21 anos. Por detrás do discurso oficial se tergiversou sobre a não aceitação de um projeto que, dentro da ordem capitalista ousava implementar reformas sociais que, sem afetar o status quo vigente, pretendia reorganizar uma estrutura social marcada por profunda desigualdade e pela periferação de importantes contingentes populacionais. O movimento golpista rejeitava propostas econômicas que apontassem para um projeto de desenvolvimento nacional que reforçasse maior autonomia em relação ao capital internacional e suas engrenagens de poder.

Em comparação, na Argentina e no Chile as justificativas foram mais diretas. No caso da Argentina, argumentava-se a necessidade de colocar um fim

ao descontrolo gerado pelo ciclo das administrações peronista (Héctor Cámpora – Juan Domingo Perón – María Isabel Martínez de Perón) e de contenção urgente do *terrorismo* e da *subversão* (a luta armada). Contudo, sob essa fachada procurou-se depurar a sociedade, eliminando politicamente a esquerda – particularmente a esquerda peronista e suas ramificações sindicais e estudantis bem como suas administrações provinciais.

No Chile, a ênfase estava colocada na destruição do “marxismo”, expressão utilizada tanto como sinónimo do “governo da Unidade Popular (UP)” quanto “comunismo” genérico. Neste país, a situação era vista como gravíssima, pois se entendia que esse marxismo era a essência do governo, ignorando seu perfil de frente popular e a participação de diversas organizações contidas no interior do seu espectro político (desde uma esquerda tradicional até uma centro-esquerda). Por detrás do combate ao “marxismo” objetivava-se a destruição das realizações do projeto socialista da Unidade Popular bem como das formas de organização dos setores populares, principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As reformas da administração Allende eram avaliadas como corrosivas e desagregadoras da “verdadeira” *chilenidad*; logo, eram muito perigosas para os interesses dos setores dominantes, o que exigia uma cirurgia profunda e enormes depurações – inclusive na esfera da estrutura estatal. Diferentemente das especulações de determinados setores golpistas brasileiros (caso dos governadores civis que participaram da conspiração), nem no Chile nem na Argentina se cogitava uma rápida redemocratização.

No Uruguai, o golpe foi promovido pelo presidente em exercício, Juan María Bordaberry, pertencente aos círculos políticos mais conservadores e integristas. Sob a intenção de combater a sedição e a subversão, a interrupção constitucional procurou enquadrar a poderosa Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) e atingir, preventivamente, o potencial crescimento da esquerdista Frente Ampla e dos setores reformistas do Partido Nacional (*Blanco*). Bordaberry defendia uma democracia acentuadamente restrita, onde não houvesse espaço de atuação para a esquerda partidária, mas também não para os partidos tradicionais; de fato, no seu projeto não cabiam partidos, divisão de poderes ou Parlamento; contava-se, sim, com a existência de um Conselho de Estado constituído por pessoas de máxima confiança do presidente, que auxiliariam em tarefas anteriormente desempenhadas pelos

ministérios, Poder Judicial e Poder Legislativo. A radicalidade da proposta provocou a colisão com seus sócios, os militares antidemocráticos, os quais consideravam essencial que, uma vez reconduzido o país a uma zona política de controle, o poder fosse devolvido aos partidos tradicionais, já depurados os setores suspeitos de algum grau de subversão. O impasse foi resolvido, na prática, com a crise institucional que distanciou Bordaberry dos militares, em 1976, e produziu sua destituição.² Entretanto, a palavra democracia continuou ausente do léxico político uruguaio.

Portanto, em perspectiva comparada, no Brasil, a pretensa ênfase na democracia explica a manutenção de formalidades democrático-liberais, sobretudo em conjunturas em que as mesmas não tinham maior serventia funcional para os grupos de oposição. Tal situação se assemelha àquela encontrada na dinâmica do Paraguai de Stroessner, onde se manteve a existência quase que exclusiva do Partido Colorado e de um jogo eleitoral totalmente viciado e controlado pelo poder vigente.³

Embates sobre a periodização do regime

A longa periodização da ditadura brasileira obriga a optar, metodologicamente, por recortes cronológicos menores que permitam integrar de forma mais coesa e coerente conjunturas com inteligibilidade própria, para uma melhor apreensão de dinâmicas, rupturas e continuidades que perpassam o extenso ciclo. Nos últimos anos tem incidido certo debate sobre essa longa periodização. A interpretação clássica consolidou, há muito tempo, os anos de 1964 e 1985 como sendo as marcas do início e fim do ciclo, respectivamente. Porém, essas convenções, atualmente, não estão isentas de debate.

Dentro de uma perspectiva estrutural, a data do golpe de Estado incorpora como antecedente imediato, a tentativa fracassada de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, no ano de 1961, após a controversa renúncia do

² CAETANO, Gerardo; RILLA, José. Breve historia de la dictadura. Montevideo: Banda Oriental, 1998.

³ SOLER, Leticia. Paraguay: la larga invención del golpe. Asunción: Arandurã, 2014.

presidente Jânio Quadros. Tal incorporação cronológica confere caráter explicativo crucial à análise da queda de *Jango*, realçando o fato de que, desde a assunção da presidência, sofreu campanha de desestabilização e descrédito, de intensidade crescente, envolvendo várias frações dos setores dominantes e de parte do alto comando militar.

Da mesma forma, a data de 1985, como fim de ciclo, é questionada por aqueles que consideram que a normalidade democrática se viu postergada ante a votação indireta que consagrou a dupla Tancredo Neves – José Sarney via Colégio Eleitoral (com regras de funcionamento determinadas pela ditadura) em detrimento do clamor massivo da campanha das *Diretas Já*. Somente após uma Assembleia Constituinte que resultou na Constituição de 1988, ocorreu uma eleição direta para a presidência da República (28 anos depois da última consulta popular), sem condicionantes ou restrições de qualquer tipo.

Outra polêmica sobre a cronologia do processo é perpassada pela clivagem da aplicação de instrumentos repressivos que qualificam o caráter ditatorial. Dentro do que se denomina “ditadura de curta duração”, certa historiografia revisionista defende que a ditadura só teria ocorrido entre o decreto do Ato Institucional N.º 5 (AI-5), no final de 1968, e o ano de 1979, quando acabou o efeito desse ato, da Lei de Censura e se aprovou a Lei de Anistia. Segundo esta interpretação, antes e depois dessa cronologia, existia uma estrutura híbrida, um Estado autoritário convivendo com instrumentos democráticos, o que diluiria os aspectos discricionários do regime. Uma variável dessa tese é a interpretação da *ditabranda*, defendida pelo jornal *Folha de São Paulo* ao ressaltar que, quanto a aspectos repressivos, a ditadura brasileira esteve longe da situação vivenciada pelos países vizinhos.⁴ Como corolário dessa afirmação, diferentemente daqueles, o Brasil teria experimentado uma espécie de *democradura*, algo distinto às experiências vizinhas. Tais interpretações ignoram que, desde os primórdios do golpe de Estado, desencadeou-se forte repressão em diversas regiões do território nacional, sobretudo em áreas periféricas ao Rio de Janeiro e a São Paulo, centros político-econômicos do país, reiterada-

⁴ “Limites a Chávez”. Editorial da *Folha de S. Paulo*. 17 de fev 2009. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> Acesso: 02 jun 2016.

mente tomados como termômetros das crises e tensões nacionais a partir da sua situação particular. De fato, em Pernambuco e Rio Grande do Sul, por exemplo, houve enorme violência (detenções massivas, aplicação de tortura e execuções) desde o início, pois eram áreas de intensa mobilização em apoio ao governo Goulart e suas reformas e contra a concentração fundiária e de riquezas.⁵

Por outro lado, ignorar o caráter ditatorial do regime pós 1979 implica em desconhecer fatos pontuais da maior significação (como o fracassado atentado do Rio Centro e os diversos casos da Operação Condor ocorridos em território brasileiro). Por outro lado, registra-se a intensificação da atuação dos aparatos de inteligência contra as estruturas de organização de nascentes movimentos sociais, no início dos anos 80 (novo sindicalismo, Movimento dos Sem Terra, Comissões Eclesiais de Base, Central Única dos Trabalhadores, etc.).

Independente dos debates sobre a periodização do processo ditatorial há uma ressalva a ser feita: foi na longa ditadura brasileira que, em contraste regional, houve uma oposição multifacetada que extrapolou os movimentos sociais, as organizações armadas ou o espaço cultural, tendo, inclusive, perfil parlamentar, algo único na região (com exceção de certas conjunturas do stonismo paraguaio). Mesmo que possa ser visto com o crivo irônico de ser uma oposição parlamentar “consentida”, ou seja, no limite do permitido pelo poder de fato (em determinados períodos e, marcadamente, nos últimos anos do regime), essa atuação ganhou reconhecido protagonismo e teve o rosto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Brasil: a ditadura, os golpistas e suas percepções

O governo João Goulart foi percebido pelos setores golpistas como um desafio a ser superado; sua gestão questionava aspectos essenciais da dominação de classe e colocava em risco os interesses da grande burguesia e da

⁵ Caso das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião em Pernambuco, e os Grupos de Onze Companheiros, vinculados à liderança de Leonel Brizola, especialmente no Rio Grande do Sul, mas também em outros estados da federação.

oligarquia agrária. A radicalização política imputada ao governo relacionava-se com o temor de que as organizações populares com sua capacidade de mobilização intercedessem no processo decisório sobre o projeto das Reformas de Base. A tentativa de esvaziar a capacidade decisória do Congresso a partir da pressão popular sobre os legisladores, acompanhada da ocupação do espaço público, perturbou a estratégia das frações abastadas, promotoras do clima de hostilidade contra o governo no parlamento; ali, dada a visível correlação de forças, se inviabilizava qualquer prognóstico otimista para o encaminhamento do projeto das reformas. O pânico tomou conta dos setores dominantes quando o presidente convocou eleitores e simpatizantes procurando gerar uma onda de manifestações para pressionar e demover os dirigentes partidários refratários; a estratégia era a de levar o Congresso a uma posição de negociação e diálogo. Sem dúvida, a possibilidade de aprovação das reformas perturbou as frações dominantes, a ordem social estabelecida e os interesses do capital internacional. Reforma agrária, reforma educacional (sempre estratégica, sempre perigosa), controle sobre a remessa de lucros e qualquer menção a expropriações (como as defendidas nas posições de Brizola e do seu setor) foram traduzidas, pelos setores golpistas, como antide-mocráticas e sinal irrefutável da entrega do país ao comunismo internacional.

A insistência com a reforma agrária e o controle sobre a retirada do país, do volume de lucro das empresas multinacionais, intensificou as tensões; o governo parecia decidido a endurecer ante as resistências encontradas. Por outro lado, a ênfase na reforma educativa pretendia qualificar a escola como espaço público a ser apropriado pelos setores menos favorecidos da sociedade com o intuito de ter a sua disposição um meio de ascensão social que permitisse, de alguma forma, diminuir as enormes distâncias existentes em um país tão desigual e dividido.

Ao mesmo tempo, um fator da maior gravidade pôs em alerta máximo as instituições militares. A aproximação do governo com suboficiais e oficiais de baixa patente incidia no interior das Forças Armadas em momento de crescente efervescência e de tentativa de criação de organizações representativas desses segmentos, dos praças e de marinheiros ante a alta oficialidade, procurando abrir plataformas de interlocução para apresentar demandas e denunciar tratamentos degradantes. Essa movimentação foi associada à perigosa

“subversão da ordem” no interior da corporação, o que poderia ser letal para a sua própria existência. A hipotética quebra da disciplina ou o decorrente questionamento da obediência devida foram avaliados como fatores de dissolução da autoridade e do verticalismo, algo que a estrutura militar não podia tolerar. A rejeição de negociação sobre essas diretrizes inalienáveis (ordem, disciplina, obediência e hierarquia) implodiu qualquer diálogo mínimo sobre a possibilidade de sindicalização dos praças e suboficiais. As Forças Armadas, como instituição, não perdoaram *Jango* por ter acolhido as demandas dos subalternos, atitude que se constituiu em um dos maiores fatores de desgaste nas relações entre o governo e a alta oficialidade.

Os setores que conspiravam conheciam muito bem o anticomunismo de Brizola e a origem terratenente de Goulart; sabiam que ambos os líderes estavam distantes de qualquer projeto de expansão das ideias comunistas, tão temido em um contexto de Guerra Fria e de Revolução Cubana. Contudo, exploraram a presença, simpatia ou relações pessoais das lideranças do PTB com o Partido Comunista para convencer a população de que eram a mesma coisa ou, então, explorando a variável difamatória, que Goulart era um fantoche dos agentes de Moscou. Quer dizer, o presidente era questionado, difamado e desqualificado sendo mostrado como caricatura de si próprio, incapaz de governar, inexperiente ou fraco, o que, certamente, não condizia com uma biografia e trajetória pessoal realçada pelo exercício de cargos como os de ministro de Trabalho (no governo Getúlio Vargas) e vice-presidente na gestão Juscelino Kubitschek. A sua suposta fragilidade era explorada com a intenção de mostrá-lo como joguete nas mãos de Brizola ou dos comunistas. Da mesma forma, o ex-governador Brizola era ligado às manifestações de radicalização que se auto-vinculavam ao comunismo internacional; a satanização da sua figura era fundamental para explorar sua “hipocrisia”, por falar em nome da defesa da democracia e exigir, ao mesmo tempo, medidas de maior radicalização ao presidente da República. Brizola era mostrado, inegavelmente, como a máxima encarnação da entrega do país aos desígnios da URSS e dos seus valores regressivos em detrimento dos valores ocidentais e cristãos tão caros ao Brasil. Tratava-se, concretamente, de medida de propaganda e ação psicológica.

Assim, os meios de comunicação, as agências do grande capital (IPÊS e IBADE) e as entidades patronais se esforçaram para apresentar Goulart e seu governo como antidemocrático, agindo à margem da constituição e do parlamento, escondendo que lhe haviam retirado quase dois anos de governo com a fórmula parlamentarista, e que o legislativo era terreno semeado de hostilidade contra ele. O colaboracionismo midiático, a compra de espaços nos grandes jornais e a contratação de jornalistas, escritores e outros acadêmicos foram parte crucial da eficiente maquinaria de publicidade posta em marcha para socavar as bases do governo, como demonstrou detalhadamente a notável pesquisa de René Dreifuss.⁶

Entre os setores que conspiravam, ainda estavam incluídas as correntes católicas conservadoras vinculadas principalmente ao integrista e à Tradição, Família e Propriedade, inseridas na esfera institucional da Igreja Católica, outra coluna vertebral da conspiração. O ateísmo e o laicismo da esquerda e centro-esquerda brasileira motivavam esses segmentos que representavam amplos setores médios e populares cativos pela fé e pela doutrina, contra o governo e as estruturas sindicais e partidárias. Foram as lideranças do catolicismo conservador que mobilizaram manifestações massivas de rua; centenas de “Marchas pela Família com Deus e pela Liberdade” se espalharam por todo o país como contraponto àquelas convocadas pelas forças que exigiam as reformas. De base discursiva muito simples, universalizaram a defesa da família, nos aspectos mais conservadores, diante do que consideravam ataque desagregador de um ateísmo comunista que contaminava, em especial, aos mais jovens.

Outra questão preocupante, para os defensores do status quo, se relacionou com a manutenção de uma linha de continuidade que, surpreendentemente, havia iniciado com o governo Jânio Quadros – apesar dos seus compromissos com o conservadorismo e a vigorosa direita udenista –, a busca de uma política externa que se pretendia autônoma e procurava relacionar-se com governos de países sobre cuja orientação política pairava desconfiança e animosidade – eram vistos, até, como inimigos –, por causa da lógica da

⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

Guerra Fria, onde a hegemonia hemisférica era estadunidense, a quem o alinhamento incondicional era ofertado pelo bloco moderno-conservador brasileiro. Dentro dessa perspectiva, a aproximação com Cuba, China continental e a condecoração de Ernesto *Che* Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (concedida por Jânio Quadros) foram condenadas e denunciadas como sinais evidentes da comunização em andamento no país.

Brasil pós-ditadura: redemocratização ou democratização?

No Brasil a experiência democrática anterior a 1964 caracterizava-se por ser pouco consistente. Ou seja, tratava-se de um acúmulo todavia carente e em fase de amadurecimento e consolidação. Em razão desta afirmação, quando a ditadura terminou nos anos 80, a idéia de iniciar-se, a partir desse momento, um ciclo de redemocratização, é questionável; parece mais adequado pensar em retomada de um processo de democratização interrompido. Efetivamente, desconsiderando o ciclo da República Velha – por causa dos seus vícios eleitorais e insuficiência cidadã –, o período democrático por excelência experimentado pela sociedade brasileira até então, havia sido o interregno compreendido entre o governo Dutra e o golpe de 64 – mesmo assim, marcado pelas diversas tentativas de golpe e pela trágica morte de Getúlio Vargas. Tal fato deve ser levado em conta, pois sinaliza para o estágio democrático que existia no país e até onde havia uma real consciência cidadã.

Em comparação com a realidade pré-ditadura dos países vizinhos há contrastes visíveis. No Uruguai e Chile, de maneira destacada, o estágio de empoderamento de uma consciência democrática por parte dos setores populares, especialmente entre os operários, era mais profundo que no Brasil. Até o início dos anos 70, nesses países (os de maior tradição democrática na América do Sul), os valores democráticos estavam incorporados no cotidiano dos setores populares e faziam parte de políticas sociais estatais que propiciavam acesso a certos bens sociais como saúde, educação, moradia, o que, complementava a existência de salários de baixo poder aquisitivo, melhorando sensivelmente a dignidade das condições de vida, o que era inédito na

região. Certamente que a cidadania desses países tinha maior convicção no funcionamento das instituições em comparação com o restante da América Latina. A Argentina, por outra parte, independente da persistente violência política vivida no século XX, compensava a ausência de maior estabilidade institucional com níveis de consciência política consideráveis. Igual que nos outros dois casos, a força do movimento operário se fazia sentir e incidia no cotidiano nacional, mesmo quando alvo de dura violência. Portanto, o perfil robusto do movimento operário e a solidez de uma cultura política democrática (particularmente no Chile e no Uruguai) explicam, em parte, a contundência da cirurgia repressiva que esses países sofreram, em comparação com o Brasil; a dinâmica enquadradora às diretrizes gerais da DSN esteve diretamente ligada ao tamanho da ameaça que a resistência popular constituía ou aparentava constituir, para as forças golpistas. A dimensão repressiva estava intrinsecamente relacionada à necessidade da sujeição do movimento popular organizado (sindicatos, associações, partidos políticos, instituições, etc.); esta pode ser uma das chaves para entender a relativa moderação da ditadura brasileira no quesito controle social, em comparação com os regimes co-irmãos.

Há sentido, por conseguinte, em ponderar que as necessidades de cirurgia interna foram diferentes nos países da região. Nesse sentido, o desafio para os setores golpistas do Brasil acabou sendo menos urgente e extensivo que nos países vizinhos. Lembramos, que se no caso do Chile, o desafio se corporificou em acabar com as ações de um governo socialista, no Uruguai, consistiu no esvaziamento de uma rica experiência sindical e uma frente de esquerda que se apresentava como nova ferramenta de atuação política. Já na Argentina, o desafio era submeter o peronismo radicalizado da organização montoneros e da Juventude Peronista, bem como de outras organizações de esquerda que deram conteúdo a um portentoso ativismo social, como aquele sintetizado pelo Cordobazo.

Retomando a problemática brasileira lembra-se que as acusações feitas contra o governo de João Goulart e seus simpatizantes, responsabilizando-os pelo enfraquecimento das estruturas democráticas – afirmação que, com algumas variáveis, acabou sendo reproduzida com insistência depois de março de 1964 –, escondiam um dado nada secundário: a sequência de

tentativas golpistas malsucedidas que vinham ocorrendo desde 1954, acumulando experiência. Cabe citar, como ponto de partida, o golpe contra Getúlio Vargas abortado com o seu suicídio; depois, duas tentativas contra o presidente Kubitschek e, finalmente, após a renúncia de Quadros, o golpe de 1961, parcialmente fracassado (não impediu a posse de Goulart), mas parcialmente vencedor, ao esvaziar o poder presidencial com a imposição do parlamentarismo. Destarte, deve-se reconhecer que, assim como havia um projeto de transformações estruturais e sócias que vinha amadurecendo desde a administração Vargas, concomitantemente existia uma linha de continuidade antidemocrática que expressava o descontentamento e o mal-estar das classes dominantes. A conspiração e tentativa de intervenção contra Getúlio Vargas foi o maior sinal disso; o fracasso ante o enorme impacto produzido pelo dramático desfecho postergou essa tendência, mas, enquanto estratégia de assalto ao poder continuou no horizonte de expectativas daqueles segmentos sociais. De novo, se manifestou no governo JK e, finalmente, viu chegar sua grande hora em 1961, quando a renúncia de Jânio Quadros acelerou o confronto. A Campanha da Legalidade, a liderança de Brizola (com sólido respaldo popular) e a divisão entre os militares, impediram a queda da democracia naquele momento; porém, apesar de postergada a tendência conspiradora permaneceu na ordem do dia à espera de nova oportunidade para arrancar de vez, as raízes profundas das ameaças existentes.

Os mesmos argumentos que superdimensionaram o radicalismo do governo Goulart, ao mesmo tempo, esconderam essa continuidade golpista, e deram margem à tese de que os acontecimentos de março de 1964 expressaram um “contragolpe”, na medida em que, segundo essa leitura, estava em andamento um golpe de Estado que imporá uma ditadura socialista ou sindicalista patrocinada por Goulart (ou Brizola, em uma variável de radicalização que deslocaria o próprio Jango do centro da conspiração). Alegando a existência de setores antidemocráticos dentro dos círculos do PTB e de organizações armadas antidemocráticas, esta tese ignora o fato de não existir naquele momento nenhuma alternativa revolucionária com possibilidades concretas de tomada do poder. Nem as Ligas Camponesas de Arraes detinham condições realistas e a coesão suficiente que permitisse uma ação

desse tipo. A falta de argumentos para justificar o golpe contaminou até certos ícones historiográficos.⁷

Em todo caso, pode ser considerado que havia em gestação um processo pré-revolucionário, mas em estágio muito embrionário. A compreensão da existência de certa expansão de estruturas populares com relativa autonomia pode levar a associar o golpe com uma “contra-revolução preventiva”⁸, tese esta muito mais pertinente e inteligível que a do “contragolpe”.

Golpe e ditadura: sócios e dissensões

A aliança que se articulou visando derrubar Goulart se mostrou sensível às tensões internas que, de certa forma, eram previsíveis. Várias são as possibilidades explicativas para tanto. Entre elas, a fragilidade do elo de conexão entre aqueles setores que se associaram para efetivar o golpe: o anticomunismo, termo difuso e gelatinoso, foi o elemento aglutinador, o que escondia a complexidade e diversidade dos interesses em jogo. Outra possibilidade explicativa está remarcada pela ausência de maior coesão dentro do bloco vitorioso, onde os interesses de uma oligarquia regional, ainda muito caracterizada pelas formas arcaicas de exploração da terra, se defrontavam com um moderno capital industrial que pretendia e precisava potencializar o mercado de consumo interno.

Consequentemente, durante a consolidação da ditadura, houve deslocamento de setores do centro do poder para círculos secundários. Talvez por ser resultado de uma ditadura de longo alcance temporal, os interesses e ambições de determinados setores civis acabaram desconsiderados; foi o que ocorreu com as pretensões dos governadores de São Paulo (Adhemar de Barros), da Guanabara (Carlos Lacerda) e de Minas Gerais (Magalhães Pinto), os quais participaram abertamente da conspiração e especulavam com vir a ocupar, no curto prazo, o cargo presidencial. Provavelmente, faltou a eles

⁷ REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁸ Ver: LEMOS, Renato. Contra-revoluto, ditadura e democracia no Brasil. In: SILVA, Carla L.; CALIL, Gilberto; SILVA, Márcio Both (orgs.). Ditaduras e Democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM, 2014.

melhor compreensão de que a ação militar que pautava as Forças Armadas em 1964 não correspondia mais ao histórico anterior de intervenções. Essas correspondiam a uma atuação restrita a quarteladas e cirurgias saneadoras de “limpeza” e descontaminação da sociedade e a devolução, em pouco tempo, do governo aos civis e partidos políticos confiáveis. Ignoravam os políticos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD) as novas diretrizes de ação cívica impartidas aos militares dentro do marco da DSN, da Escola das Américas e da Aliança para o Progresso. Defendia-se, no novo quadro conjuntural, que as Forças Armadas permanecessem no poder o tempo que fosse necessário para a erradicação de qualquer ameaça subversiva. Enfatizava-se também, com esta nova orientação, a desconfiança generalizada sobre o corpo político, incluindo as forças políticas conservadoras, historicamente associadas à cúpula militar. Criticava-se, nesses setores, a omissão diante do surgimento dos primeiros focos sediciosos e por terem sido permissivos diante do avanço do “comunismo” nos movimentos sociais, na Universidade e entre os intelectuais. Portanto, a DSN exigia postura política aos comandantes das Forças Armadas, que deveriam desempenhar um papel muito mais complexo em relação aquilo que historicamente se esperava deles; agora, as Forças Armadas não só seriam guardiães dos valores ocidentais e defensores da propriedade privada, como estavam encarregadas de refundar a nação e o estado desde uma perspectiva securitista, em um contexto de Guerra Fria.

O desconhecimento ou subdimensionamento da nova doutrina militar explica o fracasso dos políticos articuladores do golpe; os militares, não só não abandonaram o poder, como ameaçaram e restringiram os direitos políticos dos mesmos. O impasse empurrou vários deles a se integrarem em uma Frente Ampla (rejeitada e combatida pelos militares), que surpreendentemente colocava lado a lado, na luta pela redemocratização, Lacerda, Kubitschek e até João Goulart. Na longa duração da ditadura, outras dissensões mostraram o distanciamento com a ditadura (casos de setores vinculados à Igreja ou aos setores médios); o mais emblemático, foi a descolagem feita por boa parte dos setores midiáticos que, com o tempo, se auto-proclamaram, até, arautos da luta pela democracia (escondendo seu passado promíscuo com o ativismo golpista e seu ADN antidemocrático).

Oposição e resistência: as organizações de direitos humanos

Um dos campos que se mostrou mais fértil para a oposição brasileira foi aquele compreendido pelos direitos humanos, campo que foi se constituindo paralelamente à voragem repressiva. Como ocorreu em toda a região, a problemática dos direitos humanos não possuía a dimensão que ganharia a partir dos golpes de Estado e da imposição das ditaduras de segurança nacional. Sem dúvida, isso ocorreu ante a necessidade de denunciar, na medida do possível, a violência estatal desencadeada contra as parcelas da sociedade alvo de desconfiança e controle estatal. Essa denúncia foi feita com enorme dificuldade no plano interno, mas de forma contundente desde o exílio organizado.

A existência de uma cronologia sobreposta, mas dissimile na região, tornou gradualmente perceptível para as populações do Cone Sul, situações que, embora não ocorressem ainda no interior dos seus países, filtravam, a partir dos países vizinhos, uma tendência que finalmente atingiria toda a região. Nesse sentido, desde o início da ditadura stronista, em meados dos anos 50, opositores paraguaios começaram a circular pelos países vizinhos na condição de exilados (legais ou clandestinos). No início dos anos 60, fixavam-se em territórios fronteiriços do Brasil e da Argentina, mas também se estabeleceram no Uruguai. Na capital deste país, a partir de abril de 1964, também chegou a primeira plana do governo Goulart. Montevideú virou terra de exilados, articulação política destes, intercâmbio vital de experiências e caixa de ressonância das denúncias sobre as arbitrariedades que ocorriam naqueles países. A espiral repressiva que no curto espaço de dez anos encerraria todo o Cone Sul produziu dinâmicas e efeitos aproximados, mas com variações conjunturais de intensidade, de cirurgia interventora e de modalidades repressivas predominantes. A defasagem cronológica entre as ditaduras não contrapôs seus objetivos de lutar contra o inimigo interno, gerando, inclusive, a base do entendimento para a atuação conjunta no esquema da conexão repressiva regional.

Como elemento comum no bojo das práticas repressivas, houve violenta perseguição política e social. Os focos de luta armada foram esmagados, se impôs o silêncio e o medo como fatores de desmobilização e anestesiamento e, como resultado, períodos, mais ou menos longos, de apatia política. Como

exceção, nesse cenário (que logicamente mudaria na fase final dos respectivos regimes) ocorreu a irrupção pública de organizações constituídas a partir da atuação de familiares das vítimas diretas, que assumiram a linha de frente na denúncia contra os desmandos produzidos pelo terrorismo de Estado. Organizações e entidades como *Madres de Plaza de Mayo*, *Servicio de Paz y Justicia* (SERPAJ) ou *Vicaría de la Solidaridad*, foram exemplos da estruturação de espaços de luta e denúncia respectivamente na Argentina, no Uruguai e no Chile e assumiram o protagonismo mais conseqüente na resistência contra as ditaduras no momento em que a sociedade civil se encontrava mais fragilizada pela paralisia impingida desde o poder.

No Brasil, na origem das denúncias dos crimes estatais, houve uma espécie de entrecruzamento da necessidade de proteger os presos políticos (dadas as condições de encarceramento) bem como, posteriormente, de prestar solidariedade a muitos estrangeiros dos países vizinhos que usavam o território brasileiro, como santuário para continuar agindo clandestinamente na região, como área de refúgio – entrando ilegalmente e procurando a ACNUR e a Cruz Vermelha para solicitar asilo político –, ou como rota de passagem para fugir do continente. Cabe lembrar que a já mencionada defasagem cronológica entre as ditaduras da região gerava o seguinte paradoxo: enquanto a repressão atingia o pináculo no Uruguai, Chile e Argentina, a ditadura brasileira, que se antecipara em quase dez anos às vizinhas, vivia um momento de relativa abertura, quer dizer, o *trabalho sujo* havia sido realizado anteriormente. Isto não quer dizer que a repressão não existisse; em realidade, pode-se afirmar que, em termos relativos, havia amainado. Para qualquer indivíduo que vivia o inferno nos países vizinhos, o Brasil aparentava ser, no quadro regional, a opção que oferecia alguma chance de sucesso em caso de tentativa de abandonar o Cone Sul, ou de procurar uma localidade onde, com extrema cautela, fosse possível recuar, mergulhar nas penumbras da clandestinidade ou de uma condição legal muito discreta, aguardando o passo da tormenta.

Diferentemente das ditaduras vizinhas, a brasileira procurou manter certa institucionalidade, negando ser um regime de exceção, e assumindo ser uma democracia autoritária (condição necessária, segundo autoproclamava, para eliminar a ameaça comunista). Como apontado anteriormente essa é a base da argumentação das teses da *democradura* e da *ditabranda*. Alegava-se que

o Brasil era diferente, não podia ser comparado com os demais regimes do Cone Sul, esses sim, verdadeiras ditaduras. A manutenção do Congresso, de partidos políticos, de uma constituição, de julgamentos legais para a maioria dos detidos e do processo eleitoral – excetuando os cargos de presidente da República, governador de Estado e prefeitos de capitais e de municípios considerados áreas de segurança nacional. Sem dúvida, em termos formais, havia um funcionamento político que contrastava com o que ocorria no Uruguai, na Argentina e no Chile (no Paraguai se manteve uma farsa eleitoral com Stroessner vencendo todas as eleições presidenciais, muitas vezes como candidato único). A grande questão em relação ao Brasil sempre é: qual a verdadeira autonomia daquelas estruturas, em tese, de perfil constitucional? A prática mostrou que, quando necessário esses instrumentos foram interditados, cancelados ou alterados, como forma de evitar um uso inconveniente por parte da oposição moderada organizada. Mesmo assim, não se pode negar que, em determinadas conjunturas, houve uma oposição parlamentar com relativa efetividade (de atuação crescente até a fase final do regime).

Retomando a importância do campo dos direitos humanos como espaço de resistência e de ofensiva contra a ditadura salienta-se o papel de certos setores da Igreja Católica, permeando relações de solidariedade que se multiplicaram, ainda que de forma comedida – registrando que a ditadura produzira vítimas dentro da instituição. A Arquidiocese de São Paulo, sob a liderança de Don Paulo Evaristo Arns foi o maior exemplo disso. A partir dela disseminaram-se esforços que contribuíram na criação e fortalecimento de entidades como Comissão Paz e Justiça, Associação de Advogados pelos Direitos Humanos, Clamor e Caritas, entre outras, semeando e alimentando uma rede que se espalhou pelo país, integrando outros esforços regionais (caso do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre). Simultaneamente, dinamizavam-se contatos com outras redes internacionais, potencializando esforços, como ocorreu com o Conselho Mundial de Igrejas ou a Anistia Internacional. Ainda, esta ação confluía e se articulava com as iniciativas da comunidade exilada para sensibilizar governos, parlamentos e organizações políticas e sociais que acolhiam tais denúncias.

Dentro de uma escala conesulense, tal iniciativa se mostrou profícua; a sincronia das ditaduras e a coetaneidade dos crimes estatais produziu, com

dificuldade diversa, o surgimento de movimentos de denúncia no interior dos países envolvidos; por sua vez, em pouco tempo, apesar das terríveis dificuldades, os mesmos conseguiam estabelecer vínculos, contatos e colaboração transfronteiriços, inclusive estreitando laços solidários entre as diversas comunidades nacionais de exilados, principalmente na Europa, no México, em Cuba e na Venezuela. Na Europa, especialmente na França, Itália e Península Ibérica (pós-ditaduras), o exílio foi, antes de tudo, latino-americano, e esteve intrinsecamente conectado com a eclosão do denominado *boom* latino-americano, quando o velho continente descobriu a riqueza cultural do subcontinente, sobretudo, na música, na literatura e na plástica.

A dinâmica das organizações de direitos humanos superou os esforços vigilantes e ativos da repressão, na tentativa de silenciá-las, apesar das ameaças e dos atos de brutalidade aplicados contra seus militantes e lideranças nos cenários nacionais, e do monitoramento ostensivo e das tentativas de infiltração no cenário externo. O peso desse campo de resistência se acentuou com o esgotamento e a crise dos regimes e fez parte, como tenso componente das negociações das transições. Como padrão geral, os militares impuseram, nessas negociações, como condição primeira, a não revisão dos crimes estatais; quer dizer, exigiram a impunidade futura garantida mediante aprovação, para os seus, de anistias generosas, abrangentes e inquestionáveis.

Com o passo do tempo, cada país mostrou caminhos distintos em relação ao tratamento dado institucionalmente às demandas sociais derivadas das consignas de Verdade, Memória e Justiça. A Argentina (e secundariamente o Chile), apesar de avanços e recuos, conseguiu consolidar poderosas ferramentas de políticas de memória. O Uruguai se mostrou muito mais tímido sofrendo, inclusive, a dolorosa experiência de ter tido dois plebiscitos que reafirmaram a vigência da lei de impunidade. Quanto ao Brasil, ele é quase a antípoda da experiência argentina. Recém em 2012 foi institucionalizada uma Comissão Nacional da Verdade que produziu pequenos avanços em termos de reparação simbólica, divulgação de informação e esclarecimento de determinadas questões; mas o impacto por ela produzido não demoveu o Supremo Tribunal de Justiça na sua postura de considerar esgotada qualquer discussão sobre um passado que considera encerrado. Nem os argumentos que lembram que o país é signatário de acordos internacionais sobre crimes de lesa humanidade, como

aqueles cometidos no país durante a ditadura, produziram qualquer efeito. O saldo regional mostra uma situação constrangedora para a Justiça brasileira. Na Argentina e no Chile centenas de repressores têm sido julgados e condenados. No Uruguai, apesar das iniciativas limitadas, está preso um pequeno grupo de militares vinculados à Operação Condor (outros foram extraditados ao Chile). Em 2011, morreu em prisão domiciliar o ex-presidente civil golpista Juan María Bordaberry e em 2016 o ditador militar Gregorio Álvarez, preso por crimes relacionados com a Operação Condor. Quanto ao Paraguai, o ditador Stroessner terminou seus dias no exílio, após ser afastado pelos próprios militares (mudança superficial, pois foi mantido o stronismo, mas sem Stroessner). O Brasil, por fim, continua sendo o único país da região onde ninguém foi julgado e muito menos condenado pelos crimes de tortura, execução extrajudicial ou desaparecimento.

Os 50 anos do golpe de Estado e os trabalhos da CNV

O cinquentenário das lembranças do golpe de Estado de 1964 e da imposição da ditadura decorrente serviu de alavanca para colocar na agenda da opinião pública um debate postergado há décadas. A confluência da efeméride com a existência de um governo nacional, no qual vários integrantes – a começar pela presidenta Dilma Rousseff – carregam marcas daqueles acontecimentos –, e com uma Comissão Nacional da Verdade (nomeada em 2012) que objetivava, institucionalmente, levantar informações sobre o passado recente permitiu um eco social como nunca antes ocorrera, portanto, algo inédito e de suma importância. A ressonância governamental e o redimensionamento mediático (estimulado por motivos ideológicos e mercadológicos) possibilitou instalar o debate nos meios políticos, no tecido social e nos espaços acadêmicos. Certos temas ganharam maior centralidade: o caráter de classe do regime e o vínculo com círculos empresariais; a ampliação das vítimas do sistema com a incorporação da luta pela terra e da questão indígena; a explicitação do funcionamento dos sistemas repressivo e a identificação de criminosos de estado; a perseguição dos movimentos sociais; o sistema de vigilância e enquadramento do mundo do trabalho; a

perseguição e expurgos no interior das universidades públicas e empresas estatais, etc.

Apesar da intensidade do debate, o sistema judiciário brasileiro persistiu na postura de negar qualquer possibilidade de revisão da Lei de Anistia votada em tempos de ditadura e que consagrou (e continua consagrando) uma cultura de impunidade que escandaliza aqueles que lutam pelo cumprimento das diretrizes da justiça internacional, a qual determina que os crimes de lesa humanidade (como a tortura, as execuções extrajudiciais e a política de desaparecimento) sejam julgados e condenados sem atenuantes. A Comissão Nacional da Verdade, no seu Relatório Final, reconheceu, entre outros mecanismos discricionários, o uso sistemático da tortura como política de Estado contra amplos setores da sociedade e recomendou a intervenção da Justiça ante esses crimes de lesa humanidade, em sintonia com as diretrizes da legislação internacional.

Do Relatório Final constam recomendações que merecem especial destaque: a) a necessidade de que as Forças Armadas reconheçam suas responsabilidades institucionais nos crimes cometidos; b) que os repressores envolvidos em crimes de lesa humanidade (tortura, execução e desaparecimentos) sejam investigados, julgados e punidos, com o amparo da legislação internacional; c) que os agentes públicos responsáveis por atos que condenaram o Estado a pagar indenizações às vítimas de abuso, tenham que arcar com esses custos; d) a proibição das comemorações do golpe militar de 1964, prática recorrente realizada a cada ano a partir da ordem do dia em estabelecimentos militares; e) a urgência em mudar o currículo das academias militares e policiais (incorporando reflexões sobre os conceitos de democracia e direitos humanos e suprimindo referências à DSN); f) a promoção de valores democráticos e de direitos humanos na educação (abordando a história recente e incentivando o respeito à democracia, à Constituição e aos direitos humanos); g) a manutenção da busca dos corpos dos desaparecidos políticos.

Uma avaliação inicial do Relatório da Comissão Nacional da Verdade permite apontar algumas questões que, embora possam parecer um tanto óbvias, possuem a legitimidade do primeiro esforço institucional para esclarecer, mesmo que parcialmente, parte do passado ditatorial do Brasil recente. Em primeiro lugar, as informações contidas no documento confirmam que a dita-

dura foi, na sua essência, repressiva, e que esta repressão foi muito mais ampla, extensa e intensa do que se afirmou durante décadas, configurando uma lógica de terrorismo de Estado. Em segundo lugar, reconhece um leque maior de alvos diretos da repressão estatal e sua política de extermínio, incorporando centenas de lideranças camponesas e milhares de indígenas⁹, fato anteriormente tratado como nebuloso ou diluído pelas sombras da desinformação ou do encobrimento dos crimes. Em terceiro lugar, informa-se, também, com qualitativo grau de precisão, sobre a existência de uma cartografia de centros de tortura – legais ou clandestinos – espalhados por todo o país; desenha-se, assim, uma complexa estrutura que aponta para a responsabilidade do Estado e seus organismos vinculados, tanto na manutenção desses centros quanto no posterior apagamento dos registros da sua existência ou das atividades ilegais ali realizadas. Em quarto lugar, contribui, em termos de informação, com a abertura para o tema da colaboração e participação dos civis nos diversos espaços de poder extrapolando a dimensão repressiva e incorporando o colaboracionismo, o financiamento, as associações lucrativas, o suporte filosófico e doutrinário, as formas de envolvimento das corporações midiáticas, a atuação dos circuitos diplomáticos, etc. Introduce, inclusive, a participação de setores empresariais e suas entidades de classe no processo que leva à deflagração do golpe de Estado, quanto à consolidação e manutenção da ditadura. Implica, evidentemente, a questão do financiamento da conspiração e a obtenção de benefícios com a implantação do regime de exceção. Em quinto lugar, a partir da evidente falta de colaboração das Forças Armadas com os trabalhos da CNV, se confirma a persistência da grave situação que

⁹ O Relatório Final da CNV indica mais de seiscentos trabalhadores do campo assassinados no contexto da luta pela terra durante a ditadura. As organizações camponesas que participaram da Comissão Camponesa da Verdade, que acompanhou e subsidiou os trabalhos da CNV defendiam a inclusão de mais do dobro de vítimas. Segundo a CNV, no entanto, os dados apresentados até a conclusão dos trabalhos não eram totalmente fidedignos. Em relação aos indígenas se apontou, inicialmente, um número aproximado de duas mil quinhentas vítimas executadas ou desaparecidas no marco de expansão de frentes de colonização e de iniciativas empresariais relacionadas com a exploração da floresta amazônica e terras contíguas. Após a publicização do denominado Relatório Figueiredo, documento que compreende os anos de 1962 e 1968 e que foi alimentado pelos registros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o número de vítimas pode estar triplicando. A dificuldade de aferir esses dados, dada a peculiar condição de invisibilização histórica imposta às comunidades indígenas no país, é um dos grandes desafios a ser enfrentado pela pesquisa histórica nos próximos anos.

implica a existência de uma instituição que reafirma uma conduta antidemocrática ao omitir informação e negar sua participação na perpetração de crimes de lesa humanidade. Finalmente, corrobora-se, também, não só a participação da ditadura brasileira nos esquemas de conexão repressiva, como o fato de que a mesma teve iniciativa própria no estabelecimento de bases para o funcionamento dos esquemas de coordenação transfronteiriça dos quais a Operação Condor foi a mais sofisticada. Por fim, ressaltasse, sobretudo, o posicionamento firme sobre a necessidade de punir os culpáveis pelos crimes de lesa humanidade, rejeitando a premissa de que a Lei de Anistia protege os agentes do terrorismo de Estado. Igualmente, deve-se salientar uma recomendação fundamental: a modificação dos currículos escolares das academias militares e a especial sugestão de que o ensino dos colégios militares deve estar sob a alçada do Ministério da Educação e não sob supervisão direta e exclusiva dos mandos militares, como uma bolha impermeável às diretrizes constitucionais mais gerais. Junto com isso há recomendações variadas visando medidas de reparação das vítimas. Em parte, isso já está ocorrendo, o que não invalida o impacto político e psicológico da proposição.

Todavia, o resultado global dos trabalhos realizados pela CNV se mostrou insuficiente em muitos quesitos. As críticas realizadas desde as organizações de direitos humanos e de familiares eram pertinentes, pois o objetivo principal da CNV devia ser a obtenção de informações concretas que pudessem devolver os corpos dos cidadãos executados e desaparecidos às famílias. Nesse sentido, os resultados foram pífios. Também houve muita controvérsia quanto à não-inclusão de muitos outros casos nas listas daqueles que foram vítimas da repressão direta ou indireta do Estado; isso vale no caso dos desaparecidos políticos e dos camponeses assassinados.

De qualquer forma, um passo importante foi dado e o Relatório da CNV constitui um instrumento para prosseguir na luta contra os crimes cometidos pela ditadura, contra o esquecimento induzido e pela reafirmação da exigência de que a Justiça não se pode furtar a cumprir um papel fundamental no processo contínuo de reforçar a democracia. Aliás, deve-se mencionar, finalmente, que essa luta não começou com a CNV nem com os governos petistas. Há um longo processo e protagonismos anteriores que não podem ser ignorados; a própria Comissão Nacional da Verdade resultou da denúncia

que os Familiares de Mortos e Desaparecidos fizeram junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Portanto, com o fim dos trabalhos da CNV se encerra uma etapa desse longo processo que continua totalmente em aberto e que tem como horizonte mais significativo o dilema da atuação da Justiça.

Considerações finais

Encerramos estas reflexões sobre a história recente brasileira salientando que a dinâmica repressiva da ditadura de segurança nacional foi imposta sobre amplos setores da sociedade brasileira. Igualmente, deve-se lembrar o papel que a ditadura brasileira desempenhou na espiral autoritária que se projetou sobre o Cone Sul. O apoio a projetos golpistas do mesmo teor ou próximos daquele que estava vigente no país, o desencadeamento de ações desestabilizadoras contra governos considerados hostis (casos da Bolívia do general Torres ou do Chile da Unidade Popular de Allende), a implementação de formas diretas e indiretas de intervencionismo e/ou ameaças de invasão militar (a Operação 30 Horas no Uruguai), e a contribuição no combate contra “inimigos internos” de governos amigos foram uma marca inegável da política externa brasileira da época. Tais fatos obrigam a não eximir a ditadura brasileira das suas responsabilidades, o que implica em reconhecer que o Brasil na região não ficou restrito à participação nas redes de conexão repressiva, mas que, inclusive, chegou a se imiscuir em questões internas dos países vizinhos, afetando sua soberania e autonomia, agindo como verdadeira potência regional predadora e policial.

O debate sobre a violência estatal na região permanece. No Brasil faltam, ainda, muitas informações, embora a maior demanda atual esteja situada no questionamento da existência de imunidade perpétua garantida aos repressores. Esta se mantém através de uma impunidade estatal constrangedora, criminosa e profundamente ameaçadora para o conjunto da sociedade, enquanto legado que anuncia que tudo é permitido aos agentes e serviços de segurança e inteligência do Estado. Na prática, são as seqüelas de um terrorismo de Estado que não foi revertido e, portanto, se configura como ameaça perma-

nente sobre os setores mais visados: de um lado, a população pobre, desorganizada; do outro, os setores rebeldes e questionadores (os *sem terra* e os estudantes em primeiro lugar). Quer dizer, a falta de descontaminação dos “corações e mentes” securitistas do presente paira como constante ameaça contra o protesto social, criminalizando-o. Em síntese, nada mais é do que uma modernização do velho recurso ao “inimigo interno” como forma de forçar coesão social em torno de um projeto, sempre antidemocrático, que dificulta, confunde e distorce a percepção das verdadeiras razões, interesses e sócios que levam o Estado a agir com essa velha estratégia remodelada e reconfigurada, de acordo à atual ordem democrática, emoldurada pelos traços do neoliberalismo galopante e da retomada de um pensamento único que, em tempos pós-ciclo progressista, além de conservador, se mostra reacionário, regressivo, irracional e acentuadamente excludente.

MARIA INÁCIA REZOLA

Escola Superior da Comunicação Social (ESCS-IPL)

e Instituto de História Contemporânea (IHC-UNL).

QUEM COMANDA? O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

O derrube da ditadura Salazarista/Marcelista, a 25 de Abril de 1974, assinala o desencadeamento de um processo revolucionário em que, através de uma intensa disputa, se decidem os destinos do país. Todos os que, do exterior, observaram a evolução política portuguesa nesses anos de 1974-1975 são unânimes em destacar a sua excecionalidade. O jornalista do *Le Monde* Dominique Pouchin refere-se-lhe como o “último teatro leninista”, uma “Cuba na Europa do Sul” (POUCHIN, 1994). As viagens de turismo cultural organizadas pela agência *Nouvelle Frontières* deixam patentes que, para os jovens europeus, participantes da experiência do Maio de 68, esta era a possibilidade de observar *in loco* o que apenas conheciam dos manuais. Portugal era um laboratório de experimentação política e social, onde decorria a última revolução de esquerda da Europa.

O objetivo deste artigo é analisar o papel do Conselho da Revolução, um organismo político militar que, constituído em inícios de 1975, traduz a institucionalização do poder militar e da legitimidade revolucionária. Durante um ano (abril de 1975 a abril de 1976) foi o órgão cimeiro da estrutura constitucional revolucionária e, apesar de com muito menor influência, irá manter-se entre os órgãos de soberania até à revisão constitucional de 1982.

Os agentes da mudança em questão

Na já abundante literatura sobre o processo revolucionário português é possível encontrar um relativo consenso quanto à natureza do 25 de Abril

de 1974, um golpe de estado que o envolvimento popular transforma numa revolução (FERREIRA, 1983; REIS, 1992; OLIVEIRA, 1993). Da mesma forma, deteta-se uma certa unanimidade no que diz respeito à periodização e principais características das fases da Revolução. A primeira, que coincide com os meses de maio a setembro de 1974, é dominada pelo confronto entre o Presidente da República, António de Spínola¹, e a Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)². Ainda que, em causa, estivessem um projeto político mais amplo e a forma como se deveria processar a transição, o cerne da disputa trava-se em torno da questão colonial. Em outubro de 1974, na sequência do afastamento de Spínola, inaugura-se de uma nova etapa da Revolução. Estando já decidida a descolonização, novos temas dominam a ordem do dia, destacando-se a institucionalização do MFA (de maneira a que lhe fosse assegurado um lugar no aparelho de Estado), a realização de eleições, a elaboração de um Programa de Política Económica e Social (PPES)³ e a questão da *unicidade sindical*⁴. Finalmente, fracassada uma nova tentativa de golpe de estado protagonizada por Spínola (11 de março de 1975⁵), a revolução acelera o seu passo. Como teremos oportu-

¹ António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), oficial do Exército português. Tem uma brilhante carreira militar, tendo em 1968 sido nomeado comandante-chefe e governador da Guiné, cargo que acaba por o catapultar em termos políticos. Regressado à metrópole no verão de 1973, é nomeado vice-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (janeiro de 1974) e publica o livro *Portugal e o Futuro*, onde defende, entre outras coisas, que a solução para a guerra colonial é política e não militar.

² Órgão diretivo do Movimento dos Capitães e, depois, do Movimento das Forças Armadas, constituído em outubro de 1973. Depois do 25 de Abril de 1974, apresenta também a designação de Comissão Coordenadora do Programa do MFA e assume uma expressão legal com a integração dos seus membros no Conselho de Estado, em maio de 1974.

³ Documento aprovado em Conselho de Ministros a 7 de fevereiro de 1975, propondo uma nova estrutura socioeconómica para a sociedade portuguesa. Também conhecido como “Documento Melo Antunes”, acabará por ser inviabilizado pelas medidas tomadas na sequência do 11 de março de 1975.

⁴ Termo cunhado por Francisco Salgado Zenha, no âmbito da forte polémica gerada pelo projeto de lei das associações sindicais, apresentado pelo subsecretário de estado do trabalho (o dirigente comunista Carlos Carvalhas), que favorecia a existência de uma central sindical única, imposta por lei. A polémica acaba por dar lugar aos primeiros confrontos sérios entre o PS e o PCP, deixando antever os confrontos que percorrem o país no *Verão quente* de 1975.

⁵ Tentativa de golpe de estado, levado a cabo pelos sectores direitistas das Forças Armadas, que pretendia alterar o rumo do processo revolucionário português. Na manhã de 11 de Março, atacam o Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1), em Lisboa, procedem

nidade de analisar, o poder militar institucionaliza-se através da criação do Conselho da Revolução (CR). São decretadas as nacionalizações da Banca e das companhias de seguros. Da mesma forma, são dados os primeiros passos para enquadrar a reforma agrária já em curso. É durante esta terceira e última fase da Revolução que todas as posições se radicalizam, parecendo precipitar o país para uma guerra civil.

Apesar destes consensos relativamente à natureza do 25 de Abril e aos ritmos essenciais da revolução, muitos outros aspetos permanecem polémicos. Iniciado nos anos 1980-1990 pela primeira vaga de estudos académicos sobre a revolução portuguesa, um dos debates de fundo ainda hoje em curso incide sobre a importância relativa de cada um dos atores e agentes do processo. Foram os militares os seus protagonistas? Foi o MFA o *motor da Revolução*? Qual a importância dos partidos políticos? E das mobilizações de *massas*?⁶

Uma análise do complexo processo revolucionário permite-nos concluir que, independentemente da tese adotada, qualquer resposta à paradigmática questão “quem comandou a Revolução?” terá de ter em conta os seus três atores centrais. Além do mais e apesar de, em nosso entender, os militares terem sido os protagonistas destacados do processo de transição, o seu poder não foi sempre o mesmo. A grande fratura opera-se no Verão de 1975, momento em que o MFA se dilui numa multiplicidade de fações, facto que debilita irreversivelmente a sua capacidade de comando. Esta crise de direção e as contradições programático-ideológicas no seio do Movimento criam o terreno propício para um novo protagonismo das forças político-partidárias e movimentos sociais que, desde a queda da ditadura, se manifestavam com crescente intensidade.

ao ataque ao RAL 1, assalto ao emissor do Rádio Clube Português, no Porto Alto e tentam a início de sublevação da GNR. Sem sucesso. António de Spínola e mais 18 oficiais implicados no golpe fogem de helicóptero para Espanha.

⁶ Sobre esta polémica e os principais autores nela envolvidos ver, por exemplo, REZOLA, Maria Inácia. *Os militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

O Conselho da Revolução: génese

Última metamorfose do MFA, segundo José Medeiros Ferreira (1994, p. 224), o Conselho da Revolução (CR) é criado pela Lei n.º 5/75, de 14 de março, correspondendo a uma aspiração há muito acalentada pelo Movimento.

É ideia corrente que a institucionalização do MFA deve ser integrada no quadro mais vasto da escalada dos sectores *gonçalvistas*⁷ no aparelho militar e na estrutura do estado. No entanto, a análise do processo que culminou na constituição do CR conduz-nos a conclusões diferentes deixando patente que a preocupação em conferir o carácter de instituição ao MFA decorre essencialmente de três fatores: (1) do evoluir da Revolução, sobretudo depois dos primeiros confrontos com o general António de Spínola; (2) da consciência da debilidade dos partidos políticos; (3) da necessidade de um período de transição protagonizado pelos militares para garantir o cumprimento do programa do MFA. Saliente-se ainda que a existência de organismos político-militares não constitui uma novidade no processo político inaugurado com o 25 de Abril de 1974. A par da Junta de Salvação Nacional (organismo exclusivamente militar constituído nesse mesmo dia) e do Conselho dos Vinte (criado em outubro de 1974), os militares tinham uma forte presença no Conselho de Estado (dois terços dos lugares) e, a partir do II Governo Provisório, no executivo. Asseguravam ainda a Presidência da República.

O debate sobre a institucionalização do MFA é introduzido na ordem do dia depois de superada a crise do 28 de Setembro⁸, alcançando particular intensidade nos primeiros meses de 1975. Apesar de existir um certo consenso, entre civis e militares, quanto à necessidade de institucionalizar o poder do militar (leia-se, do MFA), rapidamente se denotam divergências relativamente ao seu lugar no aparelho de Estado e à latitude dos seus poderes. Os debates no interior do Movimento e, sobretudo, entre este e os partidos políticos,

⁷ Sector afeto a Vasco Gonçalves, primeiro ministro de quatro dos seis governos provisórios do período revolucionário, tido como pertencente ao grupo dos militares próximos do Partido Comunista Português (PCP).

⁸ Tentativa de golpe que tinha como base a manifestação da “maioria silenciosa” em apoio de António de Spínola e à sua política colonial.

colocam esta realidade em evidência, deixando em aberto um vasto leque de possibilidades (Rezola: 2006).

Os acontecimentos do 11 de Março acabam por precipitar a já prevista institucionalização do MFA, reduzindo, no entanto, a capacidade negocial dos partidos no momento de discutir os seus poderes. Nessa mesma noite, a Assembleia do MFA determina a criação de um Conselho da Revolução “que será o órgão executivo do Movimento das Forças Armadas, ao qual competirá a direção da revolução” (*Diário de Notícias*, 13/3/75).

Tal como os primeiros organismos diretivos do Movimento – Comissão Coordenadora e Conselho dos Vinte – o CR apresenta-se como guardião do Programa do MFA e garante da prossecução da ‘obra de reconstrução nacional’. No entanto, ao ser consagrado por lei, e ao dispor de amplos poderes (constituintes, militares, fiscalizadores e de conselho do Presidente da República), o CR representa um considerável reforço do papel político do MFA e uma garantia da sua presença na estrutura constitucional revolucionária, assumindo-se como a cúpula do poder cívico-militar. O período de abril de 1975 a abril de 1976 constitui a sua época áurea, ainda que a sua efetiva capacidade de direção não tenha sido constante.

Composição e orgânica do CR

O primeiro documento que especifica as funções, poderes e composição do CR é a Lei 5/75, de 14 de março. É preparado essencialmente pelo Conselho dos Vinte (12 de março) e ultimado pelos membros militares do Conselho de Estado (13 de março). O processo não foi pacífico, destacando-se, neste contexto, as polémicas em torno da sua composição⁹ e da demissão dos membros civis do Conselho de Estado (Amaral: 1995, p. 346 e ss).

No que diz respeito à composição, a Lei 5/75 determina que integrem o novo organismo o Presidente da República; o Chefe e vice-Chefe do Estado-

⁹ Note-se que no mesmo dia em que o Conselho dos Vinte discute os estatutos do CR, a V Divisão promove uma reunião no Centro de Sociologia Militar, na tentativa de antecipar a escolha dos elementos do Exército a integrar no novo organismo.

-Maior-General das Forças Armadas; os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas; o comandante-adjunto do COPCON; a Comissão Coordenadora do Programa do MFA; oito elementos a designar pelo MFA (quatro do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea); os membros da ex-JSN; o primeiro-ministro, se militar. Na prática, estas disposições significam que o novo organismo deveria ter um total de 24 membros dado que alguns dos titulares destes cargos acumulavam mais de uma função¹⁰. No entanto, dias depois, pelo decreto n.º 137-A/75 de 17 de março, o número de conselheiros eleva-se para 25. Compromissos assumidos no decurso do recrutamento dos elementos a designar pelo MFA fazem com que, em vez dos quatro inicialmente previstos, integrem o CR cinco representantes do Exército.

Membros do CR

segundo o decreto-lei 137-A/75, de 17 de março

- 1 – General Francisco da Costa Gomes, PR e CEMGFA
- 2 – Brigadeiro Vasco dos Santos Gonçalves, primeiro-ministro
- 3 – Vice-almirante José Pinheiro de Azevedo, CEMA
- 4 – General Carlos Alberto Idães Soares Fabião, CEME
- 5 – General Narciso Mendes Dias, CEMFA
- 6 – Vice-almirante António Alva Rosa Coutinho, membro da extinta JSN
- 7 – General Aníbal José Coentro de Pinho Freire, idem
- 8 – General Nuno Miguel Guimarães Fisher Lopes Pires, idem
- 9 – Brigadeiro Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, comandante adjunto do COPCON
- 10 – Tenente-coronel Manuel Ribeiro Franco Charais, da Comissão Coord. do MFA
- 11 – Capitão-tenente Carlos de Almada Contreiras, idem
- 12 – Major piloto aviador José Bernardo do Canto e Castro, idem
- 13 – Major engenheiro de aeródromos José Gabriel Coutinho Pereira Pinto, idem
- 14 – Capitão Vasco Correia Lourenço, idem
- 15 – Capitão engenheiro Duarte Nuno de Ataíde Saraiva Marques Pinto Soares, idem
- 16 – Primeiro-tenente José Manuel Miguel Judas, idem
- 17 – Capitão-de-fragata engenheiro construtor naval Manuel Beirão Martins Guerreiro, designado pelo MFA

¹⁰ Costa Gomes, por exemplo, era Presidente da República, CEMGFA e membro da JSN; outros, como Carlos Fabião, Mendes Dias ou Pinheiro de Azevedo, eram membros da JSN e chefiavam um dos ramos das FA

- 18 – Major de Infantaria Pedro Júlio Pezarat Correia, idem
- 19 – Major engenheiro aeronáutico José Manuel da Costa Neves, idem
- 20 – Capitão de artilharia Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro, idem
- 21 – Primeiro-tenente médico naval Ramiro Pedroso Correia, idem
- 22 – Capitão engenheiro de aeródromos Vítor Manuel Graça Cunha
- 23 – Capitão de artilharia Manuel João Ferreira de Sousa, idem
- 24 – Capitão engenheiro Luís Ernesto Albuquerque Ferreira de Macedo, idem
- 25 – Tenente de infantaria António Alves Marques Júnior, idem

Na composição do novo organismo nota-se, no entanto, a ausência de algumas figuras de relevo do MFA como Melo Antunes ou Vítor Alves. Por isso, em finais de março, na sequência de uma intervenção de Vítor Crespo nesse sentido, são integrados no CR mais quatro elementos que, tendo pertencido à primeira Comissão Coordenadora do MFA, se ocupavam agora de outras missões: Melo Antunes, Vítor Alves, Vítor Crespo e Costa Martins. O número de conselheiros eleva-se assim para 29.

A composição do CR sofrerá ainda outras alterações até ao verão de 1976, sendo de destacar, desde logo, a integração dos comandantes das Regiões Militares do Continente, em maio de 1975, medida justificada com a necessidade de proceder a uma descentralização regional dos poderes do CR e de garantir uma informação atualizada das realidades concretas do país. Como resultado desta decisão os conselheiros Franco Charais e Pezarat Correia assumem o comando das Regiões Militares Centro e Sul, respetivamente, convidando-se o comandante da Região Militar Norte, Eurico Corvacho, a integrar o CR. Na Região Militar de Lisboa a situação permanece inalterada uma vez que Otelo Saraiva de Carvalho fazia parte do elenco inicial do Conselho. Esta reestruturação, que elevou o número de conselheiros de 29 para 30, completa-se com a nomeação do conselheiro Pinto Soares como comandante da Academia Militar.

A recomposição empreendida, na sequência da Assembleia de Tancos¹¹, em que o número de conselheiros se reduz para 18, a saber, Presidente da

¹¹ Assembleia de Delegados do MFA, realizada na Escola Prática de Engenharia, em Tancos, a 5 de setembro de 1975, que assinala o fim do verão quente e uma alteração de correlação de forças no MFA. Também designada por “pronunciamento de Tancos”.

República, primeiro-ministro, CEMGFA, CEMA, CEME, CEMFA, Comandante do COPCON e 12 elementos a designar pelo MFA (seis do Exército, três da Armada e três da Força Aérea).

Membros do CR

Recomposição de setembro de 1975

	Exército	Armada	Força Aérea
Membros inerentes	Costa Gomes Carlos Fabião Otelio S. Carvalho	Pinheiro de Azevedo Filgueiras Soares	Morais da Silva
Membros nomeados	Franco Charais Pezarat Correia Melo Antunes Vasco Lourenço Sousa Castro Marques Júnior	Rosa Coutinho Martins Guerreiro Almada Contreiras	Pinho Freire Canto e Castro Costa Neves

Em inícios de dezembro de 1975 tem lugar uma nova reestruturação que obedece a dois princípios fundamentais: a efetiva proporcionalidade dos três Ramos das Forças Armadas e “as últimas modificações operadas devido à tentativa de golpe militar de 25 de Novembro”. De acordo com a composição então definida, fazem parte do CR (a) o Presidente da República; (b) o primeiro-ministro, se militar; (c) o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas; (d) os Chefes dos Estados-Maiores dos três Ramos das Forças Armadas; (e) catorze oficiais, sendo oito do Exército, três da Armada e três da Força Aérea, designados pelos respetivos Ramos (Resolução, CR, Ata da reunião de 11 de dezembro de 1975, anexo M). Na sequência desta proposta, que eleva o número de conselheiros para 20, e da reestruturação então empreendida, passam a integrar o CR Ramalho Eanes (CEME, em substituição de Carlos Fabião), Souto Cruz (CEMA, substituindo Filgueiras Soares), Vítor Crespo (em substituição de Rosa Coutinho), Almeida e Costa (que substitui Almada Contreiras) e dois novos elementos nomeados pelo Exército: Pires Veloso e Vítor Alves.

Finalmente, no verão de 1976, depois da tomada de posse de Ramalho Eanes como Presidente da República, o CR conhece uma nova reestrutura-

ção. Desde logo com a integração de Rocha Vieira, que assume a chefia do Estado-Maior do Exército em substituição de Eanes. Depois, as alterações mais profundas decorrem de uma determinação do seu novo presidente, segundo a qual os membros do CR não podiam acumular as funções de conselheiro com o comando militar. Confrontados com o ‘ultimato’ de Eanes, os visados por esta determinação apresentam as suas escolhas. Pires Veloso e Pinho Freire optam pelo desempenho de funções militares (comandante da RMN e comandante da 1.ª Região Aérea, respetivamente), sendo substituídos no CR por Jorge Ribeiro Cardoso e Amadeu Garcia dos Santos. Franco Charais, Pezarat Correia e Vasco Lourenço renunciam ao desempenho de funções militares. As dificuldades de substituir este último no comando da RML levam a que se abra uma exceção e lhe seja permitida a acumulações de funções.

Fundamentada numa conceção civilista, adepta da completa distinção entre funções políticas e militares, da dissolução do MFA e da subordinação do poder militar ao civil, a reestruturação causou uma viva reação dos conselheiros da linha *meloantunista*¹² que denunciam o esvaziamento do peso institucional dos membros do CR (Rezola, 2009, p. 536 e ss.). Uma posição polémica, reflexo de conceções bem diversas quanto ao processo de consolidação democrática e, sobretudo, relativamente ao papel do CR na vida nacional. O Conselho entrava então numa nova fase.

Em termos orgânicos, os conselheiros repartiam-se por diferentes comissões, com funções específicas, destacando-se, num primeiro momento, a constituição de uma Comissão Militar e de uma Comissão Política. A primeira detinha funções de Conselho dos Chefes dos Estados Maiores e de estudo dos assuntos de carácter militar. A segunda dedicava-se ao estudo de problemas de natureza política e às relações com os Partidos e movimentos políticos.

Esta estrutura, definida em princípios de abril, é revista em junho determinando-se a organização do Conselho em cinco níveis ou comissões: Comissão

¹² Grupo que gravita em torno de Ernesto Melo Antunes (1933-1999), consensualmente considerado um dos ideólogos do MFA, e principal autor de um documento publicado a 7 de agosto de 1975, na 3.ª edição do *Jornal Novo*, subscrito por nove conselheiros da revolução que, assim, manifestam a sua insatisfação perante o rumo dos acontecimentos, apresentando uma proposta política alternativa. Também conhecido como Grupo dos Nove ou moderados.

Central, Política, Militar, Executiva e Plenário. Pouco depois, a 30 de julho de 1975, opera-se a mais polémica e efémera alteração orgânica do CR: a constituição de um Diretório (Troika), de três elementos (Presidente da República, primeiro-ministro e comandante do COPCON), a quem o CR delega os seus poderes. De acordo com essa reestruturação o plenário do CR apenas se reuniria quando convocado por esta nova estrutura diretiva.

Na reorganização empreendida em meados de setembro, o CR retoma a sua orgânica inicial, estruturando-se em torno de duas Comissões: a Militar e a Política.

Finalmente, uma breve referência aos serviços e comissões criados na dependência do CR ou que com ele mantinham algum tipo de relação direta.

Previstos na Lei 5/75, de 14 de março, os Serviços de Apoio do Conselho da Revolução (SACR) são concebidos como um órgão de apoio técnico e administrativo. Superiormente dirigidos por Rosa Coutinho, desdobram-se numa multiplicidade de atividades e funções que transcendem o simples secretariado. Destaca-se, neste contexto, a sua intervenção direta em domínios como o desmantelamento da PIDE/DGS¹³, os Serviços Prisionais Militares, os Serviços de Vigilância Económica e Social e, a partir de setembro de 1975, os Serviços de Polícia Judiciária Militar.

Cabe ainda recordar a constituição, na dependência do CR, do Serviço Diretor e Coordenador de Informações (SDCI) com o objetivo de “coordenar os programas de pesquisa de informações dos diversos órgãos competentes” e “de responder em tempo às solicitações do mesmo Conselho e do Governo em matéria de informações” (decreto-lei n.º 250/75, de 23 de maio).

Outros organismos, como a V Divisão ou o COPCON, apresentam uma ligação ao CR mais ambígua. Dirigidos por conselheiros da revolução (Ramiro Correia e Otel Saraiva de Carvalho, respetivamente), dependiam hierarquicamente do EMGFA e Presidente do CR, Costa Gomes. No entanto, o facto de existir esta estreita e direta ligação não implica obediência às determinações do CR. Os acontecimentos que rodearam, por exemplo, o caso *República*¹⁴,

¹³ Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS-LP.

¹⁴ A crise do *República* (jornal fundado em 1911 e que se notabilizou durante a ditadura salazarista por ter assumido uma orientação de esquerda moderada) eclode a 19 de maio de 1975 quando os tipógrafos do jornal acusando o seu diretor, o socialista Raul Rego, de

são disso exemplificativos. Este e outros momentos da vida do CR, que depois enunciaremos, levam-nos a concluir que em determinadas áreas e momentos no processo revolucionário, mais que no CR, o poder reside nos conselheiros. Em última análise, observa Vasco Lourenço, “o poder do Conselho era o resultante do poder dos conselheiros”¹⁵.

Cumprе assinalar que estas alterações de composição e orgânica, operada no primeiro ano de vida do CR, não são mais que o reflexo de mudanças mais amplas e profundas decorrentes da própria evolução do processo revolucionário mas também, e sobretudo, das correlações de forças que, em diferentes momentos, se estabeleceram no seio do CR.

O “motor da revolução”

A presença do CR na vida nacional e os seus poderes são reconhecidos e consagrados na Plataforma de Acordo Constitucional assinada, de 11 de abril de 1975, entre o MFA e os partidos (PS, PPD, CDS, PCP, MDP/CDE e FSP). Nela se especificam as suas futuras áreas de intervenção e poderes. Enquanto o órgão nuclear e máximo da nova estrutura política, a consagrar constitucionalmente, o CR dispunha de amplos poderes sobre o Presidente da República e o Governo, numa proposta de subordinação do poder civil que tinha subjacente a instituição de um regime de dominante militar ou dele bastante próximo.

Para já, enquanto não fosse elaborada e aprovada a nova Constituição, os poderes e áreas de intervenção do CR estavam definidos pela Lei 5/75, de 14 de março. Muitos dos princípios do Pacto aparecem já consagrados neste diploma, determinando-se, desde logo, uma forte tutela militar durante o período de transição. Na prática, a plataforma de Acordo Constitucional

falta de isenção, decidem saneá-lo e nomear um novo diretor da sua confiança. A ocupação das instalações do jornal por elementos de extrema-esquerda, perante a tolerância do CR, provoca fortes reações do PS que acusa o PCP de conivência com a ação em curso e suspende a sua participação no Conselho de Ministros. A posterior reabertura do jornal pelo COPCON, sem a presença da administração, provoca a saída do Partido Socialista do IV Governo Provisório (10 de julho).

¹⁵ Entrevista com o coronel Vasco Lourenço, 16 de julho de 2002.

limita-se a prever a consagração constitucional dos poderes de que efetivamente o CR já dispunha.

De acordo com a Lei 5/75, enquanto herdeiro dos poderes da JSN, então extinta, competia ao CR (1) vigiar pelo cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas e das leis constitucionais; (2) escolher de entre os seus membros o Presidente da República, o Chefe e Vice-Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Armada, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea; (3) designar, em caso de impedimento do Presidente da República, qual dos membros desempenhará interinamente as suas funções. Do Conselho de Estado, também abolido, o CR herda um leque alargado de poderes legislativos e constituintes cabendo-lhe: (1) exercer os poderes constituintes assumidos em consequência do MFA até à eleição da Assembleia Constituinte; (2) sancionar os diplomas do Governo Provisório que respeitem (a) à eleição da Assembleia Constitucional; (b) à definição das linhas gerais da política económica, social e financeira; (c) ao exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião, de associação e de crenças e práticas religiosas; (d) à organização da defesa nacional e à definição dos deveres destas decorrentes; (e) à definição do regime geral do Governo das províncias ultramarinas; (3) vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e das leis ordinárias e apreciar os atos do Governo ou da Administração (4) autorizar o Presidente da República a fazer a guerra e a paz; (5) pronunciar-se sobre a impossibilidade física do Presidente; (6) pronunciar-se em todas as emergências graves para a vida da Nação e sobre outros assuntos de interesse nacional sempre que o Presidente da República o julgue conveniente.

O CR dispunha ainda dos poderes legislativos até aí atribuídos ao Conselho dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos da Forças Armadas competindo-lhe o exercício de funções legislativas sobre matérias que respeitem à estrutura e organização das forças armadas, bem como a assuntos internos das mesmas. Finalmente, é-lhe atribuído o “poder legislativo para as necessárias reformas de estrutura da economia portuguesa”¹⁶.

¹⁶ . Esta última atribuição é consagrada na retificação à Lei 5/75 de 21 de março.

Em suma, o CR é concebido como um órgão com ampla capacidade de intervenção, assumindo-se não apenas como a expressão institucional da intervenção militar na vida política mas também como uma superestrutura diretiva do Estado. A ideia base deste novo momento da revolução é a de um regime diferente. Não se trata de uma ditadura militar mas de um regime em que os militares tomam parte ativa, como condutores e agentes de mudança. Esta é, em nosso entender, e apesar de todas as ambiguidades que a caracterizam, a fase mais importante da vida do Conselho, aquela em que procurou ser, e durante alguns momentos foi, o ‘motor da revolução’.

Não é fácil fazer a história do CR no seu primeiro ano de existência que coincide com a última e mais turbulenta fase da revolução. Ela confunde-se com a própria história política do país, numa complexa trama de lutas pelo poder e pela direção do ‘processo em curso’ em que o CR funciona, muitas vezes, como uma válvula de escape e de segurança. Este carácter advém-lhe não só do facto de se assumir como o ‘gestor supremo’ dos conflitos que percorrem o país, como ainda por ter sido o palco do debate político no seio das Forças Armadas. Desta forma, evitou-se que os militares se ligassem diretamente aos partidos (apesar das ligações individuais ou de alguns sectores em momentos particulares) e participassem diretamente na luta política. Em nosso entender, este aspeto é fundamental, abrindo novas perspectivas de análise sobre a especificidade do papel dos militares na transição portuguesa.

Quem comanda?

A primeira determinação do CR – a nacionalização da Banca e companhias de seguros – representa um importante salto qualitativo no processo revolucionário. Depois de meses de debate sobre o rumo a seguir e de indefinição relativamente aos centros de poder, esta medida parece clarificar posições, apontando para a persecução de um projeto socialista, ou para uma via socializante, sob a égide do Conselho da Revolução. A clarificação é, no entanto, limitada. Desde logo devido às dificuldades de aprofundar e encontrar consensos quanto aos contornos do projeto. Depois porque, em breve, o próprio

poder militar é questionado. Um e outro problema dão lugar a uma intensa luta e profundas divisões dentro e fora da estrutura do poder militar.

De facto, definido o papel do CR como ‘motor da Revolução’, torna-se urgente clarificar o seu projeto político. O Programa do MFA fazia referência à instauração de um regime democrático sem, no entanto, definir com precisão os seus parâmetros. O problema agrava-se quando o termo democracia é substituído por ‘via socialista’, expressão que se impõe no léxico político nacional depois do 11 de Março, e da criação do CR, e que é consagrada no Pacto MFA-Partidos. Em causa está não só a definição dessa via, como também a dificuldade em clarificar o papel dos partidos políticos, sobretudo a partir do momento em que, realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte, ocorrem os primeiros confrontos violentos entre apologistas da via revolucionária e da via eleitoral. Em suma, a prossecução da ‘revolução’ exige clarificações e definições cabendo ao CR, enquanto órgão supremo da revolução, apresentar propostas nesse sentido.

Os meses de abril e de maio de 1975 são já dominados por esta questão. Num primeiro momento, e depois de algum debate entre diferentes fações e organismos do MFA, o CR parece unido na ideia do estabelecimento de uma ‘aliança Povo-MFA’, concebida como elemento estruturante do socialismo português. Uma vez que os contornos dessa aliança e, sobretudo, o esquema de organização do Estado, não se encontravam clarificados, o CR avançam com uma primeira proposta programática: o *Plano de Ação Política (PAP)*. Apresentando-se como um novo Programa do MFA, este documento, de junho de 1975, representa uma tentativa de encontrar uma plataforma de entendimento. No entanto, e apesar de ser uma proposta suficientemente lata para poder abarcar todas as tendências que se iam definindo, o acordo é frágil e precário. Não solucionando, de forma satisfatória, os problemas que se colocavam na definição de poderes e áreas de competência dos diferentes agentes da transição – MFA/Partidos/Poder Popular – o PAP é rapidamente ultrapassado. A partir de então, assistimos a uma pulverização de projetos políticos que são a tradução prática de uma luta fratricida que põe fim à paz dura e habilmente pactuada no interior do CR.

De um lado, os sectores afetos ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, a que inicialmente estão associados os que gravitam em torno do comandante do

COPCON, com um projeto de institucionalização da ‘aliança Povo-MFA’ em que os partidos políticos são completamente marginalizados (*Documento Guia de Aliança Povo- MFA*, 8 de julho). Dispondo, até inícios do verão de 1975, de alguma vantagem, este grupo procura assenhorar-se da situação. As expressões mais óbvias desta realidade são a constituição do Diretório (*Troika*) e, num segundo momento, as mobilizações tendo em vista a organização de um novo executivo chefiado por Vasco Gonçalves (V Governo Provisório).

A constituição do grupo dos Nove é, em nosso entender, a resposta direta a esta situação. Mais que uma ‘sintonia’ ou ‘comunhão’ ideológica ou programática, o que une os Nove é o desejo de travar o poder do primeiro-ministro e neutralizar o seu *Documento-Guia*. Em alternativa, apresentam uma proposta de transição gradual para a sociedade socialista, através de democracia política (*Documento dos Nove*, 7 de agosto). A ousadia custar-lhes-á a expulsão do CR mas também a conquista de importantes apoios para a sua causa, no campo militar e civil.

Finalmente, cabe ainda referir a constituição de um outro grupo no seio do CR que, autonomizando-se do primeiro, faz a apologia do poder popular e da democracia direta (*Autocrítica Revolucionária do COPCON*, 13 de agosto). A emergência deste terceiro grupo ocorre depois do fracasso das tentativas encetadas pelos Nove tendo em vista o estabelecimento de uma plataforma de entendimento.

Assim, em agosto de 1975, o CR encontra-se profundamente dividido, ficando em causa a sua capacidade de direção. Enquanto órgão supremo da ‘revolução’, o CR torna-se inoperante pela constante contradição e confrontação entre as suas correntes. Esta desagregação do CR não pode, no entanto, ser dissociada de outros processos então em curso que, em última análise, radicam nas eleições de 25 de abril de 1975.

Uma capacidade de direção questionada

Compromisso assumido e irrevogável, as eleições para a Assembleia Constituinte constituem um momento muito particular nesta primeira fase da vida do CR. Dispondo de um poder revolucionário que, nesse momento, ninguém

ousa publicamente questionar, o CR estava consciente de quanto a realização do ato eleitoral o poderia debilitar e, sobretudo, colocar em causa o seu papel de motor da revolução. Neste contexto, não é de estranhar que, salvo raras exceções, os conselheiros sejam unânimes na desvalorização do peso do resultado eleitoral transmitindo a ideia de que, embora a contragosto, a defesa das conquistas de Abril exige a sua presença e intervenção suprema no processo.

Apesar da campanha desenvolvida por alguns sectores do MFA apelando ao voto em branco, como sinal de confiança no Movimento, e das expectativas relativamente à influência e peso das forças comunistas, as eleições saldaram-se num inequívoco triunfo dos socialistas.

Apesar do seu sucesso, o PS revela uma extrema prudência, não fazendo, de imediato, qualquer tipo de reivindicação. No entanto, legitimado pelo resultado eleitoral, irá progressivamente alterar a sua postura, questionando a autoridade revolucionária e a tutela militar. Os acontecimentos do 1.º de Maio de 1975 e o “Caso República” são os grandes detonadores da mudança. Os confrontos e mobilizações por eles proporcionados, que traduzem uma batalha campal entre o PS e o PCP e entre a via revolucionária e a via eleitoral, servem de catalisador para uma mudança na posição dos socialistas, levando a que passem ao ataque (REIS, 1992, p. 47).

Como ‘motor da Revolução’ o CR não podia, conforme as circunstâncias, menosprezar os partidos ou transferir para eles uma larga quota-parte das responsabilidades. Paralelamente, não podia ignorar a forte perturbação introduzida pela disputa partidária. A tentação de ‘governar sozinho’ era óbvia, conferindo crescente peso aos sectores do MFA que advogavam o reforço da tutela militar e a autonomização definitiva do seu projeto político das interferências partidárias. É pelo menos esse o sentido que deveremos atribuir a várias intervenções proferidas nesses momentos e, sobretudo, ao relatório da Comissão Política do CR sobre os incidentes do 1.º de Maio, um documento claramente depreciativo no que diz respeito aos partidos políticos (REZOLA, 2006, p. 193 e ss.).

Com os esforços desenvolvidos para controlar o confronto político-partidário, patentes, por exemplo, nas audiências concedidas aos representantes do PS e do PCP, o CR assume-se com uma firmeza até então inédita. Apresenta-

-se como o órgão máximo da Revolução, acima e superior a qualquer outra força, decidido a conduzir o processo. Este aparente controlo da situação é, no entanto, efémero. A par dos graves problemas decorrentes da definição da sua base programática que já referimos, o CR rapidamente se confronta com uma insustentável contestação. Promovida essencialmente pelo PS, com o progressivo apoio de um crescente número de organizações político-partidárias (como o PPD ou o CDS) e de outro tipo, esta contestação traduz-se numa sucessão de ataques diretos ao poder militar, personificado em Vasco Gonçalves. Esta luta tem episódios vários, em que os casos República e Renascença (RIBEIRO, 2002) ganham um enorme protagonismo, tendo o seu momento alto na rutura da coligação governamental nos primeiros dias de julho. A partir de então as posições radicalizam-se.

Se é verdade que a queda do IV Governo Provisório foi um fator importante na desagregação do CR, também não constitui dúvida o facto de o *Documento dos Nove* oferecer uma sólida plataforma político-militar a todas as forças civis que, lideradas pelo PS, lutavam contra o *gonçalvismo* e o PCP. Em última análise, potenciou a sua força de contestação fornecendo-lhes um ‘chapéu’ protetor e legitimador. Porque se era inegável a sua legitimidade eleitoral, agora estavam em sintonia com alguns dos detentores da legitimidade revolucionária.

O crescente descontentamento de alguns sectores do CR e das Forças Armadas, associado à ‘pressão da rua’, acaba por ser determinante na vertiginosa ‘queda’ de Vasco Gonçalves e no afastamento dos *gonçalvistas* dos centros de poder.

“Motor” ou “moderador”?

O afastamento de Vasco Gonçalves e a reestruturação do CR, em setembro de 1975, proporcionam um importante momento de clarificação. Também rotulados como grupo dos moderados, os *nove* dominam agora o Conselho.

Esta alteração da correlação de forças no interior do CR, acaba por se traduzir numa valorização do papel das forças político-partidárias na condução do processo. Apesar de defenderem o papel liderante do MFA, os Nove con-

ferem outra relevância aos mecanismos da democracia representativa e, por isso, em resposta a uma das reivindicações socialistas, o VI Governo reflete já o resultado das eleições de abril de 1975. A intervenção partidária ganha progressivamente terreno e importância, ainda que o lugar cimeiro da estrutura constitucional continue a ser ocupado pelo CR. Note-se, no entanto, que apesar da sua nova dinâmica, mais do que “motor” o CR assume agora um papel de moderador.

Os meses de setembro e outubro de 1975 caracterizam-se por uma grande agitação que, em grande medida, tem o seu epicentro no CR, ou seja, nas suas diferentes fações. Em Tancos, pensa-se ter posto cobro ao ‘Verão quente’. Mas a vitória dos Nove é relativa dado que rapidamente se torna óbvio que o seu domínio sobre o CR não tem correspondência em termos de aparelho militar ou mesmo de mobilização popular. Ainda que dominem os centros de decisão, não controlam as unidades militares e a ‘rua’, campos privilegiados da ação da esquerda revolucionária, militar e civil. Apesar da sua fraca representatividade e presença no CR e no governo, esta acaba por desenvolver uma nova estratégia tendo em vista uma inversão da correlação de forças.

De facto, a partir de meados de setembro de 1975, PCP e extrema-esquerda aparecem unidos no propósito de impedir a estabilização da situação político-militar, fundamental para consolidar a hegemonia dos Nove e a capacidade de liderança do CR. Por um lado, ‘minando’ a disciplina militar, apoiando os SUV e outras iniciativas como as jornadas de luta dos deficientes das Forças Armadas. Por outro, desenvolvendo enormes movimentações de rua. O assalto à embaixada de Espanha, em Lisboa, em finais de setembro, constitui, a este respeito, um caso exemplar ainda que não único. Nos dois meses que antecedem o 25 de Novembro, os episódios sucedem-se, numa escalada de violência e conspiração, com o país à beira de uma guerra civil. A incapacidade do CR de sustentar a situação torna-se evidente.

Repensando e redefinindo o papel do CR

Na sequência do 25 de Novembro, assiste-se à abertura de um novo momento político: o da transição entre o processo revolucionário e a institu-

cionalização da democracia. Esses são momentos particularmente complexos para o CR. Desde logo porque se tornava urgente, na nova conjuntura, proceder ao controlo dos elementos revolucionários, ao dismantelamento das estruturas revolucionárias assim como à recomposição das chefias militares. Paralelamente, urgia conter a extrema-direita e, sobretudo um certo triunfalismo que dominou amplos sectores civis e militares. Consciente dos perigos que a situação encerra, o CR consegue evitar o contragolpe que visava a ilegalização do PCP. No entanto, a sua proposta de um “projeto viável de esquerda”, reafirmando o papel condutor das Forças Armadas e propondo uma conciliação nacional por forma a permitir a intervenção de todos os partidos, conhece ampla contestação, mesmo por parte dos que, como o PS, tinham estado ao lado dos moderados na luta contra o gonçalvismo. A polémica intensifica-se no momento de determinar os termos da revisão da Plataforma de Acordo Constitucional. Crescentemente fortalecidos e cientes da sua legitimidade eleitoral, PS, PPD e CDS questionam abertamente a compatibilidade entre democracia política e poder militar. As negociações são duras, deixando patente não só a resistência de alguns sectores do CR ao abandono do processo à democracia representativa com também o crescente poder e capacidade negocial das forças político-partidárias.

O ano de 1976 abre sob o signo da renegociação do Pacto, da qual dependia, em última análise o fim dos trabalhos da Constituinte. Ainda que o peso relativo de cada um dos intervenientes no processo se tenha alterado, o CR procura manter a iniciativa e garantir o comando da transição. O seu peso real e a efetividade do seu comando podem, obviamente, ser questionados. No entanto, não subsistem dúvidas sobre as importantes vitórias que o CR então alcança. No final, a nova Plataforma de acordo constitucional garante-lhe um lugar cimeiro entre os órgãos de soberania e amplas funções de Conselho do Presidente da República (pronunciando-se nomeadamente sobre a nomeação e exoneração do primeiro-ministro), de Tribunal Constitucional (sendo um dos seus membros presidente da Comissão Constitucional) e de órgão político e legislativo em matéria militar. A tutela militar sobre o poder civil, num claro compromisso entre a via eleitoral e a revolucionária, mantem-se.

Saliente-se, a este respeito, que um dos aspetos mais marcantes deste novo Pacto MFA-Partidos é o substancial aumento dos poderes presidenciais

a expensas do CR (FERREIRA, 1994, p. 230). De acordo com o mesmo documento, o futuro Presidente da República deveria ocupar, em simultâneo, a presidência do CR. Esta cláusula, com implicações múltiplas, irá permitir ao CR escolher, de entre os seus membros, o candidato a futuro Presidente da República, que colherá o apoio das mais importantes forças político-partidárias. Constitucionalizada a nova ordem, caberá ao Presidente da República e do CR a gestão do relacionamento entre o poder militar e civil, tornando-o numa peça central do período de transição.

De qualquer forma, a partir de Verão de 1976, mais que ‘motor’, o CR assume-se como árbitro, fiscal e garante do cumprimento da nova Constituição. Como organismo não eleito democraticamente, resguardado ainda por uma legitimidade revolucionária, o CR é, na prática, a continuação do MFA e simboliza o seu papel no derrube da Ditadura. Uma realidade que obriga à introdução do conceito de “consolidação democrática tutelada” que se prolonga até à revisão constitucional de 1982 que extingue o CR. Mais uma marca original do processo de transição português, decorrente do papel nele desempenhado pelos militares.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Diniz de (s.d.). *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*. Lisboa: ed. Sociais (2 vols.).
- AMARAL, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand.
- AVILLEZ, Maria João (1996). *Soares: Ditadura e Revolução*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- FERREIRA, José Medeiros (1983). *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O Período pré-constitucional*. Lisboa: INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FERREIRA, José Medeiros (1994). PORTUGAL EM TRANSE. IN: MATTOSO, JOSÉ (DIR.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, César (1993), *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985. Um Testemunho*. Lisboa: Presença.
- REIS, António (1992). *Portugal Contemporâneo*, vol. 6. Lisboa: Publicações Alfa.

- REIS, António (1994). O processo de democratização. In: REIS, António. *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 19-39.
- REIS, António; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (2016-2017). *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. 8 vols. Porto: Figueirinhas.
- REZOLA, Maria Inácia (2006). *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- REZOLA, Maria Inácia (2012). *Melo Antunes, uma biografia política*. Lisboa: Editorial Âncora.
- RIBEIRO, Nelson (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (1993). *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3.ed. Porto: Afrontamento.

(Página deixada propositadamente em branco)

GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

*Professora Adjunta do departamento de documentação e do programa de pós-graduação em história da UFSM, doutora em história social do trabalho pela Unicamp
e-mail: glaucia-k@uol.com.br)*

**ESTADO NOVO NO RIO GRANDE DO SUL
(1937-1945): SOCIEDADE VIGIADA,
SOCIEDADE CENSURADA**

**NEW STATE OF RIO GRANDE DO SUL
(1937-1945): LIFEGUARD SOCIETY,
SOCIETY CENSORED**

RESUMO: Para atingir o aperfeiçoamento dos serviços policiais no Rio Grande do Sul, a ação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) era fundamental para a repressão, uma vez que o foco de concentração da sua ação, não estava nos crimes comuns e sim nos crimes contra a ordem social vigente, contra o Estado. A necessidade da separação entre Ordem Política e Ordem Social vinha da concepção dos movimentos contra o Estado serem de natureza política ou de natureza social. Assim, um órgão estatal que se encarregava tanto dos crimes políticos quanto sociais, poderia auxiliar de forma concreta ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado ainda em 1936, mas com amplitude de ação após o Golpe de 10 de novembro de 1937, fornecendo informações completas sobre os “elementos subversivos”, que seriam encaminhados para julgamento naquele Tribunal Especial. Mesmo que o alvo do controle e da repressão, no discurso oficial, estivesse concentrado, principalmente, nos chamados “subversivos comunistas”, a sociedade era vigiada de forma ampliada, especialmente pela censura. Assim, as pessoas que conseguissem passar pelo crivo policial, cotidianamente cumpriam regramento social do Estado Novo. Dito isto, o objetivo do artigo é apresentar as principais formas de vigilância e censura em defesa da ordem social vigente e do Estado Novo Rio-Grandense.

Palavras-Chaves: Polícia Política; Vigilância; Censura; Estado Novo; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: To achieve the improvement of police in Rio Grande do Sul, the action of the Department of Political and Social Order (DOPS) was central to the repression, since the focus of concentration of his action, he was not in common crimes but in crimes against social order, against the state. The need for separation of Political and Social Order Order was the design of movements against the state of being political or social nature. Thus, a state agency that was in charge of both political crimes how social, could help in a concrete

way to the Court of National Security (TSN), also created in 1936, but with amplitude of action after the coup of November 10, 1937, providing complete information on “subversive elements”, which would be sent for trial at the Special Court. Even if the target of control and repression, in official discourse, he concentrated mainly on so-called “communist subversives”, society was guarded in a broad way, especially by censorship. So People who were able to go through the police sieve, daily met social regramento the New State. That said, the goal of article is to present the main forms of surveillance and censorship in defense of the existing social order and the New State of Rio Grande do Sul.

Key Words: Police Policy; Surveillance; Censorship; New State; Rio Grande do Sul.

*Um DIP arrolhou a imprensa,/Um DASP só dá palpite./
Para encobrir tanta doença,/Um SAPS abre o apetite.../
Um magnata ordinário/Ministro de duas pastas./
Tapeia sempre o operário/com frases ocas e gastas/
Conselho, frases de enfeite/circulam de sul a norte./
“Atenção! Beba mais leite! Façamos raça forte!
Tal vergonha nos contrista,/E não falta quem nos puna/
Quem reclama é comunista/Ou então ... quinta-coluna*

(Parnaso da Imprensa Livre – Poema apreendido pela DOPS)

*A pessoa precisa conceber sua máscara de obediência como algo que
atende a um propósito. A máscara é um instrumento: dá autoridade
de observar com segurança*

(Richard Sennet, em Autoridade)

O Rio Grande do Sul caracterizou-se, como província, depois estado, no processo histórico da formação social brasileira como subsidiário às economias centrais, principalmente a partir do século XVIII. A mudança implementada pelo Movimento de 1930, via intervenção maior do Estado nas questões econômicas e sociais, não transformou radicalmente a região de agroexportadora para industrial. Pelo contrário, reforçou, no novo padrão de acumulação que se desenvolvia, esta característica periférica de fornecer alimentos baratos

para o trabalhador nacional, a partir de um forte desenvolvimento agropecuário, como braço auxiliar, sobretudo, do crescimento industrial do centro do país.¹

Na década de 1930, no campo rio-grandense, a crise da pecuária e do latifúndio aliou-se à crise do minifúndio – esgotamento do solo e escassez de terras – aprofundando a expulsão do homem do campo. Também a capitalização das grandes propriedades fazia com que estas precisassem de menos mão-de-obra. O destino dos trabalhadores eram os centros urbanos.² Porém, o crescimento do setor agropecuário não resultou em um grande mecanismo gerador de acumulação de capital para a indústria. No Rio Grande do Sul, proliferou-se a pequena indústria, deficiente de capital e tecnologia, dependente do Estado. Mesmo assim, esse processo não impediu que o estado, em especial Porto Alegre, se tornasse o terceiro pólo industrial do país, gerando um proletariado consideravelmente fortalecido sob o ponto de vista social e político. Isso estabeleceu uma situação resumida por Alexandre Fortes:

O processo de expansão industrial criou, especialmente a partir dos anos 30, uma oferta de emprego constante e uma possibilidade limitada, porém real, de mobilidade social ascendente. Ao mesmo tempo, se verificava a forte influência de modelos paternalistas de relação de trabalho, expressa principalmente na adoção de programas abrangentes de benefícios sociais nas grandes empresas. Essa situação fundamentou o exercício da hegemonia cultural empresarial, articulada por valores relacionados à disciplina do trabalho, à austeridade e à estrutura familiar patriarcal (...) Os limites enfrentados diante da solidez do poder dos capitalistas locais e suas articulações políticas nacionais e internacionais não impediram, porém, o movimento operário (...) de lidar com os desafios de recomposição e das novas dimensões da classe trabalhadora.³

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 115.

² KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994, p. 105.

³ Cf. FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito ...: classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Ed. da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 26-8.

No período imediatamente anterior ao Estado Novo, apesar das inúmeras resistências, chamou atenção as movimentações de diferentes atores sociais em direção a um Estado cada vez mais centralizador, buscando subordinar a sociedade civil àquele. Como coloca Eliana Dutra, empresários, integralistas, parlamentares, intelectuais e religiosos estruturaram um discurso em torno de temas e imagens na qual a ordem, a família, a pátria, a moral, o trabalho, a propriedade, a autoridade e a obediência confluíam para a preservação da ordem social, para o saneamento da sociedade, para reforçar os poderes da família, da igreja, do Estado, da polícia e dos empresários. Resultou disso que, não apenas pelos movimentos econômicos, nem pela divisão dos trabalhadores, muito menos pela imatura consciência de classe, mas pela mudança do caráter político do Estado, o operariado brasileiro recuou nos movimentos mais amplos, passando a buscar direitos por dentro da estrutura do Estado.

Por sua vez, o anticomunismo foi o grande tema mobilizador do período, responsável pela coesão de diferentes setores e instituições. Para enfrentar esse “inimigo”, é que a ordem social necessitou ser preservada, a sociedade sanada e os poderes resguardados.⁴

Sob o pretexto do “perigo comunista” armou-se na manhã de 27 de setembro de 1937, na sala do Ministro da Guerra, o cenário propício para a implantação definitiva da ditadura. Presentes à reunião estavam Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1.^a Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor da Aviação), Newton Cavalcanti (comandante da 1.^a Brigada de Infantaria) e o Capitão Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal).⁵

No dia 30 de setembro foi apresentado pelo governo o “Plano Cohen”, documento forjado pelo Exército, o qual fazia referência à eminência de um plano elaborado pela Internacional Comunista para a tomada do poder no Brasil. Estava dado o argumento para o cancelamento das eleições previstas para o início de 1938 e para os interesses de Vargas continuar à frente do governo. De acordo com os golpistas, incluindo o próprio Vargas, o objetivo

⁴ DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997, p. 16-7.

⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo Eurico Dutra, ED vp. 1936.01.07 V – 32.

deles não era apenas reprimir o comunismo, mas sim, estabelecer um rígido controle sobre a sociedade, que se daria através da negação das liberdades individuais, dos partidos políticos, da censura e da repressão.

No diário de Eurico Dutra, onde ele narrou os momentos que antecederam ao golpe, dizia que tinha sido chamado por Vargas e este lhe confidenciou que, falhara todas as tentativas de “uma revisão da Constituição, com o fim de permitir uma prorrogação do mandato presidencial”. De acordo com Dutra, ante a possibilidade de Armando Salles vencer as eleições presidenciais, o que seria na opinião de Vargas, “um desastre para a Nação”, o presidente então, passou a referir-se ao “regime democrático”, comentando que os “tantos males” que tinha acarretado ao país, ao governo, que nada de útil produzia, e se opunha às iniciativas do Executivo. A solução estava na “mudança de regime e reforma da Constituição”. Segundo Dutra, a opinião de Vargas era que a reação “deveria manifestar-se por meio de uma revolução de cima para baixo”, encabeçada pelo “próprio governo”. Mas para isso era necessário o apoio do Exército. Dutra concordou em apoiar o movimento e buscar a adesão do Exército.⁶

No dia 1 de outubro foi votado o Estado de Guerra. Nesse mesmo dia, Dutra escreveu no seu diário que “o estado de guerra foi solicitado pelos ministros militares como um recurso para a repressão do comunismo, e só para isso”, mas fazia a ressalva de que “ninguém poderia prever até que ponto” os acontecimentos poderiam levar.⁷

A campanha anticomunista foi lançada com toda a força na sociedade, causando terror e pânico, haja vista que a “trama que se urdia” pelos comunistas, traria greve geral, incêndios, saques e mortes daqueles que se opusessem à tomada do poder pelos “vermelhos”. Diante disto, Vargas decretou Estado de Guerra, afastou seu principal opositor, o governador do Rio Grande do Sul Flores da Cunha, e instalou a ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo instalou-se no Brasil em 10 de novembro de 1937, através de uma Constituição outorgada por um golpe de Estado que manteve Getúlio

⁶ CPDOC/FGV, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, 18 de setembro de 1937.

⁷ CPDOC/FGV, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, 2 de outubro de 1937.

Vargas no poder. No dia 13 de setembro de 1937, Filinto Müller enviou em caráter confidencial, cartas ao presidente da Câmara Federal⁸ e ao presidente do Tribunal Superior de Justiça Federal⁹, no Rio de Janeiro, nas quais remetia a cópia de um “documento sobre a preparação do movimento comunista no país”.¹⁰

Dutra ao relatar o “resumo dos acontecimentos” no seu diário, escreveu que o “golpe de estado de 10 de novembro de 1937” teve suas origens “no desentendimento” entre Vargas e Flores da Cunha, o qual vinha desde 1935. Quanto à posição do Exército, Dutra informava que não agradou “a atitude de Flores” que havia mobilizado um “grande número de batalhões provisórios”, com a utilização do material bélico, “retirado do Exército nas revoluções de 30 e 32. Concluía que a derrubada de Flores foi um meio para um fim, isto é, a continuação Vargas no poder, e a causa que serviu de pretexto para “uma modificação de tão alta importância e repercussão”, surgira com a “campanha contra o comunismo”, montada juntamente com os ministros militares e integralistas, que após seriam dispensados por Vargas.¹¹

Os primeiros dias que se seguiram ao golpe do Estado Novo no Rio Grande do Sul, foram sentidos de forma particular pela população do estado. Na coluna reservada às “Queixas do Público”, do jornal *Correio do Povo*, as impressões foram as mais variadas possíveis. De Caxias do Sul, uma leitora dizia que depois “da proclamação do Estado Novo”, aquela era a primeira vez que se via “obrigada a pedir um pouco de atenção”. Referia-se ao “baixo nível moral” daqueles encarregados da “salvaguarda da sociedade”, isto é, os policiais. Considerava a existência de lugares “onde maior ameaça a ordem residia nos seus próprios mantenedores”. Entendia ser no departamento de polícia o local onde “mais necessário” se fazia o “saneamento e a moralização”. Nesse

⁸ O presidente da Câmara Federal, na época, era Pedro Aleixo.

⁹ O presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, naquele momento, era o ministro Hermenegildo de Barros.

¹⁰ CPDOC/FGV, Arquivo Filinto Müller, FM 33.02.21 chp/ad II – 18 e 19 A.

¹¹ CPDOC/FGV, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. “Meu Diário”, Resumo dos acontecimentos.

sentido, cobrava do Estado Novo a formação de “uma polícia digna desse nome, no seu bom sentido”.¹²

O desabafo da leitora, provavelmente, estava relacionado à notícia publicada no dia anterior, referente aos novos decretos que estavam por vir. A matéria informava que em meio “às medidas altamente moralizadoras” do presidente da República, destacava-se um possível decreto, que visava “restituir aos lares as senhoras casadas”, cujos maridos eram “bem colocados” e assim, poderiam “manter sem luxo, mas com decência, suas famílias”. A matéria do jornal considerava que a prática de tal medida representaria uma calamidade para os casais que construíram os seus lares unindo suas economias.¹³

Admor Veras, de Piratini, escreveu para a coluna do jornal, denunciando a precariedade da saúde das populações rurais. Relatava a falta de assistência médica na região da Campanha e a “infinidade de desgraças devidas tão somente à carência total de recursos”. Entendia que já estava na hora de exigir dos poderes públicos, medidas que se não resolvessem os problemas, que ao menos atenuassem o que havia de “dramático nesse sentido”.¹⁴

De Porto Alegre veio uma queixa sobre a taxa cobrada para o fornecimento de salvo-conduto para viagens. O leitor reclamava que o mesmo era uma imposição da polícia e não uma solicitação do viajante. Considerava injusto que a pessoa a quem se constringesse aquela formalidade, se impunha, ainda, o pagamento das estampilhas, o que achava ser uma “extorsão”. Entendia que, se o salvo-conduto era uma necessidade, esta não deveria obrigar a população a gastar, por “conveniência da ordem ou da segurança pública”.¹⁵

Enquanto os leitores do jornal, ainda, podiam “queixar-se” contra as autoridades estaduais, o mesmo não poderia se dizer dos ferroviários. O diretor

¹² “Queixas do público”, *Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1937, em edição encontrada no Museu da *Comunicação Hipólito José da Costa/Rio Grande do Sul (MCHJ/RS)*. Carta sem identificar a autora, enviada de Caxias do Sul, para o jornal, em 3 de dezembro de 1937, p. 5..

¹³ “Novos decretos-leis serão baixados”, *Correio do Povo*, 8 de dezembro de 1937, capa (*MCHJ/RS*).

¹⁴ “Queixas do público”, *Correio do Povo*, 14 de dezembro de 1937, p. 5. Carta escrita em 7 de dezembro de 1937 (*MCHJ/RS*).

¹⁵ “Queixas do público”, *Correio do Povo*, 1.º de dezembro de 1937, p. 3 (*MCHJ/RS*). Carta de Porto Alegre escrita em 29 de novembro de 1937, sem o nome do remetente.

geral da Viação Férrea baixou uma circular dirigida ao seu quadro de pessoal, nos seguintes termos:

Atendendo a necessidade imperiosa de ser mantida a disciplina interna para o bom andamento dos serviços e, devidamente autorizada pelo Governo do Estado, esta Diretoria comunica que: 1) a todo o ferroviário assiste o direito de dirigir-se, verbalmente ou por escrito, em dos seus interesses na Estrada, pessoais ou da coletividade ferroviária, aos seus superiores hierárquicos do seu chefe imediato, na administração, mas, mediante prévia anuência deste, que deverá ter conhecimento do assunto a ser tratado e não poderá negar a permissão solicitada; 2) tratando-se, porém, de autoridades superiores, do Governo, os interessados, cumpridas determinações acima citadas, deverão antecipadamente obter permissão do Diretor Geral, dando-lhe conhecimento do assunto a tratar; 3) a falta de cumprimento destas instruções, salvo casos excepcionais e plenamente justificáveis pela sua urgência e real impossibilidade de cumpri-las, a juízo do Diretor Geral, importaria em falta disciplinar.¹⁶

Alguns dias depois da “mordaça” aplicada aos ferroviários, outra medida, agora vinda do delegado de polícia da capital, encarregado da elaboração do “regulamento das praias de banho”. Segundo o delegado Ribeiro, seria criada uma cláusula que proibia o uso de calção de banho “na parte de terra” que se achava “compreendida entre a estrada e a água”, enquanto que, nos outros pontos, como restaurantes, seria obrigado o uso de roupão. Além disso, o delegado, que deveria ser um grande entendedor de moda, determinava que os calções de banho, deveriam “ser feitos de lã ou flanela”, não sendo admitidos “seu uso quando de outro tecido”.¹⁷ Lã e flanela no verão, só no pólo norte e na cabeça do delegado Delmar de Araújo Ribeiro.

Um “leitor amigo” utilizando-se do espaço de queixas do jornal, relatava a situação vivida por ele e seus filhos. Num dia de “calor pavoroso”, ele vestira seu *maillot* e foi com as crianças também de *maillot*, dirigindo-se para à mar-

¹⁶ “Para o bom andamento dos serviços da Viação Férrea”, *Correio do Povo*, 7 de dezembro de 1937, p. 9 (MCHJC/RS).

¹⁷ “Regulamento das praias de banho”, *Correio do Povo*, 21 de dezembro de 1937, p. 7 (MCHJC/RS).

gem do Guaíba, que dava nos fundos da sua casa. Relatava terem entrado na água, em torno das 17 horas e só se recolhido às 19 horas. No dia seguinte, perto das 18 horas chegou à praia correndo, um guarda-civil que em tom firme e enérgico obrigava a criançada e os demais banhistas a saírem da água porque segundo declarou o senhor chefe de polícia não era permitido o banho naquela zona. O leitor disse que “ante tão autoritária intimação”, não restou nada a fazer a não ser “baixar a cabeça e silenciosos e desiludidos”, rumar “outra vez para dentro da fornalha”, porque segundo lhe parecia ao chefe de Polícia, não agradava “que os moradores da zona do Gasômetro” se divertissem no “inocente banho de rio”, tão agradável naquele tempo.

Segundo o leitor, por maior esforço que fizesse para entender o ato do chefe de polícia, não conseguia “atinar com as causas que pudessem determinar essa medida tão desagradável quão injusta”. Se a medida tivesse sido imposta com o “fim de impedir abusos de algum banhista no traje indecente ou na incontinência de linguagem”, mesmo assim, parecia-lhe desnecessário “uma medida de tal caráter”. Finalizava pedindo a reconsideração do chefe de polícia quanto a ordem que os “privou das delícias do refrigério nas águas do Guaíba”.¹⁸

Em 1940, as instruções para a fiscalização das praias balneárias e litoral expedidas pela Delegacia de Polícia proibiram terminantemente, enquanto a pessoa estivesse “trajando exclusivamente roupa de banho: fazer ou transitar fora da área ou perímetro, da praia propriamente dita, bem como permanecer ou formar grupos nos bares, copas, restaurantes, etc., porventura instalados nas suas imediações ou arredores”.¹⁹ Segundo a regulamentação, trajes de banho, grupos de pessoas e restaurantes eram sinônimos de subversão e imoralidade.

A coluna “As Queixas do Público”, do *Correio do povo*, pedia aos “mis-sivistas” que, sistematicamente, assinassem, “do punho próprio, as cartas, declinando ainda o respectivo domicilio”. Informava que esta providência era “para uso exclusivo da redação”, pois as “Queixas” poderiam continuar, sendo

¹⁸ “Queixas do público”, *Correio do Povo*, 12 de janeiro de 1938, p. 7 (MCHJC/RS).

¹⁹ “A fiscalização das nossas praias balneárias e litoral”, *Jornal do Estado*, 31 de dezembro de 1940, p. 4, em edição encontrada na Biblioteca Solar dos Câmara da Assembleia Legislativa dos Estado do Rio Grande do Sul (BSC/ALERGS).

publicadas com “um simples pseudônimo”. Desta forma, não seria negada a publicação das cartas de “evidente interesse e atualidade”.²⁰

O Estado Novo, ao mesmo tempo em que não queria saber de queixas anônimas, tomava medidas repressivas contra pessoas acusadas anonimamente ou denunciadas por inimizades ou outros motivos. Júlio Atahyde, funcionário da Viação Férrea, foi chamado pelo delegado da DOPS, para que prestasse “esclarecimento sobre uma denúncia”.²¹ Dioclydes A. Britto mandou publicar a seguinte declaração: “Eu abaixo-assinado, tendo sido acusado como adepto do credo vermelho pelo Sr. Arnaldo de Castro, venho pela presente declaração, tornar público que nunca pertenci, não pertenço e não pretendo pertencer ao comunismo”.²²

Com a pergunta “O que se passa em Bagé”, uma reportagem apresentava a atitude tomada pelo delegado de polícia em cumprimento a uma portaria da Repartição Central de Polícia, que estava “regularizando os espetáculos cinematográficos”. Por isso, requisitou ao comandante do destacamento da Brigada Militar “uma praça para cada um dos cinemas locais”. Cada espetáculo seria assistido por um inspetor designado e teria “à sua disposição um agente de segurança pública”.

Estes funcionários tinham autorização para proibir a entrada de pessoas embriagadas, bem como as que se apresentassem com falta de asseio, as que não observarem os preceitos da decência e aquelas que, por qualquer motivo, fossem inconvenientes. As pessoas que conseguissem passar pelo crivo policial, tinham também que cumprir certas regras, como: não incomodar a quem quer que seja, durante o espetáculo; não fumar no recinto dos teatros; a se conservar descobertos (desarmados); além de outras proibições que seriam rigorosamente observadas.²³ A pergunta que deu o título à matéria acima, logo teria uma resposta do Estado Novo, que ia muito além de Bagé e dos cinemas, e sim para o controle da sociedade como um todo.

²⁰ “Aos freqüentadores das ‘Queixas do público’”, *Correio do Povo*, 3 de abril de 1938, p. 9 (MCHJC/RS).

²¹ “Chamado à DOPS”, *Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1937, p. 7 (MCHJC/RS).

²² “Declaração”, *Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1937, p. 7 (MCHJC/RS).

²³ “O que se passa em Bagé”, *Correio do Povo*, 3 de abril de 1938, p. 19 (MCHJC/RS).

O controle não tardou. Através de uma Ordem de Serviço, a RCP baixou instruções referentes “à nova orientação de censura à imprensa” no Rio Grande do Sul. As instruções referiam-se:

1 – Nos jornais diários matutinos e vespertinos, nos órgãos semanais, esporádicos ou de classe, associações, sindicatos, etc., revistas e outras publicações periódicas, devidamente organizadas, a censura será feita pelos próprios diretores ou responsáveis legalmente reconhecidos. 2 – Quando o Chefe de Polícia julgar conveniente entretanto, poderá determinar sejam os trabalhos de censura, na forma do número anterior, em qualquer órgão de publicidade, acompanhados, diretamente por um censor oficial da RCP. (...) II – A ação controladora da censura, em qualquer dos casos acima mencionados, far-se-á exercer, tanto sobre a parte propriamente do noticiário, como no que disser respeito à Doutrina. (...). Delegacia Auxiliar da RCP, em Porto Alegre, 15 de julho de 1938. Cap. Riograndino da Costa e Silva, Delegado Auxiliar. Aprovo – Aurélio da Silva Py – Capitão Chefe de Polícia.²⁴

Seguindo o objetivo de vigiar, a Chefatura de Polícia do estado, através de uma portaria, passou a controlar a autorização das licenças para reuniões “de entidades culturais, recreativas, desportivas de todos os gêneros”.²⁵ A polícia também substituiu os salvo-condutos pelas carteiras de identidade. As carteiras de identidade passaram a ser exigidas obrigatoriamente, a quaisquer pessoas que viajassem no Estado, por via férrea ou por estrada de rodagem, não sendo permitida a venda de bilhetes nas estações ferroviárias ou outros pontos de embarque, sem a apresentação da carteira. Também não eram consideradas válidas, em substituição dos salvo-condutos, as carteiras de identidade profissionais fornecidas por sindicatos ou quaisquer outras entidades de classe.²⁶

²⁴ “A imprensa sob nova orientação”, *Correio do Povo*, 19 de julho de 1938, p. 11 (MCHJ/RS).

²⁵ “As licenças para reuniões sociais”, *Jornal do Estado*, 17 de outubro de 1938, p. 3 (MCHJ/RS).

²⁶ “A substituição dos salvo-condutos pelas carteiras de identidade”, *Jornal do Estado*, 14 de junho de 1938, p. 7 (MCHJ/RS).

Ao mesmo tempo em que a polícia estadual estabelecia, cada vez mais, formas de controle, ela passava por reestruturação para poder realizar o seu trabalho vigilante e repressivo com maior qualidade e eficiência. O Decreto n. 6.880/37, que deu organização para a Polícia de Carreira no estado, possibilitou a criação de uma Delegacia Auxiliar, como parte integrante da RCP, com sede na capital.²⁷

De acordo com o chefe de polícia, Aurélio Py, através dessa nova organização policial, nos moldes aplicados no Distrito Federal e São Paulo, seria possível “uma perfeita ação preventiva e repressiva das leis, na manutenção do regime e das instituições vigentes no país”.²⁸

Para atingir o aperfeiçoamento dos serviços policiais no estado, foi fundada a Escola de Polícia da Repartição Central de Polícia, em 1938. No discurso de reinício das aulas no ano seguinte, Py fazia referência ao lema “Deus, Pátria e Família” que deveria ser seguido sem restrições, porque era necessário “caldear a nossa têmpera no cadinho da religião e no altar da pátria”, a fim de fazer o enfrentamento “aos maus patriotas que tudo querem devorar e subverter”. Dizia que o “coaxar das rãs” não tinha importância, mas as “balelas dos desocupados” deveriam ser temidas, porque no Rio Grande, o ambiente era de “trabalho e confiança”. O orador deixava bem claro qual a lição que seria dada para os aprendizes de policiais, contra aqueles que se insurgissem contra o Estado e as suas instituições: repressão.²⁹

A ação da DOPS era fundamental para a repressão, uma vez que o foco de concentração da sua ação, não estava nos crimes comuns e sim nos crimes contra a ordem social vigente, contra o Estado. Por isso, Py entendia a necessidade da separação entre “Ordem Política e Ordem Social”. Esta divisão vinha “da circunstância de serem os movimentos contra o Estado, ora de natureza política, ora de natureza social”. Assim, uma Delegacia que se encarregava tanto dos crimes políticos quanto sociais, poderia auxiliar de forma concreta

²⁷ “Modificações na polícia do estado”, *Correio do Povo*, 31 de março de 1938, p. 14 (MCHC/RS).

²⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 A. Organização Policial do Rio Grande do Sul, 1938.

²⁹ “Reabriram-se hoje as aulas da Escola de Polícia”, *Jornal do Estado*, 5 de julho de 1939, p. 16 (BSC/ALERGS).

ao TSN, fornecendo informações completas sobre os “elementos subversivos”, que seriam encaminhados para julgamento naquele Tribunal Especial.³⁰

Mesmo que o alvo do controle e da repressão, no discurso oficial, estivesse concentrado principalmente, nos subversivos comunistas, a sociedade como um todo passou a ser vigiada. Em 1940, a criação no Rio Grande do Sul, do Correio Ambulante, com a função de “separar a correspondência ainda nos carros da estrada de ferro” para que chegando ao seu destino, já estivesse “completamente manipulada”. Aquilo que foi divulgado como um “importante melhoramento”, na prática representou uma forma de censura e controle das correspondências.³¹

Em âmbito nacional, principalmente, entre os anos de 1943 a 1945, a Censura Postal Brasileira (CPB) agiu intensamente, violando o sigilo postal de todo o país. A CPB estava vinculada ao Departamento dos Correios e Telégrafos, que por sua vez, estava subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas e agia conjuntamente com as DESPS. Através de formulários, confeccionados especialmente para abranger o maior número possível de informações acerca dos remetentes e destinatários, a censura contava com o apoio logístico dos órgãos policiais, que informavam se a pessoa já tinha ficha policial. A censura, em última instância, não pode ser vista separada da atividade da polícia, pois como considerou Maria Luiza Tucci Carneiro: “a censura manifesta nos anos 30 e 40 no Brasil, *enquanto fenômeno da história (...) emerge interligada ao conceito de criminalidade política*”.³²

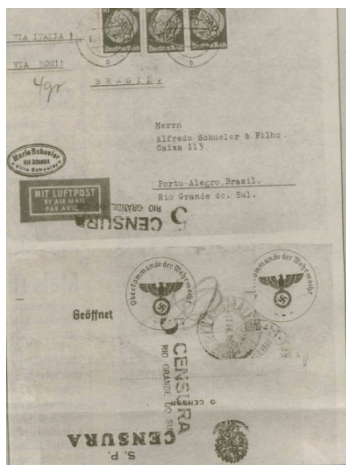
As cartas eram abertas por um censor identificado por um número, o qual determinava o destino que estas deveriam ter, de acordo com o seguinte código: Retida (R), Liberada (L), Condenada (C), Devolvida ao Remetente (DR) ou enviada com observações. As correspondências, liberadas ou não, passavam pela análise do censor, que segundo o teor da carta, as classificava de acordo com os seguintes critérios: político (grande maioria das correspondên-

³⁰ “Até julho, a polícia enviou 49 processos ao TSN – palestra de Py sobre a Delegacia de Ordem Política e Social”, *Correio do Povo*, 6 de setembro de 1939, p. 9 (MCHJC/RS).

³¹ “Um importante melhoramento nos serviços postais do Estado – o Correio Ambulante”, *Jornal do Estado*, 23 de março de 1940, p. 11 (BSC/ALERGS).

³² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial/PROIN/Arquivo do Estado/FAPESP, 2002, p. 30.

cias), segurança nacional, militar e aéreo.³³ A CPB ficou ativa até o fim do Estado Novo.



1 – Carta censurada pela CPB.

Fonte: *Zero Hora*, Almanaque Gaúcho, 31 de agosto de 2000, p. 82.

A CPB condenou (C), em 8 de novembro de 1943, a carta de Arthur das Chagas Salgado, de Porto Alegre, remetida para Manuel de Menezes Pinto, do Rio de Janeiro. O censor 83 utilizando a classificação “Político”, assim justificou a medida: “I – Alusões desairosas às autoridades governamentais; II – Deficiência de alimentos no Rio Grande do Sul; III – Referências ao aumento de vencimentos dos funcionários públicos; IV – comentários sobre a seca e a epidemia de febre aftosa”. E para provar o que estava dizendo, o agente 83 transcreveu as passagens que davam argumentos ao seu parecer: “I País desgraçado que não tem autoridade capaz de zelar pelo bem público”; “II – se pode observar todas as manhãs, velhos e crianças quase nus tirando restos de comida das latas de lixo para comerem”; “III – enganam o povo estes tartufos, aumenta-se os ordenados, mas também aumentaram os impostos e preços dos gêneros”; “IV – está grassando a aftosa em vários lugares”.³⁴

³³ APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série Censura Postal Brasileira (CPB).

³⁴ APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, Notação 7, ficha DF 9849.

O conhecimento da realização de censura era percebido por algumas pessoas, as quais faziam questão de que o censor soubesse disso. J. V. S. Cardoso, de Washington, Estados Unidos, enviou correspondência para Loforte Gonçalves, de Porto Alegre. A carta de Cardoso, que colocava “dúvidas quanto ao desvio de correspondência”, foi encaminhada pelo censor 715, para decisão da CPB.³⁵ O soldado Júlio B., da Companhia Montada de Transmissão de Santiago, escreveu para Sylvia Margiosta, de Petrópolis, Rio de Janeiro, e teve a sua carta retida, por motivo político, justamente por denunciar a violação de correspondência na agência da cidade, onde ele diz: “Há muito eu desconfiava, aliás, com motivos, de que a mulher do Correio, procedia mal com a nossa correspondência e hoje ficou provado. Um dos empregados de lá foi despedido e por vingança veio contar ao nosso capitão que era comum rasgarem as cartas e tirarem o selo das mesmas, sendo que mais tarde esses selos nos eram remetidos como sendo novos”.³⁶ Oscar Krimau, de Uruguaiana, comentou em carta enviada para o Chile, dizendo da “alegria ao saber” que podia “falar e escrever livremente apesar de que todas as cartas que saem do Brasil são censuradas”. O censor 1202, talvez contagiado pela alegria do missivista ou para mostrar a este, que não havia censura, liberou a correspondência.³⁷

Quanto às classificações por motivos militar, segurança nacional e aéreo se referia ao contexto de guerra. As correspondências que faziam comentários à localização de tropas, às tentativas de deserção ou utilização de meios ilícitos para fugir do alistamento militar, às condições precárias de alimentação nos quartéis, sobre as proibições impostas aos soldados na caserna, etc., eram identificadas com a observação “militar” e “aéreo”. Em relação à segurança nacional, as cartas mais visadas eram as de suspeitos de serem nazistas.

A censura postal e telegráfica continuou após 1945, pelo menos até início de 1946, visto que o Decreto-lei n. 8.745/46, mandava aproveitar no Departamento

³⁵ APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, Relatório RS 5678. Carta de 29 de maio de 1944 e censurada em 9 de junho de 1944.

³⁶ APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, Notação 6, ficha F – 2185. Carta de 3 de março de 1943.

³⁷ APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, carta de 8 de dezembro de 1943 e examinada em 11 de dezembro de 1943.

mento de Correios e Telégrafos, o pessoal que estava em exercício nas censuras postal e telegráfica, até a data da extinção da mesma.³⁸

Um outro acontecimento veio gerar apreensão e desconfiança entre a população do estado: o Recenseamento Geral de 1940. Os trabalhos censitários tiveram início em fevereiro de 1938, com o Decreto-lei n. 237.³⁹ Segundo Gustavo Capanema, “nada menos de sete censos distintos e alguns inquéritos complementares foram realizados simultaneamente, compreendendo todos os setores da vida nacional”.⁴⁰ E foi, justamente, a abrangência de todos os setores da sociedade, a causa dos temores populares. E não era para menos, já que, as indagações censitárias buscavam saber dados sobre fecundidade: número de filhos vivos e mortos, idade do informante ao ter o primeiro filho; cor da pele; grau de instrução; em relação aos estrangeiros, a data em que chegou ao Brasil, se falava ou não o idioma nacional, qual idioma falado habitualmente; profissão: empregado ou empregador, se trabalhava por conta própria, remuneração; se possuía propriedade imobiliária ou rural; se era segurado social ou particular; religião; condições sanitárias; aspectos culturais, desportivos e técnico-científicos; segurança pública;⁴¹ enfim, um grande número de informações que teriam que ser fornecidas por uma população que acabara de entrar numa ditadura, aliada ao clima de animosidade existente contra os descendentes de alemães e italianos, principalmente.

Tal foi o alvoroço, que o governo estadual contra-atacou, referindo-se ao Decreto-lei n. 969/38, que regulamentou o recenseamento do país e estabeleceu as “severas sanções penais” para punir “as falsas declarações”, ao mesmo tempo em que dizia garantir o “sigilo das informações”.⁴²

A Delegacia Regional do Serviço Nacional de Recenseamento tornou público, que qualquer indício de “destruição dos cartazes do recenseamento”, que estavam sendo afixados pela cidade, seria “considerado ato de sabota-

³⁸ Ver Decreto-lei n 8.745, de 21 de janeiro de 1946.

³⁹ Decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938, deu início aos trabalhos censitários no Brasil.

⁴⁰ SCHWARTZMAN, Simon (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato*. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, 1982, p. 178.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 179-81.

⁴² “Condições de rigoroso sigilo cercam as informações censitárias”, *Jornal do Estado*, 1.º de abril de 1940, p. 6 (BSC/ALERGS).

gem, correndo o seu autor o risco de ser preso em flagrante, de acordo com as leis vigentes”.⁴³ A população do estado não estava convencida da finalidade de tantos questionamentos sobre a sua vida, chegando haver uma tendência ao boicote. Esta situação exigiu de Vargas uma atitude para desfazer o “mal-entendido”, através de um apelo público:

É preciso que cada brasileiro compenetre-se com a convicção de que prestar declarações, inexatas ou falsas é agir de má fé para com o Brasil. (...) A administração pública, naturalmente, valer-se-á do conjunto de informações censitárias para saber como melhor conduzir os problemas gerais. Mas só a falta de familiaridade com a índole dum recenseamento é que poderia supor que um inquérito dessa ordem compreendesse objetivos fiscais, policiais, políticos e quaisquer outros alheios ao campo da estatística. Se o governo federal precisasse utilizar as informações censitárias para fins outros que não os meramente estatísticos, nenhuma razão impediria que isto fosse expressamente declarado. (...) Sempre confiei nos brasileiros e nunca vi a minha confiança desmentida. Quando em nome da pátria os chamo, para vê-los colaborar numa iniciativa de tão raro sentido cívico, estou certo de que serei ouvido.⁴⁴

Conclusão

O processo de tentativa de controle do Estado sobre a sociedade, através da vigilância social, política e policial, tiveram em contraposição várias formas de resistência ao controle estatal. A polícia estadual, para melhor reprimir e controlar, se reorganizou e se especializou na defesa da ordem política e social, adequando ao nível regional as formas de vigilância adotadas pelo governo federal.

Setores da sociedade civil perceberam, desde os meses iniciais do Estado Novo, as medidas tomadas para controle e censura, nas mais variadas esferas da sociedade, como nos costumes, na imprensa, no direito de ir e vir, na viola-

⁴³ “Aulas práticas para os recenseadores de Porto Alegre”, *Jornal do Estado*, 10 de agosto de 1940, p. 4 (BSC/ALERGS).

⁴⁴ “Um apelo do presidente Getúlio Vargas pró-recenseamento”, *Jornal do Estado*, 31 de agosto de 1940, p. 16 (BSC/ALERGS).

ção de correspondências, etc. Entre a dominação e a resistência, o controle e a indisciplina, a propaganda e a concretude dos fatos, os atores desempenham o seu papel independente das tentativas de vigilância, pois ainda não houve exemplo no qual o “Estado” de forma abstrata coordene a tudo e a todos, como único agente do pensar e realizar histórico. Mas isto já seria tema para outro artigo.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial/PROIN/Arquivo do Estado/FAPESP, 2002.
- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito ...: classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Ed. da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- SCHWARTZMAN, Simon (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato*. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, 1982.

Fontes

- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Fundo DOPS, Série Estados.
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Fundo DESPS, Série Censura Postal Brasileira (CPB).
- Biblioteca Solar dos Câmara da Assembleia Legislativa dos Estado do Rio Grande do Sul (BSC/ALERGS) – *Jornal do Estado*.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) – Arquivo Eurico Dutra
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) – Arquivo Filinto Müller.
- Museu da Comunicação Hipólito José da Costa/Rio Grande do Sul (MCHJC/RS)* – *Jornal Correio do Povo*.

ÁNGEL RODRÍGUEZ GALLARDO

Universidade de Vigo/CEIS20 da Universidade de Coimbra

anrogall@uvigo.es

TRANSICIÓN Y MEMORIA DEL FRANQUISMO

Introducción

Cuando está acabando el año 2015, estamos viviendo en el interior de la sociedad española un profundo cambio de transformación y comprensión de nuestra historia social y cultural reciente. Una manifestación evidente de tal hecho es que la totalidad de los líderes políticos que se han presentado a las elecciones del 20 de diciembre de 2015 representan generaciones nacidas ya en la Transición de la dictadura a la democracia, de modo que carecen de vínculos directos con el trauma de la guerra civil española y, por extensión, con su consecuencia más inmediata, que fue el franquismo, una de las dictaduras más longevas de la Europa Occidental y, en cualquier caso, la más sangrienta (Preston, 2011).

Están en marcha desde hace años ciertos procesos sociales dentro de la sociedad española que están intentando aliviar el “trauma” de la guerra civil y de la dictadura franquista¹, pero sobre todo que han logrado unir ese

¹ Una visión del trauma de la guerra civil y del franquismo desde una perspectiva antropológica del significado social de las “exhumaciones de fosas comunes” se puede ver en Ferrándiz (2014). Sobre las políticas de la memoria en España, conviene consultar Aguilar (1996 y 2008) y Castro (2008). El trauma ha sido parcialmente estudiado para el caso español en Álvarez Fernández (2007). En el campo de la historia, hay algunos estudios reveladores de ciertas presencias generacionales del trauma, aunque si bien sin un estudio sistemático: Juliá (1999), Casanova (2002), Ranzato (2006), Espinosa (2006), Rodrigo (2008), Vinyes (2009) y Preston (2011), entre otros. En el campo del derecho, es interesante consultar Martín Pallín y Escudero (2008), Capellá y Ginard (2009), Chinchón (2012) y Clavero (2014), pero también los diferentes informes de Amnistía Internacional y el Equipo NIZKOR desde 2004 sobre las víctimas de la guerra civil y del franquismo. En general, campos como la psicología han hecho avances sobre el análisis “discursivo” del trauma, ver por ejemplo Pérez-Sales y Navarro (2007) y Fouce (2014). Una visión del trauma desde el exilio, cuya bibliografía es muy amplia, en Sánchez Albornoz (2012) y en Duarte (2009 y 2012), entre

“trauma” con sus consecuencias en el desarrollo social actual. Hasta ahora algunos pocos autores han conseguido establecer una relación evidente entre las consecuencias de la guerra civil y el franquismo y los procesos sociales que han caracterizado la sociedad española en periodo democrático (1975-2015), procesos como el miedo, el silencio, la inmovilización y la polarización social, que parecen hundir sus raíces en el violento enfrentamiento fratricida y en la sangrienta dictadura posterior².

En nuestra opinión, esas vinculaciones, ramificadas en la cadena *guerra civil-transición-defectos de la democracia española*, pueden ayudar a esclarecer algunas de las prácticas sociales que perviven en la sociedad española, que se han fortalecido además con el proceso de globalización, y que lo han hecho mucho más aún con la crisis económica que padece el mundo occidental desde 2008³, crisis que ha visibilizado las endebles costuras sociales y culturales que la sociedad española hilvanó no siempre de manera conjunta desde el fin de la dictadura franquista en 1975⁴.

otros. Desde 2006, se han empleado nuevas consideraciones discursivas sobre lo que siempre se había denominado “represión”: crímenes contra la humanidad (Garzón, 2008a y b), holocausto (Preston, 2011) y práctica genocida (Míguez, 2014).

² Una visión distinta sobre estas posiciones se pueden ver en varias de las contribuciones recogidas en Fernández Prieto y Artiaga Rego (2014), basculando en zonas intermedias, historiográficamente hablando, desde “el recuerdo y la presencia de la guerra en la Transición” como “poderoso motor del acuerdo entre el reformismo franquista y la oposición entre 1975 y 1981”, por tanto, como “superación política del pasado” en forma de “olvido” y manifestación de “lectura social de un pasado traumático que se quería evitar en la Transición”, hasta la discusión de lugares comunes como el “supuesto apoyo masivo” de las poblaciones que rápidamente quedaron de manos de los sublevados de 1936. En una perspectiva muy diferente, sobre cómo los “de abajo” no pudieron participar en el proceso de transición de la dictadura a la democracia, ver Morán (2015: 13): “El enemigo, éramos nosotros, el común, los que contemplaban el espectáculo sin entender nada. Los medios de comunicación fueron los cómplices y beneficiarios de una democracia, condicionada por la Transición, que da sus últimas boqueadas cuando ya no queda nada que robar ni nada que subvencionar. Estamos en ello”.

³ Habría que determinar la importancia que tienen procesos políticos como la Transición en la “liquidación de los partidos comunistas, la frivolidad de la vida cultural presionada por los media, el enquistamiento de una clase política, en nuestro caso formada y forjada en un tiempo récord –o la crisis del papel del «intelectual» en sus relaciones con el poder” (Morán, 2015: 30).

⁴ Morán (2015: 10-11) ha señalado reveladoramente que “el rey era el primer operador fraudulento del país, como lo habían sido todos sus predecesores, pero en este caso como si se tratara de compensar los difíciles momentos del pasado y se creyera en la potestad de exigir doble factura a los ciudadanos: la impunidad que le concedía el Estado y la de su real gana. Y así siguió hasta que los suyos hubieron de cesarle porque ponía en peligro

La práctica social más trascendente de la sociedad española durante la última década es la pugna entre discursos generacionales, contemplada como una verdadera “guerra de la memoria española” (Juliá, 2003, 2006a, 2006b y 2007; Valcuende del Río y Narotzky, 2005; Espinosa, 2006 y 2007; Aróstegui, 2007; Ruiz Torres, 2007; Gómez Cuesta, 2007; Cuesta, 2007 y 2008; Mate, 2008; Bernecker, 2009; Vinyes, 2009 y 2011; Aróstegui y Gálvez, 2010; Pérez Garzón y Manzano, 2010; Mir y Santamaría, 2011; Rey Reguillo, 2011; Escudero, 2011; García Cárcel, 2011; Viñas, 2012; Graham 2013; Miñarro y Morandi, 2013; Loff, Soutelo e Piedade, 2015), cuya socialización pública se ha generado sobre todo a partir de la exhumación de las fosas de los desaparecidos del franquismo⁵. Esta práctica social y su socialización pública –la memoria de la guerra y del franquismo como un proceso de construcción colectiva, pero también de dialéctica pública– ha reabierto el debate sobre conceptos como trauma, miedo y silencio, que explican en parte la historia reciente y “herida” de la sociedad española, es decir, la que tiene que ver con la guerra civil y la dictadura franquista⁶.

Trauma, miedo y silencio son tres conceptos vinculados a tres procesos constructivos de la organización social, cuya influencia ha condicionado el dinamismo cívico de la sociedad española –esta es una de las hipótesis de este trabajo: que después de la guerra, llegó una terrible dictadura y una pactada transición que han condicionado en exceso los estándar democráticos

la supervivencia de la institución. La irresponsabilidad del monarca no fue solo política durante el periodo de la primera transición -23 de febrero de 1981-, sino económica. Se puede decir que él fue un ejemplo a seguir para todos los logreros. Y entonces se da la singularidad de que quienes han puesto en trance de extinción la Constitución de 1978 eran los que mayor partido le habían sacado. Es difícil construir una sociedad democrática cuando quienes han manejado el cotarro –ese puñado de hombres que decidieron el curso y las etapas de la Transición- saben que el primer «comisionista» es el monarca. Y que además, de todos ellos, es el único impune e inmune”.

⁵ Entre 2000 y 2012 se han desenterrado solo 332 fosas comunes, con restos de 6.300 desaparecidos tras las ejecuciones de la guerra y la dictadura, vid. http://www.eldiario.es/sociedad/muestra-Espana-abandona-victimas-franquismo_0_417858516.html, consultado el 18 de diciembre de 2015 y <http://www.memoriahistorica.gob.es/MapaFosas/index.htm>, consultado el 18 de diciembre de 2015. Ver también para entender el reinicio del proceso de la apertura de fosas del franquismo, Silva y Macías (2003).

⁶ No se ha explicado ni teorizado la Transición como un modelo que anula la guerra civil española como la primera batalla europea de la democracia contra el totalitarismo (Morán, 2015: 21).

de la sociedad española⁷– y ha establecido casi de modo continuo, a veces no demasiado palpable, otras claramente perceptible, una polarización social problemática⁸.

Trauma, miedo y silencio se retrotraen al 18 de julio de 1936, justo cuando el golpe militar –y su efecto más históricamente analizable, que es una guerra civil de tres años– desagrega la historia del siglo XX español entre, por un lado, una limitada experiencia democrática republicana (1931-36) y, del otro, el mayor periodo represivo de la historia de España (1939-1975), y, ambos, de la mayor estabilidad política parlamentaria que ha disfrutado el país (1976-2013) a partir de un nuevo hito fundacional con valores simbólicos como fue la Transición.

Después de la guerra civil española, lo que existe es una “continua irregularidad” en la historia de España, que concita perspectivas, lecturas y análisis divergentes⁹. Tales posiciones se enfrentan y, en muchos casos, socialmente se confrontan. No existe un relato colectivo ni común –no lo va a existir jamás–, sino que conviven varios y lo harán a lo largo de tiempo, a los que se van superponiendo otros asociados a grupos generacionales que se han ido incorporando, eso sí con muchas trabas socioeconómicas y laborales, al

⁷ Morán (2015: 25) ha denominado a este proceso “el precio de la transición” como un conjunto de elementos perturbadores “que estamos sufriendo ya y que, en mayor medida, habrán de pagarse en el futuro.

⁸ En palabras de Morán (2015: 22), “la consolidación del sistema democrático se ha hecho de tal modo que los miedos, los temores, las cautelas, fueron dejando un sedimento que al final se convirtió en costra”. El cuestionamiento del llamado “pacto de silencio” en la Transición española, entre otros, en Ysàs (2015). En general, la idea de que el “franquismo no se desmoronó, ni fue derribado” provocando la adaptación de los posicionamientos políticos del conjunto de las fuerzas democráticas para preparar las elecciones de 1977 procede de posiciones mayoritariamente no académicas como Morán (2015: 25). El sacrificio ideológico de las fuerzas de izquierda, PSOE y PCE, durante la Transición se ha analizado detalladamente en Andrade (2015).

⁹ Morán (2015: 23) cree que “buena parte del malestar intelectual que se detecta en España esté incubado en el nudo gordiano elaborado durante la Transición”. Además, en su opinión, “nuestra principal experiencia en tránsitos procede del paso de regímenes abiertos –sería demasiado decir liberales– a regímenes autoritarios. Con una característica fundamental: su duración. Fernando VII, Primo de Rivera y no digamos Franco, se mantuvieron ejerciendo el poder de manera absoluta demasiado tiempo. Lo que contrasta con la brevedad de los periodos democráticos, cuyo carácter frágil quedó patente con las dos repúblicas. La primera menos de un año y la segunda cinco, hasta el estallido de la Guerra Civil. En general no se resalta lo suficiente que la dictadura primorriverista duró más que la Segunda República”.

funcionamiento político de la sociedad española contemporánea. Tales relatos se conceptualizan y se narran de modos diversos, a veces como memorias individuales, otras como memorias comunitarias, formando lo que algunos autores han denominado «comunidades de memoria», que se sostienen dentro de grupos sociales, de esferas públicas de opinión, de familias y comunidades nacionales, pero también se agrupan en torno a memorias oficiales y no oficiales (Burke 1997: 80-1).

Discursos con memorias

La disputa interpretativa sobre la guerra civil española y sobre la dictadura franquista se ha trasladado de una generación a otra. Parece una conversación interdiscursiva infinita¹⁰. En cada generación ha ocupado y ocupa un espacio determinado, ejerciendo una ascendencia considerable no solo en el comportamiento y en las actitudes sociales y culturales de cada una de ellas, sino provocando que los discursos se crucen, se ramifiquen, se enfrenten, se solapen y se muten¹¹.

¹⁰ Un informe de la ONU ha señalado que España no ha sido capaz de cumplir con sus compromisos en memoria histórica, en concreto con más de cuarenta requisitos internacionales. Son las familias y las asociaciones las que están asumiendo el costo de las exhumaciones o los bancos de ADN. En ese texto, se califica de aberración el Valle de los Caídos y se apunta la necesidad de juzgar a los responsables franquistas con una reinterpretación de la Ley de Amnistía de 1977. Los partidos de derecha (Partido Popular y Ciudadanos) renuncian a presentar propuestas en este ámbito. Incluso, una de las líderes más destacadas de la derecha conservadora hasta 2015, Esperanza Aguirre afirmaba el 29 de noviembre de 2015 que “el franquismo no se impuso por la fuerza”. Ni siquiera las fuerzas de izquierda (PSOE, Unidad Popular y Podemos) presentan propuestas claras sobre la asunción estatal de la exhumación de fosas y del banco de ADN, hasta ahora tareas realizadas por la sociedad civil. Solo Unidad Popular es partidaria de modificar la Ley de Amnistía de 1977 para poder juzgar a los responsables franquistas. En general, existe acuerdo en la izquierda sobre la resignificación del Valle de los Caídos, símbolo máximo del franquismo y del nacionalcatolicismo, vid. http://www.eldiario.es/sociedad/Ciudadanos-PP-absolutamente-historica-programas_0_460904168.html. Un conjunto de propuestas para construir una memoria democrática en Escudero, Campelo, Pérez González y Silva (2013).

¹¹ Como señala Morán (2015: 35-36) no se ha logrado construir “una pedagogía democrática a partir de una transición opaca”, porque la Transición “debe enfocarse como una derrota” de lo que para los antifranquistas eran “objetivos ineludibles del futuro: la libertad sin oligarquías que la limiten, la transformación social y la política como actividad abierta de la ciudadanía”. Para Escudero, Campelo, Pérez González y Silva (2013), la debilidad de

Porque en buena parte del territorio español, después de la guerra civil, lo que hay es todavía “una guerra”, ahora de memorias, de relatos, de discursos, de interpretaciones y, finalmente, de prácticas. Porque la guerra civil española fue una guerra “hecha principalmente contra civiles”, en la que los propios compatriotas y vecinos fueron los responsables de los asesinatos cometidos, y ello explica en parte la hondura de las turbaciones que despierta, la persistencia transgeneracional del trauma de la masacre y la profundidad y permanencia de los diferentes discursos culturales que sostienen un modelo de sociedad determinado, cuya explicación y aplicación se difiere en el tiempo (Graham 2013: 31).

Por tanto, después de la guerra, en el caso español, hay un encadenamiento histórico conformado por *franquismo-Transición-periodo democrático*, que alarga los miedos colectivos, los silencios comunitarios y sociales, la inmovilización sociolaboral y política y la paralización que ha vivido y sigue viviendo una parte significativa de la sociedad española. La secuencia histórica de cuarenta y seis años (1936-1982), desde el inicio de la guerra civil hasta el fin de la denominada Transición, es el detonante de una acumulación combinada de miedos, silencios, parálisis sociales que han actuado como mecanismos limitadores en la profundización democrática de la España del siglo XXI, cuya plasmación práctica se contempla en los convulsos últimos años coincidentes con la crisis económica, que ha sacado a flote la insuficiencia democrática de diversos sectores de la sociedad española (corrupción política, desigualdad social, desempleo estructural, etc.)¹².

En nuestra opinión, el miedo y silencio han funcionado como “huellas dominantes” en ciertos periodos de la historia contemporánea española. Los efectos devastadores de la guerra civil no se pueden explicar sin el efecto de la introducción de un miedo paralizador en el interior de una buena parte de la sociedad española. El miedo de la posguerra española provocó la transmu-

la democracia española “tiene su raíz en la impunidad de la dictadura, el abandono de las víctimas y la ausencia de políticas de memoria”.

¹² La Transición española y los cambios políticos posteriores explicados como una respuesta a una vasta crisis económica, política y social que se “despliega a partir de las contradicciones que generaron las fuerzas movilizadas durante el último franquismo” en Rodríguez López (2015).

tación ideológica, la salvaguarda en otras identidades, el exilio insoportable de generaciones de españoles, el refugio en otros países de otras tantas. En fin, después de la guerra, lo que aconteció es que una buena parte de lo que había sido España, o de lo que hubiera podido ser, se “escondió” de la historia, para no mostrarse más. Ese miedo, ese silencio, ese esconderse de la historia se introdujeron y se reubicaron de modo diverso en las biografías individuales de los españoles y de las españolas¹³.

No se puede comprender el marco de construcción de la dictadura franquista sin la presencia continua del miedo y del silencio como factores que han vertebrado -¿y siguen haciéndolo?- las relaciones personales, sociales, laborales y de género. Todas ellas fueron controladas durante la dictadura por soluciones de carácter violento para fiscalizar y obstaculizar los cambios promovidos por los relevos generacionales. Como han señalado algunos autores, resulta impensable entender el proceso iniciado durante el tardofranquismo, que se consume de modo incompleto en la Transición democrática, sin las secuelas culturales que se promovieron, de modo nada inconsciente e involuntario, por el miedo a un regreso de la violencia ciega de la guerra “entre hermanos”¹⁴. El discurso de la denominada “doctrina de choque” (Klein 2007) –no se puede reivindicar la ruptura democrática porque eso supondría un nuevo enfrentamiento bélico– paralizó la sociedad española (Monedero

¹³ Como apunta una vez más el agudo Morán (2014: 18), el pasado español se aparta del alemán, del italiano o del ruso puesto que no cuenta con ningún libro de memoria o reflexión de los hijos de los jefes franquistas. Para detallar esta singularidad del pasado hispano, uno de los historiadores españoles más importantes del siglo XX, Miguel Artola, quien era yerno del militar africanista Camilo Menéndez Tolosa, que fue Jefe de la Casa Civil del Jefe del Estado desde 1964, no produjo ni siquiera unas pequeñas memorias sobre la “crónica del tiempo” de haber conocido y convivido con uno de los muchos jefes franquistas responsable de los procesos represivos de la dictadura (Morán, 2014: 60).

¹⁴ Fernández Liria y otros (2007: 238) recuerdan lo que Santiago Alba ha llamado “la pedagogía del millón de muertos” como la verdadera “educación para la ciudadanía” que hemos tenido hasta ahora: “Básicamente la cosa consiste en que cada treinta o cuarenta años se mata a casi todo el mundo y después se convocan elecciones. Básicamente la cosa consiste en que cada treinta o cuarenta años se mata a casi todo el mundo y después se convocan elecciones. Esta forma de educar a la ciudadanía ha sido, hasta el momento, suficientemente eficaz para que los votantes eligieran como Dios manda. Y así es como el capitalismo ha logrado ser compatible con la democracia durante periodos a veces relativamente largos. En España debemos ser bastante tozudos, porque para hacer posibles treinta años que ahora llevamos de democracia, se hizo necesario educar a los ciudadanos españoles nada menos que durante cuarenta años de dictadura”.

2013: 162), siempre por abajo y por el medio, porque las elites no dejaron de introducir cambios superestructurales (de los cuales poco sabían los niveles medios y bajos de la sociedad), como ya había ocurrido en la España de la Restauración con la políticas de los “notables” (Graham 2013: 219), cambios por arriba y de carácter superestructural que fueron divulgados a través de la construcción de un supuesto relato común, comprensible y aceptable por buena parte de la sociedad¹⁵.

Sobre lo que ha ocurrido después de la guerra civil –y por extensión, durante el franquismo y el periodo democrático–, los especialistas, y a la par los medios de comunicación, emplean denominaciones generacionales que fraccionan los itinerarios sociales colectivos desde 1936. De este modo, la “generación de la guerra civil” está formada por aquellos que vivieron la contienda bélica, la mayoría de los cuales han desaparecido o se encuentran en trance de hacerlo. La “generación de los hijos de la guerra” es aquella conformada por los que eran niños durante el conflicto o nacieron durante ese periodo o en la inmediata posguerra, es decir, durante los años 40/50 del siglo XX. La “generación de los nietos de la guerra” coincide socialmente con las generaciones del denominado *baby boom*, la explosión demográfica que se produce en España durante la década de los 60 y parte de los 70 del siglo pasado. Finalmente, la “generación de los bisnietos” es aquella nacida en los 80/90, que ha protagonizado “la revuelta sociocultural” de la indignación del denominado movimiento 15-M.

Cada generación ha construido un discurso sobre o contra las anteriores. Sobre todos ellos, el discurso de la “reconciliación” ha sido el discurso mayoritario en la generación de los hijos de la guerra civil, generación “responsable” de clausurar simbólicamente la guerra civil con el sonsonete de que el conflicto armado fue “una inútil matanza fratricida”. En los últimos años, ha emergido el discurso de los nietos de la guerra civil –incluso de los

¹⁵ En palabras de Fernández Liria y otros (2007: 238-239) esta doctrina de choque se reflejan en forma electoral puesto que “somos enteramente libres para votar a las derechas si queremos, o si lo preferimos, a las izquierdas que están dispuestas a gobernar con programas de derechas. Que ya aprendimos lo que significa salirse de ese marco y que ese marco es a lo único que tenemos derecho a llamar «democracia». Algunos, sin embargo, todavía pensamos que la democracia comenzará un día ahí donde se ponga fin al chantaje con el que el capitalismo educa para la ciudadanía”.

bisnietos–, que se ha encargado de reinstaurar la memoria de las víctimas del franquismo y, al tiempo, de reubicar socialmente la brutalidad y la violencia “purificadoras” de la dictadura franquista dentro del conjunto de regímenes totalitarios/autoritarios del siglo XX. Parece como si los discursos generacionales se hubiesen construido en función de la proximidad cronológica con la extrema violencia desplegada desde el inicio de la guerra civil en 1936. A más contacto con el ardor y la viveza con el terror desarrollado por la guerra y la dictadura –también con la mantenida a otro nivel durante la Transición–, mayor ajuste generacional de miedos y silencios, de modo que a mayor distancia con aquellos sucesos, los discursos se deshinchaban y se descargaban de traumas, heridas y temores. Digamos que es la última generación, la de los bisnietos, la que se ha liberado absolutamente de los discursos anteriores, con sus deudas sociomorales y sociopolíticas, para proponer incluso un nuevo modelo de “contrato social” a partir de la “revolución” que ha supuesto en el imaginario colectivo la “acampada colectiva” del movimiento de los indignados representados por el 15-M¹⁶.

Porque la Transición española (1975-1982) estuvo pautada también por el miedo a una manifestación violenta e incontrolada, en especial por el miedo a nuevo golpe militar que retrotrajese a la sociedad española nuevamente a décadas atrás. En ese periodo, los antiguos cuadros franquistas –que eran miles– se transformaron en demócratas de toda la vida. Tutelaron el cambio de régimen y “ echaron la olvido” los crímenes del franquismo a través de una Ley de Amnistía (1977), que funcionó como “una ley de punto de final” para todos ellos. Esta decisión político-legislativa ratificó la prevalencia de la memoria y el discurso de los “vencedores” de la guerra civil, dentro de un marco general construido y centrado en la etiqueta discursiva de la “reconciliación”, relegando en cambio otros valores democráticos, como la transparencia, la cultura participativa, la apertura social y el coraje cívico. Con toda seguridad, una compensación dentro de la sociedad del uso de estos valores civiles hubiese ayudado a resolver el “trauma” permanente de la violencia

¹⁶ Sobre la pedagogía social del miedo en el siglo XXI en una perspectiva global, vid. <http://www.caffereggio.net/2008/04/19/la-pedagogia-social-del-miedo-de-gregorio-moran-en-la-vanguardia/>

franquista dentro de un discurso cada vez más globalizado de los derechos humanos.

No obstante, lo que resulta más interesante desde el punto de vista histórico y sociológico es que la secuencia *guerra civil/franquismo/Transición* ha provocado la persistencia y la prolongación de los valores y de los espacios autoritarios del mismo modo a lo que ha acontecido en otros países periféricos que padecen sistemas políticos imperfectamente democráticos. Porque en nuestro país no se ha realizado una reprobación sin paliativos sobre la nada discontinua tradición autoritaria y violenta de nuestra historia. Esa tradición violenta, despótica, arbitraria y en muchos casos totalitaria ha influido en las restricciones estructurales de nuestros proyectos democráticos. En ello han colaborado los medios de comunicación y el desmantelamiento de los servicios públicos, que se ha producido en los últimos veinte años. Seguramente que no se haya realizado esa crítica sistemática sobre nuestra tradición autoritaria y totalitaria –en parte, por la oposición de las derechas herederas de tal tradición, pero también por la cobardía moral de las izquierdas acomodadas a los estándares democráticos deficitarios– ha estabilizado la presencia del silencio en la historia del “trauma de la secuencia histórica *guerra civil/franquismo/Transición*”. Es sintomático que ni aún hoy, 2015, conozcamos la extensión y el volumen del “terror institucional” que puso en marcha el franquismo –es decir, el número de víctimas aproximadas de tal violencia–, ni que los guerrilleros “antifascistas” españoles hayan sido homologados al resto de los resistentes antifascistas europeos, ni que los discursos culturales más avanzados y profundamente democráticos del siglo XX español, como fueron los de Picasso, Buñuel, Juan Goytisolo o Luis Cernuda, por citar solo alguno de los casos más emblemáticos, sigan siendo los discursos culturales de exiliados, de expatriados, de figuras secundarias dentro del paradigma cultural de la España contemporánea¹⁷.

¹⁷ La crítica a la construcción de un discurso cultural hegemónico promovido desde los sectores académicos menos politizados en Morán (2014: 23-24): “La cultura española es de una individualidad que mata y cualquier intento de aglutinamiento carece del más mínimo rigor intelectual y solo sirve para los currículos académicos y la industria «textil» (de texto, se entiende). Tenemos un territorio inmenso. No es virgen, porque virgen, lo que se dice virgen aquí no hay nada; todo ha sido manoseado y violado con saña o sin placer, pero a conciencia. Somos un país donde los mediocres tienen la oportunidad de convertirse en

Que podamos hablar de una secuencia histórica de esta guisa –*guerra civil/franquismo/Transición*– no manifiesta otra cosa más que la ausencia o la imposibilidad social de una ruptura histórica sobre esa tradición autoritaria, fascista y totalitaria, que se ha basado de manera sistemática en la corrupción y en un tupido conjunto de redes clientelares de carácter intergeneracional e histórico, cuyos orígenes se remontan cuando menos al siglo XIX español, al denominado *gentry pact* o “pacto de caballeros”, es decir, al pacto o a la alianza política entre las elites históricas y los grupos sociales “tradicionales” (Subirats 2003: 21-23; Graham 2013: 33-34). Las huellas de ese pacto permanecen en las estructuras caciquiles que se fueron extendiendo paulatinamente en diferentes lugares de la geografía española, “que tienen la misma lógica que las redes mafiosas del sur de Italia” (Monedero 2011: 62-3), puesto que funcionan como una “hermandad de sangre” en la concepción amenazante y tentadora de las prácticas corruptas (Carr 2000: 265).

Juan Luis Cebrián, durante muchos director del periódico *El País*, e hijo de un alto cargo de la prensa del Movimiento durante la dictadura franquista, representa de modo paradigmático el “miedo” de la generación de los hijos de la guerra civil. En 1977 apenas enunciaba en aquel diario emblemático de la Transición española “el recuerdo de todos los muertos de la guerra” (Cebrián 1977). Décadas después, alejado del fragor del recuerdo de la violencia franquista, reconoció que su generación “tuvo demasiado miedo”. Es una confesión que se ha reproducido antes y después en otros miembros de esa generación, que han saltado a convertirse en voceros de una más que borrosa “memoria histórica” (Cebrián & González, 2001)¹⁸. Si el miedo está presente en la generación de los hijos de la guerra civil como una seña de identidad de sus prácticas y construcciones sociales, la generación de los nietos –y bisnietos– ha perdido poco a poco el miedo, apelando para ello a que se

depositarios del canon, gracias en primer lugar al gran desmoche que significó la posguerra, también a que la ciudadanía se la bufa y que ellos tienen muy claro que los escalafones son los que definen las conciencias y las responsabilidades. Si usted se planteara revisar el concepto de «generación del 98», «generación del 27» y «Edad de Plata», no tendría ni la más mínima oportunidad de hacer carrera académica. Ni siquiera hacerse maestro para escapar a alguna aldea perdida”.

¹⁸ Una visión descarnada sobre la generación de la Transición que de posiciones radicales devino en conservadora en Morán (2014 y 2015).

recuperen los cuerpos de los miles de desaparecidos del franquismo, que se encuentran supuestamente enterrados en cunetas y fosas comunes, y a que se recobre la memoria democrática que esos desaparecidos representaban. Para Monedero (2011: 54) era una señal de que “el miedo estaba desapareciendo” entre los españoles, incluso entre el gremio de los historiadores, quienes por fin hablan de genocidio u holocausto para etiquetar la violencia franquista (Preston 2011; Míguez, 2014). La desaparición del miedo produce el ascenso de los niveles democráticos en muchos o ciertos sectores de la sociedades deficientemente democráticas. Según Monedero, la Transición española termina el 11 de marzo de 2004, cuando la sociedad española pierde el miedo y le reprueba a los gobernantes del Partido Popular que le están mintiendo, que están falseando la realidad sobre los atentados de la madrileña estación de Atocha que costaron la vida a 192 personas.

El choque de relatos y de discursos sobre la memoria de la guerra y del franquismo se ha concentrado en la “acusación” que la generación de los nietos de la guerra han realizado sobre la generación anterior, al atribuir a la generación de los hijos una “falta de energía” durante el proceso de la Transición, condicionando en exceso el modelo corrupto y antidemocrático en que se ha convertido la sociedad española (Ferrán 2008: 720; Morán, 2015: 15-36). Visto en distancia ese proceso les ha parecido un “espectáculo mediático de consenso democrático” (Subirats, 2002) que terminó con el “conflicto social” y que no logró la transformación efectiva de las instituciones sociales, educativas y culturales que venían del franquismo (Subirats 2003: 27). Como la generación de los nietos está más alejada de los hechos, su inculpación apunta al “miedo” que se extendió como una amenaza durante la Transición, y que sirvió para controlar y condicionar conductas y principios. Ese miedo era un reflejo de la violencia de la guerra y del franquismo, pero también de la dejación y la parálisis de no solventar la memoria y la “herida” social que se creó posteriormente al pensar que no se había hecho lo suficiente para aliviar el trauma¹⁹.

¹⁹ Con todo, conviene contextualizar las transformaciones y metamorfosis de los miedos generacionales y su influencia en nuevos modelos culturales, sociales y políticos. No es este el lugar para hacerlo, pero, en cualquier caso, uno de los nuevos partidos políticos surgidos del movimiento 15-M española, Podemos, se ha visto obligado a modificar sus

Cuando se enfrenta los discursos generacionales, los nietos acusan a sus padres de “cobardía generacional” por aquello que no se llegó a hacer en la Transición y por aquello que se dejó de hacer durante la democracia²⁰. Como se puede comprobar en todas las esferas sociales, la generación de los hijos de la guerra se han eternizado en puestos de responsabilidad, desde direcciones de departamentos universitarios hasta cargos de gestión sindical y política. Han llegado a crear una trama o una malla de jerarquías laborales, sociales y políticas que han garantizado y protegido no solo el modelo salido de la Transición sino el propio discurso, balizando que existiesen espacios hegemónicos con otros discursos posibles o alternativos.

Subyace en el discurso de la generación de los hijos de la guerra civil una serie de elementos “emocionales” de decepción y frustración. Muchos de ellos militaron en el antifranquismo, pero hubieron de aceptar un cambio de régimen que no satisfacía sus deseos y sus compromisos políticos²¹. Recordemos que la dictadura franquista acaba con las tradiciones sindicales y políticas, con la totalidad de la cultura obrera creada en el periodo republicano, de forma que la reconstrucción del movimiento obrero en los años 60 del siglo XX fue tan limitada a consecuencia de la durísima represión que ejerció el régimen franquista, puesto que este pretendía impedir que acabase convertido en una suerte de corriente política de carácter estatal. Posteriormente, los gobiernos tecnocráticos del PSOE, presididos por Felipe González, acabaron por “eliminar” de su discurso y de la realidad la “memoria obrera y de izquierda” del siglo XX español. Lo hicieron ayudados por el resto de los partidos políticos de actividad parlamentaria continua. Lo consiguieron a través de una negociación secreta y pactada con los militares franquistas: había que eliminar de la vida pública la memoria de los represaliados republicanos y de la izquierda española²².

propuestas políticas más avanzadas ante el embate mediático, político e institucional de las posturas tradicionalmente hegemónicas desde la Transición.

²⁰ “No es mala cosa que pudiéramos legar a nuestros hijos toda una concepción pedagógica de la derrota”, en palabras de Morán (2015: 36).

²¹ Es, en parte, la tesis de Morán (2014: 21) de “la radicalidad devino conservadora”, aunque “manteniendo el lenguaje radical”.

²² Una visión con perspectiva externa de todo el proceso en Judt (2008: 745-756).

Un conocido sociólogo conservador español, Víctor Pérez Díaz (1996: 79), no tuvo reparo en afirmar que la Transición “requería de los franquistas fingir que no lo habían sido nunca, y de las izquierdas fingir que seguían comprometidas con los principios tradicionales de la izquierda”. Seguramente la duración de esta simulación ha sido mayor de la esperada, tanto en la vida pública como en la vida política española. A muchos de los que en el momento de la Transición se encontraba actuando como representantes del cambio, les permitió dejar a un lado el miedo “anterior”, pero sobre todo les permitió resituarse de una nueva forma dentro de la sociedad que se reconstruía y se resignificaba. Los que debían haber ejercido como garantes de la memoria republicana, de izquierda y obrera, se dejaron sobrepasar por el vértigo de los cambios. Retiraron de su prácticas la bandera republicana, pero en especial relativizaron sus principios socialistas y/o comunistas, invadidos como estaban de un abarcador eclecticismo. Según Ortí (1998), lo que aconteció durante la Transición es una manifestación de “complejo edípico”, de modo que esa generación no fue capaz de “matar al padre”, es decir, a Franco, y han vivido durante varias generaciones defendiéndose contra la posibilidad de que sus hijos lo hiciesen con ellos, como de alguna manera así ha ocurrido, añadimos nosotros.

Cuando la generación de los nietos –que es la que se encarga de liderar el proceso de exhumación de las fosas de los desaparecidos de franquismo y vincular sus asesinatos con el derecho internacional– se hace mayor, lo que acontece cronológicamente más tarde que en las generaciones anteriores, consigue articular un discurso que cuestiona el relato mítico y fundacional de la Transición, poniendo en entredicho el “concepto Cultura de la Transición” como paradigma cultural hegemónico en España desde hace más de tres décadas en forma de “tapón generacional y cultural” (Martínez *et alii* 2012). No obstante, este discurso crítico y comprometido desde el punto de vista cívico no ha conseguido en España la misma extensión que en otros países europeos, en parte porque la memoria republicana antifascista fue silenciada y totalmente aniquilada durante y después del franquismo²³.

²³ La derrota del fascismo en Europa en 1945 deja fuera a España de la evolución de las consecuencias jurídicas de los juicios de Nüremberg.

Además, este discurso crítico sobre la secuencia *guerra civil-franquismo-Transición* ha llegado también de la mano de docenas de historiadores locales, quienes desde los años ochenta del siglo XX se han dedicado a documentar los crímenes del franquismo. Gracias a sus investigaciones, se ha consolidado una memoria colectiva en una parte considerable de la generación de los nietos de la guerra civil de que lo que ocurrió a partir de julio de 1936 fue “un plan sistemático y masivo contra la población civil”. A este discurso de la memoria y de la historia, se ha incorporado un discurso jurídico renovado, alimentado en el espíritu del discurso europeo de los derechos humanos. La combinación de estudios históricos y jurídicos ha igualado el trauma de la guerra civil y del franquismo con otros “traumas” contemporáneos, de modo que se ha ido imponiendo, para describir lo que ocurrió a partir de julio de 1936, de “violación de los derechos humanos y de crimen contra la humanidad” y de “delitos que no prescriben por su carácter permanente” (Espinosa 2013; Capellà 2013)²⁴. Ha sido este nuevo impulso cívico el que ha permitido articular un discurso que equipara el enjuiciamiento de la persecución sufrida por los judíos al calor de la subida al poder de los nazis en 1933 con la represión empleada por los golpistas españoles desde 1936. Y ha sido la promoción de este discurso jurídico, que ha establecido que la guerra civil española fue una “guerra injusta e ilegal”, la que ha servido para descomprimir el trauma intergeneracional de la guerra y el franquismo.

Varios juristas españoles han establecido que el estado de guerra se mantuvo en España hasta marzo de 1948, cuando ya existía el concepto de ‘crimen contra la humanidad’ y que la propia ONU resolvió en diciembre de 1946 que España era culpable por su condición de régimen fascista de haber conspirado, junto con Alemania e Italia, para cometer crímenes contra la paz que provocaron el inicio de la Segunda Guerra Mundial. Los argumentos jurídicos que sancionaron a los nazis hubiesen valido para los franquistas, pero la dictadura española no contó con un ‘Núremberg’ y fue esa impunidad la que

²⁴ Aunque se ha configurado un discurso del carácter pionero del plan sistemático de exterminio empleado por los golpistas dentro de un contexto propicio para un uso exagerado de la violencia. Es este uso impropio de la violencia el que permitió que un sector reducido del ejército y una minoría social pudiera poner en marcha una guerra civil que modificó las mayorías sociales del país.

introdujo no solo olvido y silencio en la sociedad española sino un trauma alargado en el tiempo que se manifestó en forma de miedo, parálisis social e inmovilización cívica. Podríamos convenir que el conocimiento cada vez más detallado del “plan de exterminio” llevado a cabo por los golpistas ha influido en la desaparición del miedo social y en la evaporación de parte de la parálisis social como quedó bien claro con el nacimiento en 2011 del movimiento del 15-M, al que no parece interesar ni la cohesión, ni la identidad colectiva fundacional y que no tiene reparo en abrir un combate con los discursos culturales instalados desde la transición (Martínez 2012a: 23), entre ellos la ausencia de una política de memoria coherente en la España democrática.

La ruptura de la estabilidad y fiabilidad del discurso fundacional de la Transición ha reducido el miedo social que aún supone el franquismo en la sociedad española. Ha modificado también la parálisis cívica de más cincuenta años de desmovilización, pero a la vez ha reavivado el discurso propagandístico del franquismo, que durante décadas contó con el monopolio de la memoria desde 1936 hasta el fin del siglo XX. Cuando el PSOE decidió redactar una Ley de Memoria Histórica lo hizo en clave electoral con el fin de hostigar los muchos residuos de memoria franquista del Partido Popular. Curiosamente al frente de la comisión redactora de esa ley figuraba un prestigioso historiador, y otros no menores, quienes prefirieron no irritar a la memoria franquista, de modo que no hubo sanción del golpe militar de 1936, porque realmente parecían desconocer que el mayor número de víctimas por desaparición forzada y por asesinato ocurrió durante el periodo que va hasta febrero de 1937. Lo que volvía a reproducirse en la ley aprobada en 2007 era el discurso mayoritario de la comisión, que no era otro que el hegemónico en su generación, es decir, el “discurso de la reconciliación”, el mismo que se extendió desde los años 50 del siglo XX desde un sector mayoritario de las fuerzas antifranquistas, y que subrayaba que los dos bandos fueron culpables de cometer “brutalidades”, de modo que no había posibilidad de unificar las versiones contradictorias –la republicana y la franquista. Eso es finalmente lo que ha ocurrido, que las comunidades “enemigas” mantienen su propio discurso, que se cruzan, se enfrentan y chocan. La comisión redactora de la Ley de Memoria Histórica confirmó que los crímenes del franquismo habrían de quedar impunes, justamente del mismo modo que aconteció en la Transición.

El miedo volvió a pesar en la decisión de los expertos de la comisión de modo que renunciaron a aceptar cualquiera de las demandas que se habían formulado desde el movimiento cívico de la memoria histórica representado generacionalmente por los nietos de la guerra civil. Setenta y un años después del golpe militar de 1936 y treinta dos del fin de la dictadura no se iban a anular las miles de sentencias de los consejos de guerra sufridos por las víctimas del franquismo ni, lo que era más grave, el Estado español no iba a asumir el proceso de exhumaciones de los cuerpos de los desaparecidos del franquismo. En realidad, tras la Ley de Memoria Histórica del año 2007, el discurso del franquismo seguía indemne puesto que solo se abordó con cierta sistematicidad la retirada de símbolos y de nombres de calles franquistas. Uno de los elementos fundamentales que debía haber sido la creación del “archivo del terror franquista” quedó orillado ante la amenaza que un acopio de la información sobre la represión podría suponer para las elites y los responsables directos e indirectos de los crímenes del franquismo²⁵. El miedo y el silencio explican que los investigadores no puedan acceder aún a los archivos militares, de la Guardia Civil, de la Policía o de las grandes empresas que apoyaron de una u otra forma al régimen franquista.

Aprender la indefensión

Estamos muy próximos a Valverde (2013: 71-86) cuando afirma que las elites y los poderosos en España han empleado una serie de mecanismos de control social para amenazar y paralizar a los ciudadanos. Es lo que en psicología se conoce como “indefensión aprendida” y que se empleó por ejemplo ya durante la Transición. Las elites se encargaron de atizar las brasas del miedo a un nuevo conflicto bélico, porque querían evitar que se abriesen procesos de justicia transicional y que se juzgase a los responsables de los crímenes del franquismo. Ese periodo solo se puede entender desde una gestión larga de un proceso colectivo de “indefensión aprendida”: los ciudadanos

²⁵ Algunos autores han llegado a denominar ese proceso como una ausencia de “transición documental”.

fueron convencidos para que no reclamasen una revisión concienzuda de lo ocurrido durante el franquismo.

En general, las elites suelen emplear de modo profuso una serie de estrategias para enfrentar a diferentes sectores sociales. Por ejemplo, para introducir entre ellos recelos y desconfianzas que laminen la cohesión social. Los políticos y las elites acostumbran a poner en marcha operaciones de fragmentación social, que fomentan el miedo entre comunidades, que estigmatizan y que demonizan al “otro”. Se hizo durante la Transición con un pequeño grupo de activistas de organizaciones de izquierdas, sobre todo del PCE, quienes presentaron en el otoño de 1978 un Tribunal Cívico Internacional contra los Crímenes del Franquismo (Escudero *et alii*, 2013: 12). Aislados y marginalizados mediáticamente, fueron encarcelados con el fin de erradicar ese discurso lo más rápidamente posible²⁶. De hecho, las elites responsables del cambio político estabilizaron un discurso hegemónico totalmente polarizado entre “nosotros, los buenos” (los que apoyaban un cambio sin justicia transicional) y “ellos, los malos” (los que reclamaban que se juzgasen los crímenes del franquismo)²⁷. Esa polarización se ha perpetuado hasta el día de hoy –y es una de las herencias más constatables del largo periodo de “después de la guerra” –, de modo que las nuevas generaciones que han comenzado, desde otras perspectivas, a cuestionar el discurso hegemónico elaborado durante la Transición son también considerados “ellos”, responsables del “mal acto” de estigmatizar el hito fundacional de la democracia española²⁸.

²⁶ Se reunió la junta promotora del Tribunal formada por diecinueve personas el 28 de noviembre de 1978. Fueron detenidas en el Hotel Convención de Madrid junto a cinco periodistas que estaban cubriendo el acto. Varios de sus miembros participaron en algunas exhumaciones en Navarra, donde incluso llegaron a participar historiadores como Pierre Vilar o el jurista norteamericano Ramsey Clark, quien se había significado previamente en acciones internacionales contra la guerra. Este Tribunal trataba de remedar el Tribunal Humberto Delgado de Portugal, con el objetivo de que las víctimas del franquismo obtuviesen una reparación (Escudero *et alii*, 2013: 12).

²⁷ En realidad, no había fortaleza en este tipo de movimientos de reparación y condena del franquismo porque desde el ámbito institucional no se produjo ningún mecanismo ni dinámica de apoyo, ni explícito ni implícito.

²⁸ Lo ha explicado Antonio García Trevijano, uno de los fundadores de la Junta Democrática, en su libro *El discurso de la República*: “Cuando se propaga el temor social a un peligro existente es porque la clase o el partido gobernante están en peligro real de perder el poder. Y echando sobre el pueblo el miedo propio consiguen una nueva legitimación para seguir dominándolo. Esto sucedió al final de la dictadura, con la cínica propaganda

Tanto el miedo como los procesos de polarización social –ellos/nosotros– se han convertido en mecanismos útiles tanto para el poder como para las elites. Ambos fenómenos han conseguido que en ciertas épocas no se hagan reclamaciones individuales o colectivas, jurídicas o institucionales, sobre los crímenes de la guerra y del franquismo. Ciertos autores hablan en este caso de “acumulación de tareas pendientes” con carácter generacional, tareas que se han transferido de “mala manera” porque el miedo y la polarización han entorpecido el desarrollo político e ideológico de la sociedad (Volkan 2000). La acumulación de tareas ha influido en las prácticas individuales y colectivas, y ha favorecido las dinámicas autoritarias que permanecen casi incólumes en ciertos sectores de la sociedad española. No haber cerrado las heridas de la guerra y del franquismo, haberlas transferido generacionalmente, ha estabilizado un carácter “traumático” en la comunidad española: cuando surge la guerra civil como discurso o como memoria, reaparece el trauma no curado, que se extiende a casi toda la población, que no puede abstraerse de él. Además, es un trauma de sentido “comunitario” y de réplica también colectiva. En general, se desarrolla como una forma de miedo permanente y subconsciente, es “como una herida profunda que presiona de modo insistente” en esa nada disimulada polarización social que caracteriza a la sociedad española, que regula además ciertas actitudes en otros asuntos espinosos – que ponen en entredicho la cohesión social.

Este trauma influye en la sociedad española de modo inadvertido. Casi nadie reconoce esa ascendencia ni siquiera los sectores sociales y colectivos más estructurados y cohesionado. A pesar de todo lo que hemos averiguado en estos últimos años sobre la espeluznante violencia franquista –como se ha conseguido visualizar socialmente en el número desorbitado de fosas comunes de desaparecidos que existen aún sin abrir en el territorio español– ni siquiera las generaciones de los nietos y de los bisnietos de la guerra civil asumen las relaciones que existe entre el trauma subconsciente y el trauma original. Como sugiere Valverde (2012), socialmente no se ha conseguido comprender el miedo, la inmovilización y la arbitrariedad como elementos propios de la

de un peligro irreal de guerra civil, para justificar el consenso moral de la transición contra la ruptura democrática” (Grimaldos, 2004: 28).

organización social de nuestra sociedad que tienen su herencia en esa continuidad imperceptible del “trauma de la guerra civil y del franquismo”.

Se ha conseguido crear una “industria cultural” alrededor del “trauma colectivo de la guerra y del franquismo”, especialmente a través de novelas, películas, libros de historia y exposiciones museísticas. Esa industria cultural se ha construido alrededor del discurso cultural de “defender a las víctimas” para “otorgarles voz en forma de relato documental” que confiera un sentido a esa violencia padecida, a las desapariciones y, también, al miedo que habita aún en el subconsciente colectivo. Esa industria cultural se ha alimentado preferentemente con el relato de la generación de los nietos, quienes se han ido narrado de modos diversos la historia que no vivieron –y que muchas veces ha recreado ya de modo indirecto al ir desapareciendo los testimonios vivos de los hechos históricos–, quienes han buscado con denuedo el lugar en el que habrían de yacer los desaparecidos y quienes además no han acertado a evaluar la influencia del miedo y del silencio acumulados por las generaciones anteriores.

La teoría del trauma transgeneracional considera que es la última generación –en este caso, la de los nietos– la receptora de ese “retorno de lo reprimido” –que es de manera gruesa un conjunto de reacciones públicas y privadas a partir de los fenómenos de la violencia de la guerra y del franquismo–, porque las generaciones anteriores no fueron capaces de articular el “trauma psíquico” de lo vivido en la guerra y en el franquismo, porque la contigüidad con ellos y con sus propias consecuencias sociales les disuadió, les frenó y les paralizó para adoptar una respuesta acorde a ese trauma.

La dura represión de la dictadura franquista imposibilitó que la generación de los hijos fuese capaz de introducir un duelo público sobre los vencidos de la guerra civil y sobre su memoria. Antes al contrario, esa generación de los hijos de la guerra civil hubo de padecer deshonras, miedos, ofensas y ultrajes públicos, sobre todo si eran los herederos de los vencidos. Pese a la demora, es la generación de los nietos la que consigue –solo parcialmente– compensar esos procesos permanentemente abiertos e inconclusos. Que ese proceso se haya producido con tanta demora se relaciona con la “simulación” sociopolítica representada durante la Transición, una de cuyas señas de identidad era expresar visiblemente el olvido de la represión de la dictadura. El modelo

capitalista industrial prevalente desde aquel momento ayudó no solo a paliar, mitigar y descargar el miedo histórico al trauma de la guerra civil, sino también a difuminar los efectos de la polarización social. Son varios los autores y las autoras que apuntan que esos sentimientos de humillación e impotencia de carácter social son similares a los que actualmente padece la sociedad con la crisis del neoliberalismo. Las demandas de justicia e igualdad social chocan con interferencias, con obstáculos y con obstrucciones, que generan perjuicio, degradación y afrenta, en muchos casos difíciles de reparar.

Los traumas colectivos de carácter social, como los que sufre la sociedad española desde la guerra civil, se convierten en una “patología”. Como los fantasmas que pueblan los sueños de la infancia, si aquellos no son alejados o expulsados, continúan y permanecen asolando sus fantasías y quimeras (Tremlett 2006). Estos discursos se trasladan generacionalmente, de modo que también lo hacen las representaciones traumáticas incorporados en ellos. Esos traumas comprimen las prácticas identitarias colectivas. ¿Cómo no van a ver influido en la organización de la sociedad española basada en el silencio y la inmovilización social la cultura de la represión y del terror franquista, la polarización ideológica y política y las prácticas de desquites, revanchas y represalias, que se prodigaron durante el franquismo y se heredaron en el sistema democrático? La generación de los nietos no comprendió esta continuidad social hasta hace pocos años, sobre todo hasta que entendió que el silencio de las generaciones anteriores estaba en relación con una inflación semántica del pasado y de sus traumas. Lo que no se cuenta y lo que no se relata construye una bisagra entre “nosotros” (los que vivimos el horror sin poder hacer nada ante ello) y “ellos” (los vencedores y los que ostentan y ejercen el poder), que va poco a poco incidiendo en una acusada polarización social.

La cultura del silencio se ha convertido en una nueva marca de las sociedades contemporáneas²⁹. Se emplea como una forma de dominio social, porque el miedo funciona siempre como una “imposición”, política o ideológica, y porque el desengaño y el “naufragio” colectivo deja huellas indelebles en

²⁹ Calle (2011:18) apunta que el miedo promueve un proceso de interiorización de controles, conduciendo además hacia hábitos consumistas e individualistas, “como pretendido refugio, promoviendo la aclamación emocional y visual del poder”.

forma de una indiferencia y descuido social que muchos ciudadanos han interiorizado hasta asumir que se hace imposible reivindicar y conseguir un mundo más justo e igualitario. Esta sensación es más evidente entre las denominadas por algún autor “las clases medias incívicas”, aquellas que definitivamente han renunciado a seguir defendiendo el ideario democrático. Se han hecho ciudadanos “inciertos y vacilantes”, aquejados de modo permanente por el miedo, la polarización y la inmovilización social. Prefieren, por ello, la “lamentación privada” antes que la colectivización y la publicidad de sus quejas.

Digamos, finalmente, que el trauma transgeneracional reaparece de diversas formas en las generaciones posteriores. Lo que se ha reprimido y lo que no ha obtenido un duelo público, regresa siempre. Lo puede hacer a través de lo que se denomina el “síndrome del vacío”, es decir, a través de ausencia de compromiso social, de hipocresía, de fingimientos, de cinismo social, de la importancia que obtienen las apariencias, de la defensa del orden y de la importancia que obtiene el lenguaje del poder. Muchas de estas marcas configuran el funcionamiento social de nuestra sociedad.

Cambiar el sentido común

Con la “revolución ciudadana” del 15-M en España –al calor de otros movimientos cívicos en otras partes del mundo– ha regresado la idea y la práctica del “comunitarismo” dentro de ciertas organizaciones sociales. Ha sido una de las respuestas al modelo económico neoliberal. Estos nuevos movimientos sociales han abandonado la estrategia de la inmovilización, consiguiendo de este modo que se polarizase la sociedad a partir de la estrategia de estar padeciendo medidas injustas a partir de la impunidad de la que suele disfrutar el poder. Implícitamente se ha producido una polarización con aquellos colectivos que siguen conservando la “inmovilización aprendida” procedente del franquismo. Estos nuevos movimientos sociales defienden que se puede actuar contra los abusos del poder, desprendiéndose de este modo del cordón umbilical que les unía al “trauma transgeneracional” de “después de la guerra civil española”.

Estos nuevos movimientos sociales están protagonizados por una generación preparada, que ha resemantizado la actividad social como una práctica constituyente de la sociedad (Errejón y Mouffe, 2015). Creen en lo que hacen, de modo que asumen que es posible encarcelar a los banqueros corruptos, que es factible mantener efectivos los servicios públicos y que es necesario democratizar la vida política. Un movimiento cívico como la Plataforma de Afectados por la Hipoteca explica de modo claro la desaparición del “trauma generacional”. Los resultados tangibles de parar numerosos desahucios y de conseguir que se renegocien hipotecas subrayan esa idea. Crece además el número de personas decididas a no colaborar con los bancos corruptos y comprometidos con la especulación, o aquellos que han decidido no pagar sus deudas o que se expresan a través de la insumisión fiscal. Muchos médicos han decidido convertirse en objetores de conciencia contra el Real Decreto Ley 16/2012, que niega la asistencia a los inmigrantes irregulares. En otros territorios del Estado española, sigue creciendo y son más los ciudadanos que se niegan a pagar el euro por receta en las farmacias, o que participan de colectivos y plataformas de denuncias contra la corrupción en la administración de la sanidad pública.

La explosión de civismo comprometido vivida en España en los últimos años tiene que ver con la pérdida del miedo transgeneracional en ciertas comunidades sociales. Ha decrecido el número de “cómplices” con las injusticias institucionales y ha aumentado el cuestionamiento riguroso sobre la actuación arbitraria del poder y sobre su discurso hegemónico. Han dejado de asumir el comportamiento al que este discurso de las elites políticas y económicas les obliga y han renunciado a aceptar las opiniones hegemónicas (Fairclough 1989), incluso a pesar de que ello vaya acompañado del uso de la fuerza, como ha acontecido de modo frecuente en las últimas manifestaciones y concentraciones públicas.

Podemos hablar de que se ha ido produciendo en ciertos grupos sociales la ruptura del “sentido común” del poder (Gramsci) y de la construcción del “consenso” (Chomsky), que se hizo no solo para silenciar los crímenes del franquismo y para no incriminar a los responsables de los mismos, sino para imponer políticas socioeconómicas injustas, desigualitarias y colaboradoras, en especial con el advenimiento de la crisis económica. Entre las estrategias

discursivas más empleadas por las elites para controlar y dominar la “memoria del pasado”, pero también el “relato del presente”, figuran los procesos lingüísticos de “culpabilización”, a través de estrategias de deslegitimación sobre su comportamiento pasado y presente, como un mecanismo que garantiza la parálisis y la inmovilización social. Se empleó durante la Transición con construcciones ecuativas del estilo de “todos somos culpables” para explicarse colectivamente el pasado sangriento de “después de la guerra” y, así, lograr el “consenso social” a partir del “sentido común” que suponía no juzgar el franquismo y contemplar el futuro “con esperanza y optimismo”. Este mismo proceso se ha desplegado con la crisis económica, de modo que el discurso hegemónico nos ha hecho sentir “culpables por nuestras deudas” a partir de procesos argumentativos archirrepetidos por los medios de comunicación del estilo de “la crisis en España es consecuencia de una década irresponsable”.

Las estrategias discursivas culpabilizadoras son una maniobra recurrente por parte de las elites. Sirven para empeorar un trauma, para naturalizar las injusticias y para normalizar la impunidad de la que gozan. Si las elites económicas y políticas españolas consiguieron el “borrón y cuenta nueva” sobre los crímenes del franquismo, ¿cómo no lo podrían también obtener también con los procesos de naturalización discursiva realizados para que se vean como normal los desahucios de viviendas por no lograr sus propietarios hacer frente a sus hipotecas? Así como un desahuciado queda expuesto a un cuadro de ansiedad y depresión y a un continuo sentimiento de culpa, las generaciones de después de la guerra civil española “quedaron expuestos al trauma y a la culpa” de lo que debían haber hecho y no hicieron. Esa manifestación de “inmovilización aprendida” es una consecuencia del miedo que produjo la guerra y la violencia franquista.

Durante más de tres décadas en España ha prevalecido un discurso monodireccional y hegemónico que se ha reconocido como una práctica mayoritaria denominada Cultura de la Transición (Fernández-Savater 2013: 39). Los nuevos movimientos sociales (Prestige y el movimiento del Nunca Más, el “no a la guerra” cuando la ocupación de Irak, la manifestación pública de dolor y rabia del 11-M en Madrid, la explosión del 15-M durante la crisis económica) luchan con nuevas prácticas y nuevas identidades para acabar con el predominio de esa Cultura de la Transición. Lo hacen apoyados en la desaparición del

“trauma transgeneracional”, en nuevas politizaciones y en nuevos discursos, que proponen nuevos relatos de lo ocurrido y de lo que ocurre y que han conseguido que surjan nuevos espacios y esferas de elaboración, fuera de las lógicas izquierda/derecha y poder/ciudadanos.

Las nuevas generaciones, armadas con nuevos discursos, alejadas de los traumas originales, han reseteado la lógica discursiva de la Cultura de la Transición. Lo han hecho modificando el léxico –el poder se denomina ahora “casta”, resignificando un viejo término castellano recuperado tras su exitoso uso en Italia³⁰– y las estructuras lingüísticas. Alcanzan nuevos valores términos como “indignados”, que focaliza un sentimiento, pero también un sentido interpretativo y moral de la existencia. La historia colectiva ha dejado de pensarse desde el discurso dominante de la Cultura de la Transición, de modo que han entrado nuevas perspectivas y “Nuevas Culturas”. Ha aparecido un “nuevo sentido común”, creado desde abajo a partir de la participación de los ciudadanos y de diversos colectivos socioprofesionales. En este nuevo sentido común, ya no solo hay protesta y crítica, sino una nueva organización de la realidad, una “revolución cultural”, una perspectiva nueva para mirar la sociedad y una nueva configuración de la democracia que sirva para controlar sobre todo al poder económico.

En definitiva, que hayan desaparecido los traumas y miedos del pasado en estos nuevos colectivos sociales ha permitido superar el marco de prácticas y discursos de la Transición española. Este marco no ha conseguido resolver los problemas de la sociedad española (desempleo, corrupción, falta de democracia y transparencia, etc.), sino que muchos de ellos acabaron ocultos bajo un discurso “políticamente correcto”, que desprendía simulación y sofisticación.

Que no se solucionen los conflictos supone básicamente que regresan en forma de “luchas de memoria”, como ha ocurrido con las memorias de la guerra civil y del franquismo, pero también con la forma de gobierno –monarquía o República– o con la consideración territorial del Estado español. Las heridas y los traumas que no se curan reaparecen. Hibernan en el interior de los indi-

³⁰ Pero el término deja de utilizarse durante 2015, porque no tenía mucho sentido seguir usándolo cuando los grupos políticos alternativos entran en las instituciones municipales y autonómicas tras las elecciones del 24 de mayo de 2015, vid. http://verne.elpais.com/verne/2015/12/01/articulo/1448971561_891653.html

viduos y de las sociedades, y resurgen cuando los conflictos sociales polarizan las sociedades, como con la crisis económica. En la actualidad, el debate se extiende a la posibilidad de una “Segunda Transición” o a un nuevo “proceso constituyente”, porque la primera o el anterior proceso constituyente fallaron parcialmente y no completaron el proceso democrático propio de una sociedad madura. Ha llegado el momento de emplear otras soluciones, de usar nuevos discursos y de introducir nuevos sentidos comunes que se estabilicen socialmente. Entre otras cosas, este nuevo discurso apunta a que el miedo ya no puede ser una herramienta de control social, ni siquiera en las sociedades que han padecido las largas consecuencias de una guerra civil. Además, este nuevo sentido común se apoya en la inteligencia ciudadana y en la suma de sus capacidades, no solamente en las elites. Este nuevo sentido común está apoyado en la construcción de una sociedad más igualitaria.

Referências bibliográficas

- AGUILAR, Paloma (1996). *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*, Madrid: Alianza.
- AGUILAR, Paloma (2008). *Políticas de la memoria y memorias de la política*, Madrid: Alianza.
- ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, José Ignacio (2007). *Memoria y trauma en los testimonios de la represión franquista*, Barcelona: Anthropos.
- ANDRADE, Juan (2015). *El PCE y el PSOE en (la) transición. La evolución ideológica de la izquierda durante el proceso de cambio político*. Madrid: Siglo XXI. 2.^a edición.
- ARÓSTEGUI, J. (ed.) (2007). *España en la memoria de tres generaciones. De la esperanza a la reparación*. Madrid: editorial Complutense/Fundación Largo Caballero.
- ARÓSTEGUI, J. y Gálvez, S. (dirs.) 2010. *Generaciones y memoria de la represión franquista*. València: Universitat.
- BERNECKER, W. L. 2009. «Luchas de memorias» en la España del siglo 20». *Aletria*, v. 19, 2: pp. 13-33.
- BURKE, P. (1997). *Varieties of Cultural History*, Cornell University Press.
- CALLE COLLADO, Ángel (2011). “Aproximaciones a la democracia radical”, en Ángel Calle Collado (ed.), *Democracia radical. Entre vínculos y utopías*. Barcelona: Icaria, pp. 15-51.

- CAPELLÀ, M. (2013). 'El problema de los desaparecidos durante la guerra civil y el franquismo como una cuestión jurídica y social sin respuesta', en A. Miñarro y T. Morandi (comps.). *Trauma y Transmisión. Efectos de la guerra del 36, la posguerra, la dictadura y la transición en la subjetividad de los ciudadanos*. Barcelona: Xoroi Edicions/Fundació CCSM, pp. 39-57.
- CAPELLÀ, M. y D. Ginard (2009). *Represión política, justicia y reparación. La memoria histórica en perspectiva jurídica*, Palma de Mallorca: Plural.
- CARR, R. (2000). *Spain: A History*. Oxford: Oxford University Press.
- CASANOVA, Julián (coord.)(2002). *Morir, matar, sobrevivir: La violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica.
- CASTRO, Luis (2008). *Héroes y caídos: Políticas de la memoria en la España contemporánea*, Madrid: Catarata.
- CEBRIÁN, J. L. 'El final de una guerra'. *El País*, 9 de enero de 1977.
- CEBRIÁN, J. L. & González, F. (2001). *El futuro no es lo que era*, 4.^a ed., Madrid: Aguilar.
- CHINCHÓN, Javier (2012), *El tratamiento judicial de los crímenes de la Guerra Civil y el franquismo en España: Una visión de conjunto desde el Derecho Internacional*, Bilbao: Universidad de Deusto.
- CLAVERO, Bartolomé (2014). *España 1978. La amnesia constituyente*. Madrid: Marcial Pons.
- CUESTA, Josefina (dir.) (2007). *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid: Fundación Largo Caballero.
- CUESTA Bustillo, J. (2008). *La odisea de la memoria. Historia de la memoria en España, Siglo XX*. Madrid: Alianza.
- DUARTE, Ángel (2009). *El otoño de un ideal*. Madrid: Alianza.
- DUARTE, Ángel (2013). *El republicanismo: una pasión política*. Madrid: Cátedra.
- EFRAF BEN-ZE'EV, Efrat; Ginio, Ruth and Winter, Jay (eds.) (2010). *Shadows of War: A Social History of Silence in the Twentieth Century*. University of Cambridge Press.
- ERREJÓN, Iñigo; Mouffe, Chantal (2015). *Construir pueblo. Hegemonía y radicalización de la democracia*. Barcelona: Icaria.
- ESCUADERO ALDAY, R. (coord.) (2011). *Diccionario de memoria histórica. Conceptos contra el olvido*. Madrid: La Catarata.
- ESCUADERO, R.; Patricia, Campelo; Carmen Pérez González y Emilio Silva (2013). *Qué hacemos para reparar a las víctimas, hacer justicia, acabar con la impunidad y por la construcción de la memoria histórica*. Madrid: Akal.

- ESPINOSA MAESTRE, Francisco (2006). *Contra el olvido. Historia y memoria de la Guerra civil*. Barcelona: Crítica.
- ESPINOSA MAESTRE, F. (2007). «De saturaciones y olvidos. Reflexiones en torno a un pasado que no puede pasar». *Hispania Nova*, 7: <<http://hispanianova.rediris.es/7/dossier/07d013.pdf>>.
- ESPINOSA MAESTRE, Francisco (2009). *Callar el mensajero. La represión franquista, entre la libertad de información y el derecho al honor*, Barcelona: Península.
- ESPINOSA MAESTRE, F. (2013). 'Crímenes que no prescriben, 1936-1953', en R. Escudero Alday y C. Pérez González, *Desapariciones forzadas, represión política y crímenes del franquismo*. Madrid: Trotta.
- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and Power*, London: Longman.
- FERNÁNDEZ LIRIA, Carlos; Pedro Fernández Liria y Luis Alegre Zahonero (2007). *Educación para la ciudadanía. Democracia, capitalismo y Estado de Derecho*. Madrid: Akal.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L. y Artiaga Rego, A. (2014). *Otra miradas. Sobre golpe, guerra y dictadura. Historia para un pasado incómodo*. Madrid: Los Libros de La Catarata.
- FERNÁNDEZ SAVATER, A. (2013). 'La cultura de la transición y el nuevo sentido común', *Cuadernos El diario.es*, 1. pp. 36-41.
- FERRÁNDIZ, Francisco (2014). *El pasado bajo tierra. Exhumaciones contemporáneas de la Guerra Civil*. Barcelona: Anthropos.
- FOUCE, Guillermo (2014). "El tiempo lo cura todo, menos las injusticias que agrava: El trabajo psicosocial a pie de fosa para cerrar heridas en España", en Ferrándiz, Francisco (coord.). *Exhumaciones del siglo XXI en España: Balance interdisciplinar*. Barcelona: Anthropos.
- GALLEGO, F. (2008). *El mito de la Transición. La crisis del franquismo y los orígenes de la democracia (1973-1977)*, Barcelona. Crítica.
- GARCÍA CÁRCCEL, R. (2011): *La herencia del pasado. Las memorias históricas de España*. Barcelona: Galaxia Gútemberg.
- GARZÓN, Baltasar (2008a). Auto del Juzgado Central de Instrucción, n.º 005, Audiencia Nacional-Madrid, Diligencias Previas Procedimiento Abreviado 399/2006 V. Publicado como *Garzón contra el franquismo. Los autos íntegros del juez sobre los crímenes de la dictadura*. Público, 2010, pp. 17-98.
- GARZÓN, Baltasar (2008b). Auto del Juzgado Central de Instrucción, n.º 005, Audiencia Nacional-Madrid, Sumario (Procedimiento Ordinario) 53/2008. Publicado como

- Garzón contra el franquismo. Los autos íntegros del juez sobre los crímenes de la dictadura*, Público, 2010, pp. 101-245.
- GÓMEZ CUESTA, C. (2007). «La construcción de la memoria franquista (1939-1959): mártires, mitos y conmemoraciones». *Studia historica. Historia contemporánea*, 25: 87-123.
- GRAHAM, H. (2013). *La guerra y su sombra. Una visión de la tragedia española en el largo siglo XX europeo*. Barcelona: Crítica.
- GRIMALDOS, Alfredo (2004). *La sombra de Franco en la Transición*. Madrid: Oberon.
- JUDT, Tony (2005). *Postwar. A History of Europe since 1945*. Cito por la traducción española, *Postguerra. Una historia de Europa desde 1945*. Madrid: Taurus, 2009, 3.ª edición.
- JULIÁ, Santos (coord.) (1999). *Víctimas de la Guerra civil*, Madrid: Temas de hoy.
- JULIÁ, S. (2003). «Echar al olvido. Memoria y amnistía en la transición», *Claves de la Razón práctica*, 129: 14-24.
- JULIÁ, S. (2006a). «Bajo el imperio de la memoria». *Revista de Occidente*, 302-303.
- JULIÁ, S. (dir.) (2006b). *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid: Taurus.
- JULIÁ, S. (2007). «De nuestras memorias y nuestras miserias». *Hispania Nova*, 7: <<http://hispanianova.rediris.es/7/dossier/07d013.pdf>>.
- KLEIN, N. (2007). *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. London: Allen Lane.
- LOFF, Manuel; Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo (2015). *Dictadura e revolução. Democracia e políticas da memória*. Coimbra: Almedina.
- MARTÍN PALLÍN, José Antonio y Rafael Escudero (eds.) (2008). *Derecho y memoria histórica*, Madrid: Trotta.
- MARTÍNEZ, G. et alii (2012). *CT o la Cultura de la Transición. Crítica a 35 años de cultura española*. Barcelona: Debolsillo.
- MARTÍNEZ, G. (2012a). 'El concepto CT' en Martínez, G. et alii (2012), *CT o la Cultura de la Transición. Crítica a 35 años de cultura española*. Barcelona: Debolsillo, pp. 13-23.
- MATE, R. (2008). *La herencia del olvido: ensayos en torno a la razón compasiva*. Madrid: Errata Naturae.
- MÍGUEZ MACHO, Antonio (2014). *La genealogía genocida del franquismo. Violencia, memoria e impunidad*. Madrid: Abada Editores.

- MIÑARRO, A., Morandi T. (comps.) (2013). *Trauma y transmisión. Efectos de la guerra del 36, la postguerra, la dictadura y la transición en la subjetividad de los ciudadanos*. Barcelona: Xoroi.
- MIR, M., Santamaría, M. (2011). *La otra memoria histórica. Últimas investigaciones sobre las persecuciones y ejecuciones en la España republicana durante la Guerra Civil*. Madrid: Nowtilus. Barcelona: Fundación privada Bosch Aymerich.
- MONEDERO, J. C. (2011). *La transición contada a nuestros padres. Nocturno de la democracia española*. Madrid: Libros de La Catarata.
- MONEDERO, J. C. (2013). *Curso urgente de política para gente decente*, Barcelona: Seix Barral.
- MORÁN, Gregorio (2014). *El cura y los mandarins. Historia no oficial del Bosque de los Letrados*. Madrid: Akal.
- MORÁN, Gregorio (2015). *El precio de la transición*. 2.ª edición corregida y aumentada. Madrid: Akal.
- ORTÍ, A. (1998). “Transición frente a 98: amnesia histórica, mixtificación de presentes y denegación de futuros”, en *Documento Social*, 111.
- PÉREZ-DÍAZ, V. (1996). *España puesta a prueba. 1976-1996*, Madrid: Alianza Editorial.
- PÉREZ GARZÓN, J. S., Manzano, E. (2010). *Memoria histórica*. Madrid: CSIC, La Catarata.
- RUIZ TORRES, P. (2007). «Los discursos de la memoria histórica en España»; «De perplejidades y confusiones a propósito de nuestras memorias». *Hispania Nova*, 7: <<http://hispania-nova.rediris.es/7/dossier/07d013.pdf>>.
- PÉREZ-SALES, Pau y Susana Navarro (2007). *Resistencias contra el olvido: Trabajo psicosocial en procesos de exhumaciones*. Barcelona: Gedisa.
- PRESTON, P. (2011). *El holocausto español. Odio y exterminio en la guerra civil y después*, Barcelona: Debate.
- RANZATO, Gabriele (2006). *El pasado de bronce: La herencia de la Guerra Civil en la España democrática*. Barcelona: Destino.
- REY REGUILLO, F. del (coord.) (2011). *Palabras como puños: la intransigencia política en la Segunda República española*. Madrid: Tecnos.
- RODRIGO, Javier (2008). *Hasta la raíz: Violencia durante la Guerra Civil y la dictadura franquista*, Madrid: Alianza.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, Emmanuel (2015). *Por qué fracasó la democracia en España*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Nicolás (2012). *Cárceles y exilios*, Barcelona: Anagrama.

- SILVA, Emilio y Santiago Macías (2003). *Las fosas de Franco. Los republicanos que el dictador dejó en las cunetas*. Madrid: Temas de hoy.
- SUBIRATS, E. (ed.) (2002). *Intransiciones. Crítica de la cultura española*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- SUBIRATS, E. (2003). *Memoria y exilio*. Oviedo: Losada.
- TREMLETT, G. (2006). *Ghosts of Spain. Travels through a country's hidden past*, London: Faber and Faber.
- VALCUENDE DEL RÍO, J. M., Narotzky Molleda, S. (coords.) (2005). *Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos: poder, cultura y mercado*. Sevilla. Fundación El Monte.
- VALVERDE, C. (2013). *No nos lo creemos. Una lectura crítica del lenguaje neoliberal*. Madrid: Icaria.
- VINYES, Ricard (ed.) (2009). *El Estado y la memoria: Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA.
- VINYES, Ricard (2011). *Asalto a la memoria. Impunidades y reconciliación. Símbolos y éticas*. Barcelona: Los Libros del Lince.
- VIÑAS, Ángel (ed.) (2012). *En el combate por la historia. La República, la guerra civil, el franquismo*. Barcelona: Pasado y Presente.
- VOLKAN, V. (2000). 'Traumatized societies and psychological care: Expanding the concept of preventive medicine'. *Mind and Human Interaction*, 177-194.

(Página deixada propositadamente em branco)

DIORGE ALCENO KONRAD

Professor Associado do departamento e do programa de pós-graduação em história da UFSM, doutor em história social do trabalho pela Unicamp.

Endereço Eletrônico: gdkonrad@uol.com.br

RESISTÊNCIA E DISTENSÃO: A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1974-1979)

Desde que o ditador Ernesto Geisel passou a ser “protagonista” da “distensão”, e outro ditador, João Baptista Figueiredo foi alçado como artífice da “abertura”, se reforça a ideia de “transição pelo alto” entre a Ditadura e a Democracia pós-1985 em nosso País. Isto é, o Golpe de 1964 instaurou a Ditadura e nossas classes dominantes e as Forças Armadas golpistas e os generais de plantão, quando lhes foi conveniente, “decidiram” terminar com o Terrorismo de Estado. Desta “transação política, resultou o governo da “Nova República” e de José Sarney (1985-1990), antigo líder no Congresso do Partido Democrático Social, o Partido Democrático e Social (PDS), nascido com o DNA da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Assim, a resistência à Ditadura e o processo da luta de classes, nesta estratégia argumentativa, são deslocados da História, transformando em elementos principais outros “fatores” históricos que explicam o processo do fim da Ditadura de Segurança Nacional¹. Assim, o “Regime Militar”, termo eufemístico

¹ A base doutrinária da Ditadura é ampliada e militarizada após 1964, mas não nasce com o Golpe. Mesmo que consideremos que as chamadas Leis de Segurança Nacional são paradigmas dos Estados Modernos, podemos afirmar que a “Doutrina de Segurança Nacional” foi trazida para o Brasil ainda durante o governo do General Eurico Dutra, a partir dos acordos militares entre Brasil e Estados Unidos. Segundo Luciano Barbian, a Doutrina de Segurança Nacional “se inspira na guerra anti-revolucionária tendo entre seus antecedentes a contra-insurgência dos EUA e as teorias da OAS francesa na repressão aos movimentos que buscavam a independência da Argélia”. Para o autor, “a maioria dos oficiais militares da América Latina estudou na Escola das Américas, nos EUA, onde eram instruídos a levar a cabo, na guerra interna, de mecanismos de Terror de Estado (TE), ou seja, a não fazer aquilo que se poderia denominar de uma guerra convencional já que o ‘inimigo’ está ‘escondido na multidão’, sendo então necessário cortar todo e qualquer apoio que esse possa receber

cunhado pelos próprios ditadores, numa das vertentes argumentativas, vai ter os personagens de Geisel e Figueiredo, somando-se com a “eminência parda” Golbery do Couto e Silva e os “sorbonistas”, como aqueles que decidiram realizar a transição, como se a História continuasse a ser a ação de indivíduos que tomam ou mudam de posição conforme os seus desejos políticos e individuais; na outra ponta, aparece a oposição consentida, nucleada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), transformado em Partido com a volta do pluripartidarismo restrito de 1980.

Muitos dirão que resgatar a luta de classes e os conflitos sócio-políticos para entender a o fim da Ditadura Civil-Militar pós-1964 é uma “história militante”. Mesmo que ainda seja preferível, no caso deste artigo, uma “história militante”, não se trata, por obviedade de reforçar tal “reducionismo”. A “história vista de baixo” quando não percebe as formas de dominação e de poder, também oblitera o processo, sendo tão problemática quanto uma história de heróis ou uma construção histórica que dá ao “Estado” o papel de sujeito do processo, neste caso, transformando o aparato jurídico-político em personificação social, tal como sempre fez a historiografia de fundo liberal.

Evidenciar os movimentos sociais e políticos que resistiram à Ditadura Civil-Militar no Brasil é colocar em patamar diferente aquilo que já foi adiantado por Caio Navarro de Toledo, quando argumentou que o Golpe de 1964 foi um Golpe contra a incipiente democracia política brasileira, contra as reformas políticas e sociais em debate durante o Governo de João Goulart; contra a politização das organizações dos trabalhadores, camponeses e estudantes e contra o rico debate cultural e intelectual que vivia o país. Para levar adiante um golpe de direita contra as reformas de base e a democracia e uma ditadura das classes dominantes, e seus ideólogos, civis ou militares, como

dentro do país nem que para isso fosse necessário agir contra a lei e contra os direitos humanos”. Ver: BARBIAN, Luciano. A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano. In. IX Encontro Estadual de História. Vestígios do Passado: a História e suas Fontes. Porto Alegre, ANPUH-RS, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212350331_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: 10 mai. 2015.

já disse o autor, foi preciso destruir as organizações políticas e reprimir os movimentos sociais de esquerda e progressistas².

Aqui, sem negar-se *a priori*, a complexidade da luta de classes durante a Ditadura, a qual evidencia as contradições mais profundas do processo de Golpe, da Ditadura em si e da “transição democrática”, dar prioridade ao tema da resistência é deslocar do eixo secundário para o eixo principal a explicação sobre nossos 21 anos de Terrorismo de Estado³ perpetrado pelas nossas classes dominantes em aliança com o capital estrangeiro e, sobremaneira, com os interesses norte-americanos em nosso País.

A Ditadura Civil-Militar brasileira, sempre é bom reforçar, foi marcada pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo Terrorismo de Estado, Suas marcas foram a “Operação Limpeza” contra os movimentos sociais camponeses e sindicais, sobretudo no imediato pós-Golpe, mas insuficiente para aplacar a resistência, necessitando-se do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968, bem como dos aparelhos de terror como o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-

² Ver: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar*. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Ed. da USC, 2004, p. 67-68; do mesmo autor, cf. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In. *Revista Brasileira de História*. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH-CNPQ, jan. a jun. de 2004, p. 13-28

³ Segundo Enrique Serra Padrós, o Terrorismo de Estado (TDE) “constitui uma estrutura de dominação e disciplinamento aplicada de acordo às necessidades particulares dos promotores dos golpes de Estado em cada país da região” do Cone Sul. Para o historiador, “uma administração implementa o TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo, extensivo e intensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos, sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil”. Assim, “no caso das ditaduras latino-americanas, o TDE foi o atalho repressivo que permitiu acelerar a superação dos seguintes desafios: primeiro, a eliminação dos focos considerados mais ameaçadores, os “inimigos internos” associados com a “sedição” ou a “subversão”; segundo, o enquadramento geral da população, inclusive o setor considerado mais refratário, ao novo padrão de comportamento político desejado e à obediência às diretrizes dos setores que assumiram o controle do poder; terceiro, a moldagem das instituições a fim de obter, mediante cooptação, obediência voluntária e adesista, uma refundação nacional segundo os princípios norteadores da DSN”, a Doutrina de Segurança Nacional. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em regiões de fronteira: O Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. In. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal – RN, ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerraPadros.pdf. Acesso em 10 mai. 2015.

-CODI), o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), a Operação Bandeirantes (OBAN), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), assim como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), tudo coordenado pelo Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN)⁴.

Este amplo aparato do Terrorismo de Estado resultou nas prisões, na tortura, na censura, no exílio, nos assassinatos e nos desaparecimentos, exemplificados pelo extermínio da Luta Armada e pela morte de muitos que não partilhavam desta estratégia, como Vladimir Herzog e Manuel Filho, ou pela Chacina da Lapa, em 1976, como também através da Operação Condor, como exemplo do recorte histórico feito para este artigo, mas todas elas ineficientes para impedir a crise político-econômica da Ditadura que levou ao fim do “milagre econômico”, assim como ao fim da censura; a crise política e a vitória do MDB em 1974; mas especialmente a volta dos movimentos sociais e políticos através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da luta pela moradia e pela terra, bem como a mobilização nas ruas de estudantes, das greves operárias do ABC (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano) e de tantas outras categorias de trabalhadores, todas elas no processo de luta Pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita e na Luta pela Constituinte Livre e Soberana.

A Resistência à Ditadura Durante a “Distensão”

Como resultado político maior da crise econômica, em 1974, ocorreu a vitória do MDB nas eleições, tendo como resposta da Ditadura a chamada “Distensão”, já no governo do Ditador Ernesto Geisel. O reflexo da vitória oposicionista também se dará na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, mesmo que a Ditadura tenha escolhido para governar o Estado Sinval Guazzelli, quando o MDB elegerá 33 deputados, contra apenas 23 da ARENA,

⁴ Ver mais sobre isso em: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

sendo que o primeiro partido leva para o parlamento Aldo Pinto, Cezar Schirmer, Nivaldo Santana, Rospide Neto, Porfírio Peixoto, Romildo Bolzan e, mais uma vez, Pedro Simon, enquanto o segundo elege a primeira deputada da legenda, Dercy Furtado, junto com Jarbas Lima e Sérgio Ilha Moreira, entre outros.

Porém, a distensão não acabou com a repressão. Em 18 de março, Davi Capistrano, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi morto sob tortura. Em 26 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do II Exército, em São Paulo, desencadeando ampla mobilização social na missa de sétimo dia, reunindo cerca de oito mil pessoas e resultando no rompimento da censura da imprensa. Somou-se a isto, 19 de agosto de 1975, o lançamento de bombas pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, e no Centro de Estudos Brasileiros (CEBRAP), em São Paulo. Não satisfeita, a Ditadura ainda eliminará o operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local, em 17 de janeiro do ano seguinte, enquanto no Massacre da Lapa, ação coordenada pelo II Exército de São Paulo, são fuzilados integrantes do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como Pedro Pomar e Ângelo Arroio, em 16 de dezembro, depois matando na prisão João Batista Drumond, bem como a posterior prisão e tortura de Elza Monnerat, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Joaquim de Lima e Maria Trindade, a caseira da Lapa,⁵. O Ditador Geisel ainda terá no currículo de seu governo o recesso do Congresso Nacional, em Primeiro de abril de 1977, o ato mais grave da edição do “pacote de abril”⁶.

⁵ Também ainda não estão esclarecidas estão as razões das mortes de dois dos líderes da Frente Ampla, todas ocorridas em momentos próximos, entre 1975 e 1976: Juscelino Kubitschek morreu em acidente de carro, na via Dutra, em circunstâncias misteriosas, em 22 de agosto do ano seguinte. Seu sepultamento terá uma silenciosa manifestação contra a Ditadura, com presença de cerca de trinta mil presentes; em 6 de dezembro do mesmo ano, morreu de ataque cardíaco, na Argentina, João Goulart, o único Ex-Presidente a morrer no exílio em nossa História. O enterro em São Borja, também terá trinta mil presentes. Ambos os casos são investigados sob a suspeita de fazerem parte da Operação Condor.

⁶ Representou um conjunto de leis outorgado em, 13 de abril de 1977 que alterou a Constituição através de seis decretos-lei, que alteravam as futuras eleições de 1978, quando seriam renovados dois terços do Senado. Com o receio da Ditadura de um revés idêntico ao de 1974, uma nova regra buscava garantir a maioria governista. Desta forma, um terço dos senadores não seriam sufragados pelo voto direto e sim referendados após

Nada isso impedirá a continuidade da resistência à Ditadura, mesmo que por outras formas que não a luta armada, haja vista a derrota histórica e final desta, já em 1975. Em 7 de julho de 1975, aparece o semanário *Movimento* (*O Pasquim* já vinha fazendo sua crítica política à Ditadura desde 1969⁷), desde o início sofrendo forte censura, por defender as lutas democráticas, antiimperialistas e populares, sobretudo por abordar temas como a Constituinte e a dívida externa. Em 9 de janeiro de 1977, o 4.º Congresso Brasileiro de Magistrados fará apelo pró-Estado de direito, enquanto que em 8 de fevereiro do mesmo ano, a 15.ª assembléia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgará texto crítico à Ditadura. Em 28 de abril será a vez da assembléia geral da ABI pedir anistia geral.

A conjuntura destas mobilizações e os atos repressivos do ditador Ernesto Geisel estimularão a retomada dos movimentos sociais e o retorno dos mesmos às ruas. Em 19 de maio de 1977, no dia nacional de luta estudantil pela Anistia, as punições cotidianas na Universidade Nacional de Brasília (UNB), deflagram uma greve estudantil. Pouco depois, 4 de junho, quando a repressão desencadeou-se sobre o 3.º Encontro Nacional dos Estudantes, em Belo Horizonte, Minas Gérias, prendendo oitocentos, jornalistas da ABI assinaram por liberdade de informação, crítica e opinião.

No mês seguinte, o 29.º Congresso da Sociedade Brasileira da Proteção à Ciência (SBPC), também se manifestará contra a repressão aos estudantes, pois a Polícia Militar de Brasília havia prendido duzentos estudantes na UNB. A repressão em Brasília estimulará a greve dos estudantes da USP, no início de agosto, enquanto Goffredo da Silva Teles, professor de direito da mesma Universidade, lerá a “Carta aos Brasileiros”, clamando pelo estado de direito e defendendo a Constituinte. Em 20 de setembro, a Polícia Militar de São Paulo, comandada pelo coronel Erasmo Dais, bloqueou o campus da USP para impedir o 3.º Encontro Nacional dos Estudantes e, dois dias depois, invadiu a

indicação do ditador Geisel, criando os *senadores biônicos*. O “pacote” também estabelecia a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos, o aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso e a manutenção de eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos dos municípios considerados áreas de segurança nacional.

⁷ Outro semanário importante foi *Opinião*, que, censurado pela Ditadura, deixou de circular em 23 de abril de 1977.

Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, prendendo oitocentos estudantes e queimando gravemente duas universitárias, levantando o protesto do cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Depois disso, não há mais como segurar boa parte dos estudantes brasileiros na resistência: ainda em 23 de agosto, acontecerá o Dia Nacional de Luta dos mesmos contra a Ditadura. Ainda em setembro, como resultado, a Convenção extraordinária do MDB defenderá a Constituinte Ampla e a Anistia.

Em 1978, que iniciou com 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, em 12 de março, na Assembléia popular de sete mil pessoas, foi criada em São Paulo, o Movimento do Custo de Vida, chamado depois de Movimento Contra a Carestia, um marco dos movimentos sociais urbanos e populares na resistência à Ditadura⁸. O País verá o auge do movimento pela Anistia iniciado ainda em 1975⁹, o que também estimulará os operários e o movimento sindical retornar as greves, pois o arrocho salarial imposto aos trabalhadores desde 1973, bem como um período de aumento rápido da inflação, acarretará em greves econômicas e políticas. Em 12 de maio, explode a greve de mil e seiscentos operários da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, por aumento de 20% nos salários. Quatro dias depois a greve chega à Volkswagen do ABC Paulista, a maior fábrica do país, com 46 mil operários, fazendo o Tribunal Regional do Trabalho declará-las ilegais. O efeito será contrário: elas se alastrarão até a capital do estado. Depois de quase um mês de luta sindical, várias empresas do ABC darão a seus empregados aumentos de 5 a 15%.

Em junho de 1978, no dia 7, em São Paulo foi fundado em São Paulo, o Movimento Negro Unificado (MNU), um marco do Movimento Negro em resistência à Ditadura¹⁰. Quatro dias depois, as greves que atingiam até então

⁸ Em 27 de agosto de 1978, o Movimento do Custo de Vida reunirá dez mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, após coletar 1,3 milhões de assinaturas. O protesto resultará em intensa repressão na capital.

⁹ Em 2 de novembro, ocorreu o Congresso pela Anistia, em São Paulo, resultando no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Rapidamente, formam-se CBAs na maioria dos estados, organizados por bairros, escolas e categorias profissionais, transformando a Luta pela Anistia em campanha nacional.

¹⁰ Como resultado, em 20 de novembro, o Movimento Negro elegerá a data da morte de Zumbi dos Palmares, como Dia Nacional da Consciência Negra. Para o Movimento, o 13 de Maio e a Princesa Isabel não serão mais datas simbólicas de sua redenção.

o sindicalismo privado, chegará no Hospital das Clínicas de São Paulo, paralisando sete mil trabalhadores da área da saúde. Em agosto, os professores estaduais de São Paulo, iniciarão vinte e três dias de greve, a primeira após 1964, enquanto em setembro, no dia primeiro, será a vez dos bancários de São Paulo, com sua primeira greve geral desde o Golpe.

A Ditadura tenta impedir as greves através da Portaria n.º 3.337, visando proibir as articulações intersindicais e a Lei Anti-greve de três de outubro, mas no dia, quando o industrial Cássio Scatena, ex-integrante do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), assassinou o operário Néelson de Jesus, na indústria Alfa, em São Paulo, por reclamar do salário, a fábrica iniciou outra greve, agora de protesto.

Nessa conjuntura de afluxo dos movimentos sociais, inclusive no Rio Grande do Sul, nas eleições de 15 de novembro de 1978, o MDB baixou de 33 para 31 deputados estaduais, em comparação a quatro anos antes, elegendo Ibsen Pinheiro e José Fogaça, entre outros, para a oposição. Mesmo assim, manteve a maioria, enquanto que a ARENA elegeu 25 parlamentares, destacando-se Adylson Motta, Ayrton Vargas, Leônidas Ribas e Rubens Ardenghi para a situação, assim como terá o governador escolhido pela Ditadura, José Augusto Amaral de Souza.

No Rio Grande do Sul, entretanto, mesmo com a vitória institucional da Ditadura nas eleições, os movimentos sociais e políticos de oposição já haviam tido um acúmulo de força suficiente para a ampliação da resistência no próximo período da Ditadura, a chamada “abertura”, ocorrida durante o governo do ditador João Baptista de Oliveira Figueiredo. Não será diferente em todo o Brasil.

Conclusão

A mudança da “distensão” de Geisel para a “abertura” de Figueiredo, que tomará posse em 15 de março de 1979, não resultará em doações democráticas do novo ditador. Pelo contrário: a pressão do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e das centenas de comitês pelo Brasil afora, além dos comitês de exilados, é que levará ao decreto da Anistia, em 28 de agosto. A pressão pela

volta à democracia resultará no decreto que porá fim ao bipartidarismo, ainda que a Ditadura impeça a legalidade dos partidos comunistas, como o PCdoB e o PCB. Muito menos a Ditadura de Figueiredo deixará de lado a repressão, sendo enigmática a frase do Ditador: “Quem for contra a Abertura, eu prendo e arrebento!”.

Por sua vez, a vitória das eleições indiretas, em 1984, entretanto, não impediu a derrota da Ditadura e o término dos vinte e um anos de terrorismo de Estado no Brasil. E isto é o mais significativo naquele processo histórico de resistência, iniciado ainda nos primeiros dias de 1964. E coube papel decisivo nesse processo ao protagonismo dos movimentos sociais e políticos de oposição que foram se construindo ao longo dos anos da Ditadura, os quais se ampliaram em sua fase final, especialmente a partir de 1979.

Referências bibliográficas

- BARBIAN, Luciano. A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano. In *IX Encontro Estadual de História. Vestígios do Passado: a História e suas Fontes*. Porto Alegre, ANPUH-RS, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212350331_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: 10 mai. 2015.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KONRAD, Diorge Alceno. A democracia brasileira não foi doada: a existência na Ditadura Civil-Militar Brasileira. In ALVES, Clarissa Sommer; PADRÓS, Enrique (orgs.). *II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos*. Há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai. Porto Alegre – RS: APERS, 2013, p. 363-377.
- KONRAD, Diorge Alceno. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul Republicano – Parte 4. 1964-1985: A Ditadura Civil-Militar. In SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (orgs.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre – RS: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 162-182.
- PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em regiões de fronteira: O Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. In *XXVII Simpósio Nacional*

de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal – RN: ANPUH, 2013.

Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerraPadros.pdf. Acesso em 10 mai. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Ed. da USC, 2004, p. 67-68;

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In *Revista Brasileira de História*. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH-CNPQ, jan. a jun. de 2004, p. 13-28.

A GUERRA E O COLONIAL: POSIÇÕES, OPOSIÇÕES, LEGADOS¹

1. O título de uma recente coletânea de Eduardo Lourenço, que compila alguns textos publicados nos últimos cinquenta anos pelo ensaísta, faz notar que o colonialismo se teria constituído, ao longo do século XX português, como um “nosso impensado”, cuja presença, embora espectral, não teria deixado de modelar fortemente a história e a memória do país². Encrustado numa espécie de psique nacional, a natureza desse “impensado” estaria sobretudo na incapacidade para se assumir a natureza histórica do colonialismo e os legados que ele deixou após se ter dissipado como realidade política. Esse bloqueio coletivo assumiu diferentes formas em distintos tempos históricos. Manifestou-se desde logo no tipo de apologia do Império efetuada pelo Estado Novo, que sobre a questão colonial vinha exacerbar e reconfigurar tópicos já formulados a partir de finais do século XIX³, e estendeu-se depois à dificuldade das oposições em propor narrativas alternativas e socialmente enraizadas a essa nação portuguesa imaginada pela ditadura como una e multicontinental. Caído o Estado Novo, a herança traumática de um passado por exorcizar continuaria a produzir os seus efeitos, observáveis nos ressentimentos sobre

¹ Este texto foi desenvolvido no âmbito dos projetos *ECOS: Historicizar Memórias da Guerra Colonial*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IF/00757/2013) e *CROME: Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC-2016-STG-715593).

² LOURENÇO, Eduardo – *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014.

³ Veja-se ALEXANDRE, Valentim, coord. – *O Império Africano. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

a “perda” de África, no modo como se desenhou a imaginação da Europa enquanto novo desígnio nacional ou nas manchas de silêncio sobre a guerra colonial e o seu contexto histórico.

No fundo, a persistência daquele “impensado” consistiu e consiste na naturalização do colonial através de dispositivos jurídicos, políticos, sociais e discursivos que o imaginam e representam como não-colonial. Essa invenção de um colonialismo ilibado do seu estatuto conjugou-se de múltiplos modos e em diversos tempos, e tanto é devedora de leituras que acentuam a excecionalidade da presença portuguesa em África, como se alimentam da dificuldade em interpretá-lo à luz do modelo que determina o entendimento dominante da experiência colonial enquanto tal. O sistema colonial assentava, pois, na “insólita pretensão, da parte dos portugueses, de não serem colonialistas”, fórmula que, paradoxal e simultaneamente, atestava assim a força e a fraqueza deste “colonialismo inocente”.⁴

Se o século XX português é marcado pela importância da questão colonial, a guerra é o acontecimento que fecha irremediavelmente esse tempo histórico. Resistindo ao ritmo descolonizador do pós-guerra, ela não será publicamente assumida como uma efetiva “guerra colonial”. O fenómeno estará, como se sabe, na origem do derrube do regime, que o Movimento das Forças Armadas (MFA) levará a cabo a 25 de Abril de 1974. Quarenta anos depois do fim da guerra entre o Estado português e os movimentos de libertação africanos, a guerra permanece ainda um palco de evocações fragmentadas e de amnésias persistentes. A forma como é rememorada – e como é silenciada – atesta a força de um acontecimento cuja existência não se confina ao seu início e fim cronológico.

2. Entre 1961 e 1974/5, o Estado português e movimentos independentistas africanos envolveram-se em conflitos armados dos quais iria resultar a independência de antigas colónias portuguesas no continente: Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Os

⁴ LOURENÇO, Eduardo – *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 190.

acontecimentos em Goa, com a anexação do território por parte da União Indiana, em dezembro de 1961, assinalam uma derrota particularmente cara para o regime. Portugal procurará resistir aos “ventos de mudança” que se vinham desenhando desde o pós-Segunda Guerra Mundial – do qual a Conferência de Bandung (1955) representará um marco significativo, ao articular as propostas e expectativas independentistas afro-asiáticas – mas mais não fez do que adiar um desfecho e enfrentar um multisituado conflito em África.⁵

Com efeito, no início da década de 1960, Portugal estava a descompasso da História. Só no ano de 1960, 17 territórios africanos proclamaram a sua independência. No ano seguinte, em Angola, mais precisamente a 4 de fevereiro de 1961, grupos armados desencadeiam ações em Luanda, entre os quais a tentativa de assalto à Casa de Reclusão Militar, onde estavam vários presos políticos. No mês seguinte, a UPA (União dos Povos de Angola) organiza a revolta em fazendas no Norte, provocando milhares de mortos entre colonos e trabalhadores negros e suscitando uma reação não menos feroz. Havia começado a guerra. Nesse território, MPLA, UPA/FNLA e posteriormente a UNITA (que fará a sua aparição a 25 de dezembro de 1966), combaterão os portugueses e irão também digladiar-se entre si. Na Guiné, é o PAIGC, apostado em chegar à independência conjunta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, quem conduzirá a luta vitoriosa contra os portugueses e a 24 de setembro de 1973 – meses depois do assassinato do seu líder, Amílcar Cabral – o movimento proclamará unilateralmente a independência do território. Em Moçambique, a luta armada vai ser conduzida no essencial pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Nesses anos, as guerras originaram mais de 8.000 militares mortos e 30.000 feridos, confinando a contabilidade apenas ao lado português. Cerca de 800.000 jovens oriundos da antiga Metrópole foram mobilizados para combater em África, um esforço humano cinco vezes maior, em termos comparativos, do que o empregue pelos Estados Unidos da América no

⁵ Sobre o período, veja-se: ALEXANDRE, Valentim – *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

Vietname⁶. Algumas centenas de milhares de africanos foram incorporados na tropa portuguesa, um processo de “africanização” do conflito que foi crescendo com o andamento da guerra: na década de 1970, e tomando em conjunto os três teatros de operações, o recrutamento local representava já perto de 50% do total das tropas⁷. Não se conhecem dados completos e fiáveis sobre as vítimas feitas entre a população civil e entre os guerrilheiros africanos.

A guerra colonial foi o último estertor de um Império já anacrónico e um acontecimento que, fazendo parte dos mais vastos movimentos tectónicos que abalaram o Sul naqueles anos, foi também uma peça na influência da guerra fria em África. No solo africano, e não obstante as diferenças históricas entre os territórios, as guerras de libertação foram a marca fundacional, mas nem por isso isenta de ambiguidades, da criação das novas nações⁸. Os novos Estados recebiam dessas lutas a sua legitimidade direta e tinham de lidar com a necessidade de desmobilizar sectores da população e pensar o lugar daqueles que tinham combatido nas fileiras do exército colonizador. Saídos do conflito, esses países mergulhariam em sangrentas e duradouras guerras civis ou em sucessões de golpes de Estado. Como pôs em evidência o historiador João Paulo Borges Coelho, é necessário integrar também na análise dos conflitos civis pós-independência o papel que aí teve o “potencial de violência” que a militarização dos espaços coloniais durante a guerra havia originado.⁹

O impacto do passado colonial é ainda evidente na definição das fronteiras geográficas, na falta de investimento económico e de infraestruturas

⁶ CANN, John P. – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997. p. 106.

⁷ GOMES, Carlos Matos – “A africanização na guerra colonial e as suas sequelas”, in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (2013) (orgs.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais. Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2001. p. 127.

⁸ CHABAL, Patrick; BIRMINGHAM, David; FORREST Joshua; NEWITT, Malyn; SEIBART, Gerhard; ANDRADE, Elisa Silva – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst, 2002.; MORIER-GENOUD, Éric, ed. – *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Leiden: Brill, 2012.

⁹ COELHO, João Paulo Borges – “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie* 2003, 175-193.

e no baixíssimo grau de literacia da população; e a guerra, para além de produzir uma difusão considerável de armas pelo país, provocou vastos movimentos de deslocação das populações e fluxos de migração interna que deixaram aos novos países o desafio de acomodar um número muito significativo de deslocados e refugiados¹⁰. Com efeito, o lastro histórico que as sociedades ex-colonizadas carregam tem nos seus passados coloniais um peso tão significativo e por vezes determinante, ainda que frequentemente desvalorizado em análises e perceções públicas sobre o presente desses países.

3. No discurso produzido pelo Estado Novo, a guerra não foi publicamente assumida como tal, mas antes como ações armadas – levadas a cabo por “terroristas” e em boa medida estimuladas por agentes externos – dentro de um espaço nacional que se estendia até África. Como dirá Marcelo Caetano, reportando-se à situação quando tomou posse em 1968, conter os “bandos guerrilheiros [que] eram relativamente pouco numerosos e sem representatividade” era “uma questão de segurança interna”¹¹. No xadrez diplomático, a política colonial portuguesa seria alvo de questionamentos crescentes na ONU (Organização das Nações Unidas) – que o país integrara em 1955 – e que viriam a subir de tom a partir de 1960, com a entrada na organização de uma série de novos Estados africanos, e nos anos imediatamente a seguir, com o início das investidas militares¹². Nesse período, Portugal procurava apoios diplomáticos em alguns países ocidentais, ia invocando o princípio da não ingerência e salientava a especificidade jurídica dos territórios africanos sob sua jurisdição, que a revisão constitucional de 1951 passara a considerar, não já como “colónias”, mas como “províncias ultramarinas”.

No Portugal de então, a guerra ia sendo envolta num misto de exaltação e silenciamento. Três ordens de fatores ajudam a explicar o consentimento

¹⁰ CHABAL, Patrick *et al.* – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002. p. 30-50.

¹¹ CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1975. p. 30.

¹² Cf. SILVA, A. E. Duarte – “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, n.º 130, 1995, pp. 5-50.

em torno da guerra na década de 1960. Em primeiro lugar, importa considerar a força de uma “mística imperial” – ou do que Valentim Alexandre chama de “mito da sagrada herança”¹³ – que acentuava o papel civilizador e cristianizador de Portugal e que constituía um dos eixos centrais da construção de um imaginário nacional que se via como indelevelmente conectado com a época áurea das *Descobertas*. Sobretudo a partir de 1950 – substituindo visões anteriores, mais nitidamente racistas – a adoção quase-oficial do lusotropicalismo¹⁴ como modelo interpretativo da experiência colonial portuguesa veio a defini-la como diferente e mais benigna relativamente às restantes experiências coloniais produzidas por outras potências europeias. A força deste mito ajuda a explicar a perplexidade com que, ainda hoje, se olha a questão da violência exercida na guerra, justamente porque não se lhes reconhecem razões, causas e contextos.

Em segundo lugar, e como frequentemente acontece no início dos conflitos militares, este foi acompanhado por um certo fervor nacionalista, insuflado pelos relatos e imagens unidirecionais de violência que os meios de comunicação difundiam – como as dos massacres cometidos, em março de 1961, pela União das Populações de Angola (UPA) sobre os colonos de ascendência portuguesa¹⁵. Abortada a tentativa de golpe militar de

¹³ ALEXANDRE, Valentim – “A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX e XX)”, *Penélope*, n.º 15, 1995. p. 39-52.

¹⁴ A teoria, elaborada por Gilberto Freyre na década de 1930, teve recepção significativa em Portugal, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando veio substituir as teses de matriz mais claramente racistas, usadas para sustentar a legitimidade do “Império Colonial Português”, designação que o Ato Colonial de 1930 havia instituído. Apontando a capacidade inata dos portugueses em se miscigenar e interpenetrar culturalmente, o lusotropicalismo teve incorporação nas elites do regime mas também expressão visível diversificada na cultura de massas durante as décadas finais da ditadura. Ao mesmo tempo, a teoria foi usada para resistir às pressões internacionais para que o país iniciasse um processo de descolonização. Sobre o lusotropicalismo, cf. CARDÃO, Marcos – *Fado tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Lisboa, ISCTE-IUL, 2012. Tese de doutoramento.; CASTELO, Cláudia – *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.; CARDÃO, Marcos; CASTELO, Cláudia – *Gilberto Freyre. Novas leituras, do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015.

¹⁵ Como exemplo, a 19 de março de 1961, a RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) lançava uma muito concorrida “campanha nacional de auxílio às vítimas do terrorismo em Angola”, que visava recolher donativos a enviar à Cruz Vermelha de Luanda e que surge definida como uma “tarefa de solidariedade humana” e uma “demonstração, também, de que, em todos os sectores e por todas as formas, nos associamos firme e decididamente a

Botelho Moniz, definida a opção de avançar para Angola “rapidamente e em força”, o regime conseguiu organizar demonstrações significativas de apoio ao esforço de guerra, como a manifestação nacional que decorreu no Terreiro do Paço, em Lisboa, a 27 de agosto de 1963, e tornando, justamente a partir desse ano, o 10 de junho – “Dia da Raça” – numa homenagem às Forças Armadas Portuguesas.

Um terceiro fator que ajuda a explicar o consentimento relativamente à guerra – ou, de outra forma, o silenciamento da sua crítica – está nos mecanismos de censura existentes e no cerceamento das liberdades públicas, originando uma situação em que a informação disponível estava significativamente filtrada. A isto deve somar-se ainda uma cultura de resignação que era determinada, entre outros aspetos de natureza histórica e social, pela criminalização e demonização do debate político – e, portanto, da discussão sobre a realidade da guerra ou sobre a sua legitimidade. Era a eficácia do que o historiador Fernando Rosas designa como “violência preventiva”, esse conjunto de órgãos de vigilância, de ordem pública e de inculcação ideológica que incitavam à obediência e que limitavam fortemente a expressão de posicionamentos contrários à norma social e política definida pelo Estado Novo.¹⁶

Por fim, importa ainda considerar a vontade ativa do regime em esconder da sociedade os impactos da guerra. Como anota Matos Gomes, o regime que promoveu a guerra nunca deu apoio institucional aos combatentes e nunca organizou um serviço de apoio aos familiares de mortos e feridos, a quem era comunicado o sucedido através de telegrama assinado pelo comandante do Depósito Geral de Adidos, informando do facto e apresentando as respetivas condolências do Ministro. Os militares feridos e enviados para a antiga Metrópole desembarcavam de maneira quase

quantos esforços seja mister realizar para afirmarmos a nossa determinação de mantermos portuguesa (só e sempre portuguesa!), contra todas as intrigas e vilezas, contra todas as ameaças e violências, contra todos os desafios e provocações – a terra há mais de 4 séculos portuguesa de Angola!”. Citado por CÂDIMA, Francisco Rui – “O Telejornal e a Guerra Colonial (1961-1974)” In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2009*, ed. Moisés de Lemos Martins e Rosa Cabecinhas, Braga: Lusocom/Sopcom, 2010. p. 97-114.

¹⁶ ROSAS, Fernando – *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012. p. 196-202.

clandestina, entregues a cargo de uma instituição não-governamental – a Cruz Vermelha – e em alguns casos afundando-se num regime de invisibilidade.¹⁷ Uma invisibilidade que, reconfigurada, se perpetuaria no pós-25 de Abril. Como acentua Bruno Sena Martins, os Deficientes das Forças Armadas, “regressados da guerra amputados, cegos, surdos, paraplégicos, com transtornos de estresse pós-traumático, etc., constituíram a expressão viva de um trauma coletivo que a ordem social democrática quis esquecer.”¹⁸

4. As oposições tiveram, até muito tarde, dificuldade em produzir contra-imagens do país e do Império capazes de disputar cultural, social e política a ordem colonial. O *Programa para a Democratização da República*, elaborado em 1961 pela oposição republicana, defendia a democratização do Ultramar e o repúdio pela discriminação racial ou política mas num quadro de manutenção da relação política com a chamada Metrópole.¹⁹ À semelhança dos defensores do regime, uma boa parte dos velhos republicanos eram declarados defensores do Império e da ideia de um Portugal pluricontinental. Em 1962, Cunha Leal escrevia que “todos os portugueses dignos desse nome” recusariam com veemência a ideia de se fugir “das nossas colónias como lebres acossadas, deixando ficar por lá o produto de um labor honesto e civilizado e entregando os seus autóctones à cobiça de estrangeiros rapaces e inescrupulosos e ao próprio desvairo de condenáveis ancestralidades”²⁰. Os próprios socialistas, agrupados em 1964 em torno da ASP (Ação Socialista Portuguesa), mantêm uma posição ambígua durante a década de sessenta, condenando

¹⁷ GOMES, Carlos Matos – “Quotidianos da Guerra Colonial”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (eds.), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p.173.

¹⁸ MARTINS, Bruno Sena – “Guerra e Memória Social: a deficiência como testemunho”, *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, 1, 2013. p. 3-22.

¹⁹ *Programa para a Democratização da República*, 31 de janeiro de 1961.

²⁰ LEAL, Cunha – *A Pátria em Perigo*. Lisboa: Edição do autor, 1962. p. 151.

a política colonial, mas só tarde afirmando o direito à independência dos povos colonizados.²¹

Por seu turno, o PCP (Partido Comunista Português) desde cedo erigiu um discurso anticolonial que oscilou entre uma retórica nacionalista que acentuava os custos da guerra para o país e um “modo proletário” que vincava a solidariedade internacionalista com as colónias²². A política de unidade antifascista com os sectores republicanos – que durante a década de 1950, sob o signo da “guerra fria”, se encontrava praticamente inoperativa – contribuía para marginalizar a abordagem da questão colonial, num quadro em que se adivinhavam as lutas independentistas em África e em que Goa se tornaria num foco de conflito, terminado com a sua anexação pela União Indiana. Na verdade, quando eclode a guerra em Angola, apenas o PCP reconhecia explicitamente o direito à autodeterminação e à independência das colónias. Na primeira metade da década de 1950, o partido exige a “autodeterminação dos povos de Goa, Damão e Diu” e defenderá o *slogan* “nem mais um soldado para a Índia”²³. Será, porém, no decorrer do seu V Congresso, em setembro de 1957, que substituirá a sua posição anterior, baseada na criação de secções locais do partido nas colónias, por uma outra que consistia em apoiar partidos com base e direção africana e destinados a lutar pela independência.

Com efeito, até meados da década de 1960, a fratura política desenhada pela oposição tendia a contrapor ditadura e democracia, secundarizando-se a questão colonial. É certo que o PCP, força mais antiga e estruturada na oposição, defendia o direito dos povos coloniais à sua autodeterminação. Um impulso novo seria dado por outras áreas políticas que viriam nos anos 1960 a contribuir também para uma crescente consciência crítica relativamente à guerra: ora através da contraposição entre colonialismo e

²¹ MARTINS, Susana – *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. p. 178-179.

²² NEVES, José – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China; MADEIRA, João – *História do PCP. Das origens aos 25 de Abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

²³ NEVES, José – “The Role of Portugal on the Stage of Imperialism: Communism, Nationalism and Colonialism (1930–1960)”, *Nationalities Papers*, 37 (4), 2009. p. 490.

paz, sobretudo o ativismo dos chamados “católicos progressistas”, centrado na veiculação de informação alternativa sobre a guerra, em publicações como *Direito à Informação*, *Cadernos GEDOC* ou *Boletim Anti-Colonial*; ora através da imbricação entre colonialismo e capitalismo, devendo aqui realçar-se o papel de pequenos grupos de extrema-esquerda, que sinalizavam a irrupção de uma esquerda à esquerda do PCP, que na verdade não tinha expressão coletiva desde o desaparecimento do anarquismo organizado, em finais da década de 1930.

Em alguns casos, estes novos grupos eram herdeiros da FAP (Frente de Ação Popular) e do CMLP (Comité Marxista-Leninista Português), organizações fundadas a partir da rutura de Francisco Martins Rodrigues com o PCP em 1963.²⁴ Fora desta área plural “marxista-leninista” – ou maoísta – surgem ainda grupos de matriz socialista radical, de influência trotskista ou guevarista ou marcados pelo imaginário da libertação pelas armas. A estas organizações presidem uma série de características que vêm renovar o *modus operandi* do oposicionismo. Em primeiro lugar, erguem como bandeiras privilegiadas a luta contra a guerra colonial e a defesa da transformação revolucionária da sociedade, através de um discurso radicalizado e voluntarista. Em segundo lugar, elegem novos ícones políticos, como é o caso de Ho Chi Minh, Mao Tsé Tung e Che Guevara. Em terceiro lugar, e como consequência disso, é introduzido um estilo diferente de confrontação com o poder, mais direto e audacioso, que passava pela promoção de manifestações temerárias, pela distribuição de panfletos em pleno dia ou pelo apedrejamento de instituições bancárias.

A questão que viria a estar no centro de polémicas entre esta área política e o PCP resultava da posição a adotar por parte daqueles que

²⁴ Uma parte deste ativismo é desenvolvido no “exterior” – especialmente junto da emigração portuguesa que se encontra instalada em França – por herdeiros do CMLP em constantes processos de cisão. Refira-se no “exterior” – mas também no movimento estudantil lisboeta e portuense – o papel do PCP (m-l) e das suas estruturas frentistas. No “interior” do país destacavam-se ainda dois grupos: o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), fundado em setembro de 1970; e a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa), criada em finais de 1972 a partir da fusão entre *O Comunista*, particularmente presente em França, e *O Grito do Povo*, especialmente radicado no norte do país. Veja-se CARDINA, Miguel – *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

eram chamados a combate. Apesar de afirmar não se opor genericamente às deserções, sobretudo se coletivas, o PCP estimulava os seus membros à recusa das “deserções individuais”. Para o partido, a opção mais correta seria ir tão longe quanto possível, inclusive até aos campos de batalha, para esclarecer os outros soldados e organizar a rejeição ao combate, proposta que seria clarificada numa resolução do Comité Central, datada de junho de 1967²⁵. Pelo contrário, a generalidade dos grupos de extrema-esquerda viria a defender a deserção e criaram estruturas de apoiavam a saída do país a quem recusava a guerra.

Importa notar, a esse respeito, que a contestação ao conflito em Portugal se mantivera, durante a década de 1960, muito circunscrita a alguns círculos localizados de reflexão e ativismo ou, num outro nível, o papel de estruturas como a Casa de Estudantes do Império²⁶. Em fevereiro de 1968, uma manifestação contra a guerra do Vietname em frente à Embaixada dos EUA, organizada por sectores da emergente extremaesquerda, havia já indiretamente trazido o tema para a rua. No entanto, num importante conflito estudantil ocorrido em Coimbra, em 1969, a guerra colonial ainda está ausente do catálogo explícito de reivindicações. Logo a seguir, nesses anos finais do Estado Novo – em que se mantinha o isolamento internacional do país e em que o marcelismo endurecia em palavras e atos – viria a ganhar força um ativismo anticolonial animado, sobretudo,

²⁵ “Os militares comunistas devem trabalhar para estimularem e organizarem as deserções. Mas eles próprios não devem desertar, senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de ser presos em resultado da sua acção revolucionária. O Comité Central considera que as numerosas deserções de membros do Partido, embora integradas no protesto e na resistência contra a guerra, não têm sido favoráveis ao desenvolvimento e organização do movimento revolucionário. Se todos os elementos revolucionários abandonassem as forças armadas, estas converter-se-iam num instrumento dócil e mais eficiente da política fascista. Se muitos elementos revolucionários que desertaram das forças armadas aí tivessem permanecido, poder-se-ia hoje contar com uma mais forte organização militar revolucionária.” “Resolução sobre Deserções”, *Avante!*, n.º 382, Setembro de 1967, p. 4.

²⁶ Sobre a CEI veja-se, por exemplo: CASTELO, Cláudia; JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org) – *Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas Coloniais, Conexões Transnacionais*. Lisboa: Edições 70.

por uma juventude escolarizada, politizada e ameaçada pelo fantasma da mobilização.²⁷

5. A incapacidade do regime em responder ao problema da guerra conduziria a uma crescente insatisfação nas frentes de combate e à criação do Movimento das Forças Armadas, que a 25 de Abril poria fim à ditadura. Em menos de um ano, uma conspiração militar constituída por oficiais de patente intermédia passava das reivindicações corporativas à consciência de que a guerra apenas terminaria com o derrube da ditadura. Muitos deles são politizados justamente em contacto com oficiais ou com milicianos que vinham de Portugal com uma razoável consciência política, muitas vezes forjada no seio das oposições ou dos combates travados contra a ditadura. O exército, suporte tradicional do regime, seria a alavanca que o faria tombar. O golpe militar abria assim caminho a um período revolucionário em que se destruiu o aparelho repressivo proveniente da ditadura, se questionou a estrutura da propriedade, se conquistaram liberdades públicas e se processou o fim da guerra e, conseqüentemente, do Império.

Embora a clivagem em torno da “descolonização” ficasse resolvida com a afirmação das dinâmicas independentistas nas antigas colónias e, domesticamente, com a derrota da linha do General Spínola, em setembro de 1974, isso não significa que a guerra não deixasse de influenciar processos ocorridos no período revolucionário. É a experiência da guerra – e o anticolonialismo que aí se forjou – que, em boa medida, explicam proclamações como a de ser necessário empreender – palavras do MFA em junho de 1975 – um “processo de descolonização interna” que assegure a “independência nacional” e a “construção de uma sociedade socialista”²⁸ e que ajudam também a compreender a dinâmica geral de fenómenos

²⁷ BEBIANO, Rui – *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebedia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.; CARDINA, Miguel – “The War Against the War. Violence and Anticolonialism in the Final Years of the Estado Novo”, in Bryn Jones and Mike O’Donnell (org.), *Sixties Radicalism and Social Movement Activism. Retreat or Resurgence?*. Londres: Anthem Press, 2010. p. 39-58.

²⁸ MFA. Plano de Ação Política do CR -21/6/75.

como o das Campanhas de Dinamização Cultural²⁹. Estas campanhas não deixam, pois, de ser devedoras do que os militares haviam aprendido na guerra – no âmbito da “acção psicossocial”, desde logo – mas também se inspiraram num certo imaginário terceiro-mundista e num certo entendimento da libertação pela cultura, que estava em linha, aliás, com algumas práticas desenvolvidas por movimentos independentistas africanos (caso da FRELIMO e do PAIGC). Naqueles meses quentes, a experiência da guerra transmutara-se em experiência da revolução, num gesto que pretendia significar um reencontro entre um Exército e o seu povo e que buscava redimir as Forças Armadas pela participação numa guerra considerada injusta.

A memória da guerra não deixaria, porém, de se revelar problemática nos anos seguintes. Em primeiro lugar, o facto de militares que fizeram a guerra terem também feito a revolução curto-circuitou, em boa medida, a continuidade entre os dois momentos históricos: a importância do levantamento militar tendeu a sobrepor-se e a rasurar o debate público sobre a guerra, nomeadamente nas suas vertentes mais sangrentas. Em segundo lugar, o facto de estarmos perante um momento histórico que envolveu episódios de forte violência é, em si mesmo, uma das razões para que as memórias da guerra permaneçam circunscritas ao domínio privado ou do núcleo de camaradas de armas que regularmente se vão encontrando.

Seria na década de 1990 que o tema da guerra reforçaria a sua visibilidade. Em 1994 seria inaugurado um “Monumento aos Combatentes do Ultramar”, ao mesmo tempo que cresciam pequenos monumentos em muitas vilas e cidades do país e se multiplicavam encontros, reuniões e convívios de ex-combatentes. Em 1999, a lei 46/99 estendia o conceito de “deficiente das Forças Armadas” aos portadores de “perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar” e o Estado assumia o dever de criar uma rede

²⁹ Sobre as Campanhas de Dinamização Cultural veja-se ALMEIDA, Sónia Vespeira de – *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*. Lisboa: IELT-Colibri, 2009.

nacional de apoio a estes ex-militares³⁰. De acordo com Manuel Loff, num importante estudo sobre a memória da ditadura e da revolução no Portugal democrático, consolidam-se então leituras sobre a guerra e o colonialismo simultaneamente antagónicas e comunicantes. Por um lado, manteve-se no essencial a perceção de que o 25 de Abril consistira numa rutura socialmente benéfica para a larga maioria da população, o que colocava a ditadura e a guerra como uma espécie de contraponto negativo que a Revolução dos Cravos havia suplantado. Por outro lado, uma certa memória valorizadora da “África perdida”, articulada com a ideia de uma descolonização atabalhoada e profundamente lesiva, criou o pano de fundo para a proliferação de imagens nostálgicas de timbre lusotropicalizante que tendem a omitir o papel da violência colonial. Como refere a este respeito, “ao mesmo tempo que se percebera que a guerra fora um instrumento inaceitável de bloqueio do direito à autodeterminação dos africanos, uma parte provavelmente maioritária da sociedade não achava, como parece ainda hoje ser o caso, que a dominação colonial fora igualmente inaceitável.”³¹

6. No fundo, trata-se de uma certa reconfiguração da ideia de excecionalidade da experiência colonial portuguesa. Este é um tópico que, ainda hoje, mantém forte capacidade de inscrição social, como podemos ver, a título ilustrativo, tomando em consideração os discursos proferidos pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, entre 2006 e 2015, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho. Aqui vemos como a questão colonial é re-situada aqui através de um mecanismo que omite os processos mais relacionados com a violência e a guerra e que faz emergir aquele que seria um traço duradouro na psique portuguesa,

³⁰ Lei 46/99. Sobre o Stress Pós-Traumático veja-se: Afonso Albuquerque e Fani Lopes – “Características de um grupo de 120 ex-combatentes da guerra colonial vítimas de ‘stress de guerra’”, *Vértice*, 58, 28-32; QUINTAIS, Luís – *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da História*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

³¹ LOFF, Manuel – “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”. In: Loff, Manuel; Soutelo, Luciana e Piedade, Filipe, *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 56.

a “vocação universalista”. Palavras como “colonial”, “colonialismo”, “colonização”, “lutas de libertação”, “escravatura”, “movimentos de libertação” ou mesmo “guerra colonial” não surgem uma única vez (e há apenas uma menção à guerra, fazendo-se menção abstrata a um tempo histórico em que “ca a um regime cansado de guerra”), ao mesmo tempo que existem amplas referências ao carácter convivial do povo portugu s³².

Ou seja, nesses discursos a questão colonial é deslocada através de um mecanismo que omite os processos históricos ligados à dominação econ mica e cultural e que, em alternativa, realça o papel da língua, do patrim nio e do Mar como componentes diferenciadoras da experiência colonial portuguesa. Nenhum destes elementos é propriamente novo, reciclando um conjunto de t picos sobre os “Descobrimentos” e a excepcionalidade da presenç a lusitana no mundo, com recurso a uma nova linguagem e conferindo primazia a aspetos como a t nica na ideia de um “Portugal europeu” como agente do processo de expansão colonial. Se estas interpretações do passado revelam uma dada leitura da História – e dos seus usos no presente – elas dão conta também da dificuldade em evocar o racismo, a dimensão violenta do colonialismo e a forma traumática como se encerrou o ciclo do Império. Como nos recorda Eduardo Lourenço, Portugal é o lugar “da mais espetacular boa consciência colonial que a História regista”, baseado no esquecimento ativo de que “o seu império era fruto da colonização, isto é, do encontro com outrem sob uma forma que não exclui, nem excluiu, a violência”.³³

7. Saliente-se, por fim, que a guerra foi, até há pouco tempo, alvo de escasso tratamento historiográfico. Foi o campo literário quem primeiro, no pós-25 de Abril, produziu obras capazes de se transformar em *locus* privilegiado de reflexão e catarse sobre a experiência colonial portu-

³² Cf. CARDINA, Miguel – “Memórias Amn sicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial”, *Configurações*, n.é 17, 2016. p. 31-42.

³³ LOURENÇO, Eduardo – *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e pr facio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 137. Texto “Consciência Africana e Situação Nacional”, publicado originalmente em 1976, com base em notas redigidas em 1962 e 1963.

guesa e a forma como se efetuou o seu desfecho – de que os exemplos mais conhecidos são *Os Cus de Judas* (António Lobo Antunes, 1.^a edição: 1979) e *A Costa dos Murmúrios* (Lídia Jorge, 1.^a edição: 1988)³⁴. Na verdade, um vasto conjunto de romances e poemas foram-se projetando, em finais da década de 1970 e durante as décadas de 1980 e 1990, como mecanismos de problematização do passado colonial e da experiência da guerra, configurando o que Paloma Aguilar Fernandez – ao referir-se ao papel da cultura no estilhaçar do silêncio em torno da guerra civil espanhola – classificou como “entesouramento do silêncio”³⁵. A este *corpus* se juntaria um número progressivamente crescente de memórias vindas a lume nos anos seguintes. Mais recentemente, emergiram um conjunto de documentários e de outros produtos culturais de alcance mediático – de que o mais significativo foi a série televisiva *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado e exibida na RTP 1, em 42 episódios, entre 2007 e 2012.³⁶

A verdade é que a guerra se transformou, nos últimos quarenta anos, num território complexo de evocações, reflexões e exercícios de natureza artística, literária e documental. Duas parecem ser as vias dominantes de consideração do conflito. A primeira inscreve-a enquanto experiência vivida, registada nos corpos e nas mentes de quem aí esteve e que rememora a guerra – frequentemente a partir da tónica convivial, noutras

³⁴ Sobre o tema na guerra no romance e na poesia portuguesa, cf. por exemplo: TEIXEIRA, Rui de Azevedo – *A Guerra colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.; MEDEIROS, Paulo de – “Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars”, in Timothy Ashplant; DAWSON, Graham; ROPER, Michael (eds.) – *Commemorating War: The Politics of Memory*. New York: Routledge, 2000. p. 47-76; RIBEIRO, Margarida Calafate – *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.; RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto (eds.) – *Antologia da memória poética da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento, 2011.

³⁵ FERNANDÉZ, Paloma Aguilar – *Memoria y Olvido de la guerra civil española*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

³⁶ Em 2007, o programa de debate televisivo *Prós e Contras* exibiu mesmo uma sessão especial aquando do lançamento da série. O tom dominante acabou por deixar entrever a persistência de certos tópicos. Para além de um claro enfoque nas dimensões militares e diplomáticas, uma parte significativa do debate acabou por se centrar na justeza ou não das expressões “guerra do ultramar” ou “guerra colonial” para caracterizar o conflito. Ou seja: se se deveria assumir a designação mais comum no pós-25 de Abril e genericamente acolhida pela crítica historiográfica (“guerra colonial”); ou se, em alternativa, seria de acolher como boa a nomenclatura avançada pelo Estado Novo, elaborada no quadro das reformulações jurídicas que empreendeu a partir de 1951 para fazer frente às pressões descolonizadoras surgidas no pós-guerra (“guerra do ultramar”).

realçada a dimensão do estranhamento, outras ainda os aspetos bélicos propriamente ditos. A segunda tende justamente a entender a guerra sobretudo a partir da ótica militar e/ou diplomática com uma consideração nem sempre equivalente aos contextos políticos, culturais e sociais nas quais ela se desenrola nem aos mecanismos de desencadeamento da violência – não apenas no quadro estrito da guerra, mas na mais vasta ordem colonial e nas suas plasticidades.

No fundo, a memória da guerra em Portugal diz-nos tanto sobre o que foi aquele conflito como nos convida a pensar de que forma as sociedades metropolitanas têm permanecido sensíveis, ou não, ao eco difuso dos passados coloniais. Terminada enquanto fenómeno histórico, a guerra não deixa de permanecer viva no Portugal contemporâneo, como um legado profundo inscrito nas memórias e nos corpos de quem a combateu ou, de algum modo, vivenciou e nas representações de um país que articula com dificuldade esse acontecimento porque o seu lugar e significado permanece ainda um espaço em disputa.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS IMAGENS DOS INDÍGENAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: PERPETRANDO O COLONIALISMO CULTURAL

1. Introdução

A década de 1970 foi bastante profícua no que concerne a ditadura civil-militar brasileira e os Povos Indígenas, organizados, mas que deveriam ser extirpados, posto que eram empecilhos às políticas de desenvolvimento e esbulho às terras indígenas. Os documentos recentes da Comissão Nacional da Verdade apresentam dados alarmantes sobre o genocídio indígena e o avanço da agroindústria, do agronegócio, da mineração, de hidrelétricas e estradas em terras indígenas.

Durante a ditadura civil-militar se forjou uma política indigenista contrária aos interesses de autodeterminação dos Povos Indígenas. Para isso, os governos patrocinaram uma campanha de cunho ideológico que se valia de estereótipos, estigmas, preconceitos e discriminações que colocavam a opinião pública contra os Povos Indígenas, por exemplo: havia “muita terra para pouco índio”. Tal política indigenista era um arrojado projeto de esbulho das terras indígenas, que tinha por paradigma a “tutela paternalista”, na verdade, instrumento eficaz de controle e repressão aos índios e seus aliados.

Estava no bojo da “tutela paternalista” os interesses desenvolvimentistas dos empresários internacionais, de práticas capitalistas, ansiosos em abrir empresas multinacionais no país, tendo os governos militares e os civis organizado uma eficaz aliança, para garantir os investimentos e o capital internacional, principalmente na região amazônica. Dessa forma, o Estado se comprometia de tutelar os indígenas, considerados incapazes, para garantir a

exploração de terras e riquezas naturais às empresas de hidrelétricas, mineração, estradas e rodagens. Para alcançar tal intento é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, órgão que viabilizava o projeto integracionista e assimilacionista de indígenas, para se tornarem mão-de-obra barata para os empresários. Mas, era necessário ainda o produto e instrumento que servisse à ditadura, para tanto, o governo publica o Estatuto do Índio, em 1973. Com estas estratégias seria possível o desenvolvimento, mas eliminando os obstáculos, no caso os indígenas.

Mas como seria possível avançar nesse projeto arrojado? Para além das condições objetivas da repressão foram acionadas as condições subjetivas do colonialismo cultural, afinal o Estado brasileiro é colonialista e desde a sua fundação manteve as estruturas colônias de produção, política, cultura e questão social. Nesse sentido, ao propormos que o colonialismo cultural foi perpetrado, ressignificado à lógica de dominação da ditadura civil-militar, buscamos em Pablo González Casanova a concepção de “colonialismo interno” que permeia este capítulo. Tomamos como paradigma a ideia de que:

Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação como variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 402).

Esta categoria teórico-metodológica nos provoca a pensar sobre as estratégias utilizadas durante a ditadura civil-militar para construir um projeto político que não atendia a organização social, econômica, política e cultural dos Povos Indígenas, etnicamente diferenciados e de profunda diversidade étnica e cultural. O projeto governamental não garantia a autodeterminação e homogeneizava os diferentes Povos apenas como o “Índio”, genérico, absoluto.

Para compreender melhor a representação do indígena, durante a ditadura civil-militar, sob o aspecto do “colonialismo interno” cultural, é importante dialogar com José Ribamar Bessa Freire, em sua importante análise sobre as

“cinco ideias equivocadas sobre o Índio” (2016), ou seja, as formas com os não índios percebem os índios: 1) o índio se constitui em “bloco único”, com a mesma cultura, mesmas crenças e a mesma língua; 2) a cultura indígena é apresentada como atrasada e primitiva; 3) as diversas e diferentes culturas são congeladas no tempo e no espaço, negando a dinâmica e o movimento dos indígenas; 4) os índios fazem parte apenas no passado do Brasil, no pretérito, e; 5) os índios são desconsiderados na formação das nossas identidades (BESSA FREIRE, 2016).

A partir da premissa da sobrevivência e ressignificação das visões estereotipadas sobre os indígenas, referendadas no “colonialismo interno” problematizamos, de que maneira estas ideias foram legitimadas e corroboradas por intelectuais que produziram narrativas durante a ditadura? Estavam esses intelectuais somente a serviço da ditadura ou acreditavam realmente na incapacidade indígena frente a capacidade do Estado em decidir por eles? Os nossos intelectuais produziram materiais didáticos entre 1973-1975, de grande circulação nacional, e optaram pelos estereótipos inventados no bojo do “colonialismo interno”, sem reconhecer o movimento indígena de resistência que era construído naquele momento. Não tiveram olhar para os índios que conviviam com eles, optaram pelas representações colonialistas do passado histórico colonial, que “atestavam” a incapacidade indígena. O perigo destes textos é que eles formavam estudantes, combinando aparato legal, ideologia, doutrina de segurança nacional, ESG e contribuía na perpetuação de estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações.

2. Repressão e desenvolvimento: estratégias da ditadura civil-militar brasileira

Dois anos após a instauração da ditadura civil-militar no Brasil, o Congresso Nacional foi fechado, em 1966, tendo muitos políticos os seus mandatos cassados. A fim de legalizar as arbitrariedades do regime militar, no dia 24 de janeiro de 1967, foi outorgada uma nova Constituição para o país, que instituía de fato e de direito a ditadura, aumentando o poder do presidente da República ainda mais, pois ele poderia publicar e mandar cumprir emendas

constitucionais sem consultar a sociedade civil. A Constituição de 1967 reduziu ainda os poderes e prerrogativas do Congresso Nacional, ficando o poder Judiciário submisso ao Executivo. Pouco tempo depois, em 9 de fevereiro, foi sancionada a Lei de Imprensa, que impunha a censura prévia com agentes presentes em todas as redações, emissoras de rádio e televisão.

No mês de março, foi mandada cumprir a Lei de Segurança Nacional. Os crimes de opinião, políticos e de subversão tornaram-se ilegais e, de acordo com a Lei de Segurança Nacional, pessoas enquadradas nesses artigos deveriam ser expulsas do Brasil. A Lei previa também a vigilância de seus familiares, bem como a indisponibilidade dos seus bens. O governo militar instituiu, ainda, um Tribunal Militar para julgar civis por crimes contra a Segurança Nacional.

Os partidos que foram mantidos, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional) não representavam os diferentes interesses em jogo, dificultando a participação popular.

Na área econômica, o governo e o Banco Central procuraram controlar a inflação, incentivando as exportações e atraindo investimentos externos. Para controlar a alta dos preços e a desvalorização da moeda nacional, ocorre arrocho dos salários dos trabalhadores, o aumento das tarifas públicas e a diminuição dos gastos do Estado. Essa política favoreceu a negociação do governo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que autorizou novos empréstimos para o país. O governo dos Estados Unidos renegociou a dívida externa do Brasil e se instalaram várias empresas estadunidenses no país. O almejado desenvolvimento capitalista brasileiro, do qual se beneficiavam a burguesia e as empresas estrangeiras ou associadas ao capital estrangeiro, precisava das Forças Armadas e dos tecnocratas para exercer funções de controle, no âmbito social, e de modernização, no âmbito administrativo.

A escolha do presidente passou a ser considerada um assunto de Segurança Nacional, e a decisão, controlada pelo Alto Comando Militar. A Arena elegeu o general Costa e Silva, representante dos radicais do Exército, a chamada “linha dura”. Ele governou de 1967 até sua morte, em 1969. Os protestos políticos estavam disseminados por todo o país, provocando o recrudescimento do Estado. A violência e a intolerância fizeram muitas vítimas nesse período.

Enquanto no Brasil a ditadura civil-militar efetivava-se da forma violenta e repressiva e antidemocrática possível, impedindo, pela força e pela lei, as legítimas manifestações populares, na Europa, acontecia um grande processo de mobilização dos trabalhadores e de amplos segmentos sociais, tais como o das mulheres, de homossexuais, dos ecologistas e dos estudantes. Era a luta contra a exploração do trabalho e os métodos de aceleração do ritmo de trabalho, associada a manifestações de desejo de liberdade, solidariedade, igualdade e vontade de viver de uma outra maneira. Esse movimento teve o seu auge em 1968.

Um grupo de políticos descontentes, organizaram uma “Frente Ampla” de oposição. Esse grupo político era formado por representantes do MDB, de membros do governo deposto em 1964, políticos cassados, estudantes e trabalhadores. O programa da Frente exigia anistia geral, elaboração de uma Constituição democrática e restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis. Em razão de sua heterogeneidade, não conseguiu a coesão necessária para alcançar seus objetivos. As promessas de abertura democrática dos ditadores foram cobradas em 1968. Protestando contra a política educacional e contra o governo, estudantes realizaram manifestações em diversas capitais, como a do Rio de Janeiro, que reuniu 100 mil pessoas. Também greves operárias afloraram, em Osasco, em São Paulo, e Contagem, em Minas Gerais. As pressões sociais se disseminavam pelo país. Em junho de 1968, a **Passeata dos cem mil**, mobilizou famílias, padres, freiras, estudantes, professores, artistas e intelectuais que marcharam pelas ruas do Rio de Janeiro exigindo o fim da repressão, da censura e a redemocratização do país. Também exigiam a liberdade dos detidos pela polícia e a liberdade de expressão na educação e nos meios de comunicação. Em julho de 1968, integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo de extrema direita, invadiram o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, espancaram o elenco da peça *Roda Viva*, ferindo todos os integrantes, alguns com certa gravidade.

Em outubro, ocorreu outro confronto quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou clandestinamente o 30.º Congresso Nacional de Estudantes, em 12 de outubro de 1968. Porém o encontro foi descoberto pela polícia em Ibiúna, no interior de São Paulo, e 1 240 estudantes foram presos; muitos ficaram feridos, alguns gravemente.

Como forma de impedir que os protestos fossem divulgados para a população, o governo militar criou o Conselho Superior de Censura, por meio da Lei da Censura (no 5.536, 21 de novembro de 1968). O motivo oficialmente alegado era a infiltração de agentes comunistas nos meios de comunicações, lançando notícias falsas de tortura e desmandos do poder constituído. Além de todas essas medidas de repressão e controle social, em abril do ano seguinte, o governo determinou a transformação de todas as capitais dos estados do Brasil e 68 municípios em áreas de segurança nacional, cancelando as eleições municipais e estabelecendo que os prefeitos seriam nomeados pelo presidente.

Com a intenção de impedir esta avalanche de protestos, em 13 de dezembro de 1968, o ditador decretou, mandou publicar e cumprir o Ato Institucional número 5, o AI-5, que cancelou todos os dispositivos que ainda poderiam ser utilizados pelos parlamentares da Constituição de 1967.

O AI-5 determinava: o fechamento do Congresso Nacional por prazo indeterminado; o recesso dos mandatos de senadores, deputados e vereadores; a autorização, em virtude do interesse nacional, da intervenção nos estados e municípios; que se tornava legal legislar por decreto-lei; o confisco, após investigação, de bens de todos que tivessem enriquecido ilicitamente no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis; que o presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, podia decretar o estado de sítio no país e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo; a suspensão da possibilidade de qualquer reunião de cunho político; a censura prévia, que se estendia à música, ao teatro e ao cinema, de assuntos de caráter político e de valores imorais; a suspensão do *habeas corpus* para os denominados crimes políticos.

Personalidades importantes do cenário nacional brasileiro. Milhares de pessoas, sobretudo setores de: estudantes, professores, clero católico, jornalistas, advogados, médicos, trabalhadores rurais, operários e políticos foram presos; muitos torturados física e mentalmente pelas forças de repressão do regime.

Dessa forma, o AI-5 se transformou num instrumento para o aumento da violência e da falta de limites, entrando para a história como o mais arbitrário

de todos os atos institucionais, que proibia manifestações de natureza política e vetava o *habeas corpus* para crimes considerados contra a segurança nacional. O Congresso foi colocado em recesso, inúmeros mandatos foram cassados, as garantias individuais foram suspensas, enfim, inaugurou-se aí um período marcado pelo abuso aos direitos humanos – sequestros, prisões, torturas, desaparecimento de pessoas, mortes, censura à imprensa, ao ensino e às manifestações da arte. Não se respeitavam as garantias individuais, nem os mandatos políticos e os cargos públicos, o que fortalecia o Poder Executivo. Foi a época do “endurecimento” do regime político, com muitas prisões e a aniquilação da oposição: tinha início os anos de chumbo.

A repressão aos movimentos estudantil, docente e técnico-administrativo se formalizou através do Decreto-Lei n.º 477 (28/02/1969), que vigiava e punia as infrações disciplinares – reuniões, panfletagem, passeatas, paralisações – criminalizando-as e passíveis de demissões ou dispensas do serviço.

No segundo semestre de 1969, a Junta Militar (que substituíra Costa e Silva, afastado da Presidência por razões de saúde) outorgou uma reforma da Constituição de 1967. A Emenda Constitucional reforçava ainda mais o Poder do Executivo, definia o mandato presidencial de cinco anos, mantinha todos os atos institucionais decretados depois de 1967 e estabelecia a pena de morte e o banimento do território nacional para os casos de subversão, aplicando-se assim a Lei de Segurança Nacional.

O general Emílio Garrastazu Médici foi indicado pelos militares e eleito indiretamente, ou seja, escolhido pelo Congresso Nacional, que havia sido reaberto pelo AI número 16, em 14 de outubro de 1969. Em 30 de outubro, Médici tomou posse. Seu mandato caracterizou-se pelo endurecimento político, acentuando a censura prévia aos meios de comunicação, além da eleição dos governadores por via indireta. Houve também a diminuição dos poderes do Legislativo, que se limitava a ratificar as decisões do Executivo. Foi o período no qual as perseguições políticas se tornaram mais violentas. No entanto, as torturas e as mortes nos órgãos de repressão não chegavam ao conhecimento público ou, quando chegavam, eram manipuladas.

Vários grupos clandestinos se organizaram e praticaram ações armadas em algumas cidades, enfrentando a repressão da ditadura civil-militar – muitos dos quais foram denominados guerrilheiros. Entre esses grupos estava a

Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca. Outro grupo vinculado ao PC do B, de inspiração maoísta, organizou, no início da década de 1970, um movimento guerrilheiro na região do Rio Araguaia, no sul do Pará. Ali, com o apoio da população local, menos de 100 guerrilheiros empreenderam o que o general Hugo Abreu, comandante das tropas enviadas para sufocar a revolta, classificou como “o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural”. No governo Médici (1969-1974) e, em menor escala, no governo seguinte, de Ernesto Geisel (1974-1979), esses grupos identificados com a guerrilha urbana e rural foram sendo progressivamente eliminados, com enorme mobilização de tropas do governo. Contra os grupos do sul do Pará, por exemplo, foram enviadas tropas de até 20 mil soldados. Foram mortos 61 militantes das forças de luta contra o regime militar que estavam localizados no Araguaia. Nesse local, a repressão alcançou um número, até hoje não conhecido com exatidão, de centenas e centenas de pessoas envolvidas ou não com a luta armada, atingindo trabalhadores rurais e seus familiares.

O Estado aperfeiçoou também seus mecanismos de segurança interna, estendendo seu controle até as universidades, proibindo atividades políticas a estudantes, professores e técnico-administrativos, e cassando, processando e demitindo sumariamente muitos deles.

Nesse período de repressão política ocorre o crescimento econômico conhecido como milagre econômico, sob a direção do ministro da Fazenda Delfim Netto. Militares, tecnocratas, firmas internacionais, burguesia – que inclui banqueiros, industriais, exportadores – e uma nova classe média ascendente viveram uma fase de euforia. O Golpe acabou por combater a ideologia nacional-desenvolvimentista, substituindo-a pela ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG) que pregava o “desenvolvimento com segurança” e facilitava a entrada do capital estrangeiro no país. As exportações cresceram e se diversificaram, incluindo matérias-primas (café, algodão, soja, carnes, açúcar, minérios) e alguns produtos como calçados, aparelhos elétricos como televisores, rádios etc. O crescimento fazia parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND:1972-1974), que definiu as prioridades do governo: crescer e desenvolver aproveitando a conjuntura internacional favorável. Foram atingidos altos

índices de crescimento econômico sob a ideia do surto de progresso que o país estaria vivendo. Com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, dezenas de empresas multinacionais se instalaram no Brasil e os grandes fazendeiros passaram a produzir para exportação, portanto, o grande beneficiado com o “milagre” foi o capital internacional. Nesse momento, as terras indígenas passaram a ser cobiçadas ainda mais, por estes empresários.

O tal crescimento econômico era acompanhado de maciça propaganda ideológica governamental por meio de *slogans* como: “Ninguém segura esse país”, “Pra frente Brasil”, “Você constrói o Brasil”. E, para os descontentes, um recado claro: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Se, por um lado, o milagre econômico modernizou o país, por outro, empobreceu ainda mais a maioria da população, pois houve uma grande concentração de renda que fez os ricos ficarem mais ricos e os pobres, mais pobres. A política salarial do governo prejudicava a alimentação da população. Estudos mostram que, entre 1963 e 1975, a desnutrição passou de 1/3 para 2/3 da população brasileira, e a “desnutrição absoluta” chegou a atingir 13 milhões, aproximadamente 1/7 da população. Em resposta a esse problema, o governo banuiu a palavra “fome” da mídia.

No fim de 1973, o modelo político e econômico da ditadura civil-militar já estava esgotado. O referido milagre econômico foi abalado pela diminuição dos lucros em alguns setores, pela retração dos investimentos e por uma inflação que repercutia diretamente no custo de vida.

O general Geisel assume a Presidência em 1974, com o projeto de “distensão lenta, segura e gradual”. A ideologia de 1964 voltou a ser mencionada: era preciso institucionalizar a “Revolução”, que fora feita para “salvar a democracia”. O crescimento econômico já não era suficiente para garantir o fechamento político, e muitos empresários criticavam o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, que apenas garantiu o crescimento econômico para alguns setores da economia.

Mediante estes acontecimentos, nas eleições parlamentares de 1974, o MDB recebeu a votação maciça. Era o “começo do fim”, e o governo da ditadura civil-militar viu-se obrigado a revogar o AI-5. Mas a ambiguidade do regime continuou. Mesmo falando em abertura, o presidente cassou mandatos e, em abril de 1977, fechou o Congresso por 15 dias. Usando sempre as atri-

buições que os atos institucionais lhe davam, o governo outorgou o **Pacote de Abril** – uma emenda constitucional e seis decretos-leis que alteravam as futuras eleições. Um terço dos senadores não seriam eleitos por voto direto, mas indicados pelo presidente, os chamados “senadores biônicos”. O objetivo era assegurar aos militares maior apoio no Congresso Nacional. O “pacote” também estendia o mandato presidencial para seis anos, mantinha eleições indiretas para governador e reduzia a representação dos estados mais populosos no Congresso Nacional.

A oposição, entretanto, não aceitou passivamente essas medidas de exceção. No fim do governo Geisel, muitos daqueles que apoiavam o regime, como o ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, o industrial Severo Gomes e o general Hugo Abreu, agora estavam contra ele. No primeiro semestre de 1978, passeatas, greves e protestos se generalizaram por todo o país. No entanto a ditadura civil-militar no Brasil, apesar da violação dos direitos políticos de todas e todos as/os cidadãs/os brasileiras/os, dos protestos, das lutas armadas, se manteve até maio de 1985, caracterizada por um estado de exceção total e permanente, com o conluio dos empresários da grande mídia, banqueiros, políticos corruptos, fazendeiros, parte do alto clero católico, os quais eram os apoiadores da ditadura. Porém, apesar das manobras políticas, jurídicas e midiáticas, a partir de 1988 foi estabelecida a legalidade política, com a Assembleia Nacional Constituinte, e em meio a hiperinflação, e a maioria das obras públicas paradas em diferentes lugares do País.

Em 8 de maio de 1985, o congresso nacional aprovou emenda constitucional, por 458 votos na câmara e 62 no senado foi aprovada a eleição direta para presidente (mas em dois turnos); com apenas 32 votos contra na câmara e 2 no senado, foi aprovado o direito ao voto para os analfabetos; os partidos comunistas deixaram de ser proibidos; os prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de segurança nacional voltariam a ser eleitos diretamente. Finalmente em 28 de junho, Sarney enviou a emenda constitucional que convocava a Assembleia Nacional constituinte, que foi aprovada em 22 de novembro (Emenda Constitucional 26). Eleita em 15 de novembro de 1986 e empossada em 1 de fevereiro de 1987, a constituinte funcionou até 5 de outubro de 1988 quando foi promulgada a Constituição Federal.

2. Política Indigenista: repressão institucional, integracionismo e assimilacionismo

A questão indígena está imbricada nestes acontecimentos. Na Constituição outorgada pelos ditadores em 1967, o artigo 186, aliás um dos últimos artigos: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1967, art. 186). Já no Emenda Constitucional N.º 01 de 17/10/1969, em seu artigo 198, lê-se:

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1.º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2.º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 01, 1969).

Nos dois textos jurídicos é visível o projeto de sociedade da ditadura civil-militar no que concerne aos Povos Indígenas no Brasil. Primeiro, eles são considerados “silvícolas”, portanto aqueles que vivem na selva, não integrados à sociedade brasileira, que vivia sob a ideologia do desenvolvimento e do progresso. Dessa forma, os indígenas são considerados incapazes à sua própria proteção, sujeitos assim ao regime tutelar estabelecido pela Constituição e Emenda Constitucional. Sinaliza à questão de que, à medida que fossem integrados à sociedade brasileira, essa tutela cessaria, mas, o indígena também desapareceria enquanto povo autônomo. A construção desta interpretação reside no Código Civil de 1916, que considerava os indígenas incapazes.

Entre a Constituição de 1967 e a Emenda de 1968 os ditadores criam a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão que expressa o projeto integra-

cionista e assimilacionista dos Povos Indígenas à sociedade brasileira, criada através da Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com 14 artigos. Vinculada ao Ministério da Justiça, cuja missão era coordenar e executar as políticas indigenistas da ditadura civil-militar, protegendo e promovendo os direitos dos Povos Indígenas, considerados silvícolas incapazes de autogestão. Cabendo a FUNAI, como está no artigo da Emenda, a preservação e gerenciamento do “domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas”. Sobre a FUNAI, Roberto Cardoso de Oliveira, enquanto testemunha ocular, considerou o órgão “responsável pela invasão” às terras indígenas, enquanto “resultado de uma política equivocada de arrendamento de terras” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 26).

Cabia a FUNAI o exercício de “os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais”. O regime tutelar está vinculado ao: “resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas” (Lei 5371/67). Dessa maneira, é visível a interpretação da necessidade dos indígenas evoluírem à civilização, a partir da aculturação promovida pela FUNAI, que se torna o instrumento legal utilizado pelos governos da ditadura para subjugar os indígenas em várias partes do País, particularmente na Amazônia e no Mato Grosso.

No mesmo ano que é instituída a FUNAI é criada a Zona Franca de Manaus (Suframa), dando início a industrialização na região, através de incentivos fiscais que atraiu muitos investidores internacionais. Além disso, em 1968 é criado o Ministério de Minas e Energia e a consequente instalação da Eletro-norte, Eletrobrás, entre outras, e a construção de barragens para a geração de energia elétrica, dentro do projeto de modelo do setor energético nacional. Tratava-se de um arrojado projeto político da ditadura que defendia o progresso da região. Nesse sentido, as populações tradicionais, entre elas os Povos Indígenas, são considerados atrasados, que deviam evoluir e abandonar a suas formas tradicionais e rudimentares de vida e serem integrados ao progresso proposto, desaparecendo enquanto índio.

Os planos de desenvolvimento dos governos da ditadura tinham por objetivo a eliminação dos Povos Indígenas ou a sua subserviência para que as

políticas propugnadas de progresso se sedimentassem. Vários conflitos armados, chacinas e genocídios foram vivenciados nesse período, como é o caso do extermínio dos Waimiri-Atroari, onde mais de 3.000 indígenas foram reduzidos a pouco mais de 300, pelas forças repressivas do governo (Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, 2014).

Estas ações contra os Povos Indígenas estavam vinculadas as estratégias de ocupação da Amazônia, aplicando também as normas do AI N.º 05 sobre os estatutos da FUNAI, que devia obedecer aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, “a integração acelerada dos índios ao projeto econômico do Estado se Segurança e Desenvolvimento” (HECK, 1997 p. 69).

Egon Dionisio Heck em “Os Índios e a Caserna – Políticas Indigenistas dos Governos Militares – 1964 a 1985”, propõe a seguinte periodização ao novo “modelo de indigenismo” adotado por aqueles governos, quais sejam: primeira fase: período terminal do SPI (1964-66), quando se agudizam os conflitos com os Povos Indígenas na luta pela demarcação de terras; segunda fase: crise e transição – fim do SPI e criação da FUNAI (1967-68), representa a acelerada ocupação das terras indígenas no País, por não indígenas, particularmente na Amazônia e no Mato Grosso, quando se desenvolve a falsa ideia de vazio demográfico, quando “as invasões e esbulho das terras indígenas aumentaram” (HECK, 1997 p. 80); terceira fase: definição e implantação de um modelo indigenista (1969-74), momento do Plano de Integração Nacional, onde a “política indigenista estará direcionada prioritariamente para a Amazônia em decorrência dos projetos de integração e desenvolvimento que vão sendo implantados na região: as grandes rodovias, projetos agropecuários, colonização” (HECK, 1997 p. 83). Também é a fase em que edita o Estatuto do Índio (1973), produto e instrumento a serviço da ditadura e não das comunidades indígenas. Também é marcado pela criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procura favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural,

como veremos a seguir; quarta fase: adaptação e consolidação do modelo indigenista (1974-79), momento de utilização do Estatuto do Índio como instrumento legal de integração dos indígenas aos interesses dos governos ditatoriais, empresários, fazendeiros, militares, e, por fim; quinta fase: crise do modelo e aprofundamento do controle militar (1979-85), foi a militarização da FUNAI, onde os órgãos de segurança e informação tratam de rearticular seus espaços de poder, quando o governo passa a considerar os indígenas “absolutamente incapazes” (HECK, 1997 p. 99). O Conselho de Segurança Nacional passa a exercer um processo decisivo sobre a demarcação das terras indígenas.

O projeto integracionista e assimilacionista dos Povos Indígenas empreendido pelos governos da ditadura civil-militar brasileira, tinha por premissa a ideologia de segurança nacional. A assimilação segregava-os dos contatos com os elementos nacionais, baseado na representação do indígena dócil, manso, colaborativo. Tratava-se de um projeto baseado na tutela paternalista, que engendrava uma estrutura de poder às avessas do reconhecimento da autodeterminação e autonomia indígena, onde suas virtudes eram interpretadas como o resultado de um estado natural e imutável de incapacidade, cujo resultado conclamado era o mais perverso possível: o indígena depois de integrado a civilização passa a ser um brasileiro como os demais e sua origem indígena passa a não ter influência. A tutela do índio não integrado a sociedade envolvente, nesse sentido, serve para proteger tanto o indivíduo quanto os seus bens.

A análise de Rosane Lacerda é primorosa à compreensão do caráter assimilacionista da legislação em vigor à época, à medida que permite a compreensão do estereótipo da incapacidade aliado às formas de dominação dos indígenas durante a ditadura civil-militar, voltada basicamente às comunidades indígenas que vivem nas fronteiras do Brasil com outros países aplicando-se aí o princípio da doutrina de segurança nacional.

O paradigma assimilacionista reprisado ao longo da história constitucional brasileira expressou-se durante o século XX em três elementos principais, intimamente relacionados entre si: a) a manutenção da concepção da incapacidade indígena; b) a disponibilização das suas terras e recursos naturais às pressões econômicas; e c) a doutrina de segurança nacional (LACERDA, 2008, p. 16).

Tal projeto é percebido conforme os interesses por exploração territorial das áreas ocupadas pelas comunidades indígenas, em conformidade com os projetos desenvolvimentistas de empresários e governos à época. Tais interesses poderiam vingar a partir de ações de: “neutralizar, pacificar e controlar as terras ocupadas por essas populações transformaram-se em tarefas de urgência para os planos de base militar” (LOPES, 2014, p. 91). O artigo 186 da Constituição de 1967, acrescido do artigo 198 da Emenda Constitucional de 1968, articulados às leis 5.371/1967 e 6.001/1973 do Estatuto do Índio, permitem a compreensão das estratégias de domínio pelo Estado das terras indígenas, as quais não poderiam ser alienáveis, cabendo somente ao Estado esta decisão, já que aqueles que a ocupavam eram considerados silvícolas, incapazes e tutelados. Entre as atrocidades dos governos da ditadura para atender aos seus interesses de desenvolvimentistas, estão os genocídios, as “remoções e transferências de grupos indígenas especialmente para a implantação de estradas, construção de hidrelétricas e mesmo para implantação de projetos agro-industriais e agropecuários” (HECK, 1997, p. 105).

É mister reflexão sobre a tutela, articulando-a a autonomia e autodeterminação dos Povos Indígenas, Roberto Cardoso de Oliveira, na obra “A crise do indigenismo”, 1988, que reúne algumas conferencias suas, referentes ao tema, escreveu em 1979 que: “o estatuto da tutela deveria ser aplicado minimizando ao máximo a intervenção no interior da vida tribal, sobretudo sem impor os parâmetros e o estilo de vida nacional sob o eufemismo de “civilizá-los” (OLIVEIRA, 1988 p. 45). Ainda mais, ele alertava que a FUNAI devia estar consciente dos perigos de instalar nos territórios indígenas empreendimentos econômicos que ferissem a autonomia das comunidades indígenas.

Seguindo a proposta de Heck e nos limites desta abordagem, nos fixaremos a terceira fase do novo “modelo de indigenismo” adotado, particularmente a questão do Estatuto do Índio, lei 6.001/1973 e a organização dos movimentos de resistência dos Povos Indígenas em suas assembleias indígenas.

A importância do Estatuto refere-se ao fato de que ele deu suporte ao Estado e a FUNAI para regulamentar a situação jurídica das comunidades indígenas, em seus 68 artigos. Desses 22 artigos tratam da questão da terra e a regulamentação das atividades relativas às terras indígenas. O artigo 20.º evidencia que as terras indígenas estão abertas as intervenções, por razões

de desenvolvimento e segurança nacional, portanto, não há de fato nenhuma garantia às terras aos Povos Indígenas (LOPES, 2014, p. 93).

O governo criava também as “colônias indígenas”, área de exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivia as denominadas tribos aculturadas e membros da comunidade nacional. Dessa forma, procurava-se resolver os problemas das áreas de fronteira. Na década de 1980, a preocupação com as terras indígenas em faixa de fronteira foi intensificada.

Uma leitura mais atenta ao Estatuto permite compreender as estratégias para os projetos de expansão agrícola e desenvolvimento nas terras das comunidades indígenas, porém, sem as mesmas. A ideia de integra-los era transformá-los em trabalhadores rurais a serviço do Estado, em seu próprio território. Muitas vezes transferindo-os para outros locais, conforme os interesses do governo.

O Estatuto parte do princípio do índio genérico, negando as pluralidades étnicas e a diversidade étnica e cultural. Como afirma Danielle Lopes: “a legislação era constituída a partir de um paradigma Evolucionista, onde o indígena foi situado em uma fase evolutiva primária inferior à civilização nacional” (LOPES, 2014 p. 95).

O paradigma da civilização tinha o princípio do estereótipo dos indígenas como silvícolas, inferiorizados perante a superioridade da nação brasileira. O Estatuto foi elaborado também para suavizar esta integração e assimilação dos diferentes Povos Indígenas em uma única nação brasileira, como se isso fosse a natureza da nação. Roberto Cardoso de Oliveira recorre a política do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) à percepção do quanto a compreensão de indígena enquanto silvícola, é estigmatizada, pois há o preconceito que define o lugar do índio como silvícola, cuja centralidade está na “ideia de uma progressão linear do índio – de um “estado selvático” à “barbárie”, finalmente, à “civilização” – assegurava o reconhecimento da necessidade de uma política protetora que garantisse o funcionamento pleno dos mecanismos evolucionistas, de outro, impunha ao índio um único caminho, o de sua inexorável civilização nos termos definidos pela tradição ocidental europeia” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988 p. 22). Sob esta ótica, o indígena está fadado à passagem

de um estado evolutivo, desrespeitando as ancestralidades, tradições e territorialidades indígenas.

Tais princípios perversos aos Povos Indígenas, eram tentativas de extinção dos mesmos, através da incorporação cultural e de forma genérica. O que perfila o Estatuto é a homogeneização, que unifica as diferenças, as diversidades étnicas, linguísticas e culturais, que combinada garantiria o princípio de Povo.

O Estatuto era entendido como a ponte para o futuro dos silvícolas, em consonância com a Constituição de 1967, que definia em artigo 1.º, § 1.º que a República Federativa do Brasil se constituía de único povo, não reconhecendo os diferentes Povos Indígenas, com restrições ao voto, conforme o artigo 142, § 3.º quando definia que não podiam ser eleitores: a) os analfabetos; b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional. Aqui é importante mencionar as ideias em voga que partiam das categorias de “índio aculturado” e “índio semi aculturado”, quando atendia ao requisito expresso no artigo 168, que tratava da educação, a qual devia “inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”.

O princípio de unidade nacional respaldava a presença dos “índios aculturados” – os capazes – em detrimento daqueles em via de aculturação – ainda incapazes – aqueles que ainda apresentavam o estigma da “indianidade”. Dessa forma, a unidade nacional era uma condição à educação dos indígenas, sendo que no § 3.º, parágrafo I.º evidenciava-se que “o ensino primário somente será ministrado na língua nacional”, portanto, coíbiam-se as línguas e culturas indígenas, portanto para consagrar o processo de aculturação.

Sobre esta questão Rosane Lacerda assevera:

Essa concepção ideológica de uma incapacidade jurídica, política e até mesmo cultural dos povos indígenas, possuía no plano formal da educação escolar o seu maior instrumento. Como dizia o Estatuto do Índio de 1973, a educação “do índio” deveria ser “orientada para a integração na comunhão nacional, bem como do aproveitamento de suas aptidões individuais” (art. 50) [...] [as escolas indígenas] consistiam também em unidades de reprodução das desigualdades e da conformidade com relações estruturadas de poder sob os quais viviam submetidos os povos indígenas (LACERDA, 1988, p. 17).

Mas, quais eram os paradigmas que embasavam a política de tutela paternalista da ditadura civil-militar brasileira e que contavam com diferentes setores da sociedade? No nosso entender o que garante esse apoio é o paradigma do “colonialismo interno” inculcado historicamente em mentes e corações de setores das elites brasileiras. Pablo González Casanova, nos permite algumas reflexões sobre o aspecto colonial do Estado brasileiro, que adquiriu independência formal, porém as elites mantem o ideal de enriquecimento baseado na exploração dos moldes coloniais, particularmente na questão dos Povos Indígenas.

González Casanova recupera as diferentes formas de violências, injustiças, hipocrisias e a razão sínica que sobrevivem nas práticas e discursos de “colonialismo interno” adotados por alguns e diferentes setores da sociedade brasileira em suas relações com os Povos Indígenas na atualidade, referendando, legitimando de forma indelével estereótipos, estigmas, preconceitos e discriminações. Ele afirma que o “colonialismo interno” se materializa, posto que: “dá-se no terreno econômico, político, social e cultural” para averiguar “como evolui o colonialismo interno ao longo da história do Estado-nação e do capitalismo” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p 395). O ímpeto colonialista nunca foi superado na maior parte dos não indígenas, na sociedade brasileira, que continuam oprimindo os indígenas, sem a intenção de superar, foi ampliado e aprofundado, servindo de pretexto para subjugando-os, tratando-os com menosprezo reforçando os estereótipos e estigmas coloniais.

Entender o “colonialismo interno” é de suma importância à medida que, a partir dele pode-se perceber a situação de desigualdade em que vivem Povos Indígenas na década de 1970. Nesse sentido, é necessário articular as ações da FUNAI (1967), do Estatuto do Índio (1973) e da Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º Graus (1971), como veremos, a partir dos ditames propostos no colonialismo interno, como peças de que tentavam subordinar, submeter, repreender, criminalizar os indígenas. Gonzalez Casanova, assim se refere a respeito das hipocrisias construídas no âmago do “colonialismo interno” em relação aos povos e as minorias:

- 1) habitavam em um território sem governo próprio; 2) encontravam-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as

integravam; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de “assimilados”; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”, ou ao cabo convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 396).

A formação do Estado brasileiro se fez a partir da manutenção das estruturas coloniais de produção, com suas inflexões na dominação política, na organização social e cultural, situação mantida, referenciada e legitimada no período da ditadura civil-militar. O aparato legal da ditadura mantinha apenas uma língua como oficial, a “língua nacional” de origem portuguesa, que se impunha as demais 183 línguas faladas pelos Povos Indígenas. A colonização do saber estava expressa na Resolução N° 8/1971, em seu Art. 3.º, letra “a”, quando afirma que o ensino visa: “em Comunicação e Expressão, ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa com expressão da Cultura Brasileira” (Resolução N. 8/71, Art. 3, parágrafo “a”).

Um dos elementos fulcrais para a sobrevivência do “colonialismo interno” é a invenção da ideologia e prática racista, que procura inferiorizar índios e negros, numa invenção ocidental e capitalista de raça inferior e raça superior, para justificar o embranquecimento da sociedade brasileira. Kabengele Munanga, intelectual negro brasileiro, docente da Universidade de São Paulo (USP), define nas redes sociais (acesso maio de 2017) o racismo “como complexo sistema de práticas e convenções sociais que promovem a segregação de parte da sociedade a partir de suas características físicas e culturais”. Porém, o racismo só existe por que a “sociedade racista é aquela que permite que alguns tenham acesso a benefícios sociais a partir da exclusão de

outros”. Nesse sentido, a base do racismo é o racista, identificado como: “todo aquele que convive com a discriminação racial transformando-a em fenômeno natural”.

3. RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS: o protagonismo indígena

No entanto convém destacar que, mediante este quadro nefasto de acontecimentos os Povos Indígenas reagem e se organizam.

O início da década de 70 é marcada pelas iniciativas indígenas em defender seus territórios contra as invasões de fazendeiros, garimpeiros e estradas. Conflitos violentos passaram a acontecer com Xavantes, Xerentes, Txukarramãe, Waimiri-Atroras, Surui, Cinta Larga, dentre outros. Os índios passam a não mais acreditar nas promessas de soluções do governo, no sentido de garantir suas terras. Por isso, atacam e expulsam os invasores. Começa a nascer a consciência de que seus direitos têm que ser defendidos por eles mesmos, São ainda situações localizadas e isoladas. Mas, em algumas regiões, começam a aumentar os contatos interétnicos (HECK, 1997, p. 121).

O marco destas reações é a realização da 1.^a Assembleia Indígena, em Diamantino-MT, em abril de 1974, negociadas com o CIMI, assumidas pelas lideranças indígenas. João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire organizam um quadro das 16 assembleias apoiadas pelo CIMI, e destacam que: “Em pleno regime militar, o governo dificultava ou impedia a participação indígena e até mesmo a realização das assembleias, como ocorreu em Roraima em 1976” (OLIVEIRA & FREIRE, 2006, p. 188). Conforme Rosane Lacerda: “Levantamento feito pela antropóloga Maria Helena Ortolan Matos, informa que de 1974 a 1984 foram realizadas em todo o país 57 destas assembleias indígenas” (LACERDA, 1988, p. 28).

Convém destacar que o quanto contribuiu ao movimento dos indígenas, o manifesto “*Y Juca Pirama – O Índio: aquele que deve morrer*” escrito coletivamente no Natal de 1973 por clérigos católicos que denunciavam as mortes de indígenas e propugnavam pelos sobreviventes, mas que estavam marcados

para morrer, pela própria política oficial, a fim de não serem um estorvo ao badalado progresso econômico do milagre brasileiro. O manifesto denunciava que: “As populações indígenas são vítimas de todas as injustiças. A própria política indigenista, por ser mais política do que indigenista, está merecendo as mais severas críticas, a ponto de ser considerada “carente de qualquer mérito e um amontoado de contradições” (“*Y Juca Pirama*”, 1973, p;06). Vale a pena a leitura das considerações de D. Tomás Balduino sobre o manifesto, na obra “*Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio*” (2012) organizada por Heck, Silva e Feitosa, nas pp. 153-180. A denúncia tomou materialidade com a publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (12/12/2014), onde se constatou a morte de 8.350 indígenas durante a ditadura civil-militar (SANTOS & FERNANDES NETO, 2016, p. 21).

Roberto Cardoso de Oliveira, evidencia o papel das assembleias como organização dos Povos Indígenas no Brasil e de protesto e resistência à ditadura civil-militar no País, portanto, as assembleias estão na origem a organização e eclosão do Movimento social Indígena, protagonizado pelos próprios indígenas:

efetivamente, pode-se apontar os meados dos anos 70 como o período em que as lideranças indígenas começaram a ultrapassar as esferas de suas próprias tribos para alcançarem círculos mais abrangentes, povoados por etnias indígenas as mais diversas. Foi o momento da construção de novas lideranças e de renovação de outras mais tradicionais, porém igualmente comprometidas com o novo horizonte que a elas se abriram marcado pela ideia de organização política e por um forte sentimento de fraternidade indígena (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 10).

As lideranças indígenas assumiram gradativamente que se tratava de uma organização e esboçavam as primeiras entidades de resistência, em âmbito nacional. O antropólogo Lino João de Oliveira Neves ao analisar este momento evidencia que o movimento das lideranças dos Povos Indígenas no Brasil deve ser compreendido a partir das mobilizações e manifestações étnicas ocorridas no início dos anos 1970 em diferentes países da América Latina em resistência aos processos históricos de subordinação das populações nativas aos Estados nacionais.

Para entender a particularidade brasileira, o movimento dos Povos Indígenas na década de 1970 teve de enfrentar o grande problema da unidade entre eles, além do número de mais de 238 etnias indígenas, com ancestralidades e tradições diferentes, as dimensões continentais do País, também se apresentava como empecilho, posto que as populações indígenas estão dispersas em todas as regiões. Somado a estas questões, as forças repressivas da ditadura civil-militar, paternalista e autoritária, atrapalhavam a circularidade de ideias e as redes sociais indígenas.

Para o movimento indígena no Brasil, os anos 1970 podem ser descritos como o período das “assembleias indígenas”; um período marcado por descobertas mútuas, onde muitos povos tomaram conhecimento pela primeira vez da existência de outros, assim como por trocas de informações sobre os contextos interétnicos enfrentados por cada povo. A fase onde a troca de experiências e problemas vividos dá origem a um senso de solidariedade indígena nunca antes experimentado, constituindo um “espírito de corporação”, que é a marca desta fase, e que passou a constituir as bases de todas as mobilizações indígenas futuras (NEVES, 2012, p. 292).

Nesse sentido, Lino Neves tem acordo com Egon Dionisio Heck, João Pacheco de Oliveira, Carlos Augusto da Rocha Freire, Roberto Cardoso de Oliveira, Rosane Lacerda e Benedito Prezida, quando entendem a relevância das Assembleias Indígenas na elaboração das reivindicações e lutas dos Povos Indígenas que começam a dar uma dimensão política maior às lutas isoladas dos indígenas. No que concerne a consciência dos indígenas e da organização do movimento:

Com o movimento indígena, os termos “índio” e “indígena” foram recuperados de suas conotações preconceituosas e discriminatórias, sendo hoje empregados por todos os índios no Brasil sem complexos, e com uma enorme carga de orgulho. Para o movimento e para as organizações indígenas, os termos “índio” e “indígena” não se referem apenas à uma determinada etnia, mas ao conjunto de povos representados pelas diferentes organizações locais ou pelo movimento no seu todo. É nesta situação de recuperação da auto-estima indígena na situação de contato interétnico que se popularizou o termo “parente”¹¹⁶, utilizado tanto como referência,

quanto como vocativo entre pessoas de origens étnicas diferentes, demarcando a condição comum de índio em contraposição aos brancos, termo que no contexto das relações interétnicas designa todo indivíduo não identificado como índio (NEVES, 2012, p. 292).

Tem início o movimento das Assembleias Indígenas. Num primeiro momento as assembleias eram locais e regionais, sendo realizadas principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. No momento seguinte, as assembleias passaram a ser nacionais, reunindo representantes de povos de todas as partes do país, assumindo o papel de principal elemento de apoio ao processo de construção política do movimento indígena brasileiro. Nesse sentido, Lino João de Oliveira Neves evidencia o quanto as assembleias contribuíram à conscientização dos Povos Indígenas no Brasil:

Além de possibilitar a interação e alianças entre povos que em muitas das vezes nem sequer se conheciam, o maior ganho das assembleias indígenas foi a tomada de consciência política de que a situação de dominação e discriminação impostas pela sociedade nacional não era exclusiva de certas regiões e que não atingiam apenas alguns povos, mas que estavam disseminadas por toda parte, sujeitando, igualmente, todas as etnias indígenas no país. Uma outra consciência adquirida pelas populações indígenas em decorrência das assembleias, foi a necessidade de buscar formas de organização política e de mobilização internas para o enfrentamento das questões locais e alianças externas, de apoio nacional e internacional, para as disputas e embates com a sociedade brasileira. Outro ganho decorrente das “assembleias”, e mais especificamente dos contatos mantidos com os diferentes setores que apoiavam as lutas indígenas, foi o reconhecimento da importância da educação formal, ainda que em português, como meio de ascender a um conhecimento indispensável para a situação de contato interétnico. Tomada como meio de acesso à linguagem do colonizador branco, a educação formal, nos moldes e no sistema educacional brasileiro, foi percebida pelos índios como uma espécie de “contrapoder”, como instrumento de superação do sistema de controle ao qual ficavam submetidos os povos indígenas por não dominarem os códigos semânticos da língua portuguesa, a língua oficial utilizada pelo Estado brasileiro e pelas socie-

dades regionais para intermediar as suas relações de contato com as populações indígenas (NEVES, 2012, p. 293).

O retalhamento e as tentativas de desmobilizar a ação dos indígenas acompanhou o movimento dos mesmos, pois a FUNAI, Polícia Federal e Polícias Militares tentaram de várias formas impedir que os indígenas chegassem ao lugar das assembleias. Lideranças foram ameaçadas, repreendidas, presas, mortas, e na maioria das vezes os militares que dirigiam a FUNAI usavam o artifício legal da tutela para coibi-los de saírem das comunidades, porém não foi impeditivo. A repressão do Estado contra os indígenas foi cristalizada no “Projeto de Emancipação”, de 1978, proposto pelo ministro Rangel Reis, no apagar das luzes do governo Geisel, o qual pretendia anular os dispositivos especiais que normatizavam as questões indígenas. Na verdade, se tratava de uma falsa emancipação.

Nesse momento outro órgão é formado e soma a luta, a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Salvador, Bahia, criada em 1979 e formalizada em 1982. Organizada para discutir e promover alternativas de relacionamento mais justo entre a sociedade brasileira e os Povos Indígenas no Brasil. Nesse sentido a ANAI, desde aquela data esta organização procura: promover e respeitar a autonomia cultural, política e econômica e o direito à autodeterminação dos povos indígenas; constituir alianças com os povos indígenas em suas lutas pela justa recuperação e garantia de suas terras e pelo usufruto exclusivo dos bens naturais nelas existentes; acompanhar, de maneira crítica, propositiva e independente, as orientações das políticas indigenistas governamentais, buscando sempre a defesa e a promoção dos direitos dos povos indígenas.

Na compreensão de um intelectual indígena, Daniel Mundukuru, ressalta a importância do movimento, quando afirma:

Era a primeira vez que os povos indígenas podiam propor uma verdadeira política que tinha uma identidade própria, fazendo, inclusive, frente ao pensamento indigenista que predominava à época e que era baseado na incorporação do índio à sociedade nacional através das frentes de trabalho, da qual é exemplo o trabalho

até então desenvolvido pela Funai, como o projeto de renda indígena, que tinha como finalidade gerar postos de trabalho e renda a partir do desenvolvimento da cultura agropastoril em terras indígenas (MUNDURUKU, 2012, p. 51).

Incentivados por estas questões, em abril de 1980, um grupo de jovens estudantes indígenas residentes em Brasília, se reúne para criar a União das Nações Indígenas (UNIND), o que significou um atropelo ao processo de organização política que, num crescente, vinha sendo construído através das assembleias indígenas realizadas em todas as regiões do território brasileiro.

Contestando e não reconhecendo legitimidade na UNIND como representante do nascente movimento político dos índios no Brasil, lideranças reunidas em “assembleia”, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, criam, em junho de 1980, uma nova organização, também denominada de União das Nações Indígenas (UNI).

Sobre esta questão Lino Neves assevera que: “As disputas, competições, desencontros e, por fim, encontros que se conjugaram para a “invenção” e “reinvenção” da UNI atestam a maturidade e a urgência da ideia e anseios de construção de uma organização *pan-indígena*, para representar os diferentes povos em suas demandas, reivindicações e disputas com o Estado e com a sociedade nacional” (NEVES, 2012, p. 296).

Enquanto as estratégias da FUNAI se enfraqueciam, o “movimento indígena organizado” consolidava-se, emergindo em todo o país organizações indígenas que passaram a assumir o papel de agentes políticos e porta-vozes dos grupos locais, ao mesmo tempo em que diversas entidades e organizações não-governamentais tomavam os Povos Indígenas como objeto central de sua atenção.

4. O Colonialismo Cultural Legitimado

Pelo exposto até aqui, pode-se dizer que os Povos Indígenas no Brasil em meados da década de 1970 estão protagonizando uma história de aprofundamentos na organização de seus movimentos sociais e de resistências à política indigenista, de projeto integracionistas e assimilacionista do desen-

volvimentismo da ditadura civil-militar brasileira. A construção do movimento dos Povos Indígenas do Brasil tem pautas específicas, demonstradas anteriormente, comprovando acima de tudo a capacidade dos indígenas de se organizarem e defenderem suas tradições, seus modos de viverem, de autonomia e autodeterminação.

No entanto, a escola brasileira à época destas lutas indígenas, não dialogava com estas questões. Os educadores da ditadura civil-militar vinham organizando a educação alinhando-a as metas do Estado, criando legislações a fim de apaziguar a sociedade, alcunhando e articulando as questões morais às questões cívicas, patrióticas da nação. O primeiro passo foi o Decreto-lei 869, de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Entre os objetivos da disciplina destacamos, entre outros, com base no Art. 2.º: o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum. Mas afinal, de que pátria estavam falando?

Tal recorte se explica à medida que aparecem alguns dos sentidos à educação brasileira daquele período relacionada a ideologia de segurança nacional da ESG, como: O que se entendia e queria com a “unidade nacional”? Quais deveriam ser os “grandes vultos da história do Brasil selecionados? Quais eram as bases do patriotismo, com tantas exclusões explícitas?

A ditadura civil-militar impôs as diretrizes à educação fundamental no País através de uma estrutura e funcionamento do Ensino de 1.º e 2.º graus da escola básica, com um aparato legal do tecnicismo pedagógico. Em agosto de 1971 foi a hora e a vez da ditadura civil-militar usar a escola para propagar, imprimir os seus valores desejáveis, em nome da doutrina de segurança nacional, manter a sociedade apaziguada, sob a ideologia do desenvolvimento com segurança, conforme os preceitos da ESG, de cunho liberal.

Os governos da ditadura imprimiam na educação brasileira o seu caráter autoritário, repressivo, privatista do ensino, à exclusão de grande parcela das classes populares do ensino público de boa qualidade, à institucionalização

do ensino profissionalizante, à desmobilização do magistério pela via de uma legislação educacional complexa e contraditória e ao tecnicismo pedagógico.

Era esta a realidade, quando publicada a Lei 5.692/71, a reforma educacional implantada em consonância com a construção de um “projeto nacional” que serviria como alavanca para o desenvolvimento do “Brasil – Potência” (Saviani, 1987, p. 127). Sobre os nexos da Lei 5.692/71 com a ditadura civil-militar, Maria Regina Martins Jacomeli refere:

E foi, no interior dos embates políticos, sociais e econômicos, que a educação foi reformada para forjar o “novo” cidadão, obediente e pacífico e que a ditadura militar almejava para a sociedade. Nessa reforma educacional, os Estudos Sociais, que englobavam as disciplinas de História e Geografia e a disciplina de Educação Moral e Cívica, teriam a função de “inculcar” os valores sociais desejáveis para o governo militar (JACOMELI, 2010, p. 78).

O ensino de História, no Art. 1.º da Resolução N. 8, de 1.º de dezembro de 1971, que regulamentava a Lei N. 5.692/71, define o núcleo comum de Estudos Sociais, o qual tinha por fim inculcar os valores sociais, cívicos, patrióticos, se resumia à exaltação dos heróis da pátria, pertencente às elites de origem portuguesa, contribuindo, portanto, a invisibilidade da participação dos Povos Indígenas na formação da pátria e as suas lideranças ao longo do processo. No Art. 3.º da referida Resolução está expressa a meta dos Estudos Sociais “no ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento” (Resolução N. 8/71). A tarefa do docente de Estudos Sociais era referendar no espaço escolar que a economia brasileira estava em franco desenvolvimento e este progresso se devia a “Revolução de 1964” (como era permitido referenciar o golpe civil-militar) termos explícitos na legislação da época. Nessa ótica, o indígena era concebido e discriminado como a antítese do progresso, devido ao seu caráter silvícola e rudimentar.

Nos textos produzidos na década de 1970, sob os auspícios do Decreto-lei 869/69, Lei 5.692/71 e Resolução n. 8/71, aparece apenas o personagem indígena no panteão da galeria dos heróis nacionais, única exceção concedida

a Antônio Filipe Camarão¹ – Poty ou Potyguassu, de origem Tupi –, indígena do Povo Potiguar, da Capitania de Rio Grande (do Norte), convertido ao catolicismo, que liderou vários indígenas nas guerras contra os holandeses, em Pernambuco, no século XVII. Filipe Camarão é lembrado como um exemplo na miscigenação do povo brasileiro para referendar o mito da democracia racial, que morreu “bravamente” em 24 de agosto de 1648, no Arraial Novo do Bom Jesus, durante a Batalha dos Guararapes.

Os feitos dos heróis eram destacados em seus sentidos de civismo, patriotismo, ordem e progresso. Suas histórias organizadas de forma cronológica eram para serem apreciadas, decoradas, jamais problematizadas.

Os conteúdos de História no 1º grau eram diluídos na grande área de Estudos Sociais, fragmentado com a Educação Moral e Cívica, a Organização Social e Política Brasileira e com a Geografia, que só no ensino do 2.º grau eram tratadas predominantemente como disciplinas.

As noções de tempo e espaço prescindiam de atos patrióticos, cívicos e moralistas, era o tempo de um passado remoto dos heróis em um espaço dado. Todavia, se os heróis de caráter eurocêntrico permaneciam vivos, presentes na memória do saber escolar, consagrados por terem “construído a pátria brasileira”, outros – os heróis de ordens inferiores – ficavam presos ao passado de forma distinta. Os indígenas só apareciam nos eventos ligados ao descobrimento do Brasil pelos portugueses, o resto era silêncio. Os africanos e os afrodescendentes eram representados nos discursos escolares como cidadãos de segunda ordem, porém se tornavam invisibilizados nas narrativas após a abolição em 1888.

Nesta lógica, predominava o silenciamento sobre as trajetórias indígenas ao longo do processo histórico brasileiro, portanto, o tratamento aos Povos Indígenas no tempo presente da década de 1970 fica restrito aos remanescentes tutelados pela FUNAI. O indígena era um problema da entidade, não uma provocação à construção do saber histórico escolar.

¹ Através da Lei 12.701 de 6 de agosto de 2012, Filipe de Camarão foi reconhecido devido a sua importância na história do Brasil, posto que esta lei determinou que seu nome fosse inscrito no Livro de Heróis da Pátria (conhecido como “Livro de Aço”), depositado no Panteão da Pátria e ad Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF.

Mas qual era o lugar do indígena na História ensinada, que servia como justificativa da ditadura civil-militar? Primeiro devemos considerar que ele estava preso ao passado dos tempos coloniais, mas para além desta questão, a ditadura adotou como mito formador da nação e das relações entre os diferentes grupos sociais e entre o presente e o passado o mito da democracia racial, para explicar a passividade, a serenidade do povo brasileiro que propalava pela ordem afim de garantir o progresso, afinal o brasileiro é cordial.

A narrativa mítica era usada para justificar a miscigenação harmônica que formou a nação, portanto, atenuava os conflitos sociais, justificava os estereótipos e os estigmas do povo brasileiro. Por esta explicação, brancos, negros e índios, miscigenados construíram a nação, sem diferenças, nem conflitos. A mistura étnicorracial era conteúdo constante ao longo da Educação Básica. Assim, o índio era representado em sala de aula, durante a ditadura civil-militar não em suas realidades, suas condições objetivas e subjetivas, mas, através do mito, que povoava o imaginário de lendas, contos, retirando dele o caráter histórico e atestando-lhe um caráter folclórico, ou seja, a imagem do índio era folclorizada no espaço escolar, acentuadamente nas invenções de tradições no Dia do Índio (19 de abril).

A questão do mito da democracia racial é analisada por João Pacheco de Oliveira, ao criticar o preconceito de “muita terra para pouco índio?”:

O mito da nação constituída a partir da fusão das três raças (branco, índio e negro) pretende justificar a inexistência do racismo e a impossibilidade de prosperar o preconceito racial. Isto ainda é mais evidente tratando-se do índio, muitas vezes identificado como “o primeiro brasileiro”, que diferentemente do negro africano não foi tão claramente visualizado como força de trabalho e marcado pelo estigma da escravidão (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 62).

Todavia, ao longo dos 500 anos de esbulho das terras indígenas, os invasores foram inventando acusações ao “primeiro brasileiro” que não tem comprovação a partir da formulação de estereótipos para os indígenas de “preguiçosos”, “traíçoeiros”, “alcoólicos” e “ladrões” que permeiam de forma banalizada o corpo social.

É conveniente lembrar que a questão do mito da democracia racial aparece na obra de Gilberto Freyre “Casa-Grande & Senzala”, de 1933 e escrito em Portugal, que propõe um ideal de miscigenação e rechaça as doutrinas racistas de branqueamento do Brasil. Baseado em Franz Boas, propõe que o determinismo racial ou climático não influencia no desenvolvimento do país, que se construiu através de relações harmônicas interétnicas, que mitigariam a escravidão brasileira. O mito da década de 1930 contribuiu à ideologia estadonovista (1937-1945), que sedimentava a ideia de nação a partir desta suposta harmonia.

Tal mito é retomado como ideologia da ditadura civil-militar, como estratégia de garantir o consenso de dominação a partir do princípio de convivência pacífica entre as etnias. Num dos livros basilares da ditadura, a “Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo”, publicação do Ministério da Educação e Cultura, de 1967, lê-se: “o processo de miscigenação que criou entre nós uma larga faixa intermediária de pardos e mestiços, permitindo a ascensão dos indivíduos de cor, parece praticamente prevenir qualquer possibilidade do surgimento entre nós de um verdadeiro problema racial” (verbete problema racial, 1967, p. 398). Além disso, no mesmo verbete afirma-se que “não existe hoje, povos racialmente puros ou etnicamente homogêneos” (idem, p. 397). Por fim, destaca-se no verbete que mesmo existindo “uma generosa adesão às normas da igualdade democrática [...] ainda permanecem fortes resíduos de segregação” (idem, p. 398). O termo denota que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial, invertiam-se as lentes da discriminação racial, impedindo que a nação se visse através delas, onde a discriminação racial é irrelevante.

Esta ideologia se tornava doutrinária e integrada a doutrina de segurança nacional, portanto, protestar ante estes absurdos era rebelar-se ante a ordem estabelecida, cujo desejo era o homem cordial curvar-se à natureza do mito, que homogeneizava as diferenças, as pluralidades, harmonizando-as. A diversidade étnica e cultural dos Povos Indígenas era reduzida a representação do índio genérico, ensinado na escola, alegorizado na grande mídia, banalizado no partido político do governo.

O mito da democracia racial adotado como ideologia na ditadura civil-militar é um dos princípios que explica as razões da inferioridade do “primeiro brasileiro”, ingênuo e incapaz de se autodeterminar.

As bases de construção do mito organizavam o silvícola em seu “estado selvático” à “barbárie”, para atingir à “civilização”, portanto, como já foi mencionado, o mito da democracia racial também assegurava o reconhecimento da necessidade de uma política protetora que garantisse o funcionamento pleno dos mecanismos evolucionistas, de forma harmônica aos índios dóceis.

O mito da democracia racial de forma perversa silencia a presença de indígenas na atualidade, posto que por esta narrativa ele já havia desaparecido na miscigenação com brancos e/ou negros, afinal, pela Pequena Enciclopédia construída a serviço da ditadura civil-militar, inexistiam povos puros. E muito se insistia no processo de miscigenação entre índios e brancos geravam mamelucos, enquanto índios e negros geravam cafuzos.

Mas o mito da democracia racial não se restringe apenas às questões raciais, ele tenta acomodar também a luta de classes na sociedade capitalista, naturalizando a dominação das classes ricas e brancas. O mito acomoda as tensões sociais e classistas, e assim como negros e negras, as indígenas e os indígenas não têm as mesmas oportunidades no mundo do trabalho. O mito acomoda as tensões raciais e de classe, quando justifica que a cor da pele dos indígenas – mamelucos e cafuzos? – banaliza e se torna critério estereotipado para impedir acesso dos mesmos, nas mesmas condições dos brancos no mercado de trabalho. Aliás, quantos indígenas médicos, juizes, promotores, professores, advogados, políticos atuam no mundo do trabalho?

Na “Enciclopédia de Moral e Cívica”, bastante utilizada na escola durante a ditadura recorria-se ao mito da democracia racial, para negar o racismo da sociedade brasileira, aplicado tanto a negros quanto aos indígenas. Para finalizar, nos pautamos em Hertz Dias ao apresentar a obra de Wilson Honório da Silva, quando afirma:

“Num país em que a Teoria do Embranquecimento e o mito da democracia racial foram usadas para nos dividir através de uma classificação racial baseada na tonalidade da pele e onde “ser branco” é sinônimo de superioridade, a autodeclaração racial é muito progressiva e um passo importante para a consciência de classe” (DIAS, 2016, p.12). Dessa forma, percebemos que a defesa do direito a autodecla-

ração é que os “mamelucos” e “cafuzos” possam assumir as suas *indianidades*,² enquanto movimento político e cultural que defende as identidades políticas e sociais e o valor das culturas ameríndias, portanto, o reconhecimento, a preservação e a valorização das culturas dos Povos Indígenas que vivem nos territórios do continente americanos desde antes das invasões ibéricas, seus contatos, resistências e negociações que ocorreram durante o período de colonização. Portanto, como enfatiza Wilson H. Silva, “não é só uma questão de identidade (como querem os pós-modernos e racialistas). É uma questão de raça e, conseqüentemente, também de classe” (SILVA, 2016, p. 116).

No entanto, o que se produziu sobre os Povos Indígenas no momento em que foi publicada a Lei 6.001/73 – Estatuto do Índio e as inflexões que resultaram nas resistências daqueles povos, textos voltados para docentes, quanto materiais didáticos, são matérias a serviço da ditadura civil-militar, revelando os paradoxos daquele momento.

Os textos referendavam a política oficial de preservar e ressignificar o mito da democracia racial, evidenciando o indígena como “o primeiro brasileiro”, porém atendia a política indigenista do governo ditatorial, evidenciando a necessidade do integracionismo e assimilacionismo das comunidades indígenas à sociedade envolvente. Os livros didáticos e os materiais para formação docente, particularmente na disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) – oferecida de forma arbitrária e obrigatória em todos os cursos de formação superior – só chegavam a sociedade civil após o crivo da censura do Ministério da Educação e Cultura. Dessa forma, o movimento indígena ou indianista que estava sendo construído no país sequer era mencionado nos textos, se por ventura o fosse, era de forma preconceituosa, discriminatória, banal e criminalizado.

Na formação docente estudava-se na década de 1970 a presença dos indígenas brasileiros na disciplina de EPB, e um dos ícones daquele período afir-

² O Indigenismo ou Indianismo é uma doutrina, formulada inicialmente no México como parte do movimento intelectual nacionalista, caracterizada pela defesa e valorização das populações indígenas de um país, região, etc. O marco histórico do Indigenismo é o 1.º Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido no México, em 1940, quando os princípios e metas a serem transformados em práticas – ou seja, as políticas indigenistas – foram formulados pelos países do continente americano.

mava que “relativamente pequena foi a herança indígena na cultura resultante nacional brasileira. A razão se acha não apenas na precariedade dos contatos, embora longos, mas também no estado de atraso de sua cultura” (MELO, 1974, P. 63). Mesma ideia se apresentava num dos livros didáticos de grande circulação nacional: “os índios brasileiros eram atrasados. Estavam ainda no período pré-histórico [...] viviam da caça, da pesca e de uma agricultura primitiva” (SANTOS, 1975, p. 82; ESAÚ e GONZAGA, 1973, p. 71).

A imagem do índio “atrasado” é recorrente nos textos basilares, o que ia ao encontro do discurso oficial do governo, de que eles eram silvícolas, incapazes, portanto, que viviam em estágio inferior e que necessitavam ser tutelados pelo Estado. A ideia de “atraso” exposta por Melo, Santos, Esaú e Gonzaga traz em si uma série de questões, que atesta o estereótipo da inferioridade das sociedades indígenas, enquanto mecanismo do colonialismo interno, proposto por Pablo González Casanova, mas para além nega qualquer possibilidade de traços culturais significativos. Uma comunidade é atrasada, rudimentar, cujas características são a falta de escrita, de governo, de tecnologia, portanto, passível de ser colonizada por povos mais adiantados.

De uma maneira geral, havia um conjunto de intelectuais orgânicos a serviço da ditadura civil-militar, além dos supramencionados, que reduziam as culturas indígenas às reminiscências do passado ligadas ao folclore, na verdade insistiam na folclorização da cultura indígena. Como analisa Grupioni: “achar que a contribuição dos índios para a nossa cultura resumir-se-ia a uma lista de vocábulos e à transmissão de algumas técnicas e conhecimento da floresta” (GRUPIONI, 2004, p. 488). Esta questão fica evidente em Melo (1974, pp. 64-65), Santos (1975, pp. 84-85), Esaú e Gonzaga (1973, pp. 76-77). Mas, mesmo assim: “natural é, portanto, que pouca coisa tenha, por fim, restado dos índios na cultura nacional” (MELO, 1974, p. 64).

Outro aspecto que colaborava para acentuar a imagem pejorativa do índio, era a exposição do cotidiano das comunidades de forma genérica, o que acentuava o estereótipo negativo da expressão “programa de índio” que para os não índios, no senso comum, é algo chato, desagradável e sem graça, nada prazeroso. Ronald Raminelli contribui ao debate comentando a forma como se constrói a imagem do indígena com “marcas dos estereótipos do bárbaro” (RAMINELLI, 1996, p. 58), permeados de expressões e comportamentos de

“agressividade”, “primitivismo”, “rusticidade”, “canibalismo”, “disputas animais”, posto que, “a guerra entre os selvagens não possui regras, qualquer recurso é válido” (Idem, p. 57).

As imagens descontextualizadas e fragmentadas banalizavam a vida em comunidade. Para compor esta imagem, os intelectuais usavam fontes aleatoriamente, de forma anacrônica, com o fim de comprovar o estágio inferior que vivia o silvícola, incapaz, preso há um passado sem organização política, por exemplo: “As mulheres [...] teciam redes, modelavam objetos de cerâmica e desenhavam tatuagens”; ou “Os índios brasileiros não eram um povo unido, como nós somos hoje [...] Não possuíam, portanto, unidade nacional” (SANTOS, 1975, pp. 84, 80).

As fontes históricas apresentadas como verdades fundantes, com o fim de descontextualizar as comunidades e inverter o processo de colonização. Esaú e Gonzaga de forma meticulosa procuram provar a tese: “Numerosos europeus, como já se afirmou, deixaram curiosas descrições sobre os indígenas brasileiros: Pêro de Magalhães Gandavo (flamengo), Jean de Lery (francês), Hans Staden (alemão, que quase foi devorado pelos indígenas), e outros.

Todos eles nos deram importantes informações sobre os indígenas. Salientaram a sua força, a sua beleza e docilidade, os seus hábitos. Muitos desses hábitos devem ter assustado os europeus. Os indígenas não andavam vestidos e tomavam banho várias vezes ao dia. Esses costumes não eram comuns aos europeus daquela época” (ESAÚ e GONZAGA, 1973, p. 72).

Gladstone Melo também faz alusão sobre os hábitos indígenas, baseado nas mesmas fontes de Januária Santos e Esaú e Gonzaga: “o banho do rio, o descansar de cócoras, o pé descalço, e a rede, tão importante e de tão largo uso” (MELO, 1974, p. 65).

No conjunto, percebe-se alguns dos paradoxos com as seguintes motivações: nestes textos o indígena, enquanto “primeiro brasileiro” – na construção do mito da democracia racial – contribuiu e apenas contribuiu na cultura brasileira com alguns hábitos, porém, típicos de selvícolas, numa lógica de que eram selvagens, já que as expressões “não eram unidos como nós”, mas eram “dóceis” e “belos”, e o seu estado silvícola-selvagem

assustavam os europeus, elementos textuais que denunciam o preconceito. Convém destacar que se havia um lugar reservado ao indígena na construção nacional, como coadjuvante do sentimento nativista do século XVII mencionando a participação do índio Filipe Camarão na guerra contra os holandeses: “O grande resultado da luta contra os holandeses foi a união de brancos, negros e índios” (SANTOS, 1975, p. 95); no conjunto não há o reconhecimento do protagonismo indígena na ideia de “unidade nacional”, ao se reportar aos indígenas, quando ela sequer existia, porém, ideia produzida ao sabor da vigência da Lei de Segurança Nacional e da doutrina nacional, faz sentido.

Resulta também a construção discursiva de primeiro isolar as heranças culturais para depois articular ao conjunto da cultura, para então poder afirmar a não contemporaneidade do índio, compreendido como assimilado, integrado, principalmente devido ao processo de miscigenação. Estes textos podiam contribuir às teses oficiais de que havia “pouco índio para muita terra” e que não havia mais o que preservar dos povos do passado.

Ainda neste aspecto é a preocupação dos autores em evidenciar a nudez dos silvícolas, peculiarizando-o como exótico, ou seja, o indígena é transformado em forasteiro em sua própria terra. A cultura, os saberes e fazeres dos Povos Indígenas eram considerados esquisitos, o que era comum entre eles, não era na cultura ocidental cristã, portanto, extravagante, acentuava-se o viver diferente, mas de forma estereotipada para quebrar tabus e padrões ocidentais. A nudez também faz alusão metafórica de uma cultura simples, despida de erudição, de conhecimento, o que também é um preconceito.

Raminelli se pauta em Roger Bartra para tecer considerações significativas a respeito do homem selvagem, enquanto “invenção da cultura europeia”, posto que o mito do selvagem habita e povoa o imaginário coletivo e popular do Velho Mundo. Diz ele:

A condição de selvagem serviu aos colonizadores para classificar os nativos, sendo uma transposição de um mito desconhecido da realidade americana, mas capaz de dimensionar a diversidade encontrada no novo território. Frequentemente, os nativos do Brasil ganharam atributos do *Homo sylvestris*. A nudez, a inocência, a falta de lei, de fé e de rei ligaram os ameríndios ao mito europeu. Por vezes, os

colonizadores concebiam-nos como animais, como seres destituídos de intelecto e impróprios para a vida em sociedade (RAMINELLI, 1996, p. 41).

Dessa forma, na década de 1970 antigas imagens que reforçavam o caráter colonial na dominação indígena são reiterados e dispostos de forma a explicar os conflitos existentes naquele tempo presente, prescindindo de uma concepção do colonialismo interno. As imagens supramencionadas eram elaboradas a partir de permanências e rupturas. As permanências tinham as suas formas de interpretar o Outro desde os tempos coloniais, quando os colonizadores elaboraram imagens para justificar a dominação colonial. Mas havia rupturas, pois muitas delas foram ressignificadas e acentuadas de forma perversa a fim de denegrir a imagem do índio durante a ditadura civil-militar brasileira, quando se retoma o passado histórico colonial para demonstrar o quanto a nação brasileira havia avançado, progredido e estava num momento importante de desenvolvimento econômico e democrático.

Nesse sentido, as imagens apontadas são elaboradas com o fim de confirmar o estado selvagem do indígena, inventado pelos não índios em seu aspecto dual: o “bom selvagem” – submisso, dócil, belo, colaborador, de relações amistosas, conforme já se abordou – assim descrito: “As tribos tupis, em quase todo o litoral, uniram-se aos portugueses como aliados ou escravos. Essa atitude tornou possível a mestiçagem entre os brancos e os índios” (SANTOS, 1975, p. 86). O esmero da autora é fenomenal quando afirma que os indígenas eram submissos a escravidão e parece até que gostavam de serem escravos. Nesse caso, Eni Orlandi, ao analisar os discursos sobre os indígenas, infere que: “o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e desconhecer (apagar) o histórico, o político” (ORLANDI, 2008, p.19). É o caso da análise de Maria Januaria Santos, que desconecta o cultural do político, apagando o sentido histórico, e municinando os invasores das terras indígenas na década de 1970, com o silêncio sobre a realidade indígena. Assim, como alerta Orlandi: “como o silêncio não fala, não é possível traduzi-lo em palavras. [...] os próprios mecanismos de funcionamento dos diferentes processos de significação que mostram o silêncio (que os constitui) que procuramos explicitar” (ORLANDI, 2008, p.58). Nessas

significações sobre os indígenas, elaboradas ao sabor da ditadura civil-militar, a questão da escravidão indígena é um tema camuflado, negligenciado, silenciado pelos autores.

Mas havia o “mau selvagem” – o rebelde, aquele que devia morrer por justas causas –, como refere Santos: “Algumas tribos defenderam seus costumes e sua liberdade através de lutas e guerras contra os colonos” (SANTOS, 1975, p. 86). A rebeldia constante na natureza do indígena é acentuada por Esaú e Gonzaga, quando afirmam:

A decisão de fazer a guerra era discutida e decidida no Conselho Tribal. Antes da decisão, o cacique pronunciava longos discursos e o pajé dava opinião. Decidida a guerra, combinavam-se o local de encontro dos guerreiros de várias aldeias [...] as expedições chegavam a ter entre oito e dez mil guerreiros! [...] Algumas tribos comiam os prisioneiros. Esse costume, chamado de antropofagia, tinha como objetivo a vingança e visava, também, atemorizar os inimigos (ESAÚ e GONZAGA, 1973, pp 75-76).

A invenção do “mau selvagem” pelos autores está circunscrito a ideia de que os índios provocavam a guerra em conformidade com a sua natureza selvagem. A guerra não é compreendida no âmbito da resistência, da luta, nem como peculiar a algumas culturas indígenas de guerreiros. Pelo contrário, como refere Ronald Raminelli é a forma como se constrói a imagem do indígena com “marcas dos estereótipos do bárbaro” (RAMINELLI, 1996, p. 58), permeados de expressões e comportamentos de “agressividade”, “primitivismo”, “rusticidade”, “canibalismo”, “disputas animais”, posto que, “a guerra entre os selvagens não possui regras, qualquer recurso é válido” (Idem, p. 57). Em suma, “em raros momentos, os portugueses, os franceses e os holandeses aparecem como cruéis invasores, como senhores das terras do Novo Mundo. O conflito bélico e a antropofagia constituem atributos dos bárbaros” (RAMINELLI, 1996, p. 59). Sendo esta a premissa do material produzido à época dos conflitos entre indígenas – na defensiva e luta por suas terras, territorialidade e identidades – e fazendeiros, empresários de rodovias, hidrelétricas, mineração, militares, governo, sob os auspícios da FUNAI – na ofensiva capitalista sobre os territórios indígenas.

Os textos produzidos devem ser percebidos num momento de avanço do capital sobre as terras indígenas capitaneado pelos agentes da ditadura civil-militar, que mantém presentes os estereótipos e os estigmas do colonialismo interno. Os projetos de integração e assimilação dos governos da década de 1970, que utilizavam a ideologia da segurança nacional revelou no mínimo a esquizofrenia desses governos, pois enquanto referenciava-se e buscava legitimidade de tais projetos no mito da democracia racial, reconhecendo os indígenas miscigenados, simultaneamente massacrava-os, numa tentativa desesperada de “da integração do índio, sua transformação e incorporação no sistema produtivo, como “trabalhador nacional”, e finalmente, um Brasil sem índio [...] nos governos militares pós 64 [a política indigenista] se transforma num instrumento eficaz de controle e repressão dos índios e de seus aliados” (HECK, 1997, p. 127). Por fim, a análise de Eni Orlandi dos silenciamentos construídos sobre os indígenas, contribui à compreensão da invisibilidade às formas de resistências dos Povos Indígenas, materializadas em movimento social, as assembleias da década de 1970: “com esse silêncio, o Estado procura manter à distância, ignorar, e mesmo sufocar, a questão crucial do sujeito, isto é, dos modos com que o sujeito pensa, deseja, critica, resiste” (ORLANDI, 2008, p.65).

As compreensões dos discursos de Maria Januária dos Santos, Elias Esaú, Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto e Gladstone Chaves de Melo, são peças articuladas que serviram para reforçar as ideias e práticas de aculturação empreendidas pela FUNAI, como forma de assimilação e integração do indígena enquanto política pública do governo de um “Brasil sem índio”.

5. Considerações finais

Nossa esforço neste capítulo foi provocar o leitor a pensar, refletir sobre as políticas indigenista de extermínio dos Povos Indígenas, na década de 1970, a partir da ideologia de Segurança Nacional, em suas vertentes integracionista e assimilacionista, na verdade o esbulho das terras indígenas, entregues às mineradores, agroindústria, agronegócio, hidrelétricas, de fachada nacional, mas com capital internacional. Esta era a centralidade da das estratégias de dominação dos governantes da ditadura civil-militar, que desejava transformar

o indígena em forasteiro, exótico, nas suas próprias territorialidades, através de um projeto arrojado de que prescindia da “tutela paternalista” os interesses desenvolvimentistas dos empresários internacionais.

Evidentemente que os Povos Indígenas reagiram, e através das assembleias indígenas formularam projetos que sedimentavam a autodeterminação e a luta pela demarcação de terras, onde pudessem viver do seu trabalho. Porém, muitos indígenas pagaram um auto custo, posto que o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) aponta mais de 8.000 indígenas assassinados pelas forças repressivas governamentais e particulares durante a ditadura civil-militar brasileira.

Os governos e parte da sociedade civil mantiveram e elaboraram ressignificações a respeito das visões estereotipadas sobre os indígenas, referendadas no “colonialismo interno”, legitimando a opressão aos índios. Percebe-se que a ditadura contava com o apoio de intelectuais que se puseram a serviço da mesma e aprofundaram teses sobre a incapacidade indígena frente a capacidade do Estado em decidir por eles. A construção discursiva corroborava com a política de opressão, enquanto se criminalizava os movimentos sociais indígenas.

No entanto, apesar das violências físicas e simbólicas, os Povos Indígenas não só protagonizaram os seus movimentos, reivindicaram direitos, como sobreviveram, e apesar de algumas narrativas produzidas à época que relegavam o passado aos índios, eles se uniram, resistiram e avançaram em conquistas na Assembleia Constituinte de 1986 e na Constituição Federal de 1988.

Assim, nossa luta deve ser de superar o “colonialismo interno” cultural e as “cinco ideias equivocadas sobre o Índio” como propôs Bessa Freire. Porque defendemos que os Povos Indígenas vivem e lutam na atualidade pelos seus direitos, enquanto a ditadura civil-militar no Brasil está presa ao passado, da incoerência e aos crimes de lesa-humanidade.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de (2010). *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- ALVES, Maria Helena Moreira (2005). *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC.
- BESSA FREIRE, José Ribamar (2015). Cinco ideias equivocadas sobre o Índio. *Revista Ensaio e Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro – UFRRJ, vol. 01, pp 03-23, 2016/2.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de janeiro de 1967.
- BRASIL. *Emenda Constitucional N. 01, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 de outubro de 1969.
- BRASIL. *Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969*. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de setembro de 1969.
- BRASIL. *Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967*. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de dezembro de 1967.
- BRASIL. *Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. *Resolução n. 8, de 1º de dezembro de 1971* (anexo ao Parecer 853/71). Fixa núcleo-comum para os currículos do Ensino 1º e 2º Graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1º de dezembro de 1971.
- BRASIL. *Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 de dezembro de 1973.
- CADERNOS ANDES-SN, N.º 27. *Ditadura empresarial-militar (1964-1985): luta por Justiça e Resgate da memória*. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Comissão da Verdade, 2016.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1988). *A crise do indigenismo*. Campinas: EdUNICAMP.
- COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA, À JUSTIÇA DO AMAZONAS. *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: “por que Kamña matou Kiña”?* Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

- COUTO E SILVA, Golbery (1981). *Conjuntura Política Nacional: Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DIAS, Hertz (2016). Um debate necessário. In: SILVA, Wilson Honório da. *O Mito da Democracia Racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundermann.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga (2002). *Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- ___ (2015) *Saudades do Futuro (1974-1985)*. Santa Maria: FACOS-UFSM.
- DROSDOFF, Daniel (1986). *Linha Dura no Brasil: o governo Médice, 1969-1974*. São Paulo: Global.
- ESAÚ, Elias; PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira (1973). *História do Brasil para Estudos Sociais – 5.ª série do ensino de 1º grau*. São Paulo: Saraiva.
- FICO, Carlos (2014). *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGD.
- GOHN, Maria da Glória (2010). *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (2006), Colonialismo Interno (uma redefinição). In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. *A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, pp. 395-419.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (2004). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI: UNESCO, pp. 481-525.
- HECK, Dionísio Egon. *Os Índios e a Caserna: políticas indigenistas dos governos militares – 1964 a 1985*. 1997. 150f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- HECK, Dionísio Egon; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (org.) (2012). *Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio*. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário.
- JACOMELI, Maria Regina Martins. A lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.39, p. 76-90, set.2010.
- KONZEN, Jase Jasson Frantz (2013). *A (des)construção de instrumentos normativos para a demarcação e proteção de terras indígenas no Brasil*. 2013. 82f. Monogra-

- fia (Trabalho de Conclusão de Curso de Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS.
- KUCONSKI, Bernardo (2001). *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto.
- LACERDA, Rosane (2008). *Os Povos Indígenas e a Constituinte: 1987-1988*. Brasília: CIMI – Conselho Indigenista Missionário.
- LOPES, Danielle Bastos (2014). O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. *Revista Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 83-108, jan./jun.
- MELO, GLADISTONE CHAVES de (1974). *Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- MUNDURUKU, Daniel (2012). *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo.
- NAPOLITANO, Marcos (1998). *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. 4 ed. São Paulo: Atual.
- NEVES, Lino João de Oliveira. *Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil*. 2012. 839f. Tese (Tese de Doutorado em Economia) – Universidade de Coimbra, Coimbra/Pt.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (2008). *Terra à Vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João (2004). Muita terra para pouco índio? Uma introdução crítica ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI: UNESCO, pp. 29-
- PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (2006). *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação – SECAD – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu do Índio.
- PEREIRA, Jefferson da Silva. O ensino de História durante a ditadura militar (1964-1985).
- PLAZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. O ensino de História durante a ditadura militar. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/pde/arquivos/956-4.pdf>. acesso 30/09/17.
- RAMINELLI, Ronald (1996). *Imagens da Colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- RAMOS, Alcida Rita (1995). *Sociedades Indígenas*. 5ed. São Paulo: Ática.

- SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio (2016). *Genocídio Indígena e Perseguição à Igreja Católica em Roraima*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *História do Brasil – 5.ª série*. 6ed. São Paulo: Ática, 1975.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- SECRETARIA de Estado dos Negócios da Educação. Diretrizes e bases da educação nacional: documentos básicos para a implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1976.
- SILVA, Aracy Lopes da (org.) (1987). *A Questão Indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Brasiliense.
- ___ e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (2004). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO.
- SILVA, Rebecca Caroline Moraes da. O ensino de História e o período da ditadura militar: apontamentos e leituras acerca desta temática por Professores de História. In: MOTA, Lúcio Tadeu (org.) *VII Congresso Internacional de História/XXXV Encontro de Geohistória Regional*. Maringá: UEM/PPH/DHI, 2015, pp 3987-3997.
- SILVA, Wilson Honório da (2016). *O Mito da Democracia Racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundermann.
- SOUZA, Alfredina de Paiva e (coord.) (1967). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Campanha Nacional de Material de Ensino.
- VALENTE, Rubens (2017). *Os Fuzis e as Flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WITTMANN, Luísa Tombini (org.) (2015). *Ensino (D)E História Indígena*. Belo Horizonte: autentica.

(Página deixada propositadamente em branco)

BRUNO SENA MARTINS

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA
NA DEMOCRATIZAÇÃO DA HISTÓRIA:
CORPOS, SUBJETIVIDADES E VIOLÊNCIAS**

Introdução

No âmbito deste texto, procuramos enfatizar a atualidade da violência colonial a partir experiência de Portugal enquanto um império colonial em África, nas décadas de 1960 e 1970. Em particular, procuramos centrar-nos na Guerra Colonial (1961-1974) a partir de alguns dos seus protagonistas vivos, os Deficientes das Forças Armadas, veteranos de guerra que combateram por Portugal e que regressam à “metrópole” após finda a guerra. Neste movimento, exploramos dois tipos de paradoxos. O primeiro diz respeito ao modo como expomos a força e atualidade da violência colonial a partir de sujeitos improváveis, não as vítimas negras do colonialismo, mas os soldados brancos que estiveram ao serviço de uma força militar colonial. O segundo corresponde ao modo como nos sujeitos que adquiriram deficiência e que, que reclamarem os seus direitos como cidadãos portugueses, expõem a violência colonial que dividiu e continua a dividir o mundo entre cidadãos metropolitanos e cidadãos colonizados. Num fôlego tão anacrónico como absurdo, a Guerra Colonial pode ser entendida como o corolário da violência perpetrada pelo projeto colonial que o Estado Português promoveu. O facto de muitos dos contornos e misérias dessa guerra permanecerem desconhecidos no espaço público português – assim como no Norte global – constitui, em larga medida, um indicador do “silêncio colonial” em que assenta a nossa conceção de direitos.

Refletindo sobre a história e sobre o arquivo, Marc Bloch lembra que várias sociedades praticaram aquilo a que poderíamos chamar “bilinguismo hierárquico” (2010, p. 135). Este consiste na coexistência de duas línguas, uma popular e outra de estudo; a primeira usada para pensar e falar, a segunda usada sobretudo na escrita. Dos vários exemplos que Bloch refere, destacaríamos o modo como os evangelistas registaram em grego conversas que terão acontecido em aramaico, ou o modo como o latim foi usado na idade média como a língua em que ficavam registados os procedimentos administrativos e as narrativas relevantes. Esta coexistência hierárquica, alega Bloch, implica que os escribas criem arquivo ao mesmo tempo que procedam a uma transposição entre línguas – se quisermos, diria, uma transposição entre a língua da experiência e a língua oficial (mais afim da história oficial). Sabendo-se que a língua do arquivo é aquela que melhor resiste ao tempo, percebe-se, portanto, o aporismo que se coloca ao historiador: uma sociedade conhecida através dos registos escritos será inevitavelmente enviesada ao olhar do historiador, pelo véu que resulta da transposição entre duas línguas (ibidem, p. 136).

Partindo das cogitações em torno da língua e do arquivo histórico, poderemos extrapolar o “bilinguismo hierárquico” para falar de sistemas de significado que coexistem numa mesma sociedade numa desigual relação de poder, ou seja, com diferente capacidade de definirem a memória social. Esta relação interessa-me, neste particular, para refletir sobre o lugar da Guerra Colonial portuguesa (1961-1974) nas narrativas que têm marcado a reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Assim, identificamos um sistema de significado dominante no qual, durante décadas, a Guerra Colonial, foi ostensivamente apagada, silenciada e empurrada para o esquecimento. Este sistema de significado é aquele que se concerta com as representações míticas sobre a identidade portuguesa, nomeadamente a prevalecente ideia de Portugal como uma potência colonial não violenta ou como um país de brandos costumes. Identificamos outro sistema de significado, subalterno na sociedade portuguesa, em que a Guerra Colonial emerge não só como um facto incontornável da história recente de Portugal, mas como um facto que persiste marcando uma paisagem social no presente. Este sistema

de significado será convocado a partir das experiências e relatos de ex-combatentes, veteranos de guerra que, tendo adquirido deficiência ao serviço do exército português, regressaram à “metrópole” com duradouras marcas – biográficas, psicológicas e corpóreas – da Guerra Colonial. O contraponto que estabelecemos entre o apagamento da guerra da memória social e a sua presença silenciada no tecido social, mais do que assinalar uma disjunção entre “língua oficial” e a “língua da experiência”, procura perceber como a ausência de uma memória social partilhada sobre a guerra – ao nível das representações sociais dominantes – afeta a experiência dos que a viveram e por ela foram marcados. Assim, a “língua da experiência” confronta-nos com a incomunicabilidade e com os termos em que a experiência é “isolada” na memória individual.

Formações Imperiais da história

O longo tempo colonial, encetado pela expansão europeia, que definiu o sistema-mundo moderno (Wallerstein, 1974) permanece bem vivo, apesar dos processos independentistas anticoloniais que marcaram os séculos XIX e XX. Essa persistência manifesta-se mormente em duas dimensões: primeiro, na continuada situação de subalternidade e precariedade das populações outrora colonizadas; segundo, na relação de interdependência económica que – bem ao contrário do que as teorias desenvolvimentistas alegam – faz da existência de uma oposição entre Norte e Sul, o local e o global, uma condição para as lógicas de acumulação do neoliberalismo.

Tanto a subalternidade como a interdependência económica promovem um quadro epistemológico que continuamente desqualifica as experiências e saberes das populações que foram objeto da dominação colonial. Podemos falar, assim, de pujantes legados coloniais ou “de formações imperiais”, recorrendo à linguagem de Ann Laura Stoler:

As formações imperiais são relações de força. Elas abrigam formas políticas que perduram além das exclusões formais que legislam contra a igualdade de oportunidades, dignidades comensuráveis e direitos iguais. Ao trabalhar

com o conceito de formações imperiais em vez de império, a ênfase desloca-se das formas fixas de soberania e suas negações para formas gradativas de soberania e para o que tem marcado longamente as tecnologias de domínio imperial – escalas deslizantes e contestadas de direitos diferenciados. As formações imperiais são definidas por relações racializadas de alocações e apropriações (Stoler, 2008: p. 193).

A noção de formações imperiais pretende colocar o enfoque seja nos termos que a dominação imperial sempre assume, seja nas muitas ruínas – heranças coloniais – que permanecem vivas no presente, assombrando o futuro (Stoler, 2008: 194).

As formações imperiais sintonizam-nos para uma disposição epistemológica bem captada na ideia de Boaventura de Sousa Santos quando preconiza a necessidade de se “*aprender com o sul*” como forma de superação da razão metonímica que a modernidade ocidental abraçou,

“a razão metonímica [é aquela] que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima” (Santos, 2002: 240).

Trata-se, no fundo, de confrontar criticamente a sobranceria civilizadora em que assentou muito do discurso colonial e que ainda define muito da relação do Ocidente com o resto do mundo. Nisto reside o imenso desafio colocado às ciências sociais no confronto com as experiências, conhecimentos e valores de populações e sujeitos oprimidos, desqualificados e silenciados à luz das relações coloniais: historicizar percursos sem os congelar no passado; reconhecer saberes e identidades sem negligenciar o quanto foi erradicado pelo colonialismo, o quanto foi constituído como resistência anticolonial e o quanto se hibridou com a cultura do colonizador; e, finalmente, assumir que as ciências sociais precisam de ser descolonizadas, na medida em que assentam nas prerrogativas e nos privilégios científicos fundados na hegemonia global do paradigma económico e cultural da modernidade ocidental.

Distinguimos, assim, a colonialismo enquanto processo político e militar, largamente destituído pelas lutas anti-coloniais, do colonialismo como a a marca histórica deixada pelo encontro colonial, uma relação de dominação cultural, económica e política que se perpetuou noutros termos no período pós-colonial. Conforme Robert Young descreve,

O pós-colonial não privilegia o colonial. Está interessado na história colonial apenas na medida em que em essa história tem determinado as configurações e estruturas de poder do presente, na medida em que grande parte do mundo ainda vive as violentas erupções do seu despertar, e na medida em que os movimentos de libertação anticolonial permanecem fonte de inspiração da sua política. (2001: p. 4).

Trata-se, no fundo, de confrontar criticamente a sobrançeria civilizadora em que assentou muito do discurso colonial e que ainda define muito da relação do Ocidente com o resto do mundo. Nisto reside o imenso desafio colocado às ciências sociais no confronto com as experiências, conhecimentos e valores de sujeitos e populações oprimidos, desqualificados e silenciados à luz das relações coloniais: historicizar percursos sem os congelar no passado; reconhecer saberes e identidades sem negligenciar o quanto foi erradicado pelo colonialismo, o quanto foi constituído ora como resistência anticolonial e o quanto se hibridou com a cultura do colonizador; e, finalmente, assumir que as ciências sociais precisam de ser descolonizadas na medida em que assentam nos privilégios e nas prerrogativas científicas fundados na hegemonia global do paradigma económico e cultural da modernidade ocidental.

A Guerra Colonial e o 25 de Abril

A importância histórica e o impacto social da Guerra Colonial portuguesa, são irrefutáveis. Numa altura em que a vaga de independências percorria o continente africano, a ditadura portuguesa, liderada por António de Oliveira Salazar (de 1932 a 1968) e por Marcelo Caetano (1968-

1974), recusando abrir mão das colónias africanas, encetou um conflito que durou 13 longos anos. Embora singular, enquanto materialização de um apego colonial anacrónico a territórios reivindicados como pátrios, a Guerra Colonial portuguesa tem fortes semelhanças de família com Guerra da Argélia, decorrida entre 1954 e 1962.

A Guerra Colonial¹ constitui um momento fundador da realidade sociopolítica do Portugal contemporâneo. Desde logo, porque a transição democrática encetada com o 25 de Abril está intimamente ligada ao conflito que entre 1961 e 1974 opôs as Forças Armadas portuguesas aos movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Na verdade, a revolução que em 25 de Abril de 1974 foi levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas resulta em grande medida do desgaste produzido pelo arrastamento da guerra. Estamos perante um conflito com profundas consequências humanas, pelas marcas deixadas nos combatentes dos diferentes lados da contenda, cujas vidas foram significativamente atravessadas pela experiência da guerra, e pelas incontáveis vítimas civis, sujeitas que foram a massacres, deslocamentos forçados e a violências de toda a sorte.

A magnitude do impacto da Guerra Colonial traduz-se, face à dimensão e recursos de Portugal, de várias formas. Em primeiro lugar, pela existência de três frentes de combate – Angola, Guiné-Bissau e Moçambique –, distantes de Lisboa e distantes entre si.² Em segundo lugar, traduz-se no elevado número de homens que foram colocados ao serviço da manu-

¹ Tendo em conta que o mesmo conflito é diferentemente designado ora como Guerra Colonial ora como Guerra de Libertação, consoante o lado da contenda que o evoca, optaremos aqui pela primeira designação de “Guerra Colonial”, em conformidade com o campo de análise sobre o qual nos debruçamos: a sociedade portuguesa.

² “Angola, cenário da acção inicial em 1961, localiza-se na costa sudoeste de África. Luanda, a principal cidade e porto de reabastecimento, dista, por via aérea, aproximadamente 7 300 quilómetros de Lisboa. A Guiné, local do segundo levantamento, a partir de Janeiro de 1963, localiza-se na costa oeste-africana, a cerca de 3 400 quilómetros por via aérea. Moçambique, palco da terceira revolta, em Setembro de 1964, e o seu principal aeródromo de reabastecimento, na Beira, encontram-se a 10 300 quilómetros de Lisboa. Estas distâncias agigantavam o problema logístico e provocavam um desgaste enorme nos meios de transporte (...)” (Cann, 2005, p.24).

tenção do império colonial, tanto através de recrutamento na metrópole, como por via de recrutamento local nas colónias:³

Desde o fim de 1961 até 1974, o número de pessoal do Exército em África aumentou de 49 422 para 149 090, representando uma taxa anual média de crescimento de cerca de 11 por cento. [...] Portugal foi forçado a mobilizar cerca de 1 por cento da sua população para combater em África e não podia simplesmente manter esta drenagem nacional de pessoal. Numa base percentual, tinha mais homens em armas do que qualquer outro país, à excepção de Israel. (Cann, 2005, p. 109, 126)

Assim, resulta desconcertante perceber o lugar residual que a Guerra Colonial ocupa no senso comum produzido e reproduzido sobre o que sejam a história recente e a identidade portuguesas ou, mais amplamente, sobre o profundo impacto do ciclo colonial no tecido social português.⁴ Neste texto, auscultando os homens que viveram e fizeram a guerra, em particular os que ficaram marcados por uma deficiência no seu curso, refletimos sobre o lugar que a violência colonial ocupa na memória e na experiência social em Portugal.

Assumimos uma perspectiva que, incidindo mormente na experiência dos “Deficientes das Forças Armadas” (DFA) que regressaram a Portugal após a Guerra, se encontra situada por um análogo trabalho de recolha junto dos combatentes africanos residentes em Moçambique, tanto os que lutaram pela independência de Moçambique (combatentes da Luta de Libertação Nacional), como aqueles que, tendo feito parte do Exército português, após a guerra cumularam à deficiência o estigma da traição. Não sendo este o espaço para analisar a singularidade de cada um destes percursos, cabe sublinhar que os diferentes lados do pós-guerra se

³ Conforme refere Carlos Matos Gomes, aquando do final da Guerra Colonial, “dos cerca de 170 mil homens nos três teatros de operações, cerca de 83 mil eram de recrutamento local, o que representa aproximadamente 48%” (2013, p.127).

⁴ Dado bem evidente no importante contingente de populações brancas instaladas nas colónias – sobretudo nas colónias de povoamento, Angola e Moçambique – ou na magnitude da vaga migratória dos ditos retornados, após o 25 de Abril (cf. Castelo, 2007; Meneses e Gomes, 2013).

inscreveram em processos histórico-políticos sumamente distintos.⁵ Por exemplo, no que à contextualização narrativa da deficiência diz respeito, é suficientemente ilustrativo percebermos como nas histórias dos ex-combatentes da FRELIMO a deficiência surge como signo de um sacrifício conducente à conquista da autodeterminação e ao fim do jugo colonial, como um signo de uma narrativa heroica do sangue fundador de uma nação independente (ainda que o devido reconhecimento político desse sacrifício seja um ponto de acesa controvérsia). Num tal quadro, em que a Guerra ganha o nome de “Luta de Libertação Nacional”, a relação entre deficiência, memória social e narrativa pessoal encontra-se constituída em termos muito diversos daqueles que são oferecidos pela realidade portuguesa. Neste texto, centramo-nos no contexto português para analisar a persistência de uma construção “ainda colonial” nos próprios mecanismos que, no presente, fazem da violência colonial algo suficientemente longínquo ou insignificante para que se menorize ou denegue.

Os deficientes das Forças Armadas

Não é difícil supor as enormes repercussões de um conflito em que o Exército português terá mobilizado mais de um milhão de homens ao longo de 13 anos, em que terão morrido 8290 soldados, e em que o número de combatentes que adquiriram deficiências permanentes (físicas e psicológicas) se estima nas muitas dezenas de milhar (ADFA, 1999).

Nenhuma instância materializa tão bem o abandono e exclusão social vividos pelos DFA como o invariável espaço de moratória destes ex-combatentes no seu regresso da guerra: o Hospital Militar, em Lisboa.

⁵ Desde logo, porque enquanto Portugal pôde usufruir da paz, em Angola e Moçambique tiveram lugar as novas guerras, marcadas por um elevado grau de violência, que se repercutiria fortemente sobre as populações. As ditas guerras civis de Moçambique e Angola acabariam por se arrastar no tempo e só chegariam ao seu termo, respetivamente, em 1992 e 2002. Como refere João Paulo Borges Coelho: “[...] a guerra colonial foi muito mais que um mero conflito de ocupação datado dentro das balizas cronológicas que normalmente lhe são atribuídas, induzindo, pelo contrário, sobretudo na sua fase final após 1968, uma militarização da sociedade que nos dá razões para afirmar que por trás desse conflito se escondia já o germe de um conflito civil” (2003, p. 176-177).

Como a gravidade das situações clínicas o justificasse, ou porque o acesso a cuidados médicos fosse escasso, era tal a quantidade de feridos face às estruturas de resposta, que muitos DFA ficavam longo tempo, às vezes anos, no hospital militar de Lisboa. A toponímia de algumas das valências do hospital é esclarecedora. O designado “Depósito de Indisponíveis”⁶ exprime bem a sensação de abandono expressa por muitos dos ex-combatentes que ali viveram (sentindo que ali foram literalmente depositados); já o “Texas”, designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal,⁷ refere o ambiente de caos e desordem generalizada (qual *Far-West*) que se vivia.

As histórias de desamparo vividas no Hospital Militar cruzam-se com muitos relatos de vidas de álcool e prostitutas na noite de Lisboa, achadas por muitos daqueles que estavam em condição de sair como a única “terapia” realmente acessível. Neste contexto, os DFA foram igualmente sujeitos a uma lógica deliberada de invisibilização, estratégia que o regime ditatorial usou para minorar o impacto das sequelas da guerra na sociedade portuguesa, tanto no que se refere aos mortos como aos feridos. Por exemplo, as urnas com os soldados mortos eram sempre tiradas dos barcos de noite, sendo depois transportadas de modo discreto para as suas comunidades de origem (Maurício, 1994; Antunes, 1996).

Num certo sentido, a invisibilidade e abandono a que os DFA foram sujeitos logo após a guerra, no Hospital Militar, prefigura a exclusão que viriam a sofrer no Portugal democrático. Estamos perante uma liminaridade perpetuada pelo encontro de duas formas de exclusão: a descontinuidade imposta pela experiência de deslocalização produzida pela Guerra Colonial e a marca vivencial imposta pela deficiência. No entanto, o Hospital Militar é, igualmente, o espaço de capacitação e resistência. Foi lá que germinou a ideia de criação de uma associação que, após o 25 de Abril, se viria a substanciar na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Estamos perante a *communitas* de que nos fala Victor Turner

⁶ Situado no Largo da Graça.

⁷ Situado na Rua da Artilharia 1.

(1967), o laço de solidariedade horizontal criado por sujeitos liminares colocados à margem da sociedade:

Fui para a cirurgia de oficiais, na Estrela. No hospital militar da Estrela, onde vou encontrar oficiais amputados, de pernas, de braços. A cirurgia de sargentos era mesmo ao lado, onde eu vejo passar furriéis amputados dos braços, paraplégicos, tetraplégicos, cadeira de rodas... Na oficina de oficiais, na liga dos tetraplégicos... No quarto ao lado do meu estava um cadete tetraplégico, mais um alferes paraplégico, e eu disse assim “alto lá! Isto é de facto o mundo a que eu pertença agora! Mas é um mundo habitado!” Eu já não estou sozinho nesse mundo, não é? Há por aqui outras pessoas! [...] As pessoas, apesar de tudo, viviam! Não é? Viviam, e brincavam, e contavam anedotas e... enfim, e eu comecei a entrar nesse mundo também, não é? E a viver! E a viver. Digamos que isto é um mundo fechado. É um mundo de pessoas com ferimentos graves, profundos. E com deficiências profundas. O pessoal hospitalar, desde os médicos aos auxiliares, passando pelo pessoal de enfermagem, lidava connosco de uma forma humana, não é? De uma forma, enfim, encorajadora até. Pronto, era aquele mundo. Mas quando saio da Cirurgia de Oficiais e vou para a Medicina de Oficiais, para o edifício principal da Estrela, daí passo a sair. Portanto, enfim, já não precisava de estar... já não estava acamado, já não precisava de estar... (Mariano, entrevista pessoal)

Esta partilhada experiência de abandono, de falta de cuidados médicos, de compensações, de horizontes de reinserção social, efervesceu como revolta no Hospital Militar de Lisboa e seria materializada na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), criada em 14 de maio de 1974.

Após o 25 de Abril, face à continuada negligência que os deficientes de guerra vinham percebendo, a ADFA cresce da convicção de que a revolução não alterara a negligência do poder político. Tratava-se, pois, da luta pela inscrição de uma nova agenda reivindicativa num clima revolucionário em que expectativas exaltantes em relação ao futuro estabeleceram uma ordem social pouco afeita à memória da guerra.

De facto, a evocação de momentos de conflito, em que o voo pelo passado carrega igualmente complexos processos de atribuição de sen-

tido ou imputação de culpa, tende a criar resistências à evocação que, no limite, sustêm a ordem social (Connerton, 1989; LaCapra, 2001; Barkan, 2001). Como refere Ian Hacking, a elisão da guerra é um mecanismo muito comum: “As nações proverbialmente gostam de esquecer os estilhaços das suas guerras passadas” (Hacking, 1996, p. 78). No entanto, para que possamos perceber como operam estes processos de esquecimento, importa reconhecer de que modos tais “estilhaços” são inscritos nas histórias particulares que os ocultam. No caso de Portugal, tanto quanto perceber os mecanismos que durante a ditadura justificaram a guerra, ao mesmo tempo que minimizavam a sua real dimensão, cabe entender de que forma o 25 de Abril veio a consagrar tal conflito como inexistente ou de escusada memória.

No entanto, seja para os civis que sofreram as suas consequências, seja para aqueles ex-combatentes mais fortemente afetados pelas consequências da guerra – como é o proverbial caso dos DFA – esse desejo avultava como uma radical impossibilidade, tal o manto com que a violência da guerra se inscreveu nos seus corpos e nas suas memórias.⁸ Relativamente aos DFA, tudo se passa numa contradição entre o “excesso de memória” destes ex-combatentes (na medida em que carregam as marcas biográficas, psicológicas e corpóreas da Guerra Colonial) e o manifesto silêncio da sociedade portuguesa face a um tão significativo conflito. Assim, a fim de entendermos cabalmente este desencontro, convém perceber alguns fatores e conjunturas que potenciaram o ativo de apagamento da memória Guerra Colonial da memória social portuguesa.

Em primeiro lugar, importa perceber que o Movimento das Forças Armadas, responsável pela revolução, nasce do descontentamento de oficiais de patente intermédia em relação à guerra. Ou seja, o poder que se estabelece no 25 de Abril é fortemente marcado pela presença

⁸ A guerra impõe com particular prevalência nos combatentes o surgimento deferido de memórias disruptivas, próximas daquilo que a nosologia paulatinamente veio a reconhecer como “Transtornos/Desordens/Distúrbios de Stress Pós-Traumático” (DSPT). O DSPT só ganhou estatuto nosológico oficial em 1980, na terceira edição do DSM-III. Em Portugal, só a partir de 1986 é que, progressivamente, os diagnósticos de DSPT se estabeleceram na análise das desordens de alguns combatentes (Quintais, 2000; Albuquerque e Lopes, 1994)

de militares que, a despeito das suas posições críticas – corporativas ou políticas – em relação à guerra, foram parte ativa no esforço de guerra. Assim, o tema da guerra implicava os mesmos agentes que se tornaram responsáveis pela revolução e que assumiram inequívoco protagonismo na transição democrática. Se ao regime ditatorial cabe, inequivocamente, a responsabilidade política pela assunção de guerra, o regime democrático nasce pela mão de um movimento de militares que, tendo estado implicados na guerra, estavam longe de a poder ver de um modo inteiramente distanciado.

Em segundo lugar, sendo verdade que a evocação condenatória da guerra estava estrangida pelas figuras que protagonizaram a mudança de regime, pouco espaço haveria para a sua evocação através da reivindicação heroica. Vários fatores explicam este facto, a saber: a noção de que, mesmo do ponto de vista estratégico-militar, se tratou uma guerra perdida⁹ (ou, pelo menos, que não poderia ser ganha);¹⁰ a deposição dos poderes políticos que sustentaram a bondade patriótica da guerra; e a condenação internacional de uma guerra que, no seu esforço de deter a vaga de descolonizações, percebidas como inevitáveis, se veio conceber, quase consensualmente, como absurda e anacrónica. Portanto, a “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) que em Portugal se constituiu após o 25 de Abril extirpou a guerra do seu passado, não obstante ser um facto recente com enorme impacto ou, se quisermos, talvez exatamente por causa da magnitude do impacto traumático que dela resultou.

Paul Ricoeur exprime bem o desafio que o testemunho coloca conquanto nos remete para “testemunhas históricas” cuja capacidade de demover os lugares comuns – acerca da sociedade e do seu passado – muitas vezes corresponde à solidão da memória:

[...] em última análise, o nível elementar da segurança da linguagem numa sociedade depende da confiabilidade, e portanto na prova biográfica de cada

⁹ Facto mais flagrante em Moçambique e na Guiné-Bissau do que em Angola.

¹⁰ Como afirma John Cann, a guerra não poderia ter sido ganha militarmente dado que “a posição de Portugal em África era insustentável desde o início” (2005, p. 213).

testemunha, caso a caso. É contra este fundo de suposta confiança que emerge, tragicamente, a solidão das “testemunhas históricas” cujas experiências extraordinárias dificultam a capacidade para uma compreensão habitual e ordinária. Mas existem também testemunhas que nunca encontram uma audiência capaz de as ouvir ou de escutar o que têm a dizer. (Ricoeur, 2004: 167)

A solidão das testemunhas, neste caso, resulta do modo como o silenciamento da guerra produz como “extraordinárias” as experiências – afinal tão comuns – daqueles cujas biografias ficaram marcadas pelo irremediável da guerra. Mais do que a confiabilidade, o que aqui avulta é, pois, a falta de interlocutores que validem as violências impostas pela guerra. A possibilidade de partilha do trauma e da violência é, assim, um elemento essencial para a ressignificação do sujeito isolado pelo excesso de memória:

O trauma partilhado por uma comunidade inteira cria um espaço público potencial para reenunciação. Se uma comunidade concorda que os eventos traumáticos aconteceram e incorpora este facto na sua identidade, então a memória coletiva sobrevive e a memória individual pode encontrar um lugar (ainda que transformado) dentro dessa paisagem. (Kirmayer, 1996, p. 189-190)

Estamos perante a busca de hospitalidade à memória e ao reconhecimento das identidades passíveis de se afirmarem dentro de uma comunidade, numa transformação recursiva entre sujeito e narrativa social:

O espaço social ocupado por histórias de populações marcadas por feridas pode permitir que se quebrem os códigos culturais rotineiros veiculando contradiscursos que ponham em causa os significados adquiridos acerca de como as coisas são. Dessas histórias desesperadas e subjugadas pode bem surgir o apelo que altere os lugares comuns – tanto ao nível da experiência coletiva como da subjetividade individual. (Das e Kleinman, 2001, p. 21)

A memória da Guerra Colonial constitui um espectro que assola, ainda, a sociedade portuguesa. Para as representações hegemónicas

sobre o Portugal pós-imperial os DFA constituem algo de uma presença fantasmática, corpos estranhos à narrativa social dominante cujas vozes remetem para um tempo, radicalmente inscrito no passado ou determinado como não existente.

Para os DFA, a deficiência emerge como o segundo fator na produção de uma exterioridade em relação à sociedade portuguesa. Conforme fica patente nos diversos relatos sobre o regresso a Portugal e sobre a busca de itinerários de inclusão social, os Deficientes das Forças Armadas, não obstante algumas garantias que foram conquistadas na legislação compensatória, confrontaram-se e confrontam-se com a fortíssima discriminação social a que as pessoas com deficiência estão expostas na nossa sociedade. Assim, mesmo após uma reconstrução pessoal e coletiva em que a difícil herança da guerra é assumida como parte de percurso a ser empreendido, permanece uma linha de desigualdade social que junta, excluindo, os DFA às demais pessoas com deficiência.

A luta assumida pelos Deficientes das Forças Armadas (DFA) entre 1974 e 1975, sob diversas formas – manifestações, tomada de espaços públicos, etc. –, granjeou à ADFA um reconhecimento público e político que se mostrou essencial tanto para a legislação que viria a ser promulgada para garantir reparações, como para a afirmação da ADFA enquanto um interlocutor merecedor da atenção do poder político. Como dizíamos, a luta dos DFA teve, sem dúvida, um importante efeito em muita da legislação e das estruturas de reabilitação que depois seriam alargadas às demais pessoas com deficiência. Esta associação detém hoje cerca de 14 mil associados e, além da representação política dos interesses dos DFA, dos direitos e reparações, presta serviços aos associados e suas famílias, fundamentalmente ao nível do apoio jurídico e administrativo, mas também na vertente médico-social. Devido à especificidade das reivindicações da ADFA, as suas conquistas e agendas não são inteiramente transponíveis para as demais pessoas com deficiência. Ou seja, o elevado poder reivindicativo da ADFA na defesa intransigente dos direitos dos DFA, seja pelo modo como historicamente soube dar prova da sua capacidade de mobilização, seja pela elevada dívida simbólica que as deficiências adquiridas ao serviço da nação colocam ao Estado, terá

feito mais pelas compensações atribuídas aos DFA do que, propriamente, por transformação social capaz de criar uma sociedade inclusiva para as pessoas com deficiência.

A história incorporada

Quando nos debruçamos no modo como a guerra surge nas histórias dos DFA, confrontamo-nos com as múltiplas instâncias da violência: violências sofridas, violências testemunhadas ou perpetradas. Em relação à generalidade dos ex-combatentes, os testemunhos dos DFA têm de singular a invariável existência de um evento ou experiência que, engendrando uma deficiência, estabelece um antes e depois nas suas vidas. Nas histórias a que tivemos acesso, a experiência de um ferimento para quem o sofre surge, quase sempre, mediada ou antecipada pelo contacto com as experiências prévias de companheiros mutilados em combate:

Quando acordei apercebi-me que estava sem uma perna, fiquei 1 segundo ou 2 sob o efeito do sopro da explosão, mais nada do que isso, fiquei em estado de choque, obviamente, depois havia pessoas ligeiramente feridas, assim com estes estilhaços no rosto e tal, pela projeção da areia, era uma mina antipessoal se não também tinha desaparecido um ou outro. O helicóptero demorou pouco tempo a vir, diga-se, em abono da verdade, que a força aérea fez um trabalho exemplar lá e os helicópteros para as evacuações dos feridos demoravam muito pouco tempo, mesmo a dezenas de quilómetros, sempre com guerra a acontecer por todos os lados, um helicóptero ia lá passado não sei quantos minutos, a mim pareceu-me muito tempo, obviamente, mas bem vistas as coisas foi rapidamente. E não há mais nada a contar, quer dizer foi assim, uma mina que rebentou, é uma coisa traiçoeira, absolutamente estúpida, uma coisa de que nós não nos apercebemos de nada, apagamos simplesmente e acordamos para uma realidade, bom essa bastante chocante, que é ver uma perna como um osso de um frango cozido com o osso à vista, com a perna em tiras de pele e de carne e não sei quê, é uma visão horrorosa, à qual nós já nos tínhamos habituado. Já tinha visto, por antecipação já sabia como é

que as minhas pernas iam ficar, de uma pessoa que pisa uma mina, é um terror absoluto apesar de nós sabermos que corremos esse perigo diariamente mas para podermos sobreviver a gente ultrapassa e tem que ultrapassar esse medo. (Heitor, entrevista pessoal)

Na gramática da violência a que os combatentes estiveram sujeitos durante a guerra, os momentos que inscrevem a deficiência nas suas vidas não são, em si, necessariamente, excepcionais. O convívio com corpos de companheiros mutilados, com o medo do rebentamento de uma mina antipessoal ou com a incerteza das emboscadas, de algum modo trivializava os episódios que puderam suscitar marcas irreversíveis. No entanto, o facto de essa violência se inscrever de forma definitiva no próprio corpo, como inapagável marca da existência, carrega, do ponto de vista da experiência vivida e da biografia, uma singularidade que é, em larga medida, aquela que se liga à incomensurabilidade – ou difícil comunicabilidade – da experiência incorporada (French, 1994). As implicações da deficiência não são separáveis dos quadros culturais e lógicas de poder em vigor nas diferentes sociedades (Ingstad e Whyte, 1995; Martins, 2013), no entanto, tal não nega o quanto a guerra trouxe para muitos dos DFA, por via de ferimentos ou de memórias disruptivas, transformações transgressoras – corpóreas, ontológicas, fenomenológicas) que largamente transcendem as possibilidades de “restituição” social.

Estamos, pois, em face de realidades que fogem às apreensões discursivas e onde o corpo vivido assoma com incontornável vigor. A esta dimensão do sofrimento pessoal, eminentemente corporal, não totalmente apreensível na sua relação com elementos sociais, chamamos “angústia da transgressão corporal” (Martins, 2006; 2008). A angústia da transgressão corporal refere-se à vulnerabilidade na existência dada por um corpo que nos falha, que transgride as nossas referências na existência, as nossas referências no modo de ser-no-mundo. Assim entendida, a angústia da transgressão corporal concita-nos a reconhecer dimensões de dor, sofrimento e ansiedade existencial onde, contra sedimentada negligência, o corpo vivido, o conhecimento incorporado e as emoções adquirem estatuto nobre nas reflexões socioantropológicas.

Centrando-se nos eventos que causaram a deficiência nas longínquas frentes de combate, os DFA apresentam-se, mormente, como vítimas da história: instrumentos de uma guerra cujos termos raramente percebiam e cuja justiça, hoje, poucos subscrevem.¹¹ Pesem embora as diferentes visões políticas sobre a guerra que constituem o universo dos Deficientes das Forças Armadas, pese embora a incipiente posição crítica que tendeu a marcar a hora da partida dos jovens combatentes, é lícito dizer que o universo dos Deficientes das Forças Armadas é dominado por um posicionamento de condenação da guerra. Tal quadro deve-se, como acima referimos, a alguns fatores que nalguns casos se cumularam: deve-se à perspetiva histórica forjada seja pelo 25 de Abril, seja pelo reconhecimento que um pouco por todo o mundo veio a sancionar a legitimidade da senda anticolonial pela autodeterminação dos povos; deve-se ao confronto pessoal com a violência da guerra e iniquidade do colonialismo; deve-se ao modo como a deficiência adquirida exacerbou a noção de uma guerra sem sentido ou o sentimento de força descartável; deve-se, igualmente, como veremos à frente, ao modo como a própria AFDA se veio a estabelecer politicamente contra uma narrativa de celebração heroica, bem patente no mote que viria a ser consagrado: “A Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta!”.

No entanto, atentando às muitas formas de aparição da violência nas experiências e narrativas que nos foram sendo confiadas, logo percebemos a insustentabilidade de uma narrativa que configure os DFA como meras vítimas. São, muitas vezes, cumulativamente vítimas, perpetradores e testemunhas de violência. São vítimas da guerra no sentido em que nela adquiriram deficiência, no sentido em que muitos lutaram um combate que nunca sentiram como seu, mas são vítimas paradoxais: porque foram

¹¹ O distanciamento em relação à justeza da guerra exprime tanto o desconhecimento ou a incipiente formação política com que muitos dos DFA foram enviados para a guerra, como exprimirá, igualmente, um processo posterior de renúncia a causas patrióticas anteriormente abraçadas: pelo impacto do sentimento de abandono e injustiça que se seguiu à deficiência; pelo modo como a ADFA se constitui com base numa ideologia, amplamente dominante, de uma condenação da guerra; e pelo efeito da queda do regime ditatorial e dos seus “regimes de verdade”.

parte de um exército imperialista, e porque muitas das suas histórias retratam-nos, igualmente, como perpetradores de violências.

Conclusão

Mas é preciso ir mais longe e pensar também a hospitalidade para com a morte. Não há hospitalidade sem memória. Ora uma memória que não se lembre do morto e do mortal não é uma memória. Que seria uma hospitalidade que não estivesse pronta a oferecer-se ao morto, à re-aparição (*revenant*)? (Derrida, 1997, p. 29).

Recuperando, o filósofo checo Jan Patočka, Jacques Derrida (1997) define a hospitalidade como a abertura ao que abala. Jacques Derrida fala, ainda, de como cada hegemonia vive assombrada por espectros, fantasmas ameaçam o presente ameaçando fazer parte do futuro (Derrida, 2006). Experiências como a guerra muitas vezes confrontam-nos com um vazio de sentido que abala as formas costumeiras de viver, assim a hospitalidade assume um sentido não benemérito, mas de um desafio que nos convoca para a radical experiência da escuta à voz do outro. A memória da Guerra Colonial constitui um espectro que assola, ainda, a sociedade portuguesa. Para as representações hegemónicas os DFA constituem algo de uma presença fantasmática, corpos estranhos à narrativa social dominante. No entanto, seria errado supor que as suas histórias ficam indelevelmente marcadas e fechadas numa “narrativa da tragédia pessoal” (Oliver, 1990). O confronto com as suas vozes obriga igualmente a reconhecer narrativas de resistência, itinerários que se têm debatido contra a exclusão e contra a invisibilidade:

Para uma etnografia da experiência o desafio é descrever a elaboração processual da exposição, da resistência, do suporte da dor (ou perda ou outra tribulação) no fluxo vital dos engajamentos intersubjetivos num mundo local particular (Kleinman, 1992, p. 191).

Tanto as histórias pessoais de luta contra a adversidade, como o lugar importante que a ADFA adquiriu na sociedade portuguesa, revelam a importância de percebermos as suas narrativas como resistências situadas.

Importa pois que entre a memória individual se construa uma validação mútua, porque se é verdade que as experiências individuais alargam os idiomas, alargando o que pode ser dito, a disponibilidade dos quadros culturais para a escuta cria, também, um espaço para que os indivíduos acedam ao seu próprio passado (Kirmayer, 1996). No caso da guerra, dadas as dimensões traumáticas que acarreta a necessidade de validação mútua, isto é decisivo:

O trauma partilhado por uma comunidade inteira cria um espaço público potencial para reenunciação [*retelling*]. Se uma comunidade concorda que os eventos traumáticos aconteceram e incorpora este facto na sua identidade, então a memória coletiva sobrevive e a memória individual pode encontrar um lugar (ainda que transformado) dentro dessa paisagem (ibidem, p. 190; minha tradução)

Se, como diz Paul Ricoeur, os testemunhos são o nosso mais fiel memorando de que o passado existiu (2004, p. 147), as histórias subjulgadas dos Deficientes das Forças Armadas, veteranos da Guerra Colonial, colocam o presente em diálogo com uma história de violência e com a necessidade de superar a violência do silenciamento.

Referências bibliográficas

- ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas (1999), *ADFA 25 anos: 1974-1999*. Lisboa: Associação dos Deficientes das Forças Armadas.
- ALBUQUERQUE, Afonso; LOPES, Fani – “Características de um grupo de 120 combatentes da guerra colonial vítimas de stress de guerra”, *Vértice*, 58, 1994. p. 28-32.
- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

- ANTUNES, José Freire – *A Guerra de África: 1961-1974, 2 vol.* Lisboa: Temas e Debates, 1996.
- BARKAN, Elazar – *The Guilt of Nations: Restitution and Negotiating Historical Injustices.* New York: Norton, 2001.
- BARNES, Colin – “What a Difference a Decade Makes: Reflections on Doing ‘Emancipatory’ Disability Research”, *Disability & Society*, 18(1), 2003. p. 3-17.
- CANN, John – *Contra-subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África.* Tradução de Renato Pinto. Lisboa: Prefácio, 2005.
- CASTELO, Cláudia – *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974).* Porto: Afrontamento, 2007.
- COELHO, João Paulo Borges – “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das Guerras Coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie*, 2003. p. 175-193.
- CONNERTON, Paul – *How Societies Remember.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur – “Introduction”, in Arthur Kleinman; Veena Das; Margaret Lock; Mamphela Ramphele; Pamela Reynolds (orgs.), *Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery.* Berkeley: University of California Press, 2001. p. 1-30.
- DERRIDA, Jacques – *Da Hospitalidade.* Viseu: Palimage, 1997.
- FRENCH, Lindsay – “The Political Economy of Injury on the Thai-Cambodia Border”, in Thomas Csordas (org.), *Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FONTES, Fernando – “Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 2009. p. 73-93.
- GOMES, Carlos de Matos – “A africanização na Guerra Colonial e as suas sequelas. Tropas locais – Os vilões nos ventos da História”, in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados.* Coimbra: Almedina, 2013. p. 123-142.
- HACKING, Ian – “Memory Sciences, Memory Politics”, in Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense past : cultural essays in trauma and memory.* New York: Routledge, 1996.

- HAWN, Harlan – “Debates and Political Advocacy: The US Disability Movement”, *in* Mike Oliver; Len Barton (orgs.), *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press, 2002. p. 162-189.
- KIRMAYER, Laurence – “Landscapes of Memory: Trauma, Narrative, and Dissociation”, *in* Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. New York: Routledge, 1996. p. 173-198.
- INGSTAD, Benedict; WHYTE, Susan (orgs.) – *Disability and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- LACAPRA, Dominick – *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- LOURENÇO, Eduardo – *Do colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 163-177.
- BLOCH, Marc – *The historian’s craft*. Manchester: Manchester University, 2010.
- MARTINS, Bruno Sena – *E se eu fosse cego: narrativas silenciadas da deficiência*. Porto: Afrontamento, 2006.
- MARTINS, Bruno Sena – “The Suffering Body in the Cultural Representations of Disability: The Anguish of Corporal Transgression”, *in* Thomas Campbell; Fernando Fontes; Armineh Soorenian; Chris Till (orgs.), *Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives*. Leeds: The Disability Press, 2008. p. 93-107.
- MARTINS, Bruno Sena – *Sentido Sul: a cegueira no espírito do lugar*. Coimbra: Almedina.
- MAURÍCIO, Jorge – “A Guerra Colonial, os Deficientes das Forças Armadas e a ADFa”, *Vértice*, 58, 2013, 1994. p.94- 25-27.
- MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina Antunes – “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa”, *in* Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina: 59-107.
- OLIVER, Michael – *The Politics of Disablement*. Houndmills: The Macmillan Press, 1990.
- QUINTAIS, Luís – *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*. Lisboa: ICS, 2000.
- RICOEUR, Paul – *Memory, History, Forgetting*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

- SANTOS, Boaventura de Sousa – “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 2007. p. 3-46.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Pela Mão De Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – “Prefácio”, in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Epistemologies of the South: Justice against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado – “Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal”, *South European Society & Politics*, 9(2), 2014. p. 1-15.
- SCHUTZ, Alfred – *On Phenomenology and Social Relations; Selected Writings*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- STOLER, Ann Laura – “Imperial Debris: Reflections on ruins and ruination”, *Cultural Anthropology*, 23(2), 2008. p. 191-219.
- TURNER, Victor – *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- WALLERSTEIN, Immanuel – *The Modern World-System / [Vol.1]*. Nova Iorque: Academic Press, 1974.
- YOUNG, Robert – *Postcolonialism: an Historical Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

ATÍLIO ALENCAR DE MOURA CORRÊA

Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho”, sob orientação do Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad.

E-mail: atiliomacondo@gmail.com

CENÁRIOS DA UTOPIA: TEATRO, RESISTÊNCIA POLÍTICA E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO BRASIL DOS ANOS 60/70

1. Introdução

A política e a arte são duas categorias – ou duas práticas sociais, se pensadas a partir da sua existência intrinsecamente relacional – essenciais para uma análise abrangente do tumultuado século XX, uma época marcada pela frequência dos paroxismos e pelas polarizações extremadas. Não sem razão, Eric Hobsbawn o qualificaria precisamente como “a era dos extremos” (1995), um século em que as formas políticas, assim como as estéticas, em seus momentos críticos, atingiram níveis extraordinários de conflagração.

Ambas, política e arte, são produtos do desenvolvimento histórico da humanidade, e ante o questionamento de seus registros podem contribuir para esclarecer processos sociais, desvendar conexões culturais, ou simplesmente ampliar o leque de perguntas sobre um determinado momento da História; a política, porque permeia toda as relações sociais, desde o surgimento das primeiras civilizações até as circunstâncias atuais do mundo globalizado; a arte, porque, a despeito de ocasionalmente ainda ser considerada como material excêntrico para a historiografia (ora subordinada de forma intransigente às instâncias econômicas, ora desvinculada das condições concretas de sua produção), passou a ser interpretada, desde há relativamente pouco tempo em termos históricos, como um conjunto reconhecidamente

complexo de práticas culturais, cuja amplitude cognitiva excede o estudo estético restrito. A expressão artística, assim como o conhecimento científico ou as formulações políticas, também é, portanto, um processo que se realiza como produção social, sobre a qual incidem os mais diversos fatores históricos.

Da atividade lúdica ou mágica que vale a pena por si mesma, amparada na concepção de “ilusionismo estético” (JAMESON, 2013, p. 104) à ação de compartilhar novas formas de intervenção social – por meio, inclusive, da “destruição da ideia burguesa de felicidade” (JAPPE, 1999, p. 90) –, o fazer artístico constitui hoje um conjunto amplo de manifestações que permite ao historiador abordá-lo não apenas enquanto documento de interesse estético, mas também como um objeto matizado que retém, em suas variadas elaborações formais, importantes chaves de leitura para a investigação da memória social, das experiências históricas e do território da política, em seu diálogo intrincado entre teoria e prática.

A literatura, as artes visuais, a música e, de um modo particularmente efetivo, o teatro, comportam em suas elaborações formais os elementos que representam e, ao mesmo tempo, incidem sobre a vida social; neste sentido, o teatro, dada a sua natureza essencialmente coletiva, é a expressão artística através da qual se projeta uma “forma comunitária exemplar”, pelo modo como se concretiza, ao compartilhar a “maneira de ocupar um lugar e um tempo” com o público que dele participa; em síntese, pelo híbrido de cerimônia e assembleia que o constitui como espetáculo, o teatro disponibiliza, através de seus artifícios, as circunstâncias ideais para que possa ser vivenciado como a arte paradigmática que realiza “o corpo ativo de um povo a pôr em ação o seu princípio vital” (RANCIÈRE, 2012, p. 11).

Antes mesmo de merecer a designação de arte, segundo os critérios vigentes que podiam distingui-lo de outros tipos de práticas sociais, o teatro, em suas manifestações clássicas, constituiu-se através de um processo que assimilou, mas também rearranjou, os conteúdos simbólicos que sustentavam a vida social em suas mais diversas dimensões na sociedade grega da Antiguidade: domésticas, religiosas, cívicas, psicológicas etc. Daí que se trate de uma arte cuja funcionalidade tenha sido comumente associada à expressão dos interesses públicos, seja criando circunstâncias propícias à *catarse* coletiva,

seja ofertando meios para a reflexão crítica sobre os mecanismos sociais que regulam a vida dos indivíduos.

2. A terra em transe: juventude, protesto e celebração nas jornadas de 1968

Tendo sido o século das experiências extremas, o século XX não o foi só na radicalização política, mas também no modo como os artistas passaram a elaborar suas obras como armas cuja poética era carregada de protesto e provocação, ao menos nos casos em que a politização da arte foi tomada como um recurso de contestação ao estado das coisas. Deste modo, não obstante as condições adversas para a liberdade de expressão promovidas por regimes que, suspensas as garantias democráticas mínimas, trataram de vigiar e ameaçar as vozes dissonantes – fossem elas oriundas do meio político, artístico, acadêmico ou jornalístico – por meio de mecanismos de censura capazes de “detectar e eliminar tudo o que possa abalar a imagem cuidadosamente engendrada para a legitimação do poder” (BERG, 2002), a arte viria a assumir uma função de porta-voz, senão de uma ampla maioria, ao menos de grupos sociais que optaram pela resistência aos regimes autoritários em que estavam inseridos – mesmo que esta resistência, no mais das vezes, não ultrapassasse os limites de uma indignação relativamente tolerada pelo Estado.

Os anos de transição entre as décadas de 1960 e 1970 do século XX, no Brasil – como de resto, em boa parte do mundo ocidental e com alguns focos no chamado “mundo oriental” – propiciaram momentos marcados por protestos e convulsões sociais, por meio dos quais se pôs sob questionamento as estruturas econômicas e políticas da sociedade, a legitimidade das autoridades (familiares, governamentais, escolares, midiáticas, policiais) e os padrões sociais de comportamento.

Alinhadas em tal latitude de reivindicações, as manifestações que tomaram de assalto as ruas de grandes centros urbanos, inspiradas na experiência dos jovens universitários de Paris em maio de 1968, assimilavam muitas pautas até então exóticas para os movimentos políticos estabelecidos. Entre elas, ainda que nem sempre acolhidas pelas organizações da linhagem mais tradicional

da esquerda, estavam as exigências pela revalorização da dimensão erótica da vida – o que significava evocar, no linguajar rebelde dos manifestantes, a dissolução das fronteiras entre o *erótico* e o *político*, entre a *arte* e a *vida*, entre a *festa* e o *protesto* (MARCUSE, 1982).

Assim como outros surtos de indignação coletiva ao longo da História, também o maio de 68 francês – que viria a se tornar uma espécie de emblema insurrecional para sucessivas gerações de ativistas, ainda que as divergências sobre seu legado motivem, ainda hoje, leituras heterogêneas do evento – elegeu seus emissários. Entre os intelectuais simpáticos às bandeiras estudantis, o filósofo alemão Herbert Marcuse, integrante da Escola de Frankfurt¹, que na década anterior à turbulência estudantil escrevera um livro alçado à categoria de objeto de culto pelos jovens entusiasmados com as possibilidades abertas pelo aparente declínio das instituições da “modernidade ocidental”, ocuparia um lugar de destaque.

Num prefácio que viria a se tornar célebre, ao introduzir uma das incontáveis reedições do seu livro emblemático, Marcuse – que permanecia atento aos desdobramentos dos levantes e, também, às subsequentes apropriações da sua obra no calor das barricadas erguidas em Paris – assim definiu a inspiração dos *enragés*² franceses e de seus cúmplices geracionais espalhados pelo mundo

O protesto dos jovens continuará porque é uma necessidade biológica. “Por natureza”, a juventude está na primeira linha dos que vivem e lutam por Eros contra a Morte e contra uma civilização que se esforça por encurtar o “atalho para a morte”, embora controlando os meios capazes de alongar esse percurso. Mas, na sociedade administrativa, a necessidade biológica não redundava imediatamente em ação; a

¹ Denominação informal pela qual ficaria conhecido o círculo de intelectuais que integravam o Instituto de Pesquisa Social, criado em Frankfurt (Alemanha), em 1923, reunindo pensadores com influência marxista de importância vital para a teoria crítica do século XX. Além do próprio Marcuse, a escola frankfurtiana incluía nomes como os de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm, e, com um envolvimento mais instável, Walter Benjamin.

² Em tradução literal para o português, «enraivecidos», um dos adjetivos utilizados para definir os estudantes envolvidos nas revoltas de 1968, em França. A expressão também faz alusão a um grupo de idealistas radicais que exigia a igualdade social durante a Revolução Francesa do século XVIII.

organização exige contra organização. Hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política (MARCUSE, 1982, p. 17).

Lançando mão de uma escrita carregada de conceitos psicanalíticos (a obra em questão se propunha a uma releitura das categorias freudianas e marxistas, convertidas em ferramentas de enfrentamento da ordem capitalista), o livro de Marcuse alcançou enorme popularidade entre os estudantes que estavam na linha de frente das mobilizações que tiveram lugar na França, como também em vários outros lugares do planeta, num fenômeno quase simultâneo de protestos estudantis contra o *status quo* em escala global.

Um tanto deste sucesso pode ser atribuído à verve inflamada do livro, conforme demonstra a passagem acima citada, que articula reflexões sobre temas intrincados da sociedade capitalista contemporânea com o tom intransigente com que descreve o impulso da juventude pela rebelião. As características militantes dos escritos de Marcuse à época não geravam, no entanto, consenso nem mesmo entre o próprio grupo de intelectuais ao qual estava integrado, chegando a merecer do colega Theodor Adorno a acusação de condescendência para com o “circo” dos estudantes, que seriam irresponsáveis a tal ponto de lançar mão de uma “violência sem conceito que uma vez pertenceu ao fascismo”³.

Ao prefigurar filosoficamente o cruzamento entre *desejo* (instinto de vida) e *política* (luta pela vida), em termos que combinavam elementos da psicanálise de Sigmund Freud com o socialismo revolucionário de Karl Marx, Herbert Marcuse forneceria um combustível teórico adequado para que os jovens estudantes desencadeassem, aos gritos de “é proibido proibir” (não por acaso, um lema que seria apropriado pelos tropicalistas brasileiros), a “baderna multitudinária” do ano da graça de 1968 (SOLIDARITY, 2008, p. 41). A questão da influência teórica sobre as manifestações populares permanece problemática e avessa a conclusões generalizantes, mas também recorrente o suficiente para que seja considerada um objeto de interesse nas pesquisas que

³ A polêmica consta da troca de correspondências entre Marcuse e Adorno, entre maio e julho de 1969, pouco antes da morte de Adorno, e integra a seleção de textos de Marcuse organizada por Isabel Loureiro (MARCUSE, 1999).

abordam as relações entre arte e política, no que tange às intenções cognitivas de determinadas manifestações artísticas.

Anselm Jappe, filósofo e compatriota de Marcuse, muitos anos depois daquele maio fatídico, propôs um derradeiro acerto de contas com a real dimensão das jornadas parisienses, que propiciaram a confluência de estudantes e trabalhadores nas ruas e nas fábricas:

De modo geral, hoje se reconhece que 68 foi uma das cesuras profundas deste século. Mas o reflexo simplificado de uma “revolta estudantil” tornou sua imagem opaca; é necessário lembrar-se de que, então, houve a primeira greve geral selvagem – e até o presente a única – com dez milhões de trabalhadores parando seu trabalho e ocupando parcialmente as fábricas. (...) Durante algumas semanas, houve a renúncia de todas as autoridades, um sentimento de que “tudo é possível”, e uma “transformação do mundo transformado” que representavam um evento histórico e, ao mesmo tempo, algo que concernia aos indivíduos em sua essência íntima e cotidiana (JAPPE, 1999, p. 132).

Longe, entretanto, de consolidar consensos sobre seu significado mais profundo, o maio de 68 também foi objeto de leituras menos passionais e mais preocupadas com a cauda longa dos seus desdobramentos políticos. É o caso de um breve – mas denso – ensaio dedicado ao tema, ainda sob o efeito prematuro dos acontecimentos, em que o sociólogo brasileiro Luciano Martins constata a existência de um “cordão sanitário” que as centrais sindicais francesas procuraram estabelecer como linha de isolamento entre operários e estudantes (MARTINS, 2004).

Somava-se às tendências turbulentas da época um panorama não menos crítico nas américas: nos Estados Unidos, viviam-se tempos de intensa agitação com os protestos contra a Guerra do Vietnã, o ativismo dos Panteras Negras⁴ e a liberação *hippie* movida a experimentos lisérgicos, sexuais e musicais; Cuba havia se tornado, desde 1959, um modelo encorajador para boa parte da esquerda latino-americana, depois que a rebelião liderada por Fidel Castro

⁴ O Black Panther Party, fundado em 1962, foi uma organização política revolucionária ligada ao ativismo negro nos Estados Unidos.

e Che Guevara⁵ depôs o governo de Fulgêncio Batista, substituindo a sujeição dócil à política externa dos Estados Unidos pela aproximação com a União Soviética, em pleno curso da chamada Guerra Fria, polarizada entre Washington e Moscou (LOPEZ, 1989).

No Brasil, o sucesso da revolução cubana engajou as militâncias no campo e na cidade, introduzindo novos elementos teóricos e estratégias de luta no meio das organizações identificadas com a esquerda política. Foi no início de 1968, em meio a protestos estudantis, que um acontecimento causaria indignação generalizada entre estudantes e uma parcela de trabalhadores insatisfeitos com o regime militar: o assassinato do estudante Edson Luís pela Tropa de Choque da Polícia Militar, em um restaurante carioca, provocando manifestações e greves em várias cidades do país. A morte do jovem estudante marcaria o início de um período em que os antagonismos políticos no cenário brasileiro não poderiam mais ser camuflados, explicitando o abismo entre os projetos de democratização e a realidade imposta pelos militares no poder. Ao final do mesmo ano, o decreto que criava o Ato Institucional Número 5 (AI-5), assinado pelo então presidente Costa e Silva, sacramentava o *modus operandi* que a ditadura iria assumir pelos próximos anos, suspendendo as atividades do Congresso Nacional e o direito ao *habeas corpus* para crimes de natureza política, além de abrir caminho para a institucionalização da tortura como instrumento de coerção do Estado (SANDER, 2018).

A militarização do Estado Brasileiro, através da Doutrina de Segurança Nacional, estendia os tentáculos não apenas sobre as instâncias administrativas da máquina pública, mas também sobre as manifestações culturais, intelectuais e comunicacionais, gerando um “estado de guerra permanente”, em que “toda a população e todas as atividades desenvolvidas eram potencialmente suspeitas” (STEPHANOU, 2001, p. 57).

Era a lógica do *inimigo interno* (PADRÓS, 2014), álibi mais que perfeito para justificar as constantes privações das liberdades individuais por meio da repressão estatal. Tudo em nome da defesa do interesse nacional e do com-

⁵ Líderes do grupo de rebeldes que tomou o poder em Havana, derrotando as forças do exército nacional com a utilização de táticas de guerrilha e graças ao apoio da população empobrecida do país.

bate ao comunismo, num claro alinhamento ao bloco estadunidense, situado à direita do tabuleiro em que se desenrolava a “Guerra Fria” – naquele momento, exercida mais por meio de movimentos psicológicos do que propriamente bélicos. Por vias econômicas, políticas e culturais, os Estados Unidos submetiam os países latino-americanos ao nível de zonas acessórias; situação que, por sua vez, conflitava com os projetos de soberania popular que animavam as diversas esquerdas nacionalistas ao sul da Linha do Equador. Como bem define o historiador Enrique Serra Padrós:

No cenário latino-americano, a novidade está vinculada à percepção que os Estados Unidos (EUA) consolidaram para si, de que todo o continente americano, no marco da Guerra Fria, era área do seu interesse nacional. Entendiam que a região era vulnerável ao impacto desagregador do “comunismo internacional” (“exportado” pela União Soviética – URSS) e das tensões sociais internas. As orientações contra insurgentes do Pentágono reforçaram a defesa do uso ilimitado da força como mecanismo de controle e de combate às mobilizações sociais dos diversos países; entretanto, tal situação se agravaria muito mais a partir da vitória e da consolidação da Revolução Cubana (2014, p. 15).

Havia, portanto, motivos suficientes para que o campo cultural fosse encampado pela esquerda como uma trincheira de resistência possível, uma vez que o dissenso político estava, cada vez mais, fadado à clandestinidade. Neste cenário de utopias revolucionárias e tensão bélica, a cultura de protesto invadia o palco, fazendo subir o pano para ostentar a face e a linguagem políticas da arte.

3. O teatro político brasileiro e a resistência artística ao regime militar

O Golpe Civil-Militar de 1964, no Brasil, viera num momento singular do país. As promessas de reforma de base acenadas pelo governo de João Goulart (1961-1964) entusiasmavam amplos setores organizados da população, no campo e na cidade, e a ideia de uma “revolução brasileira” - ainda que o

termo carecesse de consenso entre as forças que o evocavam, ora oscilando no sentido de uma profunda reforma nacional-democrática, ora flertando com o ideário socialista revolucionário – ganhava a adesão não só de trabalhadores, como se poderia crer, mas inclusive de uma “franja esquerdizada da classe média” (que aqui poderíamos traduzir como a esfera integrada por estudantes, artistas e intelectuais de inspiração marxista), àquela altura também ressentida do atraso econômico-social brasileiro em relação à urgência de um projeto modernizante para a nação (SCHWARZ, 1999).

Este contexto, que permite entrever com um pouco mais de nitidez as condições efetivas em que o teatro político brasileiro se desenvolveu, originalmente na segunda metade da década de 1950 e com maior ênfase na de 1960, também fornece elementos para uma definição mais precisa das classificações que, nesta pesquisa, acompanham o termo “teatro”.

Por suposto, ao propor tal digressão semântica, não se está cogitando nenhuma incursão profunda às origens gregas do teatro ocidental, na Atenas do século V a.C., nem ao período glorioso de seu renascimento, na Europa do século XVII, em Espanha, Inglaterra e França (ORTEGA Y GASSET, 2007); não sendo este o propósito desta dissertação, tal exercício não acrescentaria muito à inteligibilidade do objeto em questão, além do que, provavelmente, não lograria ultrapassar o âmbito da abordagem superficial. Mas por certo não ocorre o mesmo com o interesse em se esclarecer o que, afinal, se busca expressar quando se classifica o teatro de “político” ou “engajado”.

Afinal, existiria, em contraponto ao teatro assim adjetivado, um outro puramente “alienado” ou “apolítico”? O debate entre a arte engajada em contraposição à “arte pela arte” não surgiu no período que se está analisando, mas com certeza ganhou fôlego renovado com os conflitos sociais que passam a informar a produção cultural em meados do século XX.

Isto posto, é importante estabelecer um denominador comum, amparado por referências concretas, capaz de sintetizar, em nome de um pragmatismo até certo ponto inevitável quando se trata de utilizar categorias tão maleáveis quanto o “político” e o “engajado”, o tipo de prática cultural à qual nos referimos. Neste sentido, opta-se aqui por aderir a uma simplicidade tática da linguagem, utilizando ambos os adjetivos para o teatro que se aborda na presente dissertação – assim como, eventualmente, o “teatro de protesto” –

conforme a definição elementar que o crítico anglo-americano Eric Bentley fornece: a do teatro político como “aquele que subentende um esforço direto para mudar a história” (BENTLEY, 1969, p. 104).

Bentley, aliás, não compartilha de nenhum otimismo quanto às possibilidades da arte intervir decisivamente na situação política de uma determinada sociedade; ainda assim, as suas reflexões sobre “a arte de persuadir”, como uma emergência sensível no teatro político do século XX (IDEM, 1969), são suficientemente úteis para que sejam levadas em conta na presente pesquisa. De tal modo, fica estabelecido, para fins de entendimento geral, que o teatro político ou engajado referido aqui, ao abordar a História Cultural Brasileira da segunda metade do século XX, nada mais é do que o teatro que veicula um ideário militante de esquerda⁶, em franca oposição à Ditadura Civil-Militar estabelecida por setores vinculados à direita, em sua composição com a “fração monopolista do capital” (LANIADO, 2014).

Assumida esta perspectiva, o “político”, aqui, equivale à contestação, ou mais especificamente, ao protesto, e não à celebração do *status quo* – e por isso também sua classificação como uma forma de resistência. O teatro político aqui investigado é político no sentido em que busca representar o mundo como “suscetível de ser modificado” (BENTLEY, 1969); eis aí a sua vocação social.

Outrossim, em termos formais, parece pertinente tomar de empréstimo a definição que o filósofo e ensaísta Walter Benjamin propõe para o teatro épico⁷ do dramaturgo Bertold Brecht (cujas influências sobre o teatro político brasileiro se fariam sentir de modo bastante evidente a partir do final da década de 1950). Cotejando as qualidades ativas do teatro político de Brecht com as propriedades “alienantes” do teatro burguês, Benjamin estabelece uma linha divisória que torna irreconciliáveis um e outro:

⁶ Compartilha-se aqui da definição sintética utilizada pelo sociólogo Marcelo Ridenti, da esquerda enquanto “as diferenças forças políticas que criticam a ordem capitalista estabelecida, identificando-se com as lutas por transformações socializantes” (2010, p. 10).

⁷ O crítico e teatrólogo Anatol Rosenfeld define o teatro épico como um teatro essencialmente narrativo, anti-aristotélico e científico (no sentido marxista do termo), em oposição à centralidade do diálogo entre as personagens que constitui a dinâmica central do drama burguês, convertendo o espectador em observador crítico dos processos sociais representados em cena (ROSENFELD, 2002).

Para seu público, o palco não se apresenta sob a forma de “tábuas que significam o mundo” (ou seja, como espaço mágico), e sim como uma sala de exposição, disposta num ângulo favorável. Para seu palco, o público não é mais um agregado de cobaias hipnotizadas, e sim uma assembleia de pessoas interessadas, cujas exigências ele precisa satisfazer. Para seu texto, a representação não significa mais uma interpretação virtuosística, e sim um controle rigoroso. Para sua representação, o texto não é mais fundamento, e sim roteiro de trabalho, no qual se registram as reformulações necessárias. Para seus atores, o diretor não transmite mais instruções visando à obtenção de efeitos, e sim teses em função das quais eles tem que tomar uma posição. Para seu diretor, o ator não é mais um artista mímico, que incorpora um papel, e sim um funcionário, que precisa inventariá-lo.” (1994, p. 79)

Dissecando, assim, o funcionamento do teatro brechtiano, engrenagem por engrenagem, Benjamin nos propicia uma chave de acesso aos aspectos diferenciais do teatro político brasileiro, em seu engajamento pautado por uma “coordenação artística e uma necessidade social”, nas palavras de um dos seus principais porta-vozes, o diretor e dramaturgo Augusto Boal (BOAL apud ALMADA, 2004).

Também há de se reforçar outro aspecto peculiar da arte teatral, que faz convergir, no momento da sua realização, a fruição artística e o encontro social, uma vez que o público dos espetáculos perde “até certo ponto a sua identidade individual, isto é, transforma-se em multidão”, e que esta “sociabilidade infiltrada em toda a vida teatral” define não só a relação entre palco e plateia, mas, num nível constitutivo da produção artística, à própria criação coletiva do teatro (BENTLEY, 1969).

O fato de que o teatro consiste numa atividade mobilizadora por princípio, já que “não acontece dentro de nós, como sucede com outros gêneros literários – poema, romance, ensaio –, mas sucede fora de nós, temos de *sair de nós* e de nossa casa e *ir vê-lo*” (ORTEGA Y GASSET, 2007, p. 36), é uma característica que não deve ser subestimada ao serem analisadas as conexões entre arte e vida social, especificamente no que diz respeito ao teatro político. Não parece nada absurdo, tendo esta perspectiva em mente, que o espetáculo teatral possa ter assimilado as diretrizes de um comício, em momentos em

que a tarefa de agitação política se impôs como prioridade para os artistas engajados.

Deste modo, retomando o contexto de maior efervescência do teatro político brasileiro na década de 1960, os temas do debate político passaram a integrar cada vez mais os círculos da produção cultural, contribuindo para uma predisposição do meio artístico politizado em manifestar a “fé no povo”, com um verniz de fervor nacionalista, de onde derivava a aposta estratégica numa “arte participante”, capaz de forjar o “alcance revolucionário da palavra poética” (HOLLANDA, 2004, p. 21). Assim, foi nesse clima cultural, em que pipocavam focos de euforia progressista que o Golpe Civil-Militar

Derrubou um governo constitucional respaldado por outros setores sociais significativos, englobando trabalhadores organizados em sindicatos, partidos e movimentos no campo e na cidade, segmentos das classes médias intelectualizadas e parte das elites, sobretudo as vinculadas ao aparelho de Estado. Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de inquéritos policial-militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, e até alguns assassinatos (RIDENTI, 2014, p. 31).

Em face desta ruptura democrática, parte da produção cultural brasileira – notadamente na música, no teatro e no cinema – passaria a intensificar a adoção de posturas mais combativas à Ditadura Civil-Militar, assimilando ao seu repertório formal elementos cada vez mais explícitos de identificação com a categoria genericamente definida como *povo*. Da distinção de classe, típica nos eventos culturais da sociedade ilustrada, ao engajamento, com uma ideia de classe como potencial vetor de transformação social, a transição efetuada por um filão considerável da produção cultural brasileira foi marcada por componentes ideológicos, mercadológicos, culturais e, claro, estéticos (NAPOLITANO, 2001).

Em um ensaio que viria a se tornar referência para os estudos sobre o tema da arte politizada no Brasil da década de 1960, o crítico Roberto Schwarz assim definiu o deslocamento da produção cultural pós-Golpe de Estado, num exercício radiográfico tardio que revela tanto as potencialidades quanto as contradições da empreitada de politização da arte brasileira:

A cultura viva dava uma clara guinada à esquerda: trocava de aliança de classe, de faixa etária, e, com elas, de critério de relevância. (...) A nova geração teatral, de formação menos acabada que a outra, estava próxima do movimento universitário e de sua rápida politização. Buscava contato com a luta operária e camponesa organizada, com a música popular, e compartilhava o modo de vida precário e pré-adulto dos estudantes, que não raro eram pobres eles mesmos. (...). Desrespeitavam a fronteira cultural entre as classes e estavam em sintonia com a nova feição do movimento popular. O guarda-chuva do nacionalismo populista propiciava o contato entre setores progressistas da elite, os trabalhadores organizados e a franja esquerdizada da classe média, em especial os estudantes e a intelectualidade jovem: para efeitos ideológicos, essa liga meio explosiva meio demagógica agora era o povo. A inserção aguda e crítica do esforço cultural mais do que compensava o refinamento artístico do decênio prévio, em fim de contas bastante convencional (1999, p. 119).

Para o objeto de estudo desta pesquisa – o teatro político; ou, de modo igual, o teatro engajado brasileiro –, é de grande relevância a percepção da associação íntima entre a movimentação estudantil e a elaboração de uma “estética da resistência” (ALMADA, 2004) no meio artístico brasileiro – com ênfase, neste caso, para o teatro. Com efeito, é do encontro entre entidades universitárias politicamente organizadas e artistas dissidentes de grupos de teatro comercial (como o Teatro Brasileiro de Comédia), empenhados em criar novas formas de expressão que conciliassem linguagem e conteúdo revolucionário com um projeto de modernização cultural nacionalista, que surgem os maiores expoentes do teatro engajado brasileiro: o Teatro de Arena, em 1953, o CPC da UNE, em 1962, e o Opinião, em 1964 (NAPOLITANO, 2001).

Em geral, tratava-se de grupos cujos integrantes demonstravam alinhamento ou simpatia pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) (fundado em 1922⁸ e posto na clandestinidade durante o governo de Getúlio Vargas); não necessariamente militantes filiados ao Partido, mas pessoas que “de alguma

⁸ Em 1922, o PCB chamava-se Partido Comunista do Brasil, mas uma cisão interna fez com que o grupo majoritário, liderado por Luiz Carlos Prestes, em 1962, mudasse o nome para Partido Comunista Brasileiro.

forma gravitavam em torno da esquerda nacionalista brasileira, da qual o PCB era um grande defensor”, preocupados naquele contexto paradoxal de modernização urbana e conservação das estruturas socioeconômicas em construir uma “expressão simbólica nacional” (IDEM, 2001).

Na mesma linha interpretativa, o sociólogo Marcelo Ridenti sugere a existência de uma “brasilidade revolucionária”, impulsionada desde os anos 1930 pelo sentimento compartilhado de que “estava em curso a revolução brasileira, na qual artistas e intelectuais deveriam engajar-se” (RIDENTI, 2010). Foi nesse clima cultural destemperado, de euforia progressista pré-1964, e, então, de perplexidade diante do Golpe Civil-Militar, que se desenhou progressivamente, em uma série de iniciativas mais ou menos exitosas, os contornos do teatro político brasileiro, com suas nuances e contradições..

A resistência aludida no parágrafo anterior se refere, portanto, a uma postura que compreende, ao menos, dois enfrentamentos assumidos pelos grupos em questão: aquele de caráter declaradamente político, através da “impregnação das artes do espetáculo pela tarefa histórica de dar voz às desigualdades nacionais” (SCHWARZ, 1999), saturado de conotações revolucionárias e empenhado em fazer uso da palavra enquanto práxis política; e outra, com um desdobramento de caráter mais propriamente estético, que contrapunha às manifestações artísticas consideradas meramente mercadológicas a inserção de novas técnicas teatrais e a aliança com a música popular na formação dos espetáculos, além da valorização da dramaturgia nacional (HOLLANDA, 2004).

Foi o CPC, fundado em 1962 pela UNE como um braço cultural do movimento estudantil, que assumiu de forma mais radical o projeto de “construir a autêntica cultura nacional” e “desenvolver a consciência popular, considerada a base da libertação nacional”, mesmo que, em nome da eficácia revolucionária, fosse necessário subordinar as preocupações estéticas ao programa de “conscientização em prol da emancipação da nação diante de seus usurpadores nacionais e estrangeiros” (NAPOLITANO, 2001).

Auto-investido de tal missão histórica, o CPC concentrou sua atuação nas áreas da música, do teatro e do cinema, registrando em manifesto um mantra que seria repetido à exaustão pelos adeptos do “engajamento cepecista”: “em nosso país e em nossa época, fora da arte política não há arte popular”

(HOLLANDA, 2004). Assim, toda arte que não privilegiasse a comunicação fácil e direta com o povo era descartada pela militância cultural do CPC como um exercício inócuo de “vanguardismo”, mesmo que viesse a confrontar a estética considerada pelo próprio CPC como burguesa e tradicional, através de experimentações formais.

Ainda que proscrito tão logo fora deflagrado o Golpe Civil-Militar em 1964, o CPC permaneceu como um modelo influente para a arte política brasileira dos anos 1960, visto que em seus quadros constavam nomes que seguiriam atuantes no meio cultural, como o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, o poeta Ferreira Gullar, o músico Geraldo Vandré e os cineastas Leon Hirszman, Carlos Diegues e Arnaldo Jabor. No entanto, apesar da veemência com que declarava sua adesão às causas populares

Essa abordagem programática e paternalista reduzia as possibilidades de sucesso do projeto do CPC e, conseqüentemente, muitos de seus eventos não conseguiram atrair a atenção da classe operária. A maioria dos críticos, incluindo ex-líderes do CPC, mais tarde admitiria que as produções do CPC eram politicamente ingênuas, esteticamente retrógradas e, em alguns casos, condescendentes em relação ao público-alvo (DUNN, 2009, p. 63).

Neste contexto, a produção cultural brasileira, abalada em suas aspirações progressistas de interagir de forma ampla e direta com as camadas populares, passou a “realizar-se num circuito nitidamente integrado ao sistema – teatro, cinema, disco – e a ser consumida por um público já ‘convertido’ de intelectuais e estudantes de classe média” (HOLLANDA, 1992). Entretanto, em que pesem as dificuldades impostas pela vigilância incansável dos órgãos responsáveis pela censura prévia aos espetáculos e produtos culturais, o teatro político brasileiro da época, bastante influenciado pela experiência pioneira do Teatro de Arena de Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e Augusto Boal, levou a cabo uma série de experiências de aproximação com temáticas sociais que passaram a orientar o repertório da arte engajada no Brasil de então (ALMADA, 2004).

As manifestações teatrais articuladas com objetivos políticos programáticos não são uma novidade no Brasil da década de 1960 – visto que as primeiras

experiências em torno de um teatro dramaturgicamente engajado (nos termos que interessam a esta pesquisa, ou seja, de teatro como contraponto ao *status quo*) remontam ao início da década de 1930, quando, sob o primeiro governo de Getúlio Vargas, dramaturgos como Joracy Camargo, autor da peça *Deus lhe pague*, empreenderam pioneiramente os esboços de um teatro que assimilava o ideário marxista e o devolvia em forma de produção teatral crítica (COLLAÇO, 2010). Também a produção teatral do Teatro de Arena paulista durante fins da década de 1950 e início dos anos 1960 (época em que foram concebidos espetáculos como *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, e *Mutirão em Novo Sol*, de Nelson Xavier e *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal, criado a partir das experiências de luta camponesa no interior paulista), que foi pioneiro na experimentação formal combinada com a crítica social no teatro brasileiro, é de valor significativo para o desenvolvimento do teatro político brasileiro durante os anos que se seguiriam.

A partir do ano emblemático de 1968 (que coincide com o recrudescimento da censura e das sanções impostas às liberdades civis, com o decreto do Ato Institucional 5) até meados de 1974, dá-se a fase de maior tensão entre a produção do teatro político brasileiro e o aparato repressivo da Ditadura Civil-Militar. Desta época datam as montagens de espetáculos que aprofundam as propostas de criar um conteúdo dramaturgicamente de inspiração “nacional-popular”, calcado fortemente na crítica social, em que se destaca a produção teatral e dramaturgicamente de grupos como o Teatro de Arena, o Oficina e o Opinião, que davam a tônica geral da oposição teatral ao regime, como estratégia de resistência ao “terrorismo cultural” do governo militar (RIDENTI, 2010). Desde os primeiros momentos após o Golpe de Estado que estabeleceu o regime militar, no entanto, espetáculos como o *Opinião* (1964) e o *Arena Conta Zumbi* (1965) já apontavam para o entrelaçamento entre estética e política que marcaria o teatro brasileiro da época.

Também tornou-se célebre, em 1968, a montagem do Teatro Oficina para o texto *Roda Viva*, escrito por Chico Buarque, que causaria a reação violenta de grupos paramilitares de extrema-direita (o Comando de Caça aos Comunistas), que invadiram o palco e agrediram os atores da peça em duas ocasiões, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre (CALLADO, 1997).

4. O teatro de santa maria: entre a universidade e a independência

No início dos anos 1960, a politização do movimento estudantil, inspirada pelo entusiasmo com as propostas de caráter popular do governo João Goulart, e pela influência das ideias marxistas e da Revolução Cubana, ultrapassou o limite dos ambientes acadêmicos e empreitou tentativas de ampliar a participação dos estudantes organizados nos debates públicos sobre o momento histórico vivido no Brasil, vislumbrando no teatro uma das formas possíveis de inserção neste cenário.

Em Santa Maria, que passava a integrar o rol de cidades-sede de universidades federais, com a criação da UFSM, em 1960 (antecedida pelas Faculdades de Medicina e Farmácia, criadas nas décadas anteriores), a movimentação estudantil – primeiro com a União Santa-Mariense dos Estudantes (USE), formada por secundaristas, e mais tarde com a Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), o Teatro do Estudante, fundado em 1956, por integrantes da USE, prenunciava a relação mais estreita entre teatro e política que viria a se materializar com a criação do Teatro Universitário de Santa Maria, em 1961 (DICK, 2011). Para a pesquisadora Karina Dick, o envolvimento dos estudantes da Faculdade de Medicina com os protestos organizados por sindicatos de trabalhadores da cidade, em 1960 sinalizava no sentido de uma politização estudantil alinhada, em grande parte, com a assimilação cada vez maior de temas relativos aos rumos do país pelas organizações estudantis progressistas (IDEM, 2011), que viam na aproximação entre intelectuais e trabalhadores o caminho para a construção de um processo de modernização nacional, menos submisso aos interesses das grandes potências internacionais, corporificadas pelos Estados Unidos e sua política internacional na configuração de um mundo cindido em dois pela Guerra Fria (RIDENTI, 2010).

Por sua vez, um dos principais estudos sobre o teatro de Santa Maria fornece uma breve ideia de como e onde se articulavam as experiências do teatro estudantil na cidade:

Em 1961, surgiu o Teatro Universitário, que representava o amadurecimento das experimentações que os jovens vinham fazendo no Teatro do Estudante, entidade ligada à União Santa-Mariense dos Estudantes (USME) desde 1956, e no Teatro de

Arena, de 1958 a 1960. Em 1962, foi criado, na Casa do Estudante, um local para apresentações teatrais denominado Sala João Belém (CORRÊA, 2005, p. 33).

Apesar das informações esparsas fornecidas pela historiografia da cidade, o registro da existência de um teatro de arena, em Santa Maria, denota o interesse dos estudantes locais em estabelecer correspondências com os processos de renovação do teatro brasileiro, tanto em termos conceituais como estruturais, já que a opção por um espaço em formato de arena foi um dos gestos que demarcava certa modernização da cena teatral brasileira, a partir dos anos 1950. Inclusive, com a adoção de um teatro em formato de arena, a cidade antecipou-se à própria capital Porto Alegre, que só viria a conhecer uma iniciativa similar em 1967, com a criação do Teatro de Arena porto-alegrense (PILGER, 2007).

Conforme a entrevista que o teatrólogo paulista Décio de Almeida Prado concedeu a Izaías Almada, sobre o surgimento do Teatro de Arena, a ruptura com o formato do palco tradicional tinha significado estético, mas também político, no sentido em que

No formato italiano, por exemplo, o ator normalmente é visto de frente, enquanto, no formato arena, ele é obrigatoriamente visto de todos os lados. A ausência de cenários, muito embora, no início, ainda houvesse uma relutância em abandoná-los totalmente – como sugestões de portas desenhadas ou janelas dependuradas por um fio – era outra característica do formato arena (ALMADA, 2004, p. 36).

Para além da inflexão estética evidenciada pela modificação estrutural, as implicações políticas da adoção do formato de arena consistiam num deslocamento, ou melhor dizendo, num desnudamento do acontecimento teatral frente ao público, que não só passava a escolher o ângulo pelo qual assistiria o desenrolar do espetáculo, como também tinha a sua disposição uma cena despojada de artifícios, logo mais suscetível a uma percepção desobstruída do processo cênico em curso, o que, no caso da experiência do Teatro de Arena paulistano, viria a atrair um “público disposto a essas novidades”, “aberto, estudantil”, “um público de teatro de vanguarda” (IDEM, 2004).

Disso, pode-se inferir que a relação com alguns procedimentos comuns ao teatro de crítica social já se fazia presente no meio do teatro estudantil santamariense, antes mesmo que a criação do CPC, no Rio de Janeiro, viesse a consolidar um modelo com forte influência na estruturação da arte politicamente engajada no Brasil dos anos 1960.

Com a criação da Sala João Belém (onde hoje está sediada a Casa do Estudante I da UFSM, no centro de Santa Maria), especificamente no local onde funcionaria durante anos a boate do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da mesma Instituição, também em formato de arena e com capacidade para comportar cerca de 150 pessoas, o TUSM viria a conquistar um espaço não só físico para suas apresentações, mas também simbólico, no sentido em que estabelecia uma ponte entre a agitação política e cultural dos estudantes e o meio artístico da cidade, uma vez que a inauguração do lugar contou com a presença de autoridades locais e nacionais, envolvidas diretamente com o fomento da produção cultural no País (DICK, 2011).

Um fato que não deve ser subestimado é a opção dos estudantes do TUSM, nesta mesma época, em encenar a peça *Eles não usam black-tie*, de autoria de Gianfrancesco Guarnieri, um dos marcos do teatro político brasileiro, cuja montagem original é creditada ao Teatro de Arena, em 1958. Ficava explícita, deste modo, a inclinação para a prática de um teatro social como marca da atuação do Teatro Universitário, atestando a sintonia com o fenômeno mais amplo da politização do teatro brasileiro, através de preocupações como a “busca por uma arte que expressasse suas inquietações a respeito da conjuntura política que os cercava” (Idem, p. 40).

Entretanto, o vínculo entre o movimento estudantil e o teatro político em Santa Maria não estava fundamentado sobre consensos, tampouco estava protegido de rupturas. Assim, antes mesmo que a década de 1960 terminasse, o Teatro Universitário sofreria sua primeira divisão, acarretando em dissidências que viriam a resultar na formação de um novo grupo, derivado do núcleo universitário original. Conforme o relato publicado no jornal porto-alegrense *Correio do Povo* (edição de 24/03/1972), o então recém-formado TUI “desligou-se inteiramente da universidade (...) mas seu grupo era universitário, e nasceu o Teatro Universitário Independente”. O mesmo periódico, poucas edições depois, publicaria uma nota assinada pelo crítico e jornalista

Aldo Obino, em que o TUI seria apresentado como um grupo “amador sério”, que encenava um “teatro dos tempos absurdos, do contrassenso e do humor negro” (IDEM, 28/03/1972).

Em material de divulgação confeccionado e distribuído pelo próprio TUI, em comemoração aos seus 25 anos de criação (embrião universitário do grupo), os próprios responsáveis pela companhia definiam o seu objetivo primordial como “levar arte ao povo”. O mesmo teor referente ao apelo popular do TUI pode ser identificado na nota publicada pelo jornal *Zero Hora*, em março de 1972, em que o grupo tem sua tarefa cultural definida como a tentativa de “educar um novo público, o do interior do Estado, que não é dos mais assíduos do teatro” (edição de 30/03/1972). Já o jornal *Debate*, de São Leopoldo, em abril do mesmo ano, destaca que “o T.U.I está realizando algo de novo e inédito no Interior do Estado”, e “só depois de três anos veio à Capital para conquistar o público porto-alegrense com um espetáculo à altura” (edição de abril de 1972).

Nos registros da imprensa gaúcha acima citados, é possível perceber que o jornalismo cultural do Rio Grande do Sul, em especial o de Porto Alegre e região metropolitana, dispensava um tratamento permeado pelo incentivo e, ao mesmo tempo, pela condescendência em relação ao teatro produzido no interior do estado, deixando subentendido que o desafio do TUI continha um grau extraordinário de dificuldade por ter que se defrontar com o pouco interesse do público interiorano pela arte teatral.

Preconceitos e entusiasmos midiáticos à parte, é importante notar que o TUI, tão logo se assumiu como um grupo independente do seu núcleo universitário original, começou a desempenhar uma circulação intensa, não só fora do ambiente acadêmico local, mas também dos próprios limites de Santa Maria. Neste sentido, convém sublinhar um momento que parece ter sido decisivo para a ruptura do TUI com sua antiga configuração de caráter institucional: a montagem do espetáculo “Arena conta Zumbi”, do Teatro de Arena, que viria a gerar repercussão internacional para o grupo. Ainda que a atividade do TUI não possa ser reduzida a uma única produção, vários fatores de ordem estética, política e social contribuem para que o espetáculo em questão seja tratado como um divisor de águas tanto na trajetória do TUSM/TUI, quanto do próprio teatro santa-mariense e gaúcho.

É, portanto, fundamental que a proposta estética e política do texto encenado originalmente pelo Teatro de Arena conste como um tópico de interesse para este artigo. A montagem original de *Arena Conta Zumbi*, com direção de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, estreou no dia 01 de maio de 1965 em São Paulo (somente em 1968 o TUI levaria aos palcos a sua versão do espetáculo, com direção de Clênio Faccin, fundador do grupo). Na obra, o Teatro de Arena tomava como inspiração a saga de resistência do Quilombo dos Palmares, cuja comunidade empreendeu ao longo do século XVII no sertão da capitania de Pernambuco uma oposição duradoura às investidas do governo colonial, que objetivava então o desmantelamento da complexa estrutura social estabelecida no quilombo.

Em forma de teatro musical, *Arena Conta Zumbi* narra a luta dos quilombolas rebeldes sob a ótica marxista do conflito de classes, utilizando elementos da cultura popular e afro-brasileira, como a literatura de cordel, os batuques e entidades das religiões de matriz africana e o samba de roda. O tom da narrativa ora recitada, ora cantada pelos atores era didático (aqui o parentesco com o teatro brechtiano se faz mais evidente), e embora essencialmente alegórico, o espetáculo recorria a analogias explícitas entre o massacre de Palmares e a violência da Ditadura Civil-Militar. A incitação à revolta social era proferida recorrentemente pelas personagens, que celebravam as fugas de escravos como atos de resistência em nome da liberdade. A fauna, a cultura regionalista, o sincretismo religioso e o linguajar trazido pelos africanos eram combinados com a constante evocação da luta pela liberdade como a mensagem primordial do texto musicado. A forma lúdica do musical, fortemente celebrativa, estava a serviço de um conteúdo textual duro, que lamentava o açoite dos senhores de escravo e clamava pela necessidade de rebelião.

A transposição metafórica, um tanto esquemática, equiparava a metrópole portuguesa do século XVII ao imperialismo norte-americano contemporâneo, e enquanto o povo negro era definido pela “verdadeira” cultura popular brasileira (o samba, a literatura sertaneja, a capoeira), o branco opressor era associado sempre aos elementos ideológicos do estado e à cultura de massa (hinos patrióticos e canções de iê-iê- iê), preconizando um contraste drástico entre as categorias que orientavam o debate da esquerda nacionalista da época: de um

lado, a cultura popular, potencialmente libertadora e genuinamente criativa; do outro, a cultura de massa, homogênea e narcotizante (BOSI, 1986).

Entretanto, o fato do próprio elenco original do espetáculo não contar com nenhum ator ou atriz negra contribui para a percepção da distância entre o ideal projetado pelo Teatro de Arena e o meio concreto em que sua arte era criada e recebida: o circuito universitário e intelectual da classe média paulista, eminentemente brancos. Ficava sinalizado, desse modo, que o apelo popular reivindicado pelos grupos do teatro politizado brasileiro enfrentava as contradições inerentes ao próprio meio em que a tendência vicejava mais intensamente: entre a concepção de “povo” corrente nos círculos artísticos e intelectuais da época e o diálogo concreto com as camadas mais baixas da população, havia que se levar em conta as desigualdades crônicas que apartavam a rua e a universidade, o pobre e a classe média, a luta pela sobrevivência material e a futilidade aparente da arte – mesmo de uma arte que se pretendia engajada à essa luta.

5. Conclusões

Este artigo não tem pretensão maior do que apontar alguns caminhos para o desenvolvimento de uma pesquisa ainda em curso. Estabelecer os contornos de um panorama mais amplo, para daí em diante conferir relevo historiográfico aos processos e desdobramentos ainda obscuros de um fenômeno multifacetado, instável, por vezes de difícil compreensão, dada a sua natureza essencialmente complexa, ainda que não raro manifestado de forma crua, panfletária, até simplória em seus projetos de didatismo político. O teatro politicamente engajado do Brasil dos anos 1960/70 ainda oferece incógnitas – ou a tentação fácil de leituras apressadas – que precisam ser devidamente colocadas sob uma investigação rigorosa, atenta, criteriosa.

Ao explorar o tema das revoltas históricas que opunham oprimidos contra opressores, o que os artistas militantes do teatro político buscavam, ainda que sob a forma de alegorias muitas vezes reducionistas, era inculcar no público – ou consolidar nesse, já que plateia e artistas comungavam geralmente do mesmo ideário

– a urgência da adoção de práticas organizadas de resistência na sociedade civil. Nessa lógica, a educação política se daria pelo exemplo – ou melhor dizendo, pela percepção do significado das lutas enquanto experiências vividas por comunidades rebeldes do passado, e transformadas em manifestos através da representação teatral.

A exemplo de outros espetáculos que primeiro circularam pelos palcos estudantis das principais capitais brasileiras, *Arena Conta Zumbi*, ao ser encenado pelos atores do TUI, demarcou um tipo de opção artística que não só apontava para a expansão territorial de um fenômeno sociocultural então em curso – a modernização do teatro brasileiro –, como também, em linhas gerais, insinuava a amplitude de atuação do teatro político no Brasil, para além dos limites pressupostos pela distância entre o centro econômico e cultural do país e a agitação política e artística em cenários urbanos de menor visibilidade.

É por essa via – a da contradição, do tráfego nem sempre em mão única na relação entre Arte e Política, Utopia e História, Forma e Conteúdo – que a pesquisa em progresso tende a avançar.

Referências bibliográficas

- ALMADA, I. (2004). *Teatro de Arena: uma estética de resistência*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BENJAMIN, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- BENTLEY, Eric (1969). *O teatro engajado*. São Paulo: Zahar, 1969.
- BERG, C. O. (2002). *Mecanismos de silêncio*. Censuras e expressões artísticas no regime militar (1964 – 1984). São Carlos: Editora EDUFSCAR.
- BOSI, E. (1986). *Cultura popular e cultura de massas: leituras operárias*. Petrópolis: Vozes.
- CALADO, A. (1997). *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Ed. 34.
- CORRÊA, R. C. (2005). *Cenário, cor e luz: amantes da ribalta em Santa Maria (1943-1983)*. Santa Maria: Editora da UFSM.

- DICK, K. M. (2011). *Estudantes na arena: o Teatro Universitário de Santa Maria*. 2011. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena e bacharelado em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.
- DUNN, C. (2009). *Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP.
- FUENTES, C. (2008). *Em 68: Paris, Praga e México*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GALLO, C. A.; RUBERT, S. (2014). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva.
- HOBBSAWM, E. (1995). *Era dos extremos: O breve século XX, 1914 – 1921*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLLANDA, H. B. (1992). *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960 – 1970*. Rio de Janeiro: Rocco.
- JAMESON, F. (2013). *Brecht e a questão do método*. São Paulo: Cosac Naify.
- JAPPE, A. (1999). *Guy Deboard*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LANIADO, R. N. (2014). Poder e estratégias econômicas na formação do Estado autoritário no Brasil. In: GALLO, C. A.; RUBERT, S. *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva.
- LOPEZ, L. R. (1989). *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- MARCUSE, H. (1982). *Eros e civilização*. São Paulo: Zahar Editores.
- MARTINS, L. (2004). *A geração AI-5 e maio de 68*. Duas manifestações intransitivas. São Paulo: Argumento.
- NAPOLITANO, M. (2001). *Cultura brasileira: utopia e massificação*. São Paulo: Contexto.
- ORTEGA Y GASSET, J. (2007). *A ideia do teatro*. São Paulo: Perspectiva.
- PADRÓS, E. S. (2014). Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, C. A.; RUBERT, S. *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva.
- PAZ, O. (2014). *O labirinto da solidão*. São Paulo: Cosac Naify.
- PEPPE, M. A. (2005). *Arena conta Zumbi: a canção engajada no teatro*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1388.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2016
- RANCIÈRE, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

- RIDENTI, M. (2010). *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP.
- SANDER, R. (2018). *1968: quando a Terra tremeu*. São Paulo: Vestígio.
- SOLIDARITY (2008). *Paris: Maio de 68*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.
- SCHWARZ, R. (1999). Altos e baixos da atualidade de Brecht. In: _____. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- STEPHANOU, A. A. (2001). *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs.

(Página deixada propositadamente em branco)

OS DESAFIOS DO JORNALISMO: ENTRE LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

Introdução

O *Charlie Hebdo* contém no seu subtítulo uma expressão sugestiva e dilemática acerca dos desafios contemporâneos da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. No subtítulo, o jornal satírico francês define-se como um *Journal Irresponsable*. A 26 de setembro de 2012, quando foi acusado de irresponsabilidade pela publicação de caricaturas alusivas a Maomé, o jornal respondeu com duas publicações simultâneas: uma delas – a que se dizia responsável – vinha praticamente em branco, sem cartoons nem artigos, apenas com alguns títulos anódinos.

A questão que nos propomos rediscutir prende-se com a dupla implicação entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa, esta última associada, no limite da sua versão libertária, à hipótese de um jornalismo irresponsável. Sem pôr em causa a imbricação inextricável dos conceitos de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa, será que não teremos de considerar que, no mundo contemporâneo, a liberdade de imprensa evoca um domínio diferente de ação, que vai para além do conceito filosófico de liberdade negativa, formulado por Isaiah Berlin? A exigência ética de um jornalismo socialmente responsável não poderá ser entendida, por si, como uma abordagem profissionalmente mais exigente ao conceito de liberdade de expressão? Será defensável um jornalismo irresponsável? E que implicações pode isso ter sobre o jornalismo e a profissão?

Da liberdade tolerada à liberdade de direito

É legítima a leitura de que, quando John Milton defendeu a liberdade de expressão e o fim da censura prévia, estivesse mais preocupado com a liberdade de publicar, com a livre circulação de ideias e com o livro do que, propriamente, com o jornal ou o jornalismo¹. Não era raro, mesmo entre os autores iluministas, que o jornal fosse considerado um objeto cultural de segunda e um subproduto do que normalmente era tido como imprensa. No entanto, o jornal rapidamente viria a abandonar este papel de segundo plano, acabando por se constituir num veículo essencial de circulação e debate de ideias, no quadro da emergência do espaço público burguês em afirmação nos séculos XVIII e XIX (Habermas, 1993). Este período corresponde ao que Brin *et al.* (2004) definiram como jornalismo de opinião dominado por círculos de homens de letras, intelectuais e políticos. Neste quadro de referência, o conceito de liberdade de expressão torna-se tão fulcral para o denominado “livre uso da razão”, como a liberdade de imprensa é essencial para a circulação das ideias.

A liberdade de expressão começa por ser um conceito maior da filosofia, que prepara o Iluminismo no século XVIII. Ela emerge dos escombros da crise suscitada pela Reforma, na Europa, que pôs em causa os procedimentos de reconhecimento da verdade e o papel da autoridade na determinação da subjetividade dos sujeitos e da sua razão. Como referem João Baptista Magalhães (2001) e Diogo Pires Aurélio (1996), a sua primeira expressão surge através da noção de tolerância. Na *Encyclopédie* coordenada por Diderot e D’Alembert, num texto atribuído ao teólogo

¹ Esta posição é defendida, por exemplo, por Saavedra López, ao salientar que imprensa periódica era intelectual e politicamente desvalorizada, considerada um instrumento superficial por contraponto com outros géneros literários mais próximos de uma cultura “genuína” e consentâneos com a busca da verdade e os princípios da moralidade (*Apud* Roig, 1994: 249). Este argumento não faz unanimidade entre os estudiosos de Milton, considerando que ele está em contradição com o pensamento do autor da Areopagítica. No entanto, ele é avançado como uma das explicações para o facto de Milton ter aceiteado o papel de censor do jornal *Mercurius Politicus*, em 1465. Acerca disso, na introdução de uma das edições de Areopagítica, publicada em 1875, John W. Hales parece relativizar a função de “Licenser of the Press”, desempenhada por Milton, que consistia em “reportar sobre textos e panfletos após terem sido publicados” (*Apud* Fortuna, 1999: 24-25).

suíço Jean-Edeme Romilly, o autor disserta sobre o tema, considerando que a tolerância, não obstante a inteligência do ser humano, é o triste apanágio da humanidade; a virtude destinada a permitir a convivência com os erros e as paixões dos seus semelhantes, e sem a qual não é possível evitar a perturbação e a dissensão constantes (Romilly, 1756 : 16:390)

João Baptista Magalhães, no texto introdutório à edição portuguesa da Carta sobre a Tolerância, de John Locke, defende a este propósito que, no contexto da Reforma, a tolerância surge como um mal necessário e é a porta de saída para responder aos graves problemas de preservação da paz social surgidos com as perseguições religiosas, que estavam inclusivamente a pôr em causa o progresso económico, e a afirmação dos interesses da classe burguesa em ascensão (Magalhães, 2001: 113 e 117).

No entanto, o conceito de tolerância está ainda longe do sentido de liberdade enquanto Direito reconhecido aos indivíduos, tal como hoje o entendemos e o consagra a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como nos recorda Diogo Pires Aurélio, a tolerância exprime “sofrer” e “suportar pacientemente”, e surge no *Vocabulário Português e Latino* de Rafael Bluteau (de 1721) como “cousas não lícitas sem castigo de quem as comete” (Aurélio, 1996: 179-180). Nesse sentido, a tolerância não deixa de representar uma forma de poder de quem condescende e aceita tolerar. Mirabeau, num dos seus discursos à Assembleia Constituinte, põe claramente em evidência o limite do conceito de liberdade tolerada face ao de liberdade enquanto direito dos indivíduos: “Eu não vim pregar a tolerância! Porque a mais ilimitada liberdade de religião é para mim um direito tão sacrossanto, que a própria palavra ‘tolerância’ com que se pretende exprimi-la é já, de algum modo, tirânica. [...] A existência de uma autoridade que tem o poder de tolerar atenta contra a liberdade de pensamento pelo facto mesmo de que tolera e, por conseguinte, poderia não tolerar” (Mirabeau, 1791: 237-238).

O próprio Kant, referindo-se a Frederico II da Prússia, escreverá que “um príncipe que não acha indigno de si dizer que tem por dever nada prescrever aos homens em matéria de religião, mas deixar-lhes aí a plena liberdade, que por conseguinte, recusa o arrogante nome de tolerância, é efetivamente esclarecido”, merecendo ser considerado como “aquele

que, pela primeira vez, libertou o gênero humano da menoridade” (Kant, [1795] s.d.: 17).

Porém, a tolerância, no plano das convicções morais e religiosas, representa o necessário entreabrir da porta por onde entrará a liberdade de expressão. Não é por acaso que o bem e o mal ou a verdade e o erro surgem em alguns filósofos como duas vertentes de uma mesma questão que encontra a sua plena resolução no livre uso do pensamento dos indivíduos dotados da razão e capazes de se autodeterminarem nas suas escolhas. Com efeito, a Reforma, ao fazer estalar a crise no seio do pensamento sobre Deus, o sagrado e a religião, princípios unificadores das “sociedades morais” (Lipovetsky, 1994: 27), tem o condão de fazer deslocar o bem e o mal, a verdade e o erro, para o domínio da racionalidade, colocando a liberdade no centro da discussão.

Três aspetos parecem-nos fundamentar a constituição da liberdade de expressão como um direito – e já não como algo que é tolerado – que justifica a tendência crescente de confinar ao mínimo os limites ao exercício dessa liberdade. Em primeiro lugar, a identificação da liberdade de expressão como um direito natural inerente à racionalidade e à própria autorrealização dos sujeitos. Em segundo lugar, o reconhecimento da expressão da racionalidade como condição fundamental para o progresso económico e político das sociedades (Milton [1644] 1999: 185 e 197). Finalmente, a preponderância do interesse público da divulgação das ideias, em detrimento da defesa dos direitos individuais, nomeadamente em matéria dos princípios que pudessem justificar limitações maiores da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Este princípio têm por base um dos pressupostos filosóficos fundamentais das sociedades liberais: o de que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa não são um garante da verdade, mas uma condição essencial para a sua emergência.

A liberdade de imprensa é, assim, entendida como o corolário da liberdade de expressão, na medida em que ela é um dos instrumentos fundamentais para viabilizar o debate público indispensável ao acesso da “verdade” e à formação da vontade do povo e da soberania dos Estados. Esta preocupação parece sustentada na afirmação de Guillaume-Chrétien

Malesherbes, segundo o qual não é possível conceber que “as boas leis sejam obras de um único homem”, pelo que é fundamental “abolir as leis proibitivas que impedem as pessoas esclarecidas de escrever o que pensam” e garantir que aqueles que participam “com a sua opinião no debate público de forma séria” não sejam perseguidos pelas suas ideias (Malesherbes, [1809] 1999: 244 e 305). Nesta linha de pensamento, Mirabeau, no discurso proferido nos Estados Gerais, referir-se-á à liberdade de imprensa como o “garante único, garante sagrado”, dos “bons direitos”, sugerindo erigir esta causa como a “bandeira de união da nação”, enquanto instrumento de promoção do Iluminismo, do “bem público”, do “espírito público” e da “concordia pública”. É nesse sentido que considera a liberdade de imprensa como o “*palladium* de todas as liberdades”, defendendo a sua consagração, “para sempre”, como a liberdade “mais inviolável” e a “mais ilimitada” de todas (Mirabeau, 1992: 420 e 426). Também Kant retomará estas palavras ao considerar que a “liberdade de escrever (...) é o único paladino dos direitos do povo” (Kant, [1793] s.d: 91) na medida em que a circulação dos pensamentos e das ideias é a forma que permite aos cidadãos fazer chegar os seus pontos de vista ao Estado e a este último de governar conforme as exigências do povo e da razão pública.

A possibilidade desta razão pública será o principal motivo que levará o pensamento político e filosófico a aceitar a preponderância da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa e a defender como único limite as situações em que esta ponha em causa a liberdade dos outros e da ordem pública.

No entanto, na linha de inúmeros autores iluministas, poder-se-á sustentar que, num contexto de liberdade de expressão e de crítica, os perigos resultantes dos abusos de liberdade de imprensa são despidiosos. Este princípio surge claramente formulado por Condorcet, cujo pensamento determinará os princípios da legislação liberal sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Para Condorcet, a perseguição da imprensa por crime de abuso de liberdade deveria estar limitada aos casos que comprovadamente envolvessem danos graves contra outras pessoas, calúnia contra pessoas públicas e perturbação da ordem pública,

pelo que outros crimes menores não deveriam sequer ser objeto de legislação. Ainda assim, Condorcet defendia que os “danos graves” deveriam ser provados e que eles tivessem sido causados de forma consciente por parte do autor do crime. Para além disso, o revolucionário francês considerava que, nestes casos, as penas não deveriam ter mais do que um efeito dissuasor; que da sua instrução ou punição não deveria resultar um mal ainda mais grave para a sociedade do que causaria se esse crime permanecesse impune; ou que da aplicação da pena não adviesse um mal pior para a sociedade do que para o criminoso (Condorcet, [1776] s.d. : 272 a 276).

A jurisprudência norte-americana acabou por consagrar, em 1805, alguns destes princípios defendidos por Condorcet, num caso em que opôs Thomas Jefferson a um considerado “obscuro editor” de Washington, na sua luta contra os federalistas, que o haviam acusado de traidor e incendiário. Depois de terem perdido na primeira instância, os federalistas conseguiram, em fase de recurso da sentença, que o tribunal considerasse que a liberdade de imprensa não poderia ser objeto de punição sempre que, em sua defesa, fossem provados que os conteúdos, objeto de perseguição criminal, tivessem sido publicados tendo por base “bons motivos” e em nome de “fins justificáveis”, um princípio que acabou por prevalecer nos Estados Unidos (Levy, 1996: LXXIX).

Este princípio justifica, aliás, a razão pela qual, mesmo sem deixar de se queixar do “estado putrefacto” em que, na sua opinião, se encontrava a imprensa americana, Jefferson tivesse, ainda assim, referido, numa frase que o tornou num dos mais célebres defensores da liberdade da imprensa do que, na realidade, o eram as suas próprias convicções²: “... se tivesse que decidir entre um governo sem jornais ou jornais sem governo não hesitaria um instante em decidir-me pelo segundo”³.

² Leonard Levy considera que Jefferson foi essencialmente um democrata e as suas convicções libertárias nunca tiveram raízes profundas, nem foram defendidas de forma corajosa, excetuando-se o caso da liberdade religiosa (Levy, 1996: 327).

³ A frase surge numa carta dirigida ao Coronel Edward Carrington, incluída na seleção de textos sobre Jefferson efetuada por L. Levy (Levy, 1996: 333).

A forma como o pensamento liberal irá lidar com os interesses conflitantes da liberdade de expressão será bastante pragmática, aceitando-a como uma equação longe de resolvida, como é patente na expressão de Jeremy Bentham ([1821] 2001: 50): “todos os males que são suscetíveis de resultar desta liberdade são sempre e em qualquer lado contrabalançados pelos bens por ela produzidos”. Albert Camus, no século XX, recorrerá ao mesmo princípio ao afirmar: “quando a imprensa é livre, isso pode ser bom ou mau; mas, seguramente, sem liberdade, ela só pode ser má. Tanto para a imprensa como para o homem, a liberdade oferece uma possibilidade de ser melhor; a subserviência é apenas a certeza de nos tornarmos piores” (*Apud* Balle, 1987: 196).

Liberdade de expressão e quarto poder

É neste caldo filosófico que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa cresceram e ainda hoje mergulham as suas raízes intelectuais e normativas. No entanto, o desenvolvimento que a imprensa irá adquirir, em particular a partir do séc. XIX, com a sua progressiva industrialização e profissionalização, fá-la-á alargar os seus pressupostos normativos, sem contudo deixar de reivindicar os pressupostos liberais de liberdade. Com efeito, a industrialização e a profissionalização do jornalismo, que se iniciam no Séc. XIX, representam também uma mudança de paradigma, cuja legitimidade deixa de ter como pedra angular apenas o pressuposto filosófico da Liberdade de Expressão. A organização da imprensa numa indústria, na qual trabalham regularmente profissionais com competências próprias para o tratamento e divulgação de conteúdos informativos, dá origem a um novo paradigma onde a circulação da informação tende progressivamente a sobrepor-se à livre expressão de opiniões que dominou os séculos XVIII e XIX (Charron e Bonville, 2004: 293). Este processo de transformação foi bem documentado, no caso francês, por Christian Delporte, que pôs em evidência a mudança progressiva que se vai realizando no interior das redações, onde o intelectual e o homem de letras, preponderantes face ao *gazetier* do século XIX, vão sendo secundarizados

e considerados como “intrusos” na sala de redação, com a afirmação da profissão de jornalista (Delporte 1999: 256 e ss.).

Como justamente refere Splichal, os fundamentos deste ‘novo jornalismo’ encontra raízes na concepção utilitarista, em particular do pensamento de Bentham. Com efeito, apesar de o seu pensamento sobre a liberdade de expressão ser marcado pela concepção liberal, o utilitarismo de Bentham fará com que ele atribua à imprensa um papel fundamentalmente instrumental. Bentham atribuía-lhe um papel central no funcionamento da opinião pública, defendendo, por isso, a sua ampla difusão e multiplicação. O jornal, para além de ser considerado o meio mais adequado para assegurar o acompanhamento dos acontecimentos e o escrutínio do quotidiano, parecia desempenhar no pensamento de Bentham uma função pedagógica, no sentido de fazer os cidadãos interessarem-se pelos assuntos públicos:

“Abrindo o jornal cada leitor vai à procura do tema que lhe interessa mais. Mas enquanto ele se dedica a esta busca, passam-lhe sob os olhos todo o tipo de assuntos. Pouco a pouco, o aspeto estranho e detestável destes outros temas esbate-se e o leitor familiariza-se com cada um deles. Mesmo supondo que ele deixa regularmente de lado os assuntos que de todo não lhe interessam e para os quais nem sequer olha, o seu interesse por aqueles a que não é totalmente indiferente desperta apesar de tudo, a pouco e pouco” (Bentham, 2001: 132).

Tão ou mais relevante do que essa dimensão pedagógica está a ideia de que os jornais são um instrumento fundamental de escrutínio da vida pública. Esse facto leva Bentham a pensar a imprensa como um tribunal da opinião pública, num claro paralelismo com os tribunais oficiais, com funções próprias: 1) atender reclamações e queixas; 2) ouvir as respostas da defesa; 3) ouvir, “arrancar”, juntar e conservar testemunhos; 4) ouvir, escutar ou ler os argumentos das partes envolvidas ou dos seus advogados; 5) formar uma opinião sobre os argumentos em presença, julgá-los e tirar deles as ilações correspondentes para depois; 6) exprimi-los; 7) imprimir-los; 8) difundir-los; e, finalmente, 9) proceder de modo a que os julgamentos efetuados e as ilações retiradas produzam efeito (Bentham, 2001: 148).

Esta forma instrumental de ver o jornalismo leva-o, inclusivamente, a teorizar sobre a constituição deste tribunal da opinião pública, composto por quantos se interessam pelos assuntos públicos, entendidos estes como matérias que dizem respeito a cada um e a todos os membros pertencentes a uma comunidade. Nele participam, nomeadamente, os que apenas tomam a palavra; os que tomam a palavra e leem, os que não só falam e leem mas também escrevem; e, finalmente, os que, fazendo tudo isto, também imprimem e publicam (Bentham, [1843] 2001: 145).

Conceitos como o de “tribunal da opinião pública”, de Bentham, ou o de quarto poder da imprensa, atribuído a Thomas Macaulay (Splichal, 2002: 44), quando se referia à galeria reservada aos jornalistas para assistirem aos debates do parlamento britânico, permitiram, no final do séc. XIX, a construção de uma “ideologia aristocrática” acerca da imprensa e do jornalismo, vistos como quarto poder e como cão-de-guarda.

Uma questão fica, no entanto, por esclarecer nesta discussão e que nos pode servir de orientação no debate que aqui pretendemos realizar. Sendo ambos utilitaristas, qual a razão da divergência entre John Stuart Mill e Bentham a propósito da liberdade de expressão e, em particular, da liberdade de imprensa?

O próprio Stuart Mill explica que Bentham concebe o homem como um ser destituído de capacidade de prosseguir uma ação desinteressada, como um fim válido, razão pela qual as noções de princípio, retidão e dever resultam mais de uma questão de amor-próprio do que de uma vontade livre do sujeito moral. Ou seja, na conceção utilitarista de Bentham, só é possível limitar a conduta individual por via do receio das sanções, sejam elas provenientes da lei, da religião ou da opinião pública (Mill, [1869] 1999: 30). Essa é a razão pela qual a imprensa assume mais um carácter instrumental de vigilância dos sujeitos detentores do poder do que de um potencial crítico e de formação de uma racionalidade da vida pública, questão que, no pensamento de Bentham, parece bem mais secundarizada do que na tradição iluminista e liberal.

Apesar de ambos serem defensores da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, Bentham e Mill têm duas conceções bastante diferentes acerca da sua realização. Se, para Bentham, a imprensa cons-

titui um elemento fundamental para o exercício do tribunal da opinião pública contra os abusos do poder, para Mill, a liberdade de imprensa funda-se numa conceção de liberdade de expressão enquanto garante e instrumento da realização dos sujeitos.

Responsabilidade e liberdade

Estas duas dimensões do pensamento utilitarista, aqui reduzido ao pensamento de Mill e Bentham, antecipam uma evolução maior que o jornalismo se prepara para conhecer no século XIX e início do Século XX e que marcará a emergência do jornalismo moderno. A transformação dos leitores de jornais em públicos, a industrialização da imprensa, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a profissionalização do jornalismo e a criação dos profissionais da informação acentuarão a dimensão instrumental do jornal e do jornalismo ao serviço da causa pública da informação, em detrimento da sua função crítica. Certamente que estas transformações se nortearão sempre pelos princípios de difusão das ideias, que encontram o seu fundamento nos princípios da liberdade de expressão. No entanto, este jornalismo que emerge no século XIX vai sendo marcado pela progressiva substituição do publicista pelo repórter nas redações, um processo que é acompanhado por profundas transformações de ordem discursiva, no sentido de “despolitizar as práticas discursivas jornalísticas e encorajar o desenvolvimento de um jornalismo de informação baseado nas normas discursivas da neutralidade e da objectividade” (Chalaby, 2003: 45). A industrialização da imprensa e o modelo de negócio assente no conceito de um produto (o jornal) dois mercados (leitores e publicidade) dão lugar a jornais mais preocupados com os seus públicos do que com as ideologias que os financiavam no passado, assumindo a neutralidade e a independência mais consentâneas com os próprios objetivos de sustentabilidade económica assente num mercado de massas.

Em termos concetuais, embora sem perder a sua dimensão formativa e ideológica, estas mudanças colocaram o jornalismo ao serviço da liber-

dade dos cidadãos, constituindo-o como uma profissão responsável por prover aos cidadãos as informações necessárias, a partir das quais eles formarão uma opinião do mundo. Deste modo, a liberdade de expressão apresenta-se como o enquadramento geral indispensável para que o jornalismo exerça as suas responsabilidades sociais. Não se trata apenas, recuperando o conceito de liberdade de Isaiah Berlin, de uma liberdade negativa, uma liberdade *de* exprimir opiniões, para se constituir numa liberdade positiva, uma liberdade *para* o exercício de uma responsabilidade profissional ao serviço de uma informação pública (Berlin, 1990). Esta dimensão será fortemente reforçada no início do século XX, com a criação dos códigos deontológicos do jornalismo, quer nos Estados Unidos quer na Europa. O interesse público, que o jornalista é suposto servir, está previsto em inúmeros códigos. O *Journalist's Creed*, de 1914, da Escola de Jornalismo do Missouri, considerado um dos documentos de referência dos códigos deontológicos norte-americanos, vincula o jornal a uma responsabilidade pública e considera que a aceitação de um serviço menor do que o serviço público é uma traição a essa missão. O código deontológico do Sindicato Nacional dos Jornalistas franceses, cuja primeira versão data de 1918, sublinha no seu preâmbulo que o “direito do público a uma informação de qualidade, completa, livre, independente e pluralista (...) orienta o jornalista no exercício da sua missão”, que “prima sobre qualquer outra”.

Estas preocupações com a responsabilidade social do jornalismo tiveram expressão em correntes normativas. Em 1947, a Comissão Sobre a Liberdade de Imprensa, coordenada por Robert M. Hutchins e Zachariah Chaffe, Jr., no seu relatório *A Free and Responsible Press*, depois de defender “que nenhum serviço público é mais importante que o serviço das comunicações” (The Commission on Freedom of the Press, 1947: 77), enuncia alguns princípios que devem orientar a responsabilidade dos *media*: apresentar um inventário verdadeiro, completo, inteligente e analítico dos acontecimentos diários, num contexto de sentido; constituir um fórum de troca de opiniões e de críticas; projetar e trocar opiniões de diferentes grupos sociais; apresentar e clarificar metas e valores da sociedade; permitir que cada membro da sociedade tenha acesso à infor-

mação, bem como às diferentes sensibilidades e correntes de pensamento. Mais tarde, nos anos 80 do século passado, esta discussão ressurgiu pelo assim conhecido Relatório McBride, *Multiplés Voix, Un Seul Monde* (1980), em resultado de discussões levadas a cabo na UNESCO, embora sob o enfoque global das desigualdades da informação no mundo e dos contributos dos *media* para o desenvolvimento.

Apesar do contexto de responsabilidade social que marcou a afirmação do jornalismo enquanto profissão, as reações a ambos documentos, nomeadamente pelos setores mais libertários, foram objeto de uma viva crítica, sob o argumento de que punham em causa a liberdade de expressão e de imprensa. No caso do Relatório Hutchins, embora tenha sido considerado por Lambeth (1992: 21) a mais importante declaração sobre os *media*, no séc. XX, do ponto de vista filosófico, o documento mereceu vivas reações por parte de alguns proprietários, jornalistas e filósofos, que o consideraram uma ameaça à I Emenda da Constituição dos EUA. Idêntica sorte ditou os destinos do Relatório McBride, com os países ocidentais, defensores do *free flow of communication*, a criticarem o documento, constatando que, sob a capa de uma comunicação orientada para o desenvolvimento, muitos países viam nela uma oportunidade de legitimarem o seu autoritarismo, exercerem o controlo da imprensa e perseguirem a liberdade de expressão (Camponez, 2002: 133).

O investigador canadiano Marc-François Bernier sintetiza em três as teorias da responsabilidade social no jornalismo: a responsabilidade social definida legalmente (imposta autoritariamente, de A para B); a responsabilidade assumida corporativamente pelos jornalistas e pelos *media* (contratualizada entre A e B); e a responsabilidade determinada de forma pluralista e individualmente pelos jornalistas (em que A assume as suas próprias responsabilidades para com os outros). Esta última, no entanto, não é considerada por muitos autores como uma teoria da responsabilidade, não sendo mais do que uma versão libertária de natureza deontológica (Bernier, 1994: 51-52), mais preocupada na divulgação dos factos, “doa a quem doer”, do que em contribuir para o bem comum. De resto, com frequência a noção de responsabilidade social é entendida pelos libertários como contendo uma potencial ameaça à liberdade.

Para esta relação dilemática, e que encontra na filosofia um debate inacabado entre liberais e comunitários, tem-se procurado uma solução em expressões como “liberdade responsável”, “liberdade com responsabilidade”, mas que, a nosso ver, dizem mais da aporia concetual do que apontam no sentido de uma solução teórico-prática do problema.

Novos paradigmas comunicacionais da liberdade de expressão e de imprensa

Esta crítica tem uma formulação, ainda mais devastadora que questiona o ajustamento ao mundo contemporâneo dos *media* e do Jornalismo, dos pressupostos liberais que estão na base das teorias da liberdade de expressão e de imprensa. Ferdinand Terrou e Lucien Solal perguntavam-se a este propósito, já em 1951, se seria expectável que os princípios filosóficos e legislativos do passado – que inspiram ainda hoje a regulamentação sobre a liberdade de imprensa – fossem os mesmos se, nessa altura, os *media* tivessem já a dimensão corporativa e os níveis de concentração que adquiriram hoje (Terrou & Solal, 1951: 44).

John Keane, muito mais recentemente, parece corroborar este ponto de vista, ao considerar que os pressupostos filosóficos do pensamento clássico sobre as liberdades de expressão contêm, à luz do mundo contemporâneo, várias insuficiências, uma vez que eles assentam numa visão negativa da liberdade, como uma forma de limitar o poder do Estado e da Igreja, que durante muito tempo, foram os principais entraves à livre expressão dos indivíduos. Explica Keane que, para o pensamento clássico, o mundo era constituído por factos ou verdades. Tinha por modelo a *polis* grega e a ideia de que a harmonização dos interesses (individuais e coletivos) era assumida não só como possível, mas de forma linear. Esta visão não integrava a noção de que a informação é também o resultado de códigos e atos de interpretação de cidadãos individuais que, por sua vez, são formatados por esses mesmos códigos. Do mesmo modo, era-lhe estranha a complexidade que os modernos meios de comunicação social viriam a assumir no seu papel de cons-

trução e divulgação de notícias, assim como a própria complexidade das sociedades contemporâneas, envolvendo liberdades comunicativas de circulação e de receção de conteúdos muito diferenciadas entre si. Por isso, o pensamento clássico não problematizou a questão de os *media* serem mais do que meios de transmissão e de eles poderem representar mal os cidadãos e a opinião pública. Do mesmo modo, a autojustificação dos jornalistas sobre o seu papel mediador, bem como o papel dos representantes da opinião pública nunca foram seriamente equacionados (Keane, 2002: 47 e ss).

Para Keane, o pensamento clássico encontra eco nas expectativas colocadas no mercado, não se admitindo sequer a possibilidade de o mercado ser ele próprio gerador de distorções, em resultado da potencial tensão existente entre investidores e proprietários dos *media* e os interesses dos cidadãos. Neste quadro, a liberdade de expressão e de imprensa tende a ser reduzida à sua dimensão mercadológica. Slavo Splichal retoma criticamente esta discussão, recordando que as metáforas otimistas do quarto poder e da livre circulação de ideias obscureceram o facto de que nem o “quarto poder” é um poder autónomo separado de outros poderes nem o mercado livre de ideias garante “que todos tenham a mesma oportunidade de apresentar a sua opinião” (Splichal, 2004). Nesta linha de pensamento, as noções de livre circulação e de livre mercado das ideias não desapareceram, mas terão sido recuperadas, em particular a partir da II Guerra Mundial, numa versão essencialmente empresarial e mercantilizada dos conteúdos e da liberdade de iniciativa, pensando as audiências como meios de realização de negócio (Splichal, 2004), mais do que como um público que faz uso da sua razão, de acordo com os pressupostos normativos do jornalismo.

As discussões de Keane e Splichal têm eco numa crítica ainda mais vasta efetuada pela sociologia acerca das transformações do Novo Capitalismo (Sennett, 2000 e 2006) e das suas repercussões nefastas quer na economia *media* (Meyer, 2007; Cardoso, 2013), quer no jornalismo (Camponez, 2011: 155-232), pelo que circunscrever estas mutações sociais apenas aos *media* significa não compreender a complexidade das transformações em curso.

No entanto, no domínio aqui em discussão, essas mutações tiveram incidências nas narrativas jornalísticas, no papel de intermediação dos *media* e do jornalismo no espaço público, no modelo de negócio e de sustentabilidade dos *media* e estão a ter implicações nas formas de organização da profissão dos jornalistas.

A crescente democratização e facilidade de acesso à informação, graças ao desenvolvimento da internet, coloca o jornalismo perante a necessidade de recriar novas narrativas, dar maior profundidade aos temas abordados, explorar novos ângulos de abordagem do quotidiano, reforçando o papel do jornalismo como um valor acrescentado, face à generalização da informação disponibilizada pelos cidadãos.

Para além disso, o jornalismo já não desempenha o papel central na mediação de ideias e de informações no espaço público, o que – não o libertando das suas preocupações com a livre expressão das ideias – deve levá-lo a reforçar as suas competências e responsabilidades nos domínios da investigação, do aprofundamento da cobertura informativa e na valorização da comunicação comunitária, tornando-o profissionalmente mais exigente (Picard, 2013: 123 e ss).

As transformações a que assistimos com a emergência do multimédia em linha estão a promover a busca de novos modelos de negócio como o *crowdfunding*, o recurso a fundações, e novas formas de remuneração/financiamento da informação (premium/freemium, assinatura, etc.) (Cardoso, 2013) que têm como implicação um reinvestimento na qualidade dos conteúdos e na responsabilidade social do jornalismo.

Este enquadramento está em contracorrente com os processos de desvalorização dos conteúdos a que temos vindo a assistir no campo dos *media* com consequências a nível socioprofissional, de que são exemplo a *desmemorização* das redações, a precarização dos jornalistas, a generalização do trabalho *freelance*, ou a transformação dos jornalistas em simples mediadores de conteúdos.

O valor que continuamos a atribuir ao jornalismo, na sua ligação com os regimes democráticos e com o espaço público – não obstante as transformações que este último tem vindo a sofrer desde os finais do século XX – deixa-nos inquietos perante estes cenários de crise e de

indiferença acerca do futuro da profissão. A função do jornalismo nas sociedades contemporâneas continua a ser inquestionável, não obstante o esqueçamos quando das suas derivas, mas os modelos tradicionais do seu exercício têm de ser repensados.

A partir da exposição que temos vindo a desenvolver, destacaremos de seguida dois aspetos que, a nosso ver, merecem ser rediscutidos: 1) os pressupostos normativos do jornalismo; 2) a definição do jornalismo como profissão.

Sobre o primeiro aspeto, pretendemos sublinhar a necessidade de reforçar a dimensão da responsabilidade social do jornalismo, em detrimento das questões da liberdade de expressão. A liberdade de imprensa será sempre o corolário da liberdade de expressão que inclui também a responsabilidade do jornalismo. Porém, na era da globalização, da internet e das redes sociais, e a possibilidade do que Castells (2009: 55) denominou por comunicação individual de massas⁴, o jornalismo não pode ser apenas um filtro ou um mediador de conteúdos que interessam às audiências. Neste quadro comunicacional, o jornalismo não tem de se confinar à perspetiva de uma liberdade negativa de expressão individual, mas reforçar a sua responsabilidade, repensar o papel do jornalismo nas sociedades contemporâneas, bem como os seus valores éticos.

O jornalismo tem-se caracterizado como uma profissão aberta, em resultado, entre outros fatores, das questões que se prendem com os riscos de fechamento e do controlo do acesso a uma profissão intimamente ligada à liberdade de expressão ou com a suposta inexistência de um saber especializado.

Referindo-se ao caso francês, Denis Ruellan demonstrou como a abertura da profissão permitiu aos jornalistas conservarem e tornarem possível dois aspetos essenciais da representação da sua identidade profissional: uma profissão de “criadores, não obstante a sua condição

⁴ Para Castells, a *mass self-communication* caracteriza-se pelo facto de a produção das mensagens ser autogerada, a definição dos recetores ser autodirigida e os conteúdos serem autosseleccionados.

de assalariados; uma actividade necessariamente livre, realizada em nome do interesse colectivo” (Ruellan, 1997: 98). A estratégia de não fechamento da profissão permitiu ainda resistir aos efeitos desagregadores resultantes de novas formas de exercício do jornalismo, de novos saberes e de novos ofícios, numa profissão especialmente afetada pela mudança. Anteriormente, porém, Denis Ruellan em parceria com Gérard Cornu reconheceram também que a estratégia de abertura contém o risco da sua dissolução. Para Cornu e Ruellan, a estratégia alternativa passa pela delimitação do território, a exemplo do processo levado a cabo nos anos 30 do Séc. XX pelos jornalistas franceses, em que a profissão se afirmou procurando afastar do centro da produção jornalística os “políticos”, os “professores”, os “amadores” e os “aproveitadores” e excluir as práticas narrativas literárias do seu campo (Cornu e Ruellan, 1993: 155-156).

Por certo que o aprofundamento deste argumento implicaria revisitar o debate entre Dewey e Lippman sobre o jornalismo. Ainda assim, este debate implica o seu *aggiornamento*. O jornalismo, através dos *media* tradicionais da imprensa, da rádio e da televisão, perderam muita da sua preponderância com o processo de democratização do acesso ao espaço público promovido pela internet. Se, por um lado, os cidadãos deixaram de precisar dos *media* para aceder ao espaço público, eles continuam a necessitar de profissionais, cada vez mais preparados, capazes de elaborar informações alternativas e de desmontarem os processos propagandísticos, publicitários, manipulatórios e desinformativos que pontificam na avalanche da comunicação contemporânea.

Os motivos ético-políticos que sustentavam a manutenção do jornalismo como uma profissão aberta alteraram-se. Ao contrário, a proliferação dos *media*, a crescente democratização das redes sociais, o poder das relações públicas, do marketing, da publicidade exigem um jornalismo mais centrado e especializado na seleção, no tratamento e na divulgação da informação, tendo por base critérios profissionais firmados num saber próprio gerado nas Ciências da Comunicação, em mecanismos mais exigentes de acesso à profissão, num quadro de autonomia reforçada e numa renovada responsabilidade social.

Contextos normativos em geografias da lusofonia

Naturalmente, os processos de construção ética, política e jurídica dos sistemas de comunicação pública, em geral, e do jornalismo, em particular, não obstante os processos globalizantes do mundo contemporâneo, estão longe de obedecerem a um modelo único, contrariamente do que a exposição teórica que acabámos de fazer pode deixar indiciar.

Só para recordar uma das referências mais citadas, Hallin e Mancini (2004) identificaram modelos diferenciados de organização do jornalismo no mundo anglo-saxónico, no centro e norte da Europa e no sul mediterrânico, com forte incidência em formas de regulação, organização e culturas jurídicas e profissionais distintas. Com efeito, a discussão normativa que acabámos de fazer não pode deixar de entrar em linha de conta com a própria história e cultura política, com incidência na liberdade de expressão e de imprensa. No caso de Portugal, por exemplo, o jornalismo viveu depois de Revolução do 25 Abril de 1976, o período mais extenso e consistente de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa. Em junho de 2018, o ministro angolano da comunicação social, afirmava num Encontro dos *Media* Públicos, realizado no âmbito da Cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em Cabo Verde, que o Estado tinha visto os *media* públicos no país como meios de propaganda e que esse modelo iria ser alterado com o novo governo. Exemplos destas especificidades encontra-los-emos nas histórias diferenciadas – para continuar a referir casos que nos são próximos –, dos restantes países da lusofonia. Referindo-se ao caso português, José Rebelo (2001) distinguiu três períodos distintos das mudanças dos *media* no curto período que mediou em entre o 25 de Abril de 1976 e a integração de Portugal na união Europeia, em 1985: período revolucionário (1974/1975); a consolidação das estruturas democráticas (1976/1985); e a integração europeia (1985). A este período, talvez tenhamos de acrescentar a entrada na era digital, iniciada a partir dos anos 90 do século XX, cujas consequências e alcance vivemos contemporaneamente. Do nosso ponto de vista, o caso português tem a peculiaridade de ter condensado numa história de quatro décadas as grandes problemáticas que discutimos anteriormente: a censura durante

o Estado Novo; a aprendizagem da liberdade nos primeiros anos que se seguiram à Revolução de Abril; a estabilização e a imposição das lógicas do mercado dos *media* com a adesão da União Europeia; a desregulamentação do mercado na década de 90 do século XX; e os impactes do multimédia em linha, nas empresas de comunicação social, no modelo de regulação e na desprofissionalização do jornalismo (Nuno, Baptista & Subtil, 2017). Este último aspeto, por exemplo, está muito presente nas transformações que verificamos no caso dos jornalistas brasileiros, colocando-os no limite da diluição do jornalismo na comunicação em geral. Mas estes processos não são apenas socioprofissionais. São igualmente narrativos. Com efeito o jornalismo enfrenta na atualidade o desafio da sua própria reinvenção, a exemplo do que fizeram os seus colegas no final do século XIX e início do Século XX.

Conclusão

A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são dois conceitos indissociáveis. As razões para esta imbricação profunda encontram raízes no pensamento clássico, no livre uso da razão dos sujeitos, na livre circulação das ideias e na responsabilidade social da imprensa.

Estes princípios ainda permanecem nos fundamentos do jornalismo, mas os pressupostos que lhe deram origem já não se verificam na atualidade, tendo em conta, nomeadamente: a complexificação das sociedades contemporâneas; uma nova consciência sobre os processos de comunicação e de criação de sentido; a progressiva oligopolização das empresas de *media*; o crescente centramento dos *media* nas questões do negócio, mais do que na dimensão comunicativa do espaço público; a democratização do acesso dos indivíduos ao espaço público e da sociedade organizada, posto em marcha pelo multimédia em linha.

Este contexto deve levar-nos a um *aggiornamento* ético e filosófico dos pressupostos normativos do jornalismo. O reforço das condições de acesso à profissão, o repensar dos princípios normativos do jornalismo nas sociedades atuais, a revisão dos princípios deontológicos, a afirmação

do saber profissional próprio, a criação de mecanismos de autorregulação fortes são alguns dos pressupostos que, a nosso ver, devem orientar a profissão, sob o risco da sua completa diluição no vasto mundo que é hoje a comunicação pública. Esta diluição não deve ser entendida como um perigo corporativo; tão-somente como um risco para a democracia.

Bibliografia

- AURÉLIO, D. P. – Tolerância/intolerância. *Enciclopédia Einaudi* (Política-tolerância/intolerância), 22. S.l.: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996. p. 178-230.
- BALLE, F. – *Et si la Presse n’Existait Pas*. S.l.: Jean-Claude Lattés, 1987.
- BENTHAM, J. ([1821] 2001). Sur la liberté de la presse et de la discussion publique. In J. BENTHAM, *Garanties Contre L’Abus de Pouvoir et Autres Écrits Sur la Liberté Politique* (41-99). Paris: Éditions Rue d’Ulm/Presses de l’École Normale Supérieure.
- BERLIN, I. – *Éloge de la Liberté*. S.l.: Calmann-Lévy, 1990.
- BERNIER, M-C. – *Éthique et Déontologie du Journalisme*. Sainte-Foy: Presses Universitaires de Laval, 1994.
- BRIN, C.; CHARRON, J.; BONVILLE, J. – *Nature et Transformation du Journalisme – Théorie et recherches empiriques*. S.l.: Les Presses Universitaires de Laval, 2004.
- CAMPONEZ, C. – *Jornalismo de Proximidade – Rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- CAMPONEZ, C. – *Deontologia do Jornalismo – A autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*. Coimbra: Almedina, 2011.
- CARDOSO, G. (org.) – *A Sociedade dos Ecrãs*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- CASTELLS, M. – *Communication Power*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009.
- CHALABY, J. – “O jornalismo como invenção anglo-americana – Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)”. *Media & Jornalismo* (3), 2003. p. 29-50.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. – «Le Journalisme et le marché: de la concurrence à l’hiperconcorrence». In Brin, C., Charron, J. & Bonville, J., *Nature et Transfor-*

- mation du Journalisme – Théorie et recherches empiriques* (273-316). S.l.: Les Presses Universitaires de Laval, 2004.
- CONDORCET (1776). *Fragments sur la liberté de la presse – 1776*. In *Oeuvres de Condorcet*. Paris: Didot, 257-314. Consultado a 8 de maio de 2016, em http://archiviomarini.sp.unipi.it/78/01/fr_condorcet.pdf .
- CORNU, G. & Ruellan, D. (1993). *Technicité intellectuelle et professionnalisme des journalistes*. *Réseaux*, 11(62), 145-157. Consultado a 8 de maio de 2016, em http://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1993_num_11_62_2585.
- DELPORTE – *Les Journalistes en France (1880- 1950) – Naissance et construction d'une profession*. Paris: Seuil, 1999.
- FORTUNA, F. – *John Milton e a liberdade de imprensa*. In J. Milton, *Areopagítica – Discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- HABERMAS, J. – *L'Espace Publique – Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1993.
- HALLIN, D. C.; Mancini, P. – *Comparing Media Systems – Tree models of media and politics*. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cap Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press, 2004.
- KANT, I. ([1793] s.d.). *Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática*. In I. KANT, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (57-118). Lisboa: Edições 70.
- KEANE, J. – *A Democracia e os Media*. Lisboa: Temas & Debates, 2002.
- LAMBETH, E. B. – *Periodismo Comprometido – Um código de ética para a profissão*. México: Limusa/Noriega Editores, 1992.
- LATAUD O. – *Introduction (17-129)*. In J. Milton, *For the Liberty of Unlicensed Printing – Areopagítica, Pour la Liberté de la Presse Sans Autorisation ni Censure – Areopagítica*. Paris, Aubier/Flammarion, 1969.
- LEVY, L. W. – *Freedom of the Press from Zenger to Jefferson*. Durham: Carolina Academic Press, 1996.
- LIPOVETSKY, G. – *O Crepúsculo do Dever – A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- MAGALHÃES, J. B. – *Locke – A Carta Sobre a Tolerância» no seu contexto filosófico*. Porto: Contraponto, 2001.

- MALESHERBES, G.-C. L. – *Mémoires Sur la Librairie. Mémoire Sur la Liberté de la Presse*. S.l.: Imprimerie Nationale, 1994.
- MEYER, P. – *Os Jornais Podem Desaparecer? – Como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MILL, J. S. ([1869] 1997), *Sobre a Liberdade*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MILTON, J. – *Areopagítica – Discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MIRABEAU ([1821] 1992), *De la Liberté de la Presse – 1788*. Caen : Centre de Philosophie Politique et Juridique de L'Université de Caen.
- MIRABEAU – *Collection Complète des Travaux de M. Mirabeau L'Ainé à l'Assemblée Nationale* (tome 2). Paris: Imprimerie de la veuve Lejay, 1791.
- NUNO, J.; BAPTISTA, C.; SUBTIL, F. (eds.) – *A Crise do Jornalismo em Portugal*. S.l.: Deriva/Le Monde Diplomatique, 2017.
- PICARD, R. – *A Criação de Valor e o Futuro das Organizações Jornalísticas – Por que e como o jornalismo deve mudar para permanecer relevante no século XXI*. Porto: Media XXI, 2013.
- RAPPORT DE LA COMMISSION INTERNATIONALE D'ÉTUDE DES PROBLEMES DE LA COMMUNICATION (1980). *Un Seul Monde, Multiples Voix*. Paris : Les Nouvelles Éditions Africaines, UNESCO. Consultado a 8 de maio de 2016, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066fb.pdf>.
- REBELO, J. – Le processus de concentration des medias au Portugal. *Communication – Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian (XLI)*, 2001. p. 103-111.
- ROIG, F. J. A. – *Orígenes Doctrinales de la Libertad de Expresión*. Madrid : Universidad Carlos III de Madrid/Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1994.
- ROMILLY, J-E (1751). Tolérance. In *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* (Vol. 16 : 390-395). Consultado a 8 de maio de 2016, em https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/TOL%C3%89RANCE
- RUELLAN, D. – *Les “Pro” du Journalisme – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1997.
- SENNETT, R. – *La Corrosión del Carácter – Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

- SENNETT, R. – *La Cultura del Nuevo Capitalismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2006.
- SPLICHAL, S. – *Principles of Publicity and Press Freedom*. Lanham, Boulder, Nova Torque, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- SPLICHAL, S. (2004). Why are the rights of media owners considered superior to the personal right to communicate? *Media Development*, 2. Consultado a 5 de outubro de 2009. Disponível URL: <http://www.waccglobal.org/es/20042-citizenship-identitymedia/508-Why-are-the-rights-of-media-owners-considered-superior-to-the-personal-right-to-communicate>.
- TERROU, F. & Solal, L. (1951). *Legislation for Press, Film and Radio – Comparative study of main types of regulations governing the information media*. Paris: Unesco. Consultado a 8 de maio de 2016. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000432/043216eo.pdf>.
- THE COMMISSION ON FREEDOM OF THE PRESS – *A Free and Responsible Press – A general report on mass communication: Newspapers, radio, motion pictures, magazines and books*. Chicago: The University of Chicago Press, 1947.

(Página deixada propositadamente em branco)

TATIANA APARECIDA MOREIRA

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

MOVIMENTOS E RUPTURAS: AS VOZES DO HIP HOP

“[...] Vida loka cabulosa

O cheiro é de pólvora

E eu prefiro rosas [...]”

Vida loka (parte 2) – Racionais MC’s

Considerações iniciais

Este escrito sobre o Movimento *Hip Hop* norte-americano, brasileiro e português integra a nossa tese de doutorado, em que nos propusemos a analisar a construção de autoria em *raps* brasileiros e portugueses.

Assim, vamos explicitar e discutir de que maneira o contexto histórico e social de emergência do *Hip Hop* nos Estados Unidos e de sua expansão para outras partes do globo foi reelaborado e reacentuado nas culturas brasileira e portuguesa. Dessa forma, a partir de pressupostos teóricos e metodológicos de Bakhtin e de Volochínov (1995, 2003) sobre dialogismo e atitude responsivo-ativa, examinaremos como o *Hip Hop* constituiu-se, no Brasil e em Portugal, como manifestação que teve suas práticas e seus elementos (Mestre de Cerimônia/*Rapper*; DJ, grafite e *break*) assimilados, reelaborados e reacentuados em novos contextos históricos, sociais e culturais, portanto, distintos daqueles que podem ser considerados os “embriões” do movimento para o mundo: os guetos norte-americanos.

Partilhamos do princípio bakhtiniano sobre dialogismo em que se sustenta que

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos (BAKHTIN, 2003, p. 294-295).

Desse modo, partimos desse princípio para evidenciar como o local influencia e dialoga com o global, tendo em vista que ambos, o local e o global no *Hip Hop*, revelam-se plurais e antropofágicos, e que passaram por reelaboração e por reacentuação¹, nos Estados Unidos, no Brasil e em Portugal.

O movimento *Hip Hop* norte-americano

Delinearemos o contexto histórico e social de emergência do *Hip Hop*, uma vez que “[...] entender o porquê da popularidade de certas produções pode elucidar o meio social em que elas nascem e circulam, podendo, portanto, levar-nos a perceber o que está acontecendo nas sociedades e nas culturas contemporâneas” (KELLNER, 2001, p. 14).

Dessa forma, o contexto histórico e social no qual o movimento norte-americano desenvolve-se é o das lutas dos afro-americanos, nos anos de 1960, cuja liderança foi exercida, sobretudo, por Malcon X e Martin Luther King que foram assassinados, pois visavam a uma sociedade mais igualitária e, conseqüentemente, menos violenta e com mais amor ao próximo. Essas lutas eram uma forma de os negros mostrarem sua indignação diante de um sistema opressor, separatista e excludente, que fazia, por exemplo, negros e brancos terem assentos apartados uns dos outros nos ônibus.

Os afro-americanos foram se organizando, com o passar do tempo, em associações, como a dos *Black Panthers* (Panteras Negras) que tinha como integrantes, conforme menciona Pimentel (1997), entre outras pessoas, a mãe

¹ A partir dos estudos bakhtinianos (1995, 2003), o que se entende por reelaboração e por reacentuação representa, respectivamente, as modificações pelas quais um enunciado/projeto de dizer passa, mesmo que haja diálogo com outros enunciados, e o novo tom valorativo dado pelo falante para esse projeto de dizer.

de um dos grandes *rappers* norte-americanos, o Tupac Shakur (2 Pac), assassinado em 1996 (MOREIRA, 2009).

Aliado a esse contexto político e social, de acordo com Silva (1999), o movimento *Hip Hop*, na década de 1970, começou a ser alicerçado, em plena era da disco music, ligado à prática da dança, o denominado *break*. É por isso que as palavras *Hip Hop* significam, respectivamente, quadril e saltar, ou seja, saltar movendo os quadris, movimentos característicos da performatividade do *break*. O DJ Afrika Bambaataa é conhecido como um dos líderes e precursores do *Hip Hop*, e o Bronx, em Nova Iorque (EUA), foi o bairro em que essa cultura começou a florescer, entre os afro e latino-americanos, também como uma alternativa de implementar diversão na comunidade, tendo em vista o descaso pelo qual essa população passava, em meio à segregação e ao *apartheid* vivenciados (MOREIRA, 2009).

Pieterse (2010) faz referência a cinco elementos centrais do *Hip Hop*: o MC (Mestre de Cerimônia)/*rapper*; o DJ; o grafite; a dança *break* e o denominado “conhecimento de si mesmo”. Resumidamente, os quatro primeiros elementos podem ser assim caracterizados: o MC é quem elabora e canta os *raps* (que significam *rhythm and poetry*, ou seja, ritmo e poesia); o DJ é responsável pelas colagens e arranjos musicais feitos com equipamentos especializados, como *pick-ups* e sampleadores, nas bases dos *raps*, com essas canções sendo um trabalho conjunto entre MCs e DJs; o grafite, arte de rua, com temas e cores variadas, geralmente, realizado com tinta *spray*; o *break*, dança que tem coreografias quebradas e que dispõem o corpo em quebra e em movimento rítmico.

Sobre o conhecimento de si mesmo, apelidado por Afrika Bambaataa, como “quinto elemento”, de acordo com Pieterse (2010), refere-se à consciência crítica sobre a história do negro e as raízes da opressão racial e exclusão. Assim, esse conhecimento de si seria o pré-requisito para realizar os outros quatro elementos do movimento *Hip Hop* de maneira melhor, de acordo com Bambaataa, e uma forma de preservação de alguns traços de identidade. Conhecer-se também se relaciona aos estilos musicais, como o *soul*, *funk*, *blues*, *jazz*, *gospel*, e outros, que influenciaram a música *rap*. De acordo com Perry (2004, p. 38, apud PIETERSE, 2010, p. 433), “A música rap é uma mistura. Como uma forma de arte, ela combina poesia, prosa, canção, música e teatro.

E pode vir na forma de narrativa, autobiografia, ficção científica ou debate” (Tradução nossa)². Nota-se, por meio dessa citação, que o *rap* é polifônico, mesclando várias vozes, e também híbrido, enquanto gênero discursivo, e também do ponto de vista musical.

Outros nomes que se destacam, como pioneiros, no cenário do *Hip Hop* norte-americano são os DJs Kool Herc e Grandmaster Flash.

O DJ jamaicano Kool Herc, cujo nome é Clive Campbell, tinha ampla experiência, em seu país, com os *sound system* (composto por um par de *pick-ups*: dois toca-discos interligados, dois amplificadores e um microfone), utilizados em festas ao ar livre, tornando-se referência nesse tipo de técnica nas festas *blacks* realizadas no Bronx. Além dessa técnica, Herc também desenvolveu, de acordo com Silva (1998), as primeiras colagens denominadas de *break beats* que, por serem partes rítmicas retiradas das canções, responsáveis por romperem com a linearidade, proporcionavam o alongamento da base musical. Essas colagens eram provenientes de canções afro-americanas de mestres do *jazz* de New Orleans, como Isaac Hayes, Bob James e Rare Earth. Além dessas contribuições e inovações no campo da discotecagem, Herc também teria sido responsável por trazer da Jamaica o canto falado que deu origem ao *rap* norte-americano (MOREIRA, 2009).

Grandmaster Flash foi discípulo de Herc e aprimorou novas técnicas, conhecidas como *scratch* e o *back spin* (ou *back to back*). Segundo Silva (1998), Grandmaster Flash, por meio dessas técnicas, ampliou o trabalho de discotecagem para além das colagens do *break beat*. Flash e alguns amigos, Cowboy e Melle Mel, começaram a elaborar *boasts* (“poemas”) sob a base musical e, posteriormente, juntamente com Kid Creole, formaram o grupo Grandmaster Flash and the Furious Five, cujos *raps*, com o passar do tempo, migraram para temas a respeito da vida do gueto no álbum *The Message*, de 1982. Ainda de acordo com Silva (1998), o músico elaborou novas sonoridades a partir do uso do disco de vinil e, por meio de rupturas diferenciadas no ritmo musical, o DJ tornou-se uma figura primordial nos arranjos do *rap* (MOREIRA, 2009).

² “Rap music is a mixed medium. As an art form, it combines poetry, prose, song, music, and theatre. It may come in the form of narrative, autobiography, science fiction, or debate”.

Outras técnicas de *scratch* também são mencionadas por Shusterman (1998), embora este não atribua o nome de nenhum DJ que tenha contribuído com essas técnicas. Ele divide-as em três tipos: o *scratch mixing* que seria a sobreposição e a mixagem de sons de um disco ao de um outro que já esteja tocando; o *punch phrasing* que consistiria no refinamento da mixagem, em que o DJ desloca a agulha para a frente e para trás sobre um fraseado específico de cordas ou percussão de um disco, com o acréscimo de um efeito rítmico forte ao som de um outro disco que estaria tocando em outro aparelho; e o *scratching* simples que se relacionaria em fazer um *scratching* mais agressivo e rápido com a agulha sobre o disco.

Independentemente de contribuições de outros artistas, como se percebe, ambos, Kool Herc e Grandmaster Flash, auxiliaram de maneira significativa para formar e fortalecer os alicerces do movimento *Hip Hop* em solo norte-americano. Inicialmente, como se observa, havia apenas o aspecto musical, e os DJs eram acompanhados pelos dançarinos de *break*, os *break-boys* e as *break-girls*, ou simplesmente *b-boys* e *b-girls*, numa vertente ao mesmo tempo mais descontraída, pois tinha um cunho de divertimento, mas, por outro lado, também havia o cunho social e político do embrionário movimento *Hip Hop*. Com a criação de *boasts*, os poemas, junto com a parte musical, os DJs passaram a ser acompanhados por uma nova figura, o MC ou *rapper*, que fazia improvisações rimadas ao microfone, o denominado *freestyle*.

O MC seria um herdeiro do griot³, o contador de histórias na tradição oral africana. Essa herança africana foi inserida nos Estados Unidos, inicialmente, por meio do tráfico de escravos e depois através da imigração. Segundo Silva (1998), a prática griot, por influência da cultura negra africana, foi, de alguma maneira, mantida com os *prayers* (pastores negros) e com a poética de rua (o *preching*, o *toasting* e os correspondentes como *boasting*, *signifying* e

³ A tradição de se contar histórias, oralmente, em África, é muito comum como se pode perceber por meio do que menciona o escritor queniano Ngugi wa Thiong'o, em entrevista ao O Globo: “[...] À noite, antes ou depois do jantar, as pessoas contavam histórias, desde narrativas ficcionais até relatos de encontros do dia e acontecimentos políticos ou simplesmente boatos que circulavam pelo país. Eram como rituais em que sentávamos ao redor do fogo para ouvir as histórias do dia”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/atracao-da-flip-2015-escritor-queniano-ngugi-wa-thiongo-falasobre-dilemas-da-africa-16036074#ixzz3Z0OpIyrz>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

as *dozens*) (MOREIRA, 2009). Os dois últimos, por exemplo, que designam, respectivamente, “significar” e “dúzias”, são concursos e jogos verbais tradicionais de matriz africana, como também aponta Shusterman (1998) – tendo como base estudos sociológicos e antropológicos de Hannerz (1969) e Kochman (1972) –, e fazem sobressair o “poder verbal” do *rapper*, tanto do ponto de vista da competição quanto do “valor de espetáculo”.

Hassane Kouyaté, de Burkina Faso, país da África Ocidental, assim define a função de um griot: “O griot é um mediador dentro da sociedade; ele resolve conflitos e leva a calma. Ele é músico, cantor, contador de história, dançarino, um organizador de cerimônias sociais que utiliza a palavra como seu principal instrumento”⁴. Como se nota, a práxis do griot vai além da contação de histórias, já que exerce várias funções dentro de sua comunidade, o que demonstra o caráter plural e multifacetado dessa pessoa que é muito importante para práticas sociais, sobretudo, locais e orais.

Voltemos a abordar o contexto de emergência de práticas do *Hip Hop*: o primeiro registro fonográfico, de acordo com Samuels (1991), aconteceu em 1979, com o grupo Sugarhill Gang, com o *rap* “Rapper’s Delight”. Essa e outras gravações eram realizadas, a princípio, por gravadoras e produtores independentes, como o já citado Afrika Bambaataa e a equipe *Boogie Down Productions*. Afrika Bambaataa, por exemplo, por meio de seu trabalho, ampliou a construção das bases sonoras do *break beat* introduzidas por Kool Herc, uma vez que ele (Bambaataa) usava distintos tipos de gravações para criar os *raps*. Esses sons eram desde James Brown (o mestre da *Soul Music*) até o som eletrônico da música “Trans Europe Express” (da banda europeia Kraftwerk). Além disso, criou a organização juvenil *The Nation of Slam*, de tendência islâmica devido às relações de Bambaataa com o islamismo. Essa organização tinha como objetivo auxiliar os jovens negros da região do Bronx a fim de que eles não se envolvessem com a criminalidade e conseguissem se desvencilhar de problemas sociais e, para tal, eram ofertadas oficinas, como as relacionadas ao *break*. Por meio da dança, começaram a se desenvolver as

⁴ Essas informações foram retiradas do site Por dentro da África: <<http://www.por-dentrodaafrica.com/cultura/somos-mediadores-da-sociedade-e-utilizamos-a-palavracomo-o-principal-instrumento-diz-griot>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

denominadas “batalhas” entre os dançarinos, uma disputa sadia em que cada dançarino realizava a sua performance e provocava o seu adversário a fazer melhor do que tinha feito. Aliado a tudo, em 1973, Bambaataa fundou a organização pacifista denominada de *Youth Organizations* que, posteriormente, passou a ser chamada de *Zulu Nation* (MOREIRA, 2009).

Assim como Herc e Grandmaster Flash, Bambaataa se destaca no contexto de fortalecimento e de ampliação do movimento *Hip Hop*, em terras norte-americanas, sobretudo, pois é atribuído a Bambaataa a organização do *Hip Hop* e o agrupamento de seus elementos, enquanto movimento cultural que agrega pessoas e suas práticas, a dança *break*, o grafite, os MCs e os DJs.

Outros nomes que são reconhecidos pelo conjunto do seu trabalho no cenário do *Hip Hop* e que entraram para a história dessa manifestação cultural são Public Enemy, NWA (Niggers With Attitude), Eric B e Rakim, A Tribe Called Quest, De La Soul, Kool Moe Dee, Kurtis Blow, Run DMC (com o álbum *Raising Hell*, de 1986, que atingiu o sucesso comercial), entre outros. Com alguns deles, como Bambaataa e Public Enemy ainda em atividade, inclusive fazendo apresentações no Brasil. A mais recente apresentação do Public Enemy, em terras brasileiras, aconteceu em outubro de 2014, em São Paulo, por ocasião da abertura do espaço de shows do Clube de Regatas Tietê, em evento promovido pela Prefeitura de São Paulo e com entrada gratuita. Além desses trabalhos, Chuck D, do Public Enemy, participou do *rap* “Transformação”, do álbum *Causa e Efeito*, de 2010, de MV Bill.

Os *rappers* norte-americanos citados representam duas gerações, as denominadas *Old School* e a *New School*. À nova escola é atribuída uma sonoridade mais agressiva, com temas mais próximos à experiência de vida dos guetos, ao passo que a velha escola tinha um estilo mais festivo, voltado mais para a dança. Assim, podem-se fazer as seguintes leituras da histórica do *rap*: a *Old School* refere-se ao período temporal entre a década de 1970 e a metade dos anos 1980; com estruturas de rimas AABB; conteúdos das canções centradas em um autoelogio do *rapper* e na narração de um estilo de vida dominado pelo prazer. A *New School*, por sua vez, compreende o período pós-metade década de 1980; com rimas mais livres, para além do padrão AABB, no início dos versos e não no fim; conteúdos temáticos mais diversificados em relação à velha escola (NORFLEET, apud, CIDRA, 2002, p. 196). Essas duas escolas,

pelo que se nota, refletem e refratam realidades concretas distintas, mas, cada uma a sua maneira, tinham algo em comum: a dos artistas que dela fazem/faziam parte e as gerações que as acompanharam. Por meio da inovação e da implementação de novas técnicas e dos diferenciados estilos e práticas de cada local e/ou integrante do *Hip Hop*, o *rap* e suas diversas vertentes, como as citados por Cidra (2002), a *party rap*, *mack rap*, *reality* ou *gangsta rap*, *jazz bohemian*, entre outras, começam a se expandir para além dos domínios do gueto, da Costa Leste (Nova Iorque) e da Costa Oeste (Los Angeles), dos Estados Unidos.

Assim, essas diferentes tendências do *rap* inserem-se em novos meios, como o do mercado fonográfico em larga escala, o *mainstream* e, conseqüentemente, ocorrendo a propagação do *rap* em outros países. Filmes como *Wild Style*, de 1983, dirigido por Charlie Ahearn, considerado o primeiro a ter como foco a cultura *Hip Hop* e que contou com a participação de nomes como Grandmaster Flash, também auxiliaram na divulgação dessa crescente cultura. Outro fator que também contribuiu para essa ampliação da cultura *Hip Hop* e de seus elementos pelo globo, mesmo daqueles segmentos do *Hip Hop* que não estão vinculados ao *mainstream*, foi o advento da internet, sobretudo na década de 1990. Nos anos 2000, a expansão de muitas mídias, principalmente digitais, como as redes sociais, da mesma forma, ampliou significativamente a divulgação e, conseqüentemente, houve ampla circulação e recepção do que é produzido no universo do *Hip Hop*. Desse modo, pode-se dizer que há cenas do *Hip Hop* em praticamente todo o planeta, nas variadas formas nas quais essa cultura se manifesta com a agregação de particularidades locais ao que é comum nessa cultura, os elementos.

Destacam-se, por exemplo, eventos como o *Red Bull BC One*⁵, cuja fundação data de 2004, na Suíça, e até a presente data são feitas competições, batalhas de *breakdance*, pelo mundo, com regionais sendo realizadas, geralmente, nos cinco continentes e com a final acontecendo em um lugar no qual haja tradição de *break*. Em 2014, a final foi em Paris, local cuja cultura *Hip Hop* é bem expressiva; em 2015, a final foi em Roma, na Itália, cuja tradição com

⁵ As informações estão disponíveis em: <<http://www.redbullbcone.com/en/about/press/all-roads-leadrome/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

a dança *break*, em solo italiano, é desde os anos 1980; em 2016, na cidade de Nagoya, no Japão, e, em 2017, o encerramento aconteceu em Amsterdam, Holanda.

No cenário norte-americano, por sua vez, destacam-se, atualmente, entre outros, nomes como 50 Cent, Eminem e Jay Z, este talvez um dos maiores nomes em cena no planeta, que além de *rappers*, também são produtores, atores e empresários, tendo ganhado alguns prêmios ao longo de suas carreiras, como o *Grammy Awards*, um dos maiores da indústria musical, em nível internacional, oferecido, anualmente, pela *National Academy of Recording Arts and Sciences* dos Estados Unidos. Outro nome que ganhou bastante destaque foi o *rapper* Kendrick Lamar que teve o refrão do *rap* “Alright” (“Negro/irmão nós vamos ficar bem/Você está me ouvindo, você está me entendendo?”): Nigga, we gon’be alright (2x)/ We gon’be alright/Do you hear me, do you feel me?/We gon’be alright) cantado durante protesto contra a prisão de um menino de 14 anos em Cleveland, Ohio, por ativistas negros que não se dispersaram com a chegada da polícia, com esta letra do *rapper* se transformando em símbolo do movimento negro norte-americano, em 2015. Em entrevista ao jornal britânico *The guardian*, o *rapper* disse que “suas músicas são uma consequência dos conflitos e refletem sua identidade como parte da comunidade negra americana”⁶.

A emergência, expansão e consolidação do movimento norte-americano relacionam-se à produção, à recepção, mas, principalmente, à circulação de discursos ligados ao *Hip Hop*, uma vez que condições históricas e culturais, como as apontadas, possibilitaram o nascimento, a responsividade, a disseminação e a aceitação/refutação de projetos de dizer, vinculados, de uma maneira geral, a questões de opressão, de raça, de classe ou econômica, de sexo e de consumo, comumente observadas e retratadas nos elementos do movimento *Hip Hop*. Isso se encaminha para o que Kellner (2001) destaca sobre o denominado “efeito do rap” no contexto norte-americano, sobretudo o dos anos iniciais. De uma maneira geral, esse “efeito rap” pode ser assim

⁶ Essas informações foram retiradas do site da Folha de São Paulo: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1668424-elogiado-pela-critica-rapper-simbolizamovimento-negros-eua.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

delineado: à medida que os *rappers* vendiam mais, os pais preocupavam-se mais, a mídia, em contrapartida, atacava os excessos cometidos pelos *rappers*, atribuindo-lhes crimes e violências; quanto mais ofensivas eram as letras, mais os *raps* radicais eram comentados e consumidos, não na maioria das TVs e estações de rádio abertas, mas em mídias alternativas, por exemplo.

Como se nota, cada ação gerou uma reação não só entre os envolvidos na cena do *rap* como de outros atores, como as mídias, e isso fez com que se ampliasse, de alguma maneira, a circulação dos discursos não só sobre o *rap*, mas também sobre o movimento *Hip Hop*. O que reflete o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, em alguma medida, se aproxima das ideias de Kellner, quando o primeiro, em entrevista ao Globo⁷, em 2010, na ocasião do lançamento do seu livro *Rap Global*, disse, entre outras coisas, que “[...] há tendências e modas e é por isso que existem hoje o rap alternativo e o hip-hop alternativo. Estes últimos surgiram como reação à “domesticação” comercial do rap que tendeu a marginalizar a radicalidade da mensagem política [...]”.

Assim, no Brasil, por exemplo, se perceberá que há um misto desses “efeitos do rap” sobre os quais Kellner foca, agregando-se o fato de que em muitas mídias do segmento aberto, nos últimos anos, haver uma veiculação maior não só do *rap*, mas de outros elementos do movimento *Hip Hop*, como é o caso da Folha de São Paulo, jornal de circulação nacional, que, pelo menos na versão online, comumente vem publicando matérias acerca do *Hip Hop*, tais como: Bienal do Grafite no Parque Ibirapuera (em 19 abr. de 2015); MCs paulistas fazem *rap* LGBT (em 31 mar. 2015); Prefeitura de São Paulo autoriza grafite em parede de patrimônio histórico (em 02 fev. 2015); Estudantes da USP que apagaram grafite e colocaram anúncio no lugar se comprometeram a pagar por novo grafite (em 10 out. 2014), show do grupo de *rap* Public Enemy na inauguração do Clube Tietê (em 02. out. 2014), Grafite na ligação Leste-Oeste de São Paulo, com cerca de 400m. (19 set. 2014), entre outras. Como

⁷ A entrevista de Boaventura de Sousa Santos está disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2010/07/23/boaventura-de-sousa-santos-fala-sobre-rapglobal-310530.asp>>. Acesso em: 20 set. 2011.

se nota, o *Hip Hop*, no Brasil, tem circulado em outros segmentos, para além do contexto dos que estão imersos nessa cultura.

Tendo como base isso e o resgate histórico do movimento norte-americano que é importante se ter conhecimento para que se entenda a abrangência de sua práxis, que agrega valoração, musicalidade, embates, mas também antagonismos, até os dias atuais e da expansão dessa cultura pelo globo, é que vamos abordar o contexto brasileiro e o português do *Hip Hop*, nas próximas seções.

O *Hip Hop* no Brasil

A cultura *Hip Hop* não tardou em chegar, em terras brasileiras, com os primeiros registros já no início da década de 1980. É interessante salientar, no entanto, que os bailes *blacks* aconteciam em algumas localidades do Brasil, desde a década de 1970 e que influenciaram também na forma como o *Hip Hop* passou por transformações no contexto brasileiro. Destacaremos, de forma breve, apenas São Paulo e Rio de Janeiro devido à limitação de espaço.

Em São Paulo, os bailes eram organizados por equipes, de acordo com Yoshinaga (2014), como a Zimbabwe, Black Mad, Soul Machine, Harlem Brothers, Princesa Negra, The Brothers of Soul, Galotte, Coqueluche, Tranza Negra, Musicália e Os Carlos e a mais famosa, a Chic Show, que organizava eventos grandes e com um público também expressivo. Como se percebe, muitas equipes tinham nomes apenas na língua inglesa, talvez uma influência de estilos musicais, como o *soul*, que começou a se popularizar em terras norte-americanas e também no mundo.

O pernambucano Nelson Triunfo, que passou a residir em São Paulo, sobressai-se no contexto dos bailes. Triunfo participou de alguns grupos, entre eles o Invertebrados e o Black Soul Brothers. Este último grupo foi formado por Nelson e outros dançarinos a fim de acompanhar o trabalho musical de Miguel de Deus que discotecava para a equipe Black Soul, organizada por Moisés da Rocha, Sérgio Lopes e Eraldo Zani. Assim, em 1977, Miguel de Deus lançou o álbum *Black Soul Brothers*, de tendência *soul* e *funk*, tendo Triunfo como coautor da canção “Mister Funk”. Depois de várias apresenta-

ções com a equipe e Miguel de Deus, o dançarino decidiu formar um novo grupo, só de dança *black*, o Nelson Triunfo e Funk & Cia. Desse modo, esse grupo fazia apresentações em bailes *blacks* que aconteciam em vários pontos da cidade (YOSHINAGA, 2014).

No Rio de Janeiro, os DJs Big Boy e Ademir Lemos começaram, na década de 1970, a organizar evento realizado aos domingos, o chamado Baile da Pesada, no Canecão, que chegava a reunir cerca de cinco mil pessoas. No entanto, a direção do Canecão não quis mais realizar o evento, alegando que este havia se tornado muito popular e o Baile da Pesada passou a ser itinerante, migrando para clubes menores, principalmente, os das comunidades. Outros bailes aconteciam paralelamente a este, na Baixada Fluminense, organizados pelas equipes Black Power, Atabaque e Uma Mente Numa Boa e a famosa Soul Grand Prix, organizada por Dom Filó (YOSHINAGA, 2014). Dom Filó também foi um dos grandes divulgadores da *black* music brasileira, pois organizava as Noites do Shaft. O nome é uma alusão ao filme americano *Shaft*, que tinha um negro que interpretava um detetive, a personagem principal, e foi produzido no contexto do movimento cinematográfico estadunidense denominado de Blaxploitation, cuja trilha sonora era de Isaac Hayes, um dos ícones da *black music*. Mais tarde, Dom Filó produziu, juntamente com outros músicos, entre eles Oderdan Magalhães, o que seria a Banda Black Rio, ainda em atividade.

Outro nome que se destaca é o também carioca Gerson King Combo. Este lançou, em 1969, o álbum *Gerson Combo Brazilian Soul*. Como tinha muita influência de James Brown, a música que produzia seguia a tendência do *funk* deste e de outros nomes, sendo considerado por muitos como o “James Brown brasileiro”. Combo lançou outros álbuns e, em 2010, foi tema do documentário *Gerson King Combo – Viva Black Music*, e continua fazendo apresentações pelo Brasil.

Todo esse contexto possibilitou que a nova cultura, o *Hip Hop*, chegasse e começasse a se estabelecer no Brasil, com alguns locais se destacando no cenário de recepção do *Hip Hop*, como São Paulo, considerado o berço desse movimento no nosso país, e a Praça da Sé, a Estação São Bento do metrô e a Praça Roosevelt, lugares nos quais as pessoas se reuniam, a princípio, para dançar *break* (MOREIRA, 2009). O largo de São Bento, por exemplo, fun-

cionava como uma espécie de ponto de diversão ou para disputas entre os *b-boys* e as *b-girls*. Algumas vezes, “essas disputas” chegavam à agressão física. Contudo, com o passar do tempo, prevaleceram as competições sem brigas, tal qual acontecia nos EUA, com os dançarinos valorizando a performance artística. Embora, em São Bento, acontecessem mais performances de dança, na região, também se reuniam MCs e DJs (MOREIRA, 2009).

As pessoas que queriam ampliar seu espaço e dos demais elementos do *Hip Hop* acabaram migrando para a Praça Roosevelt. Esse local teve forte influência de *rappers* como o grupo Public Enemy, conhecido por fazer letras que refletiam sobre a condição de vida do negro norte-americano, como no *rap* “Fight de Power” (“1989 the number another summer (get down) [...] While the Black bands sweatin“/And the rhythm rhymes rollin”/ Got to give us what we want/Gotta give us what we need/Our freedom of speech is freedom or death/We got to fight the powers that be/Let me hear you say/Fight the power [...]”). Como no centro de São Paulo o movimento vinha perdendo espaço, como na Roosevelt, após a morte de JR Blow, em 1990, um dos idealizadores desse espaço, as denominadas *crews* ou *posses*, localizadas, sobretudo, nas periferias, começaram a se sobressair no contexto do *Hip Hop* (MOREIRA, 2009). De acordo com Herschmann (2005, p. 193-194):

[...] nas posses de um modo geral, busca-se fazer um trabalho comunitário através da música, da dança e da pintura, abrindo-se espaço para o break, o smurf dance, o rap e o grafite. Os trabalhos, em geral, se dividem em: organização de oficinas que permitem aos jovens aprender e fazer os seus próprios produtos e a extrair lucro dessa atividade; palestras e atividades voltadas para os problemas mais comuns enfrentados pela comunidade; e realização de eventos para campanhas beneficentes, com o total apoio das comunidades.

Como se percebe, o papel dessas posses ia além de oferecer oficinas voltadas para o divertimento, pois visavam a uma profissionalização por parte de quem as frequentasse. Essas posses, do nosso ponto de vista, funcionavam como muitas entidades não governamentais ao possibilitar o lazer, o trabalho em equipe e a inserção de pessoas no mercado de trabalho.

Essa apropriação e antropofagia realizada pelos brasileiros fez o movimento *Hip Hop* nacional ter características que lhe são peculiares. De acordo com Nascimento (2013, p. 1),

[...] como fruto da exclusão e logicamente como busca de espaço afirmativo que vai se constituindo o movimento Hip Hop brasileiro e o RAP, herdeiro dos cantos falados por jamaicanos e americanos dos bairros pobres, surge como um movimento estético popular que se desenvolveu, ganhou a mídia americana e, conseqüentemente, o mundo. Surge saído da precariedade, do pouco, utilizando velhos toca-discos que são transformados em produtores de ritmos sobre as quais epicamente constituem-se rimas, frases e histórias.

O caráter épico do *rap* se relacionaria, então, com dar destaque aos feitos “heroicos” e, muitas vezes, “exemplares”, vividos e produzidos por muitos daqueles que são foco de *raps*, como os “trutas”, os “guerreiros de fé”, entre outros que partilham situações e acontecimentos, sobretudo nas periferias. Esse lado épico dos *raps* também se relaciona com o aspecto cinematográfico que muitos *raps* adquirem. Com base nesses e em outros aspectos, o *Hip Hop* brasileiro começava a ser alicerçado e alguns nomes despontavam, tais como Thaíde e DJ Hum, que eram dançarinos de *break*, mas depois passaram a produzir e cantar *raps*.

Filmes como *Lucy Puma*, uma Gata da Pesada, sobre grupo de músicos negros em batalha de trabalho, dirigido por Ninho Moraes⁸ e que contou com a participação de Thayde, Lucy Guedes, Skowa e Gigante Brasil, também ajudaram a divulgar a cultura *Hip Hop*, no cenário nacional.

Alguns álbuns brasileiros, no final da década de 1980, são produzidos, com muitos deles saindo na forma de coletânea. É o caso, por exemplo, de *Consciência Black* – que continha dois *raps*, “Pânico na Zona Sul” e “Tempos difíceis”, dos futuros Racionais MC’s, que à época cantavam em duplas separadas –, e *Hip Hop – cultura de rua*, com *raps* de Thaíde e DJ Hum (MOREIRA, 2009).

⁸ As informações sobre o filme estão disponíveis em: <<http://www.abcine.org.br/abc/socio.php?id=1403>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Também no final da década de 1980, foi fundado o Movimento *Hip Hop* Organizado (MH2O), que contava com nomes como Milton Sales, Mano Brown, Thaíde e Nelson Triunfo, entre outros, e cujo objetivo era, em 1990, no aniversário da cidade de São Paulo, segundo Andrade (1999), que cada bairro, da capital ou de outros municípios, pudesse se organizar e ter a sua própria posse (MOREIRA, 2009).

Em meio a esse contexto de produção, de performance, de mobilização e de organização que o movimento *Hip Hop*, em terras brasileiras, começava a ser estruturado, cantado, reelaborado e reacentuado, com práticas e atitudes que se relacionavam ao projeto de dizer, de vida e das localidades nas quais estava presente. A reelaboração e a reacentuação percebidas, sobretudo no localismo que o movimento nacional adquiriu, também são ideias partilhadas por Nascimento (2013, p. 2):

Acreditamos que o movimento Hip Hop e, especificamente, o RAP brasileiro seriam exemplos daquilo que hoje se discute: a absorção de modelos culturais globais juntamente com a incorporação de temáticas e práticas locais. Assim sendo, alguns grupos, mesmo utilizando formas muito parecidas com as norte-americanas, essencialmente tratam de assuntos típicos de nossas sociedades e, além de tudo, incorporam posturas políticas próprias.

Como se nota, a cultura *Hip Hop* ganhou novos rumos no Brasil e, se, na década de 1980, o movimento ainda estava se estruturando, a partir da década 1990 e dos anos 2000, o *Hip Hop* já era um movimento cujas fronteiras iam além do circuito paulista, adaptando-se e reelaborando-se às peculiaridades dos contextos locais, principalmente em relação às temáticas dos *raps*.

O contexto português do *Hip Hop*

O *Hip Hop* português também foi herdado do movimento norte-americano, mas, assim como no Brasil, foi reelaborado e reacentuado, tendo em vista o contexto local. Está presente, em terras portuguesas, desde a década de 1980, principalmente por meio do cinema. Filmes como *Beat Street* traziam o *breakdance*, que movimentou a dança de rua e fazia com que o *Hip Hop*

começasse a se instalar nos subúrbios de Lisboa e do Porto. Mas, de acordo com Contador e Ferreira (1997, p. 162), “o breakdance não foi de facto, visto como um dos pilares do movimento, porque mediaticamente veiculado como fugaz e efémero [...]”.

Além dessa influência do *break*, também há os primeiros contatos com *raps* do Public Enemy e Run DMC, que chegavam em Portugal, via Estados Unidos, França e Holanda, sobretudo pelas famílias de imigrantes de origem africana que residiam nos arredores de Lisboa (CONTADOR E FERREIRA, 1997). Isso pode ser ratificado pelas palavras de General D, considerado por muitos, como o *rapper* Boss AC, como “o pai do rap português”: “Não fazia sentido transportar a realidade americana para o contexto português, mas sim pegar numa realidade que me era próxima, como a música africana, que os meus pais tocavam, e com a qual cresci. Tinha que misturar essas duas realidades”⁹.

O *rap* não era veiculado nas TVs portuguesas que se filiavam à “anglofonia” e à “norte-americanização” da sua programação que, segundo Contador e Ferreira (1997, p. 162-163), procurava mostrar, entre outras coisas, a vida da emergente burguesia branca americana em contraste com “[...] a fisionomia estereotipada do outro lado da face dourada do êxito próprio do american way of life, que é incontornavelmente negra e irremediavelmente pobre”. Além disso, por meio de séries e filmes, mostravam-se os estilos musicais do momento, tais como rock, pop ou *new wave*.

Com a intensificação da migração dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) para Portugal, muitos africanos não tinham condições favoráveis de trabalho nem de moradia, nos chamados “bairros de lata/baraca”, acontecendo também uma desvalorização das culturas africanas das quais esses africanos eram provenientes, uma vez que Portugal, ainda de acordo com Contador e Ferreira (1997), estava mais preocupado em se afinar com o progresso da Comunidade Europeia. Ainda segundo Contador e Ferreira (1997), muitos luso-africanos sofriam discriminação, além de serem considerados, de acordo com relatórios do Sistema de Informação e Segurança

⁹ Entrevista de General D concedida a Vítor Belanciano do Jornal português *Público*. Disponível em: <<http://ipsilon.publico.pt/Musica/texto.aspx?id=331877>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

(SIS), como a cara da delinquência que vivia nos subúrbios de Lisboa, por isso que Miratejo (margem sul do Tejo) emerge como local de contestação.

É nesse contexto que o *rap* começa a se instalar. É por isso que a Margem Sul do Tejo é considerada como uma espécie de representação lusitana do *South Bronx* de Nova Iorque. E Miratejo e Almada são consideradas como o berço do *Hip Hop* em Portugal, pois foi nessas localidades que se formou a primeira *crew* portuguesa. Assim, os *Beat Box Boys*, que nunca tiveram uma existência formal, passaram a ser reconhecidos como um agrupamento espontâneo de pessoas que, por meio de suas ações e reuniões, possibilitaram que o *rap* se instalasse em terras portuguesas. Fazia parte desse grupo General D, um de seus principais representantes, que chamou a atenção dos meios de comunicação para a divulgação das primeiras manifestações do *Hip Hop*. Dessa forma, em 1992, o programa de televisão *Pop Off* gravou alguns trechos de uma apresentação realizada em Almada. Semanas depois, o jornal *Blitz* publicou o primeiro artigo sobre o movimento, com foco apenas em artistas portugueses.

O *rap* começava, então, a ser inserido na programação das rádios. Um dos programas precursores é “O Mercado Negro”, sob o comando de João Vaz. Mas um dos grandes divulgadores do *Hip Hop* português¹⁰ foi José Mariño, através de seu programa de Rádio “Novo Rap Jovem (NRJ)”, veiculado na extinta Rádio Energia, na década de 1990. Após isso, na rádio Antena 3, Mariño passou a produzir o mais famoso programa dedicado ao movimento, o “Rapto”, até os anos 2000 e, posteriormente, como apresentador do programa Beatbox, na SIC Radical.

Como a maioria dos *raps* produzidos e cantados eram em inglês, destaca-se o *rapper* brasileiro Gabriel O Pensador para que mais *raps* fossem produzidos em português. A veiculação de seus *raps* se dava via rádios, com destaques para “Tô feliz (matei o presidente)”, “Lavagem Cerebral”, entre outros, de álbum homônimo, de 1993. Assim, em 1994, o *rapper* brasileiro realizou seu primeiro show em terras lusas, com a participação de *rappers* portugueses

¹⁰ Essas informações sobre o *Hip Hop*, em Portugal, foram obtidas no portal <<http://h2tuga.pt/h2tuga/>>. Trata-se de um dos principais portais de divulgação do movimento português, contendo artigos, notícias, vídeos, entrevistas, raps, entre outros.

ligados ao álbum *Rapública*. Contudo, havia alguns *rappers*, como General D que fazia as rimas em português e demonstrava uma consciência política mais crítica. Em seu primeiro single, de 1994, *Portukkkal é um erro*, os três “ks” faziam alusão ao Klu Klux Klan, tal qual Ice Cube no álbum *Amerikkka’s Most Wanted*, de 1990, e contrastava com outros projetos lusitanos de perspectiva mais descontraída. Segundo o próprio General D:

Na altura, estava numa fase de transição, a tentar encontrar a minha identidade, o que era normal porque na escola eu e a minha irmã éramos os únicos negros. Ao ouvir aquela música – coisas como Public Enemy ou LL Cool J – comecei a perceber algo com o qual me identificava. Nesse tempo não queria ser o rosto de nada, nem sequer cantar, estava apenas interessado em apoiar o movimento rap. Percebia que era uma coisa importante. Aquilo que estávamos a fazer nos bairros tinha interesse nacional¹¹.

Para Teresa Fradique, que também escreveu um livro sobre o *rap* português, *Fixar o movimento: representações da música rap em Portugal*, de 2003, o *rap* cantado em inglês, em terras lusas, não pode ser considerado o mesmo produzido pelos norte-americanos:

[...] no caso do rap feito em Portugal, a utilização de um extenso vocabulário de origem inglesa não quer dizer que este seja uma reprodução literal dos vocábulos originais. Trata-se antes de uma reconceptualização selectiva de significados e mensagens adquiridos de forma contextualizada aos quais são acrescentados muitos outros (de origem portuguesa, angolana, cabo-verdiana, etc.) formando assim um léxico próprio [...] (p. 58).

Nesse sentido, Fradique, em alguma medida, aborda a reelaboração e a reacentuação do *rap* estadunidense num novo contexto, o local, português, com os distintos povos que fazem parte dessa nação que, conseqüentemente, dão o seu tom valorativo à língua.

¹¹ Disponível em: <<http://ipsilon.publico.pt/Musica/texto.aspx?id=331877>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

Com uma maior inserção do *rap* em português e na programação das rádios, o *Hip Hop* começava a se expandir. As apresentações aconteciam, principalmente, na “Incrível Almadense” ou no “Trópico”, atualmente, Armazém 7, ao lado da estação de Santos, local em que foi montado o palco para o primeiro festival de *Hip Hop*. Além desses locais, havia o Ritz Club e o bar Johny Guitar no qual os *rappers* se reuniam nas noites de quinta-feira para fazer *freestyle*.

Assim, com o aumento da popularidade do *rap*, foi lançado, em 1994, por uma grande gravadora, o coletivo *Rapública*, considerado o pioneiro no gênero, porém, feito em condições precárias devido ao curto espaço de tempo para as gravações e para o trabalho com as bases dos *raps*. No entanto, independentemente dessa situação, esse álbum foi um marco para o *rap* lusitano, já que se destacaram nomes como Boss AC, com o *rap* “A verdade”, cujo discurso tinha um tom de denúncia e ao mesmo tempo de reivindicação, já que eram abordados o racismo, a fome, a degradação de bairros, a xenofobia, entre outros (“Vejo nos bairros degradados gente com fome [...] Culturas diferentes devem aprender entre si [...] Contra a xenofobia oferecemos resistência [...]”); os Black Company com “Nadar”, em um tom mais festivo e de diversão (“Nós só queremos é diversão/Queremos desbundar [...]”); Zona Dread, com “Só queremos ser iguais”, cuja temática abordava o racismo e as consequências dele (“[...] O racismo está nas ruas de Lisboa/E o governo finge que tudo tá na boa [...]”); os Family, com “Hip Hop está no ar”, que abordava o próprio *Hip Hop* (“[...] E quando toco Hip Hop, irmão, tens de escutar/A rima é vitamina, contamina, reanima [...]”); entre outros *raps*. Um dos *rappers* que ainda se encontra em atividade é o Boss AC, que lançou seu último álbum, em 2012, o *AC para os amigos*.

Alguns *rappers*, citados por Fradique (2003), dessa fase inicial, em Portugal, como os Da Weasel (grupo de misturava outros sons à batida *rap*) e o *rapper* General D faziam *raps* com questões voltadas para a construção de uma identidade africana/étnica. O grupo Black Company, nos dois primeiros álbuns, por exemplo, refletia sobre o *Hip Hop* e/ou a descrição de contextos de tipos sociais que faziam parte de sua vivência. A autora também vai apresentar as diferenças entre as duas gerações de *rappers* portugueses, denomi-

nadas de *Old e New School*. As diferenças apresentadas por Fradique (2003, p. 120) são as seguintes:

Numa primeira fase, o aprofundamento musical parece ser menos importante do que o domínio dos signos da retórica do estilo a que se pretende aderir. Os grupos mais novos assentam a sua legitimidade sobretudo na experiência da vida da rua, na capacidade de participação em ataques verbais, expõem mais abertamente as suas capacidades de improviso e confronto. Os rappers mais velhos assumem terem já abandonado o terreno de combate e concentram as suas energias no trabalho de produção musical. O importante é que também eles, num dado momento, passaram pela rua e constituíram o seu corpus de experiência que lhes permitirá legitimar os conteúdos, mais amadurecidos, dos seus projectos.

Desse modo, ainda de acordo com Fradique (2003, p. 120), o *rap* pode ser considerado “[...] como uma fórmula de crescimento em meio (sub)urbano e multicultural”. Assim, percebe-se que o *rap* insere-se no contexto urbano e diverso em suas relações com o outro, tendo em vista a heterogeneidade de vozes que circulam nesse meio. Para a referida autora, três agentes possibilitaram a consolidação do *rap* português:

o agendamento da imprensa musical, o agendamento discográfico e do próprio movimento hip hop. Todos são imprescindíveis para a sua realização mas o papel dos dois primeiros é indiscutivelmente mais determinante neste processo de consolidação das condições necessárias à definição e mercantilização do produto cultural (FRADIQUE, 2003, p. 196).

Com o passar dos anos, outros *rappers* foram aparecendo, como Sam the Kid, Dealema, os Mind da Gap, e novos nomes como Chullage e Valete, entre outros.

Assim, o *rap* e o movimento *Hip Hop*, em solo português, também passaram por adaptações, o que nos permite concluir que o local dialoga com o global, tendo em vista a inserção desse movimento em novo contexto cultural e social.

Encerrando as discussões

Como se observou, as diferentes formas assumidas pelo movimento *Hip Hop*, nos Estados Unidos, no Brasil e em Portugal, relacionam-se com o tom apreciativo e com a resposta que cada local, com suas particularidades históricas, culturais e sociais, por meio dos sujeitos inseridos e praticantes do *Hip Hop*, dialogou, na arena da luta e do consentimento, com o já-dado, os elementos desse movimento (MC/*rapper*; DJ; grafite e *break*). Isso provocou o aparecimento de uma multiplicidade de vozes no/do *Hip Hop*, tendo em vista a reelaboração que gerou o novo, a maneira diversa, mas igualmente importante, de uma manifestação cultural, nos distintos lugares nos quais o *Hip Hop* está presente.

Assim, consideramos o movimento *Hip Hop* como um enunciado concreto e que foi responsivo a diferentes épocas, lugares e pessoas, uma vez que “[...] cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 297).

Desse modo, a atitude responsivo-ativa, não só de cada praticante do movimento *Hip Hop* como também dos que o apreciam ou o refutam, evidencia-se num duplo, tal qual um Jano bifronte: no movimento e na ruptura de uma manifestação cultural que é plástica, diversa e polifônica.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Elaine Nunes (1999). Hip Hop: movimento negro juvenil. In: _____ (org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, p. 83- 91.
- BAKHTIN, Mikhail (2003). *Estética de Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- ____; VOLOCHÍNOV, Valentin N. (1995). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. 7. ed. São Paulo: Hucitec.
- CIDRA, Rui (2002). “Ser real”: o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa. In: *Ethnologia: Antropologia dos Processos Identitários*, n.s. 12-14, p. 189-222.

- CONTADOR, António Concorda; FERREIRA, Emanuel Lemos Ferreira (1997). *Ritmo & Poesia: os caminhos do rap*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- FRADIQUE, Teresa (2003). *Fixar o movimento: representações da música rap em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- HERSCHMANN, Micael (2005). *O funk e o hip-hop invadem a cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- KELLNER, Douglas (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC.
- MOREIRA, Tatiana Aparecida (2016). *Discursividade, poder e autoria em raps brasileiros e portugueses: arenas entre a arte e a vida*. 297f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8291/TeseTAM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>
- _____. *A constituição da subjetividade em raps dos Racionais MC's*. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- NASCIMENTO, Jorge Luiz do. Cultura e consciência: a “função” dos Racionais MC’s. In: *Revista Z Cultural*, ano VIII, n. 02. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/cultura-e-consciencia-a%E2%80%9Cfuncao%E2%80%9D-do-rationais-mcs-de-jorge-nascimento/>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- PIETERSE, Edgar (2010). Hip-hop cultures and political agency in Brazil and South Africa. In: *Social Dynamics*. Publisher: Routledge, v. 36, n. 2, June, p. 428-447.
- SILVA, José Carlos Gomes (1998). *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 1998. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. (1999). Arte e Educação: A Experiência do Movimento Hip Hop Paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes (org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, p. 23-38.
- SAMUELS, David (1991). The rap on rap. In: *The New Republic*, November 11, p. 2429.
- SHUSTERMAN, Richard (1998). *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Tradução de Gisela Domschke. São Paulo: Ed. 34.
- YOSHINAGA, Gilberto (2014). *Nelson Triunfo – do sertão ao Hip-Hop*. São Paulo: Shuriken produções/LiteraRUA.

UNIÃO EUROPEIA E DEMOCRACIA: VICISSITUDES E DESAFIOS

Não é possível compreender a evolução da história recente de Portugal, desde a transição da democracia pós 25 de Abril até ao presente, se não se articular com a interdependência estrita do destino do país no contexto da integração europeia. Portugal aderiu à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em junho de 1986, no quadro de uma estratégia nacional de inserção do país na Europa democrática e comunitária, iniciada no primeiro governo constitucional, após o período revolucionário 74-75, e protagonizada pelo primeiro-ministro, à época, Mário Soares: depois de ter conseguido a entrada de Portugal no Conselho da Europa, solicitou, em 28 de março de 1977, a adesão às Comunidades Europeias, nas quais viria a participar como membro de pleno direito a partir de 1 de junho de 1986, após um processo negocial moroso, em virtude da colagem ao pedido de adesão espanhol, cuja negociação foi bem mais difícil. A necessidade de estabilização do novel regime democrático português foi a razão política fundamental para justificar a adesão invocada quer por parte de Portugal quer pelo lado europeu, que, cedo ainda, antes da iniciativa portuguesa, recomendou a Portugal a solicitação do pedido de adesão no conturbado período do PREC (processo revolucionário em curso) em 1975, não fosse o país resvalar para um regime incompatível com o sistema político e de segurança vigente no espaço euro-atlântico.

Por outro lado, não se pode entender a realidade portuguesa do presente sem a enquadrar nos compromissos que Portugal partilha com os seus parceiros da União Europeia (UE) e consócios da zona

euro. Com efeito, Portugal não é mais um Estado soberano, um *Estado-nação* pleno, no entendimento hodierno e vestefaliano do conceito; é, como os outros 27, um *Estado-membro* da União ou, como os outros 18, um *Estado-participante* da área do euro – categorizações que não são simplesmente formais, mas se utilizam para dar conta dos direitos e obrigações a que as partes constitutivas estão sujeitas, na sua pertença e obediência a uma *potência normativa* regional, para a qual transferiram livremente parcelas substantivas da sua soberania, que condicionam a sua capacidade de manobra enquanto entidades políticas formalmente *soberanas* reconhecidas pelo direito internacional. É necessário, por conseguinte, conhecer e compreender a engrenagem que configura essa superior entidade supranacional – a UE –, na sua forma de governação e de relação com as partes que a compõem e com os respetivos cidadãos. Não tendo cabimento aqui a análise do sistema político da UE, de grande complexidade¹, a abordagem far-se-á na perspetiva da democracia – questão central recorrente no debate europeu, cuja difícil solução, contornada e diferida, é crucial para o normal funcionamento desta original construção comunitária, que tem quase o tempo de uma vida.

1. Um sistema de governação policêntrico e multinível

Ancorada num triângulo político institucional – Conselho, Parlamento Europeu (PE) e Comissão –, e tendo como entidade de topo o Conselho Europeu, a orgânica da UE, no modo como os atores interagem e reparam as responsabilidades funcionais, não configura a existência de uma organização do poder com uma efetiva separação de competências, tal como é comum nos regimes políticos estatais, em particular nas democracias representativas, bem como nos sistemas de natureza federal com

¹ Ver, para um conhecimento aprofundado, SILVA, António Martins da – *Sistema Político da União Europeia: arquitetura, funcionamento e teorização*. Coimbra: Almedina, 2013.

os quais a União mais se poderia aproximar. Contrariamente, evidencia-se um certo hibridismo funcional, porque a atribuição legislativa está dispersa por três órgãos: pelo PE – estrutura democrática supranacional, representante dos povos europeus, cujos deputados elegem –, que codecide ou produz pareceres, conforme as matérias, mas sem a função de iniciativa inerente a um parlamento democrático ou constitucional; pelo Conselho – estrutura intergovernamental não eleita, em representação dos estados-membros, por via dos seus governos –, que, além do seu papel colegislativo (com o PE), é legislador único e detentor exclusivo da decisão num leque importante de domínios, com alguma margem ainda de iniciativa direta ou indireta; e pela Comissão – entidade supranacional formalmente independente, que representa os interesses comuns europeus –, que tem a iniciativa formal da proposta de decisão e exerce também a função executiva; mas esta última atribuição, aproximando-a de uma instância governativa, enquanto órgão de soberania, está indiretamente restringida pelos estados-membros, enquanto responsáveis pela aplicação das normas europeias, por intermediação de uma miríade de dispositivos e de comités (*comitologia*) que fiscalizam e condicionam a ação executiva desta instituição. Outras instituições – Banco Central Europeu (BCE), Tribunal de Justiça da UE, Tribunal de Contas – e uma panóplia de órgãos e organismos, técnicos ou específicos, espraiam-se por uma multiplicidade de funções (de controlo, de consulta, de regulação...), interagindo, cada uma na sua área funcional, com o triângulo político no processo decisório e na adoção das políticas públicas da União.

Conclui-se, pois, desta sumaríssima abordagem, que a organização do poder da UE não configura um governo, na aceção jurídico-constitucional, mas um sistema de governação policêntrico, de níveis múltiplos e em rede, sem uma autoridade política única nem uma repartição institucional clara dos poderes: as competências projetam-se horizontalmente entre uma multiplicidade de atores, num jogo de tensões entre o nível comunitário, o dos Estados e o das unidades intraestatais. Nesta interação orgânica e na inter-relação com os estados-membros e com os povos europeus aproximar-se-á este sistema de uma forma democrática de regime?

2. Um objeto político híbrido e único

O sistema da União não se compara com nenhuma das configurações existentes ou conhecidas de associação de Estados. Não é uma organização internacional clássica, na medida em que, contrariamente à respetiva cooperação intergovernamental, a vertente supranacional comunitária tem sido crescente e o seu direito *prima* sobre o dos estados-membros. Não é um Estado soberano reconhecido pelo direito internacional: apesar de deter, a título exclusivo ou partilhado, franjas importantes de soberania, incluindo relações externas, a União não dispõe da competência soberana por excelência, uma política externa credível no quadro estratégico da segurança e da defesa – que permanece um reduto nacional, por muito ilusório que seja; nem detém um poder constituinte próprio, sendo os tratados aprovados por unanimidade dos estados-membros. Não constitui, tão-pouco, um sistema federal, com um governo central, organizado constitucionalmente em torno de entidades federadas, com uma delimitação clara dos poderes entre aquele e estas. Não é indiscutível também considerar o sistema comunitário como uma simples federação, admitindo que é razoável desarticular esta da condição de Estado: um federalismo intergovernamental ou cooperativo, conforme pressupostos teóricos que alguns académicos franceses têm defendido; uma Federação de Estados-nações, embora imperfeita ainda, conforme categorização política na esteira do que o antigo presidente da Comissão Jacques Delors propusera como projeto pragmático e exequível. Não é, por certo, uma mera confederação de Estados, cujos limites preservadores da soberania das partes constituintes foram há muito (ou desde sempre) largamente franqueados.

“Objeto político não identificado” (OPNI), tal como foi oportunamente apodado, o sistema da União tem resistido a todas as categorizações conceptuais e enclausuramentos teleológicos.

- Os Estados-nações participantes são donos e senhores absolutos dos destinos da União, como teorizam alguns, da estirpe realista e dos seus derivados, para quem o Estado nacional permanece(rá)

sempre o centro do poder na União, não abdicando da sua soberania essencial, nomeadamente nos domínios da *high politics*; contudo, a perda efetiva da capacidade de veto e de competências nacionais é relevante e extensiva em sectores crescentes, incluindo matéria de “alta política”, como é, nomeadamente, a abdição da soberania monetária em favor de uma moeda única (euro), por parte de 19 estados-membros.

- A construção europeia desaguará num Estado federal, vaticinaram aqueles para quem, por virtude da imparável dinâmica do processo integrador, a engrenagem do sistema impulsionaria efeitos em cadeia (*spillover effect*) – a «mão invisível» da integração – conducentes ao destino federal; contudo, não conseguiu até hoje dar o salto quântico para se transformar numa real união política, e parece não ter evoluído expressivamente nesse sentido desde que essa pretensão formal foi assumida na UE de Maastricht (1992).
- O Estado soberano europeu – sustentam outros – diluir-se-á progressivamente, abalado pela imperatividade do compromisso e da cedência, pela forte europeização das sociedades e dos regimes nacionais, pela reconstrução das perceções e dos interesses, pela autonomia e pela força das instituições e das suas valências; contudo, o Estado-nação comunitário não claudicou e mostra-se resiliente lá onde as sensibilidade nacionais, a condição percecionada de potência, a experiência histórica e a cultura nacional cerram fileiras.
- Os “Estados Unidos da Europa”, ou a entidade política equivalente, são a única solução para uma Europa harmoniosa de paz e de progresso, de coesão e de solidariedade – como acreditaram tantos e pugnam muitos –, para a qual não existe alternativa para romper com o inferno europeu do passado e vencer, de vez, todos os seus demónios, para colmatar as insuficiências originais do processo integrador e debelar as fragilidades cumulativas de percurso; contudo, uma federação europeia, com uma identidade política internacional credível, firme e forte, na ordem do mundo, parece ainda distante, um Estado federal europeu não vislumbra ainda a luz do dia, se é que não teve já tempo mais auspicioso.

Não sendo, pois, um Estado nem uma organização internacional, subsiste, pois, a questão recorrente de saber se o regime da UE configura uma democracia, se tende para esta forma de regime ou é incomportável com ele. O problema pode ser abordado sob vários ângulos: quanto à forma como a União toma as decisões, quanto à natureza das políticas públicas que adota, quanto ao sistema de representação e de legitimidade que configura, na relação que acorda com os estados-membros e na interação que opera com os cidadãos, e quanto aos objetivos ou à ambição estratégica que deve impulsionar.

3. Um labirinto de procedimentos na tomada de decisão

Na adoção das suas políticas, a União utiliza uma diversidade de métodos de decisão: com efeito jurídico vinculativo, como é o caso prevalente das diversas formulações instrumentais da metodologia comunitária (quando compromete conjuntamente as instituições políticas da União) e da regulação centralizada (quando se reporta às instâncias técnicas, nos casos do BCE, BEI e das agências europeias); ou com valor de compromisso político (que só o Conselho ou os estados-membros assumem), como são os casos da metodologia intergovernamental, na forma clássica (na política externa e de segurança comum ou PESC, por exemplo) ou na denominada coordenação aberta (na orientação e supervisão das políticas económicas nacionais). Estes métodos disseminam-se numa teia complexa de processos decisórios, de natureza legislativa e não legislativa, sendo de destacar os processos legislativos, decorrentes do método comunitário, cuja adoção das normas compromete as instituições do triângulo político da UE (Comissão, que propõe e executa, Conselho que decide ou codecide, Parlamento que codecide ou produz pareceres consultivos) e têm imperatividade jurídica garantida por um tribunal de justiça (Tribunal de Justiça da União Europeia). Nestes processos (legislativos), subdivididos em dois grandes conjuntos procedimentais – o ordinário e os especiais (*processo legislativo ordinário* e *processo legislativo especial*, respetivamente, na terminologia dos tratados em vigor) –, só

o primeiro (processo legislativo ordinário), aplicável à maioria dos atos normativos da União, compromete, na tomada de decisão, o órgão ao qual pertence, numa democracia representativa, a função legislativa, ou seja, a instituição parlamentar, que, na União (PE), tal como nos Estados democráticos, é eleito por sufrágio universal dos cidadãos, que os representa. Contudo, o PE apenas codecide, num leque alargado de matérias, em relativa igualdade com o Conselho, sendo este o principal órgão decisório e legislador único em domínios sensíveis; mas esta instituição intergovernamental não é eleita, embora formalmente lhe seja atribuída a representatividade dos estados-membros por via dos governos que o compõem. Por conseguinte, na forma como toma as decisões e adota as suas políticas, a União, com os atores envolvidos, as funções adstritas e os critérios utilizados, não configura, comparativamente ao modelo democrático estatal, uma democracia representativa, apesar de elementos democráticos cumulativos e tendenciais, nem se assemelha a qualquer outra forma de regime, passado ou presente. Sendo esta indefinição uma marca original do regime político da UE, é também, no ponto a que chegou, uma das suas maiores e mais polémicas debilidades, cuja superação não poderá ser sucessivamente adiada, sob pena de o desamor entre a União e o cidadão se agravar cada vez mais e potenciar uma situação de rutura.

Se a União, na forma híbrida da estrutura orgânica e no modo (quase) promíscuo como os atores institucionais tomam as decisões, não se acomoda como Estado nem como modelo de democracia representativa, vale a pena considerar se, nas políticas que adota e nas interações que desenvolve com os estados-membros e com os cidadãos e os povos europeus, converge numa aproximação democrática e numa dimensão social e de solidariedade.

4. Um desequilíbrio material das políticas públicas que produz

O modo processual e o alcance material de que a UE dispõe para produzir políticas públicas, na área económica ou noutra, são muito desiguais, conforme os domínios e os limites em que tem capacidade de

atuar. Nalgumas matérias de índole económica e social, a União inter-vém como autoridade exclusiva (comércio, regras da concorrência, união aduaneira, política monetária do euro, conservação dos recursos do mar); na maior parte, partilha a gestão com os estados-membros (agricultura, ambiente, transportes, energia, proteção dos consumidores); num bom número, apoia, complementa ou coordena as políticas destes (indústria, saúde, educação, desporto, cultura). Em domínios políticos relevantes – de importância fundamental para a vida dos europeus, como são as políticas (macro)económicas (fiscal e orçamental), sociais e de emprego – a responsabilidade compete aos estados-membros, embora a União possa acordar medidas orientadoras e de coordenação das políticas nacionais; noutros, como no domínio crucial do controlo das fronteiras externas e respetivas derivações (imigração, asilo, terrorismo), a competência dominante é dos estados-membros limítrofes, apesar de alguns progressos comunitários nesta matéria para coadjuvar a ação destes; e na área vital da política externa de segurança e de defesa, a competência é exclusiva dos Estados, embora a União possa, num quadro puramente intergovernamental, definir estratégias, tomar decisões e executar operações... por via dos Estados, se estes, soberanamente, assim o entenderem.

Existem na UE duas forças integradoras, aparente ou realmente contraditórias: a que poderia designar-se de integração negativa, que respeita, no essencial, à construção do mercado comum (interno) e se traduz em geral nas designadas políticas reguladoras; e a de integração positiva, que se reporta às políticas distributivas, que produzem e redistribuem os recursos.

No caso das primeiras, a parte maioritária das políticas da UE – as de regulação – são as que se prendem essencialmente com a construção do mercado comum e, na sua versão atual mais evoluída, do mercado interno unificado – trave-mestra da integração europeia –, e incluem todas as políticas estruturantes ao serviço da integração económica e monetária: da coordenação económica à união monetária, da política da concorrência à política comercial comum, entre outras mais sectoriais, como a política dos transportes e das redes transeuropeias, do ambiente e das alterações climáticas, da energia, e, inclusive, algumas políticas com

dimensão social, por força da unificação do mercado, como a liberdade de circulação, a não discriminação, as condições de trabalho, a proteção dos consumidores. Nestas políticas, a União produz normas, ou seja, regras de conduta ou procedimentos de controlo que regularizam os comportamentos com vista à realização do mercado, com uma economia aberta onde a concorrência é livre e não deve ser falseada – tal como tem sido estatuído pelos tratados e legitimado por disposições normativas. Não é, pois, descabido considerar-se a UE como um “Estado regulador”, porque, se não tem as características plenas de um Estado soberano (não cobra imposto nem faz a guerra), produz regras que se impõem a todos, dentro e fora da União, quando com esta têm que relacionar-se no quadro do seu mercado e dos acordos multilaterais e bilaterais que com ela são celebrados. A política chave desta engrenagem regulamentadora é a da concorrência, que levou ao desmantelamento das normas, condicionalismos e protecionismos nacionais e empresariais (e daí, integração negativa) em prol de uma normalização comum europeia. Esta política é das mais “agressivas” da UE, suscitando tensões e conflitos de legitimidades: entre estados-membros – quando pretendem salvar uma empresa em dificuldades ou um serviço público para preservar empregos ou sectores estratégicos – e a Comissão, a quem compete garantir o cumprimento das regras e a integridade do mercado interno; entre Estados terceiros, organizações e sociedades europeias ou internacionais – perante as práticas, abusos ou excessos não compatíveis – e a autoridade europeia, cujos interesses comunitários tem de defender com as atribuições que lhe estão adstritas. Perante uma política tão agressiva como a da concorrência, a UE tornou-se a região mais liberal do mundo, mais até do que os EUA, penalizando severamente abusos e práticas monopolistas, com incidência expressiva em empresas americanas.

Se a integração negativa, a das políticas reguladoras – enquanto supressão dos obstáculos ao livre comércio, por via da desregulação ou do desmantelamento das normas nacionais protecionistas e a instauração substitutiva de regras concorrenciais comuns e harmonizadas –, foi, pois, bem sucedida e relativamente eficaz, tendo conduzido, não sem forte contestação, a uma economia de mercado aberta reputada de excessivamente

neoliberal e sem rosto social; já, no que respeita à integração positiva, a das políticas distributivas, os esforços implementados têm sido difíceis e o acervo conseguido é bem mais modesto e menos auspicioso. Para redistribuir recursos, é preciso consegui-los. O principal instrumento do Estado-nação para os obter é a fiscalidade, mas a UE não pode cobrar impostos, os recursos próprios de que dispõe representam pouco mais de 20% do orçamento da União, sendo o restante coberto por contribuições dos estados-membros, nomeadamente por recursos baseados no RNB, cujo valor total, transferido para o orçamento comunitário, corresponde a menos de 1% da riqueza de cada estado-membro. Os estados-membros, com efeito, são detentores da soberania fiscal e não delegaram na União competências relevantes nesta matéria – e daí a eterna disputa, aquando da fixação de um novo orçamento plurianual, quanto aos montantes contributivos que a cada um deve caber. Acresce a esta dificuldade o facto de – para alterar a composição dos recursos próprios, como, por exemplo, a criação do tão apregoado imposto europeu –, ser necessária aprovação por unanimidade do Conselho, muito difícil de conseguir, após consulta do PE e ratificação interna ulterior pelos estados-membros. Não surpreende, assim, a exiguidade dos recursos orçamentais da União: o seu valor anual soma menos de 1 bilião de euros (1 trilião em português do Brasil) para o atual Quadro Financeiro Plurianual (2014-2020), com a duração de sete anos, ou seja cerca de 135 mil milhões de euros como média anual do orçamento, um valor equivalente ao do Estado austríaco e muito aquém do orçamento português (187 mil milhões em 2013); representa cerca de 1% da riqueza gerada anualmente no conjunto da União (do RNB total dos estados-membros), cerca de 3% do valor total dos orçamentos públicos dos 28 países-membros, menos de 250€ por habitante da União (o orçamento de um Estado nacional aproxima-se de 50% do respetivo RNB, e o de um Estado federal, como nos EUA – com o qual a União se pode aparentar –, é na ordem de 20% do respetivo RNB, cujo orçamento equivale a mais de dez vezes o da UE). Com tão poucas receitas não pode a União fazer face, de forma decente, aos imperativos de política interna e externa, com que está ou deve ser confrontada; não pode tão pouco exercer uma política de redistribuição capaz de resolver

satisfatoriamente as disparidades de desenvolvimento dos seus estados-membros, os fossos de coesão económica, social e territorial, que se agravaram com o alargamento a leste no último decénio.

Sem recursos e sem competências próprias para exercer políticas de índole social, que permanecem reservadas aos estados-membros, com exceção das que, partilhando responsabilidades com estes, resultam colateralmente da otimização do mercado interno, com dimensão transfronteiriça, para a eficácia do funcionamento racional das liberdades de circulação de trabalhadores, de serviços e de mercadorias (condições de trabalho e proteção dos trabalhadores (condições de trabalho e proteção dos trabalhadores, liberdade de estabelecimento e reconhecimento de habilitações, defesa dos consumidores e higiene e segurança alimentares). Contudo, a capacidade da União para promover, por si mesma, políticas indutoras do emprego e para ocorrer a choques assimétricos ou a dissimetrias estruturais é exígua, para além dos limitados fundos orçamentais que transfere para os estados-membros em apoio das políticas nacionais. Não é, pois, por esta via que a União consegue, expressivamente, suscitar a empatia dos povos europeus e inverter ou mitigar a percepção crescente de défice democrático na relação com os estados-membros e na interação com os cidadãos.

5. Uma relação tensa e ambivalente com os estados-membros

As interações que a União desenvolve com os estados-membros processam-se a vários níveis e por meios diversos. Para além das que decorrem formalmente da participação dos Estados nas estruturas orgânicas da União, interessa destacar aqui a novidade adotada pelo tratado de Lisboa, de alegada valência democrática, que conferiu um poder acrescido aos parlamentos nacionais. Recetores habituais das propostas legislativas europeias em curso de decisão normativa, passaram eles, a partir de 2009, a terem o direito de fiscalizar, nas competências partilhadas entre a União e os Estados, a linha de separação entre o que àquela compete e estes respeita, por via do princípio da subsidiariedade. Este princípio,

introduzido pelo Tratado de Maastricht de 1993, tinha originalmente uma virtuosa potencialidade federal: permitir que o nível mais próximo dos cidadãos, regional ou nacional, exercesse a ação normativa ou a adoção da política pública, no domínio em concreto, se o pudesse fazer melhor do que o nível superior (o plano europeu, no caso vertente). Desvirtuado pelo Tratado de Lisboa, passou este instituto da subsidiariedade a ser um dispositivo acrescido de controlo e de estorvo da ação da União por parte de estados-membros, podendo impedir, verificados determinados prazos e requisitos, que esta atue e adote a medida em causa, sem que estes tenham que, obrigatoriamente, substituir-se àquela na adoção da política rejeitada. Ora, o exercício deste princípio, na atual configuração – interpretado e justificado por alguns como expressão de controlo democrático dos parlamentos nacionais em possíveis ações abusivas da União –, indicia tornar-se num instrumento ao serviço da deriva inter-governamental, por via de parlamentos menos europeístas. Não é por acaso que na carta enviada pelo primeiro ministro britânico Cameron ao presidente do Conselho Europeu Tusk – a propósito do referendo interno sobre a permanência do RU na UE, que prometeu levar a cabo até 2017 – se conta, a par da renacionalização de algumas das atuais competências da União, o reforço dos poderes dos parlamentos nacionais no controlo amplificado e expedito da subsidiariedade.

Apesar da pretensão veiculada pelo Tratado de Lisboa para clarificar e categorizar a separação de competências na União entre esta e os estados-membros e evitar os abusos e as eternas quezílias de pertença – que um vago princípio formal de atribuição apenas mitiga (pertence aos estados-membros o que não está atribuído à União, conforme art. 5º-2. do Tratado da União Europeia, TUE) e, como se conclui, um desfigurado princípio de subsidiariedade não soluciona –, o problema está longe de ser resolvido. A questão recorrente da legitimidade e da democraticidade da União está a milhas ainda de ser conformada, sem alterações estruturais de fundo, de natureza constitucional e democrática, da base em que assentam os atuais tratados europeus. Se por meios e expedientes diversos se verifica a tentadora apropriação de competências da União por parte dos Estados, também por parte da União, ou alegadamente em

seu nome, a intromissão desta nas competências nacionais é bem notória. A crise financeira dos últimos anos pretextou exemplos clamorosos de ingerência indevida, estigmatizante e grosseira, na esfera de competências soberanas dos estados-membros, agredindo o funcionamento da democracia nacional quando o exercício desta, internamente, não se comporta conforme o cânon político-ideológico dominante nas instituições e nos fóruns intergovernamentais da UE (de que, entre estes, o Eurogrupo é bem um miudinho exemplo). A forma (quase) discricionária como se impõe o cumprimento das obrigações inerentes ao pacto de estabilidade e crescimento (PEC) não tem o mesmo valor para os pequenos-médios Estados e para os grandes: as regras para os primeiros são implacáveis, abatem-se sem dó nem piedade, sem preocupações sociais nem de razoabilidade económica, enquanto, para os segundos, logo se verá: assim foi quando, em 2003-2004, a França e a Alemanha entraram em procedimento de défice excessivo (PDE), cujas obrigações consequentes não assumiram, e se combinaram reciprocamente para as alterar, quando, um pouco antes, países (como Portugal) em idêntica situação deficitária, a elas tiveram que se conformar. Recentemente, na sequência do atentado jihadista em França, quando o presidente deste país declarou sonoramente que não cumpriria os limiares de défice e de dívida do PEC – que soou como um aproveitamento oportunista da ambiência emotiva decorrente daquele atentado –, ninguém reagiu, entre os mandantes e avisadores do costume; evidentemente, porque da França se tratava.

O modo verberativo como países periféricos, economicamente mais frágeis e menos beneficiados pela centralidade do mercado interno europeu, foram tratados por responsáveis de instituições europeias (o irrecomendável ex-comissário da Economia e Finanças Olli Rehn, como caso descomedido, no exercício de funções numa instituição supranacional e independente) ou por figuras políticas importantes (o todo-poderoso ministro alemão das Finanças Wolfgang Schäuble, no Eurogrupo, como exemplo arrogante), dá bem a dimensão do espírito encrespado e de incurialidade democrática que grassa, nos tempos que correm, pelo território da União. São múltiplas as expressões reveladoras do estado anético e do desrespeito elementar por atitudes de civilidade, que devem

existir entre parceiros, e por critérios de democraticidade a que os tratados europeus obrigam e as regras constitucionais dos estados-membros enformam. São gritantes no que concerne à crise grega: a forma vexatória e vingativa como o governo grego dirigido por Alex Tsipras foi tratado ao longo do processo para reestruturar a dívida insustentável ou negociar um novo empréstimo durante o primeiro semestre de 2015; a insolência, vinda de responsáveis de todos os quadrantes institucionais da União e de figuras políticas de topo de estados-membros, com que foi encarado o referendo legítimo que este primeiro ministro resolveu realizar para auscultar os cidadãos helênicos sobre as medidas de austeridade a que seriam subjugados, a ameaça estigmatizante de saída (expulsão) da zona euro e o garrote financeiro que pendeu sobre este país martirizado por políticas *austeritárias* de resultados contraproducentes e viciosos. Embora tais comportamentos ocorram fora do quadro institucional da União, nada abona em favor de parceiros que, obrigados a confrontarem-se, no plano intergovernamental, com problemas cuja solução positiva a todos interessa, mais não conseguem vislumbrar que o seu umbigo ou a sua agenda doméstica.

Multiplicam-se, por outro lado, exemplos de incongruência crescente entre a letra dos tratados e a prática política em diversos domínios de atuação da União. É o caso conflitual, nomeadamente, entre a competência soberana nacional das políticas macroeconómicas (fiscal, orçamental...) – que os estados-membros mantêm, teimosa e pouco racionalmente –, e o modo como se obrigam os orçamentos nacionais, dos países mais frágeis sobretudo, no quadro fiscalizador do semestre europeu, a conformarem-se com as recomendações (obrigações) impostas, conforme o discurso ideológico dominante ou mandante, como se políticas alternativas, de iniciativa nacional, não tivessem qualquer valor ou conduzissem simplesmente ao desastre. Uma tal incoerência e discriminação revelam bem o estado de negação e de deriva entre a forma e a matéria, a teoria e a prática, entre o que a União deveria ser ou fazer cumprir e o que Estados ou governos não querem que seja ou não cumprem; atropelam-se princípios formais europeus – o da soberania da política orçamental, no caso mais clamoroso –, por compromissos políticos intergovernamentais que

a negam, acordados geralmente à margem dos tratados comunitários ou que estes não legitimam de todo. Nada disto confere com os princípios democráticos solenemente proclamados pelos tratados e pelo discurso político formal, dentro da União e dos seus Estados. Se nas inter-relações da União com os estados-membros existem problemas de legitimidade e de parcialidade, como é com os cidadãos?

6. Uma interação com os cidadãos distante e deficiente

A União é criticada pelo seu distanciamento em relação aos povos europeus. Com efeito, a eleição por sufrágio universal do PE a partir de 1979 e, sobretudo, a aprovação do Tratado de Maastricht em 1992, que criou a cidadania europeia e reforçou os poderes daquela instituição parlamentar, despertará entre os cidadãos a percepção de que os assuntos da União não podem ser exclusivamente tratados por instituições longínquas, por tecnocratas sem rosto nem alma, não sujeitos a escrutínios eleitorais, ou por governos que agem à revelia de controlos democráticos nas decisões que tomam ao nível europeu, sobre as quais não prestam contas aos seus povos ou que estes não apreendem como revertendo em favor da melhoria das suas vidas. Dá-se, pois, o esgotamento do denominado “consenso permissivo”, pelo qual, no passado, se confiavam ao cuidado dos governos as decisões em matérias europeias. Dessa dessintonia ou suspeição larvares têm resultado dificuldades cumulativas que se revelam sobretudo em contextos importantes sobre a Europa do futuro: na incerta ratificação nacional dos tratados europeus – no plano parlamentar, com maiorias favoráveis tangenciais nalguns estados-membros, e no quadro de referendos nacionais, com resultados negativos noutros (Dinamarca, 1992, França e Holanda, 2005, Irlanda, 2001 e 2008); no absentismo persistente em eleições europeias, com baixas taxas de participação, no contexto das quais os debates sobre questões nacionais prevalecem sobre as matérias europeias; e ainda nas expressões alastrantes de euroceticismo e europessimismo e nas tensas clivagens entre europeístas e soberanistas.

Para colmatar este desfasamento entre o que a União faz e a sua percepção pelos europeus, as instituições comunitárias têm desenvolvido em esforço notório, desde os tratados de Maastricht (1993) e, sobretudo, de Amsterdão (1997), para auscultar o sentir dos europeus, para facilitar aos cidadãos o entendimento do sistema comunitário e para aproximar a Europa à sociedade civil. As sondagens semestrais do *Eurobarómetro* avaliam regularmente a opinião dos europeus sobre diversos temas, mais gerais ou mais específicos, que permitem aos decisores, se quiserem dar valor aos resultados auscultados, como vêm e o que esperam da União os destinatários das suas (in)decisões. Para envolver e motivar os cidadãos em matérias importantes da União, convergem, no mesmo sentido, os grandes debates ocasionais, promovidos sobretudo em contexto de reforma dos tratados, sobre o futuro da Europa e o tipo de União desejada; com o mesmo intuito, orientado para um sector mais restrito – para o meio político e institucional, para o mundo académico e especializado (*think tanks*) e para a sociedade civil organizada e grupos de interesses – são endereçados documentos europeus (*livros brancos e verdes*) para auscultação sobre matérias relevantes em relação às quais se pretende apresentar, no curto prazo, propostas legislativas. Paralelamente, a União interiorizou um conjunto de práticas destinado a promover a acessibilidade dos documentos que produz, aproveitando eficazmente as facilidades permitidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias, em particular pela internet: com um dos maiores reservatórios documentais eletrónicos do mundo, é possível aceder hoje a um manancial incomensurável de informação, vencida ou em curso, e saber, no imediato e em qualquer sítio, à distância simplesmente de um clique no teclado de um dispositivo eletrónico, o que se fez na União, o que está em curso de se fazer ou o que se intenta fazer. Por outro lado, na mesma linha de transparência e de acessibilidade, as instituições têm empenhado esforços também para facilitar a inteligibilidade do funcionamento da União e divulgar a informação sobre o que se faz na Europa: as sínteses claras e elucidativas sobre os mais diversos assuntos empreendidas sob caução dos serviços orgânicos da União, os comunicados de imprensa, as conclusões de reuniões ou de cimeiras das instituições europeias,

nomeadamente do Conselho e de outras instâncias intergovernamentais, concorrem na mesma intenção informativa e formativa. Desde os anos 90, sobretudo, as instituições políticas da União (Conselho, Comissão e PE) permeabilizaram a sua ação normativa, ao longo do processo da adoção da política pública europeia, à influência de organizações representativas dos diferentes sectores económicos e sociais e de entidades ou grupos diversos, com a alegada pretensão da abertura à sociedade civil, não desprovida, em todo o caso, de motivação ideológica. Contudo, ao promover esta intromissão, caucionou uma nebulosa de interferências, disputada por uma miríade crescente de diferentes grupos de interesses e de pressão, de organizações e de lóbis a atuarem à rédea solta, com práticas e por vias pouco curiais, em muitos casos; uma teia assim, confusa e promíscua (calcula-se que existam em Bruxelas mais lobistas do que funcionários europeus) engendrou problemas de legitimidade e de transparência e forçou, nos últimos anos, a necessidade de registo público e de códigos de conduta para acesso aos documentos e para os contatos com os agentes orgânicos nas relações com as instituições.

Todas estas iniciativas contribuíram, por certo, para um melhor conhecimento do que a Europa faz, estimularam também a perceção do que ela não faz ou de como faz, e contribuíram, civicamente, para a tornar mais presente e crítica em sectores específicos e crescentes; mas não tocaram expressivamente na alma do cidadão da União, não granjearam o sentimento de pertença, consciente e empático, do homem comum europeu à causa do projeto unificador.

7. Um desamor inquietante dos europeus na relação com a União

O Tratado de Lisboa (TL) introduziu pela primeira vez um elemento importante de democracia direta, ao permitir que um milhão de cidadãos, no mínimo, de um número significativo de estados-membros, possa tomar a iniciativa de pedir à Comissão Europeia a apresentação de uma proposta ao legislador sobre matérias em que a União seja competente (art. 11.º-4 TUE). Ora, apesar desta e de todas as medidas acima referidas,

formais ou caucionadas pelas instituições, dirigidas aos cidadãos ou ao reforço dos poderes da instituição que os representa, não parece que tenham invertido a espiral de indiferença ou de desilusão, quando não de hostilidade, dos cidadãos em relação ao projeto europeu. Desde o início da atual crise – e sobretudo desde que, a partir de 2011, se abateu tão brutalmente na zona euro com as indecisões que se arrastaram e o ror de políticas *austeritárias* que se sucederam –, nunca, na história da União, foi tão baixo e extensivo o desencanto dos europeus em relação a um projeto que se assumiu como promotor da paz e da prosperidade, da coesão e da solidariedade, rumo a uma «união cada vez mais estreita entre os europeus», como enfaticamente se declara nos tratados, de Roma a Lisboa.

Com efeito, os sinais dos europeus quanto à percepção negativa sobre a União são preocupantes, quer nas sondagens do *Eurobarómetro*, quer, nas últimas eleições europeias (2014), nos resultados da abstenção e no voto nos partidos eurocéticos e antieuropeus, bem como, em eleições nacionais, nas derivas populistas e xenófobas, que se posicionam em geral contra a Europa em favor do Estado-nação. Agravaram-se estes sinais perigosamente, à medida que a crise alastrava, com a implementação dos denominados programas de reajustamento e/ou das alegadas reformas estruturais na linguagem oficial das instituições e dos governos, persuadidos estes, ou sob o mando da Alemanha, de que as políticas de austeridade seriam a solução, a única alternativa, dizia-se; na sequência, porém, exauriram as condições sociais na União e catapultaram números astronómicos de desemprego em geral e de subemprego jovem em particular. De acordo com o Eurostat (2 julho de 2013), a taxa de desemprego no conjunto da União quase duplicou no espaço de meia dúzia de anos, galgou da casa dos 7% para cerca de 12%, na primavera de 2013, em plena crise da zona euro – valor que se situa bastante acima da média dos países desenvolvidos com os quais a União pode comparar-se (Estados Unidos e Japão, à volta de 8% e 4%, respetivamente).

É difícil imaginar até onde poderão ir os estragos sociais, morais e políticos, que a degradação social da presente crise tem provocado. Mais uma vez, as sondagens recentes do *Eurobarómetro* são elucidativas: a maior

parte dos europeus comunitários (52%) entende que as coisas vão de mal a pior (quase duplicou desde 2006), mas um valor mais substantivo ainda (58%) não acredita que seja mais fácil enfrentar o futuro fora da União; a satisfação quanto ao funcionamento desta não é positiva, nomeadamente no que respeita ao exercício da democracia (44% satisfeitos, 45% insatisfeitos). O nível de confiança na UE – que recolhia a opinião favorável da maioria dos europeus nos anos 2004 e 2007 (50% e 57%, respetivamente), quando as reformas dos tratados foram conseguidas e criavam expectativas – deteriorou-se vertiginosamente nos últimos tempos: no outono de 2012 o sentimento negativo atingia valores inusitados (33% de confiança, 57% de desconfiança). Desde 2010, a relação confiança-desconfiança é das piores da União medidas na história do *Eurobarómetro*. A imagem da UE anda, pois, pelas ruas da amargura: entre os aspetos negativos opinados destacam-se o de ser «tecnocrática» (51%) e não ser eficaz (58%) – só 33% consideram a União eficiente. Apesar de tudo, oito pessoas em dez (85%) desejam que os estados-membros da União trabalhem em conjunto de forma mais estreita, e uma maioria transversal (53%) acredita que, na sequência da crise, a UE sairá reforçada. Ou seja, não é menos, mas mais União que os europeus desejam: mais Europa solidária e mais Europa democrática; mas os governos dos estados-membros não estão para aí virados – não têm conseguido, pelo menos, os consensos necessários para fazer avanços desejáveis nesse sentido.

8. Um défice democrático persistente e incómodo

A questão da democracia não pode ser sistematicamente adiada; os elementos aduzidos para a mitigar (sufrágio universal do PE, reforço dos poderes desta instituição, cidadania europeia, possibilidade de um milhão de cidadãos solicitarem propostas à Comissão, além das iniciativas institucionais de proximidade) não foram suficientes, como se conclui. No que respeita ao sistema de representação, de legitimidade e de transparência, a União é recorrentemente acusada pelo seu défice democrático, na opacidade com que toma as decisões e na natureza burocrática ou

ideológica das políticas que adota, não direcionadas para as preocupações dos povos europeus. Com efeito, no plano institucional europeu, a União não conseguiu até hoje fazer a progressão qualitativa necessária para superar o denominado “consenso permissivo”, referido acima, ou seja, a possibilidade de os governos agirem na Europa em nome dos seus povos sem que a eles prestem contas. Não surpreende, por conseguinte, a dificuldade crescente em se fazer aprovar um tratado europeu – refém da unanimidade dos estados-membros, cujo número mais que duplicou desde a criação da União Europeia, em 1993 –, quer por parte dos governos, atrelados, na relação com os respetivos cidadãos, às suas prioridades executivas e aos calendários eleitorais, quer por parte destes quando – indiretamente pelos seus representantes parlamentares, ou diretamente pela via do referendo –, são chamados a pronunciarem-se sobre a necessária ratificação nacional. Apesar do reforço significativo dos poderes do PE – a instituição representativa dos cidadãos da União, que o elegem –, a função legislativa, que em matérias diversificadas partilha com o Conselho, escapa-lhe largamente em domínios fundamentais e sensíveis para os povos europeus, que são exclusivos das instituições intergovernamentais ou jazem como bastiões soberanos dos estados-membros. Não entendendo o que a União faz e como faz, que a opacidade dos governos e a indiferença dos agentes político-partidários acentuam, não admira, pois, que as eleições para o PE – tratadas pelos partidos nacionais em função das agendas domésticas, nas quais a Europa (quase) não existe –, conheçam taxas de abstenção gritantes; não espanta tão-pouco que, no quadro europeu como no plano nacional, face ao descrédito dos atores políticos que tradicionalmente disputam as diversas instâncias do poder, emirjam ou progridam forças ideológico-partidárias, no espectro radical da direita, de nacionalismo extremado e de xenofobia ostensiva, e, no espectro extremo da esquerda, de antieuropeísmo assumido ou de altereuropeísmo irreduzível, aproximando-as no condomínio dos lugares do poder tradicionalmente disputados, nas democracias representativas, pelos partidos do centro (o denominado “arco da governação”). Nas últimas eleições para o PE, em maio de 2014, participaram apenas 43% dos eleitores (34% em Portugal) e ganhou força inusitada o número de

deputados que se assume contra a UE – uma volumosa coligação negativa desde os eurocéticos Conservadores e Reformistas Europeus (o terceiro grupo mais votado) até outras fações mais radicais, provenientes de vários países. Assumem estes últimos pretender destruir a UE e reconstituir os Estados nacionais na sua plenitude soberana e na impenetrabilidade das suas fronteiras nacionais; entre eles, casos de deputados há que ostensivamente arvoram propósitos de todo incompatíveis com os valores da União e com um Estado de direito moderno, desde a homofobia ao antissemitismo acintoso.

A Europa – apesar da alegada dupla representação, a dos povos, por via do PE, e a dos Estados, por via do(s) Conselho(s) – não é democrática, mesmo na conceção minimalista da democracia representativa, nem no modo como toma as suas decisões e faz as suas políticas nem na forma como distribui organicamente os poderes. Apesar da retórica formal dos tratados, os povos não legitimaram os seus governos, com a latitude de poder que usam, para agirem na Europa em seu nome, sem, tão-pouco, prestarem contas: as decisões que tomam ou rejeitam, lá, não são em geral legitimadas ou estão em manifesta dessintonia com o sentir dos respetivos eleitores. Os governos, quer pela via intergovernamental em matérias de competência estatal, quer pela via comunitária, em domínios do foro europeu, são ainda, substantivamente, os principais decisores na UE no quadro das instituições que os representam ou em que se coordenam: o Conselho Europeu, órgão de topo, autonomizado institucionalmente com o Tratado de Lisboa, viu reforçados os seus poderes, acrescentando à sua tradicional função de orientação e de coordenação a função normativa conferida por este tratado em determinadas matérias e condições; o Conselho, principal ator legislativo da União e legislador exclusivo em domínios cruciais para o progresso da União, não é um órgão eleito e toma decisões em total secretismo, se não mesmo impunidade, não presta contas e não se disponibiliza a que, com transparência política e lisura democrática, os governos que o compõem sejam julgados pelos respetivos cidadãos sobre o sentido do seu voto nas decisões que tomaram ou nas políticas que não assumiram. Com esta cómoda impunidade, os governos culpam com frequência, no plano doméstico, a anónima União

ou a prepotente Bruxelas pelas culpas que em rigor não lhe cabem, ou seja, pelas más políticas ou pelas decisões que eles próprios tomaram ou não assumiram.

A Europa «não é nenhum modelo de democracia [...]. No caso da UE se candidatar à adesão a si própria, seria chumbada. A UE não satisfaz os critérios democráticos que exige dos países membros» – como escreve Anthony Giddens². O opaco “consenso permissivo” não foi substituído por um transparente consenso democrático, que não torpedeie a vontade dos cidadãos e acabe, de vez, com os contorcionismos dos governos quando, por força das coisas, devam submeter matérias europeias ao escrutínio dos povos, como são a ratificação interna dos tratados. Contudo, e paradoxalmente, os tratados estabelecem que «o funcionamento da União baseia-se na democracia representativa» (art.º – 10º-1§ TUE).

A União e os seus estados-membros estão hoje confrontados com um punhado de indefinições e de incongruências que terão de clarificar e resolver no futuro. O desafio da democracia tem de ser corajosamente enfrentado, para a sobrevivência do projeto europeu. Melhorias incrementais poderão, entretanto, ser implementadas, mas a grande dificuldade não pode ser eternamente adiada e reside precisamente neste dilema: como transmutar a representação dos Estados, exercida pela intermediação dos governos em sede do Conselho, o grande legislador europeu, numa segunda câmara parlamentar eletiva, ao lado da atual câmara dos deputados, representativa dos povos europeus? Como resolver a desigualdade que caracteriza os atuais estados-membros (de Malta... à Alemanha), sem transferir a lógica intergovernamental do poder que preside ao atual Conselho, para que a diferença qualitativa, na ótica democrática, se produza? Uma Europa das regiões..., uma Federação de Estados Nações..., um Estado federal europeu?

Muitas soluções têm sido apresentadas e propostas: a que permitiria combinar num sistema parlamentar bicameral a representação das entidades nacionais (os parlamentos, as regiões ou as nações... os Estados?)

² GIDDENS, Anthony – *O Mundo na era da globalização*. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 4ª ed., 2002. p. 79.

numa instância e, na outra, a dos povos europeus através dos deputados eleitos por sufrágio direto configura-se como hipótese confortável para resolver, de raiz, o verdadeiro défice democrático da União. Contudo, na atual configuração de uma Europa a 28, este desígnio é simplesmente impraticável; mas, e apesar da ambiência adversa, a Europa de geometria variável, das cooperações reforçadas, a duas ou mais velocidades, poderia ser a via possível..., se a França e a Alemanha estiverem para aí viradas. Poderá a zona euro destacar-se no pelotão da frente, e perfilar-se como uma Europa democrática, que só pode ser federal?

9. Algumas notas conclusivas... em jeito de cidadania

Se um jovem europeu da geração Erasmus for questionado sobre a possibilidade de a UE acabar, ele tem dificuldade em perceber o que isso significa. Nasceu e viveu todo o seu tempo de vida no espaço da União, nos países que há mais tempo dela fazem parte; conviveu com jovens europeus de outros países, estudou por algum tempo noutra universidade que não na sua, sem custos administrativos e com subsídios europeus, com a garantia de que os resultados académicos que nela conseguiu valem como se na sua os obtivesse; não atravessou fronteiras perceptíveis, não encontrou obstáculos de permanência, não se sentiu verdadeiramente estrangeiro, porque estrangeiro de direito não o é no espaço da União; e conheceu melhor o outro, que é afinal igual a si próprio, europeu como ele, com a diferença apenas da identidade materna da língua, dessa telúrica lava primordial a partir da qual se solidifica o magma cultural e político que faz a Europa diversa na busca da unidade. O futuro pertence-lhe: a Europa está nas suas mãos; se, por absurda hipótese, a deixassem cair, desbaratando esse legado inestimável tão arduamente construído pelos pais fundadores, esse devir, em vez de auspicioso, seria trágico. Mas isso não acontecerá.

Se um qualquer europeu, cidadão da União, for do tempo ainda em que pode comparar como era antes de estar na Europa Comunitária e como é viver nela agora, a diferença é abissal, no modo ou nas condições

de vida em geral, no acesso aos bens e aos serviços, públicos ou privados, na confiança e na segurança alimentar, na qualidade e variedade dos produtos, na relativa estabilidade dos preços, sobretudo se tiver o euro como dinheiro corrente, na procura do emprego ou na liberdade de estabelecimento em qualquer estado-membro, em igualdade de condições com os naturais desse país, na proteção e na qualidade da saúde, no acesso à formação e à educação, no usufruto de condições sociais: são as vantagens do mercado unificado. Contudo, aquilo em que o estar na Europa tem mais de relevante não é geralmente apreendido ou perceptível, porque ela está de tal forma imbricada na vida quotidiana das pessoas, que torna impraticável a distinção entre o que é nacional ou europeu. No ponto de vista do direito, as constituições nacionais são obrigatoriamente conformadas aos tratados europeus, as normas europeias derivadas são de imediato absorvidas ou transpostas nos ordenamentos jurídicos internos, os tribunais nacionais são tribunais “europeus”, uma espécie de primeira instância em matérias de direito comum que derivem de competências europeias. A europeização atravessa largamente a vida dos europeus: o modo de vida das pessoas, o comportamento dos poderes públicos, a atuação das empresas... tudo está permeabilizado de Europa, quer se tenha ou não consciência disso; onde está a Europa e onde ela não está é uma fronteira cada vez mais indiferenciada. É essa incontornável realidade com que o Reino Unido se confrontará se, contra a lógica e a história, se consumir a saída da UE.

Contudo, na percepção corrente, a União aparece sobretudo pela negativa, ou seja, lá onde geralmente ela não existe: ao nível do poder político, por exemplo, nas competências que são inteiramente ou em grande parte estatais e onde a Europa só emerge para apoio discreto em subsídios a políticas nacionais, confundidos com os financiamentos públicos do Estado que em diversas ações são inexistentes ou pouco mais que simbólicos; e é nestes domínios, perante as incapacidades dos governos, as más políticas nacionais, ou a ausência delas, que a Europa sobressai na percepção negativa do cidadão comum, com a cumplicidade do poder, dos agentes políticos ou partidários e de muitos opinantes que, por ignorância ou por má-fé, induzem os cidadãos a culpar a Europa pelas culpas que

ela não tem. Não deixa de ser elucidativo que alguns dos factos recentes que mais têm desgastado a imagem da Europa perante os cidadãos, da crise da zona euro ao controlo das fronteiras – os empréstimos aos países excluídos dos mercados financeiros e as condições impostas (os denominados “memorandos de entendimento” ou da Troika), o famígero tratado orçamental, a severidade das políticas de austeridade e o seu ror de consequências, a degradação social, o desemprego... e agora a crise dos refugiados – nada ou muito pouco tem a ver com a UE, no quadro das suas legítimas competências; mas é ela, no entanto, que é acossada como bode expiatório, no justicamento comum do espaço público, com a comodidade cúmplice de governantes, que, omitindo as suas responsabilidades, assim sacodem a água do capote. São os Estados-nações, em rigor, os verdadeiros culpados pela ausência da Europa, quando tantos clamam para que ela atue, que, ao subscreverem os tratados europeus, não transferiram para a União poderes e recursos de que ela necessitaria para atuar. São os governos que resistem nos seus redutos de mística e ilusória soberania nacional, com tantas expressões de incapacidade e de irracionalidade em domínios fundamentais em que a Europa faria certamente bem melhor, mas, ainda assim, ciosos do gozo formal do poder que, materialmente, cada vez mais se lhes escapa. Quando, por força das coisas, colocados perante problemas que têm de enfrentar coletiva e consensualmente, os governos se arrastam, desunidos ou indecisos, em cimeiras multilaterais europeias ou em fóruns intergovernamentais, servindo-se tão só, no que à União respeita, dos seus espaços e apoio logístico, transmitem para opinião pública a perceção de que é a Europa que não funciona: assim foi com os empréstimos aos países da zona euro impossibilitados de financiamento no mercado, assim está a ser com a crise dos refugiados, matérias em que a capacidade de intervenção da União é exígua. Não deixa de ser revelador que a instituição mais elogiada ao longo da crise financeira seja exatamente o Banco Central Europeu (BCE), aquela que pôde agir, para além daquilo que seria expectável, no limite das suas atribuições, perante um triângulo institucional refém dos seus condicionamentos e estados-membros prisioneiros das suas dissensões ou impelidos a atuar, tardia e precariamente, sempre nos

limiares paroxísticos. Com o BCE, a instituição que tem feito a diferença, a Europa esteve presente porque uma instituição supranacional, à margem das traficâncias eleitoralistas nacionais e das tramas com que se tece o jogo político intergovernamental, atuou, de forma ajustada, tanto quanto pôde; e mais do que devia segundo os prosélitos da ordoliberal ortodoxia bancária tudesca.

Se um não-europeu viajasse pela Europa, que vagueasse pelos seus cafés e esplanadas – essa comum instituição sociocultural europeia, que já o era antes da União o ser, esse «marcador essencial da ideia de Europa» retratado por Georges Steiner, esse lugar da tertúlia, da conversa distendida, do confronto de ideais, do prazer de estar –, se se motivasse para conversar com europeus sobre o que pensam da Europa e para ler amiúde textos de opinião e comentários que perpassam pela comunicação social e abundam nas redes sociais, dar-se-ia certamente conta de que “a ideia de Europa”, no sentido da ideia de unidade que com ela se confunde, já conheceu melhores dias; aperceber-se-ia, desde logo, de um sentimento de desconforto em relação à União, largamente difundido, da percepção de que esta se encontra perante uma grave crise existencial, se não mesmo à beira da implosão. Com efeito, à crise financeira e das dívidas soberanas, com a catadupa de efeitos danosos que teve sobre as condições e as expectativas de vida de sectores importantes da população, e em particular nos países mais duramente fustigados pela necessidade de assistência financeira, seguiu-se uma crise económica deflacionária que parece difícil de ser controlada, com o BCE (quase) sozinho a fazer o trabalho de casa.

Como se esta espiral recessiva não bastasse por si mesma, para desencadear sentimentos de pessimismo e de descrença no projeto europeu, que não tem estado à altura das expectativas, outras expressões de crise supervenientes vieram somar-se a esta vertigem quase suicidária como opinam os mais catastrofistas: do *Grexit* ao *Brexit*, ou seja, da possibilidade da saída da Grécia da zona euro, que atingiu reações extremadas na primavera de 2015, à eventualidade da saída do Reino Unido da UE, confrontado com um referendo prometido pelo primeiro ministro britânico a realizar até 2017; da crise dos refugiados, que não cessa de se agravar

desde setembro de 2015 sem que se tenha encontrado uma solução confortável, à crise de insegurança provocado pelos atentados jihadistas em solo europeu, que deixou a França em estado de choque, por duas vezes num curto espaço de tempo; do prognosticado colapso da zona euro à do Espaço de Schengen – duas das mais emblemáticas conquistas europeias do último quarto de século; da presuntiva implosão do mercado interno ao fim da UE... Tudo parece, enfim, contribuir para adensar esse cenário apocalíptico de uma Europa no seu estertor derradeiro, a engalfinhar-se, com os seus demónios todos, no golfo dantesco do inferno, segundo alguns, ou, segundo outros, a anunciar já, jubilosamente, o livor da alba libertadora, o luzimento de uma aurora esperançosa de ruptura «com a asfixia europeia», o limiar da rebentação dos freios que devolverão aos Estados europeus a sua sacrossanta soberania, condição necessária para o «ressurgimento nacional», para a reabilitação radiosa das nações e a prosperidade dos seus povos, a caminho de «um futuro [...] aliciante e digno», entre outras miríficas promessas que, no alarido da feira, se vendem e se propagandeiam³. Andam por aí os profetas da desgraça, ganham terreno os mensageiros sinistros dos amanhães que cantam, da exclusão do outro e da reposição da fronteira fortaleza; e, no negrume desta noite europeia, mal se veem e ouvem os pregadores do deserto, palavras ao vento que nem o vento cata.

E, contudo... O projeto integrador europeu já passou por outras crises, bem graves, noutros tempos peçonhentos, de bruma e de desalento. E não faltaram, na hora da verdade, os homens de teimosia industriosa, de rasgo e de razão, que parece tardarem agora. E com elas e com eles o caminho da unidade necessária aprendeu dar a volta e a avançar. Jean Monnet, o mentor pragmático, tinha plena consciência da força dialética

³ Ver, nomeadamente, AMARAL, João Ferreira do – *Porque devemos sair do euro*. Alfragide: Leya, 2013. Este autor, na proximidade da área ideológica comunista, é dos que, em Portugal, no meio académico e mediático, mais tem perorado pela saída de Portugal do euro – «fardo insuportável», projeto «maquiavélico», «ao serviço do poder alemão». Defende uma Europa como um simples grande mercado, tal como foi concebido pelo Tratado de Roma (Mercado Comum); a perda do poder de veto dos Estados, que a unanimidade da decisão garantia, agravada pelo «desastrado Tratado de Lisboa», foi, segundo ele, um erro trágico. Sair do euro e distanciar-se da União Europeia é, pois, condição necessária e «patriótica» para o «ressurgimento nacional» (p. 69, 71-72, 125...).

da necessidade que impele o ânimo e faz a seiva que está no âmago da construção europeia: «[...] a Europa far-se-á nas crises e será a soma das soluções encontradas para estas crises»; «os homens só aceitam a mudança perante a necessidade e só veem a necessidade perante a crise»; «quando se está sob a tempestade, é necessário caminhar em frente, e sobretudo não mudar de direção». «Que fazer? [...]. Continuar, continuar, continuar...» – desafiava assim este “pai fundador”⁴.

Apesar da temulência deste tempo cinzento e denso, a Europa “mexe”: adota políticas, no dia a dia, no âmbito das suas competências – discretamente, porque decide. Ao longo da crise tomaram-se medidas importantes, embora quase sempre no limite da exasperação: se não as mais adequadas – com desvios que pervertem a orientação primordial do projeto europeu, segundo alguns, demasiado modestas, segundo outros, para dar resposta às prementes necessidades da União –, mas, ainda assim, necessárias. Se a tónica foi colocada no reforço da supervisão e da disciplina orçamentais (PEC e “tratado orçamental”), não menos verdade é que a Europa dispõe hoje de um instrumento de assistência financeira, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), espécie de tesouro europeu embrionário, para apoiar Estados com dificuldade de financiamento nos mercados. Registaram-se também os primeiros avanços no caminho da união bancária europeia, com três dispositivos unificados (supervisão única, garantia dos depósitos, fundo único de resolução) para prevenir os comportamentos irresponsáveis do sistema bancário, e para, de forma incipiente e frágil ainda, proteger os depositantes e neutralizar os riscos ou as ligações perniciosas entre os bancos e os soberanos. E, acima de tudo, está em curso de avançado consenso institucional e de implementação normativa um processo faseado para “concluir a união económica e monetária” – o denominado Plano dos Cinco Presidentes (da Cimeira do Euro, do Eurogrupo, da Comissão, do PE e do BCE): dele se espera que, no prazo de um lustro, se tomem medidas relevantes para um governo económico da zona euro, com orçamento e tesouro próprios, lacuna

⁴ MONNET, Jean – *Repères pour une méthode, propos sur l'Europe à faire*. Paris: Fayard, 1996. p. 25 e 27.

primordial e persistente da fundação da moeda única, que tão danosas consequências teve nos últimos anos. Só o tempo o dirá... E se a crise persistir ou se agravar, novas medidas mais ousadas ou o reforço e a aceleração das que estão atualmente projetadas serão por certo assumidas; e a União, em vez de implodir, como funestamente vaticinam as cassandras que por aí vagueiam, sairá por certo mais apetrechada e resiliente: por força das coisas ou por necessidade de existir, porque esta faz aquela.

No limite, no clímax de uma crise larvar, quando o despautério zombava e o egoísmo se descomedia, o Estado-potência europeu precipitava-se na aventura da guerra, para satisfazer a necessidade da sua sobrevivência imperial ou da sua ambição dominadora; depois dos conflitos mortais – de tantos, pelo corrume dos séculos, e das duas tragédias suicidárias da primeira metade da última centúria –, os Estados-nações europeus, entrelaçados, desde então, num projeto comum de necessidade, fizeram valer sempre a razão, na hora da verdade. Poderá o euro acabar? Não, porque é indispensável para o mercado interno europeu. Poderá este mercado desabar? Não, porque é a trave-mestra do projeto integrador, que a todos interessa. Poderá a UE implodir? Não, porque não há opção para ela, e o regresso ao Estado-nação europeu já deu o que tinha a dar, de bom e de trágico. Poderá o Reino Unido sair da UE? Como assim, se não tem melhor alternativa fora dela? Poderão a Grécia, Portugal... sair da moeda única? Não, porque não se vê como nem como seria – bom não seria certamente, por muitos cenários mirabolantes que congeminem, a propósito, os fautores de uma tão obnoxia e estapafúrdia hipótese, que nem da UE ouvir falar querem. Ainda assim, é a ideia de Europa (de unidade) uma boa ideia? É, porque não é uma opção: é uma necessidade.

«Um bem público internacional» (Celso Lafer), «uma conquista da civilização» (Fernando Henrique Cardoso), «Património da Humanidade» (Lula da Silva)... tudo isto e muito mais se tem dito acerca da UE, dentro e fora da Europa, e no Brasil, como se conclui – sabidas que são, neste como naquela, a ingente dificuldade e a necessidade cruciante de construção de empresas desta dimensão e ousadia, associando estruturalmente Estados, na ordem regional, para uma longa viagem em comum de paz e de progresso, no Mercosul ou na UE. «A maior instituição jamais criada na

História do mundo para fazer a paz» – disse sobre esta o ex-Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy –, ambição multiseular de tantos que com ela sonharam e por ela lutaram, tornada realidade no tempo hodierno.

Contudo..., «obra-prima inacabada» – dizia Jean Monnet –, verdade então, certeza agora. Preservar este legado avoengo, reparar as fissuras de construção do edifício europeu e entregá-lo melhorado aos vindouros, mais sólido e solidário, mais unido e, sem dúvida, mais democrático, é o empreendimento do presente, é o desafio do futuro. Foi assim, é e será sempre, afinal, esta Europa na eterna busca de si mesma.

Bibliografia

- BLUMANN, Fabrice Picod (dir.) – *L'Union européenne et les crises*. Bruxelles : Bruylant, 2010.
- CHATEL, Florence – *Le processus européen de décision après le traité de Lisbonne*. Paris: La Documentation Française, 2012.
- ESPOSITO, Frédéric; LEVRAT, Nicolas (eds) – *Europe: de l'intégration à la Fédération*. Louvain-la-Neuve: Bruylant-Academia/Université de Genève, 2010.
- GOULARD, Sylvie; MONTI, Mario – *A Democracia na Europa: uma perspectiva de futuro*. Lisboa: Editorial presença, 2013.
- GUITTON, Jocely – *Quel gouvernement économique pour l'Union européenne*. Bruxelles: Éditions Bruylant, 2013
- LEVRAT, Nicolas – *La construction européenne est-elle démocratique?* Paris: La Documentation Française, 2012
- SILVA, António Martins da – *Sistema político da União Europeia. Arquitetura, funcionamento e teorização*. Coimbra: Edições Almedina, 2013.
- – *História da Unificação Europeia. A integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.

CONCLUSÃO

A terminar o presente livro, justificar-se-á salientar que de uma leitura dos seus vários capítulos podem resultar diversas constatações de cariz teórico, metodológico e cívico, ou seja, relativas aos bastidores e às possibilidades de rentabilização das humanidades, das artes, das ciências sociais e das tecnologias sociais. Em primeiro lugar, confirmam-se, tanto a natureza intrincadamente complexa e interdisciplinar das leituras acerca da realidade, como as consequentes virtualidades de abordagens multi e inter ou transdisciplinares, do debate com posturas alternativas dentro da mesma área de conhecimento ou oriundas de outros tipos de saberes (senso comum e ideologia, teologia e matemática, ciências da natureza e tecnologias da natureza).

Verificam-se, ainda, as potencialidades das abordagens comparativas entre períodos e/ou sociedades em estágios de desenvolvimento diferentes – no que a esta obra diz respeito, entre a “Época do Fascismo” e a “Guerra Fria”, a Europa do Sul e a América do Sul, regimes demoliberais ou democráticos, ditaduras autoritárias e totalitárias. Ajudam as mesmas a compreender, por um lado, a natureza e as especificidades ou as transversalidades das evoluções nacionais e continentais; por outro, características que só se tornam visíveis através de uma observação simultânea de dois ou mais objetos de estudo, numa escala global ou na longa duração.

Constatam-se, também, as separações, as ruturas e as continuidades ou as correlações entre o passado e o presente/o futuro, nomeadamente quando se consideram, antes de tudo, as regionalidades político-institucional e sócio-cultural. Com grande frequência, narrativas sobre, a memória (ou a pós-memória) de e conhecimento acerca de etapas anteriores influenciam os valores, a perceção dos interesses, os enunciados programáticos e as práticas num

determinado presente ou tendo por objetivo a edificação de um futuro muito ou pouco próximo. Talvez os exemplos mais emblemáticos decorram da contraposição entre os “regimes militares-civis” surgidos na América do Sul – em pleno “Mundo Livre” – ao longo da “Guerra Fria”, as ditaduras autoritárias ou totalitárias de direita da “Época do Fascismo”, as soluções totalitárias de matriz comunista e os figurinos demoliberais ou democráticos. Ao mesmo tempo, apontam os alcances, as limitações e as possibilidades abertas pelas Justiças de Transição no *débâcle* dos regimes ditatoriais em causa.

Deparamo-nos, finalmente, nos nossos dias e em contexto democrático (em Portugal e em Espanha, no Brasil e em outros países da América do Sul), com a timorata presença, junto das populações em geral, das humanidades e das artes, das ciências sociais e das tecnologias sociais enquanto vetores de qualificação da intervenção política. Mesmo recusando a lógica cientista hegemónica no paradigma moderno e os subjetivismos irracionistas ou cientistas inerentes ao paradigma pós-moderno, à luz dos pressupostos do paradigma neo-moderno uma das funções dos vários tipos de conhecimento é, precisamente, a de facilitar aos indivíduos a delimitação e a concretização de objetivos – pessoais, profissionais e cívicos – tão justos e consensualizáveis, viáveis e sustentáveis quanto possível.

Em termos absolutos ou por comparação com as ciências da natureza e com as tecnologias da natureza, parecer ser muito menor a capacidade das humanidades, das artes, das ciências sociais e das tecnologias sociais de influenciar positivamente as mundividências e os comportamentos individuais e coletivos. Explicações para uma tal distância poderão decorrer do facto de muitos dos investigadores/divulgadores em humanidades, artes, ciências sociais e tecnologias sociais permitirem a instrumentalização ideológica explícita e estrutural (ou seja, a deslegitimação) dos saberes que trabalham; da menor relevância social reconhecida a estas formas de conhecimento pelas comunidades envolventes e pelos próprios especialistas nas mesmas; da maior centralidade das narrativas sobre as sociedades humanas para o funcionamento e a governança das mesmas.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIREÇÃO: ANTÓNIO RAFAEL AMARO & JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

Com a obra *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*, inicia-se a segunda etapa da Coleção “História Contemporânea”, publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra sob a Coordenação Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). A Direção da Coleção passa a ser assegurada por António Rafael Amaro (historiador, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigador do CEIS20/UC) e por João Paulo Avelãs Nunes (historiador, docente do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, investigador do CEIS20/UC).

À semelhança do que sucedeu na etapa anterior, durante a qual Maria Manuela Tavares Ribeiro foi responsável pela criação e pelo funcionamento da Coleção, procura-se divulgar estudos de qualidade e socialmente relevantes sobre história contemporânea portuguesa e de outros países (séculos XIX a XXI). Aceitam-se para avaliação por *referees* monografias e obras colectivas, abordagens mono, inter e transdisciplinares, leituras menos ou mais comparativas, textos em português e em outras línguas (inglês, francês, castelhano, italiano), trabalhos da autoria de investigadores do CEIS20/UC e de investigadores ligados a outras instituições ou organizações.

Observando-se, na presente conjuntura, a intensificação dos indicadores de crise e de tensão nos planos nacional, subcontinental e internacional, a historiografia — pressupostos deontológicos e epistemológicos, conceitos e metodologias, propostas de reconstituição e interpretação — sobre a época contemporânea vê ampliada a sua relevância social global.



HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA